

24 CADERNOS *NAUI*

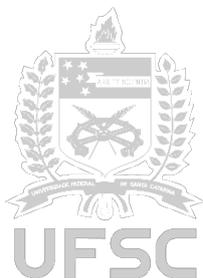


v. 13 | n. 24 | | jan-jun 2024 | ISSN 2358-2448

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural
NAUI/PPGAS/UFSC

CADERNOS *naui*

CADERNOS NAUI - Núcleo de Pesquisa Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



Universidade Federal de Santa Catarina

Reitor(a): Irineu Manuel de Souza

Diretor(a) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Prof. Dr. Alex Degan

Coordenador(a) do PPGAS: Prof. Dra. Viviane Vedana

Editora Chefe: Alicia Norma González de Castells (NAUI-UFSC);

Editores: Caetano Sordi (NAUI/UFSC); Dagoberto Bordin (NAUI/UFSC); Paola Luciana Rodriguez Peciar (NAUI/UFSC); Simone Lira da Silva (UNILA); Vladimir Fernando Stello (IPHAN/UNISUL)

Editores do dossiê: Pablo Schamber (UNAJ/Argentina); Dagoberto Bordin (NAUI/UFSC); Simone Lira da Silva (UNILA);

Comissão editorial: Ana Cristina Rodrigues Guimarães (NAUI/UFSC); Camila Sissa Antunes (UDESC); Dagoberto Bordin (NAUI/UFSC); Fabricio Rocha da Silva (IFSC); João Paulo Schwerz (NAUI/UFSC); Mariela Felisbino da Silveira (NAUI/UFSC); Nauíra Zanardo Zanin (UFFS); Paola Luciana Rodriguez Peciar (NAUI/UFSC); Patrícia Martins (IFPR); Rafael de Oliveira Rodrigues (UFAL); Simone Lira da Silva (UNILA); Vladimir Fernando Stello (IPHAN/UNISUL)

Diagramação e Formatação: Moema Cristina Parode (Ms. Pós Arq./UFSC); Nina Acacio (Doutoranda PPGAS/UFRGS); Artur Hugo da Rosa (Ms. Pós Arq./UFSC)

Imagem de capa: Mariana Saidón (registro de 2023 no bairro Almagro em Buenos Aires, Argentina)

Comissão de divulgação: Artur Hugo da Rosa (Ms. Pós Arq./UFSC); Nina Acacio (Doutoranda PPGAS/UFRGS); Juan Faggioni (UFSC); Dagoberto Bordin (NAUI/UFSC).

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Publicação indexada em:

DOAJ - Directory of Open Access Journals

GOOGLE ACADÊMICO

SUMARIOS.ORG - Sumários de Revistas Brasileiras

Toda correspondência deve ser dirigida ao correio eletrônico do CADERNOS NAUI

e-mail: cadernosnau@gmail.com



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional

Editorial

Prezados Leitores,

Apresentamos mais um número da revista eletrônica criada e editada pelo Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), publicação semestral que reúne artigos inéditos, resenhas, traduções, entrevistas, dossiês temáticos e ensaios fotográficos. Cadernos NAUI nasce do desejo de compartilhar pesquisas e reflexões sobre antropologia urbana, patrimônio cultural e memória, a partir de uma visão integrada do fenômeno social e das relações de diversos atores sociais.

Neste número, apresentamos o dossiê temático “Atores da Reciclagem e Dinâmicas Urbanas”, organizado por Dagoberto José Bordin, Pablo Schamber e Simone Lira da Silva. Os artigos reunidos nesta coletânea problematizam o trabalho de buscar, selecionar e reutilizar o que chamamos genericamente de lixo, enquanto um tema que perpassa diferentes questões sociais e ambientais, tais como: trabalho informal, uso do espaço público, gênero, políticas de saneamento básico e os conflitos entre a lógica da sociedade urbana de consumo e a preservação da natureza.

Dando continuidade ao dossiê temático, publicamos um texto avulso. O artigo intitulado “Comida de santo: uma investigação sobre o uso de alimentos em um terreiro de umbanda na cidade de Florianópolis”. Este artigo analisa rituais alimentares em religiões afro-brasileiras, com foco em um estudo de caso realizado no terreiro Caboclo Guarani em Florianópolis, SC. Nele, se defende que, nos terreiros onde são exercidas as religiões de matriz africana, a comida representa mais do que a alimentação biológica, representa a alimentação da alma, fazendo das cozinhas ambientes sagrados.

Agradecemos aos organizadores do dossiê e a todos os autores e pareceristas que contribuíram com nossa revista. Esperamos que esta publicação estimule a todos para a produção de novos materiais que possam tornar o Cadernos NAUI cada vez mais uma referência na bibliografia sobre patrimônio cultural e dinâmicas urbanas.

Desejamos boa leitura a todos!

Os editores.

Sumário

Dossiê: Atores da Reciclagem e Dinâmicas Urbanas

Apresentação

Pablo Schamber; Dagoberto José Bordin; Simone Lira da Silva

Aproximaciones para cuantificar la recuperación de residuos reciclables. Reflexiones sobre algunas experiencias de estudio

Juan Pablo Tagliafico; Mercedes Ramacieri; Maria Semmartin e Pablo Schamber

18

Indicadores de información para la gestión sostenible de residuos electrónicos. Una propuesta metodológica

Greta Liz Clinckspoor; María Laura Zulaica

38

Cooperativas de recolectores de resíduos latinoamericanas como modelo base de organización inclusiva de pepenadores en México

Luis Patricio Cancino Opazo

59

Clasificadores de reciclables. Entre la informalidad y la formalización. Dos caras de una misma realidad

Sonia Gau Angelo; Esther Rossi

86

Nas esteiras da catação: mulheres, trabalho e cuidado em uma cooperativa de catadores/as de materiais recicláveis

Mário Ricardo Guadagnin; Vitória de Oliveira de Souza; Viviane Kraieski de Assunção

115

Integração de catadores na gestão de resíduos de instituições públicas: o caso da Universidade Federal de Ouro Preto-MG

Matheus Miranda da Silva; Marina de Medeiros Machado;

Tamara Daiane de Souza; Máximo Eleotério Martins

138

Antecedentes empíricos sobre la situación de los recuperadores urbanos en el Estado de São Paulo y en la Región Metropolitana de Buenos Aires

Alexander Portugheis

156

A reciclagem e seus atores: aproximações entre Brasil e Uruguai

Sonia Gau Angelo; Esther Rossi

198

Gestión integral de residuos e inclusión social en el AMBA: Análisis sociotécnico de las tensiones y sinergias por los espacios de decisión estatal en el municipio de Quilmes

Sergio Daniel Ferraro

224

El reciclado rurbano. Apuntes latinoamericanos
Claudia Kenbel 247

Artigo livre

Comida de santo: uma investigação sobre o uso de alimentos em um
terreiro de umbanda na cidade de Florianópolis
Fernando César Limoeiro Muller; Claudia Hickenbick 269

Atores da Reciclagem e Dinâmicas Urbanas

Pablo Schamber

Doutor em Antropologia

E-mail: pjschamber@hotmail.com

Dagoberto José Bordin

Doutor em Antropologia; jornalista comunitário

E-mail: dagobertobordin1962@gmail.com

Simone Lira da Silva

Doutora em Antropologia Social

E-mail: simoneliradasilva@gmail.com

Prezados leitores,

A geração de resíduos sólidos municipais deve crescer de 2,3 bilhões de toneladas, em 2023, para 3,8 bilhões de toneladas, em 2050, conforme dados do Panorama Global do Manejo de Resíduos do Programa para o Meio Ambiente da ONU. Em 2020, o custo direto global do gerenciamento de resíduos foi estimado em US\$ 252 bilhões. Se considerarmos os custos ocultos de poluição, saúde precária e mudanças climáticas decorrentes de práticas inadequadas no descarte dos resíduos, o custo - ainda segundo a agência da ONU - sobe para US\$361 bilhões. “Se não forem tomadas medidas urgentes em relação ao gerenciamento dos resíduos, até 2050 esse custo anual global poderá quase dobrar, atingindo a impressionante cifra de US\$640,3 bilhões.¹ É neste contexto que os Cadernos NAUI apresentam o dossiê “Atores da Reciclagem e Dinâmicas Urbanas”. Os artigos reunidos nesta coletânea problematizam o trabalho de buscar, selecionar e reutilizar o que chamamos genericamente de lixo, enquanto um tema que perpassa diferentes questões sociais e ambientais, tais como: trabalho informal, uso do espaço público, gênero, políticas de saneamento básico e os conflitos entre a lógica da sociedade urbana de consumo e a preservação da natureza.

As últimas décadas foram marcadas pela crescente presença do tema ambiental na agenda política mundial. Cada vez mais, tragédias como a que acabamos de presenciar na região sul do Brasil - (maio de 2024) em que enchentes deixaram milhares de famílias desabrigadas e produziram toneladas de entulho - passam a ser discutidas a partir da denúncia sobre o racismo ambiental e da necessidade de compatibilizar a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico. No entanto, se em nível teórico podemos ter algum consenso nessa abordagem, do ponto de vista político e operacional estamos muito distantes de ter padrões mínimos de como proceder para evitar esse tipo de tragédia ou para recuperar esses espaços e ficamos à mercê de decisões tomadas em meio à falta de conhecimento técnico e científico das lideranças, aos interesses eleitorais e aos interesses das grandes indústrias de reciclagem.

As agendas políticas têm avançado na criação de mecanismos legais para dar conta de implementar os debates sobre os problemas socioambientais, como é o caso da lei brasileira

¹ [Panorama Global do Manejo de Resíduos em 2024 | UNEP - UN Environment Programme](#). Acesso em 3 de junho de 2024.

12.305, de 2010, mas ainda temos grandes dificuldades para colocar em prática essa legislação. Por exemplo, a Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil, traz inovações para a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos e prevendo a inclusão de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, tanto na logística reversa quanto na coleta seletiva. No entanto, a implementação dessas políticas fica a cargo de municípios que, em geral, adotam estratégias muito diversas, ora propiciando a inclusão dos catadores de lixo e favorecendo a reciclagem, ora dificultando ou até inviabilizando a participação deles para favorecer grandes empresários do setor.

Os textos reunidos aqui buscam dar conta tanto das questões implicadas no debate internacional quanto das descrições de contextos específicos nos quais a reciclagem e seus atores se fazem presentes e possíveis. Além de problematizar a dificuldade de encontrar metodologias que tragam dados estatísticos confiáveis sobre essa população, os artigos deste dossiê nos permitem ter um amplo panorama sobre as relações entre os diversos agentes da reciclagem e a sociedade à sua volta, problematizando as disputas travadas entre os catadores/recicladores e o poder público, ou entre estes trabalhadores e os outros setores da sociedade.

O dossiê inicia com o artigo “Aproximaciones para cuantificar la recuperación de residuos reciclables. Reflexiones sobre algunas experiencias de estudio”, de Juan Pablo Tagliafico, Mercedes Ramacieri, Maria Semmartin e Pablo Schamber. É um trabalho que questiona a pretensão generalizada de vários setores sociais de obter uma apreensão quantitativa do “fenômeno cartonero” como insumo para a elaboração de políticas direcionadas. Mas também destaca o enorme desafio metodológico envolvido na sua realização, devido à natureza transumante, dispersa e heterogênea da atividade, que sofre mutações em suas formas e particularidades. Em seguida, analisa analiticamente as várias estratégias metodológicas que foram implementadas na região metropolitana de Buenos Aires, Argentina para estimar a magnitude desse fenômeno e propõe uma reflexão sobre sua complexidade e a necessidade de adaptá-lo aos contextos locais.

No artigo “Indicadores de información para la gestión sostenible de residuos electrónicos”, Greta Liz Clinckspoor e María Laura Zulaica chamam a atenção para a importância de avaliações de sustentabilidade, através de indicadores precisos, que permitam a efetiva gestão do lixo eletrônico. Nesse sentido, propõem construir e avaliar dados relacionados

à sustentabilidade e às informações que a população consumidora local possui sobre dispositivos eletrônicos em Mar del Plata, Argentina. Cinco indicadores gerais foram propostos e aplicados: identificação de materiais, frequência de manutenção, conhecimento das regulamentações, conhecimento de uma empresa ou organização que lida com ER e Identificação das particularidades do ER, a definição desses indicadores e seu acompanhamento constituem uma primeira etapa para o desenvolvimento de estratégias eficazes de gestão sustentável.

“Cooperativas de recolectores de resíduos latinoamericanas como modelo base de organización inclusiva de pepenadores en México” Luis Patricio Cancino Opazo. descreve, a partir de referências bibliográficas o surgimento de cooperativas de recicladores na América Latina, a relação dessas com a economia solidária e o propósito de contrastar com os sistemas económicos tradicionais. O objetivo é apresentar e discutir os principais logros que relatam o processo de inclusão social dessas cooperativas de recicladores nos países da América Latina de forma a servir como impulso e incentivo de um modelo de base de organização para enfrentar os problemas que vivem os coletores informais de resíduos nas cidades distintas do México. O autor também compila alguns dados obtidos junto a quatro cooperativas nos países da Argentina, Chile e México evidenciando ganhos e desafios encontrados em cada uma delas e concluindo que embora seja possível criar um modelo geral de gestão para a criação e capacitação de organizações e cooperativas e recicladores, é necessário adaptar esse modelo aos diferentes cenários e características que se apresenta em cada região ou em cada grupo de pessoas que compõem esses projetos.

O objetivo do texto “Classificadores recicláveis. Entre a informalidade e a formalização. Duas faces da mesma realidade é conhecer este setor produtivo e, dentro dele, identificar suas relações assimétricas de poder. A classificação informal de resíduos faz parte do processo de reciclagem e comercialização dos materiais recicláveis e é realizada em condições de extrema vulnerabilidade social e sanitária. Por outro lado, a inclusão produtiva e social de outros classificadores - com gestão formal - nos mostra a realidade de um sistema que se apropria do aspecto cognitivo dos primeiros classificadores, sem reconhecê-los como agentes, e aprofunda tanto a dependência dos agenciamentos externos, numa aguda assimetria de poder.

Em “Nas esteiras da catação: mulheres, trabalho e cuidado em uma cooperativa de catadores/as de materiais recicláveis”, escrito por Vitória Oliveira de Souza, Viviane Kraieski

de Assunção e Mário Ricardo Guadagnin, são abordadas as relações entre gênero e trabalho em uma cooperativa de materiais recicláveis em Criciúma, Santa Catarina, Brasil. Essa pesquisa evidencia o entrecruzamento da categoria gênero e sua histórica relação com o papel de cuidado atribuído às mulheres em nossa sociedade e de como o trabalho com o lixo ao mesmo tempo em que proporciona renda e maior autonomia na gestão do tempo dessas mulheres, também as insere em uma jornada de trabalho extenuante que perpetua desigualdades sociais e de gênero.

O artigo intitulado “Integração de catadores na gestão de resíduos de instituições públicas: o caso da Universidade Federal de Ouro Preto-MG” procura elucidar os meios de integração dos catadores na coleta seletiva como elemento dos sistemas de gestão e políticas públicas brasileiros. Matheus Miranda da Silva, Marina de Medeiros Machado, Tamara Daiane de Souza e Máximo Eleotério Martins empregam pesquisa bibliográfica e estudo de caso para investigar as políticas públicas relacionadas à coleta seletiva e o papel das entidades de catadores. Eles usaram como base a coleta e a análise de dados de geração e disponibilização de resíduos para os catadores, no contexto da coleta seletiva realizada na Universidade Federal de Ouro Preto. O objetivo é promover mudanças positivas na realidade dos catadores e na gestão de resíduos sólidos urbanos municipais, neste caso especial dentro de uma instituição de ensino, referência para seus estudantes e para toda a comunidade.

“Antecedentes empíricos sobre la situación de los recuperadores urbanos en el Estado de San Pablo y en la Región Metropolitana de Buenos Aires”, de Alexander Portugheis, apresenta uma investigação comparativa entre as duas regiões, que combinou técnicas documentais audiovisuais, análise de políticas públicas metropolitanas e análise de artigos e registros em redes virtuais. O trabalho busca compreender e explicar os padrões que ocorrem nas duas regiões em termos de implantação produtiva e reprodutiva das cooperativas de catadores.

“A reciclagem e seus atores: aproximações entre Brasil e Uruguai”, de Esther Rossi e Sonia Gau Angelo, tem uma abordagem interdisciplinar, a partir da qual pretende discutir a complexidade do processo de reciclagem. Os dados empíricos foram retirados de entrevistas com diferentes atores que compõem a cadeia de reciclagem de plásticos na cidade de Las Piedras, no departamento de Canelones, Uruguai. Bem como fotografias e dados estatísticos sobre a reciclagem na cidade de Porto Alegre, no Brasil. O artigo, no entanto, não se detém em explicar estas realidades, mas parte delas para alcançar um debate maior sobre as dicotomias

capitalistas e questiona a possibilidade de continuarmos a consumir no mesmo ritmo e ainda dar viabilidade à existência sem as consequências geradas pelo acúmulo de lixo.

“Gestão integral de resíduos e inclusão social na AMBA: análise sociotécnica das tensões e sinergias dos espaços de decisão estaduais no município de Quilmes”, de Sergio Daniel Ferraro, analisa, a partir de uma abordagem sociotécnica, as etapas de implementação do modelo de Gestão Integral de Resíduos Sólidos Urbanos (GIRSU) no município de Quilmes (Buenos Aires, Argentina) vinculado às últimas gestões governamentais. O autor analisa as tensões e sinergias entre os atores envolvidos neste processo, centrando-se nos setores onde intervêm atores “cavalos” não humanos, sobre os quais surgem disputas pela sua continuidade/substituição, permitindo dar conta dos limites, contornos e negociações de políticas públicas participativas na gestão dos recicláveis.

No texto “El reciclado rurbano. Apuntes latino-americanos”, Claudia Alejandra Kenbel analisa os conflitos decorrentes do uso de cavalos para puxar carroças de materiais recicláveis no contexto urbano de cidades do Brasil e da Argentina. A autora descreve a relação dos recicladores com seus cavalos, inseridos em um contexto permeado, de um lado, pelo discurso sobre maus-tratos aos animais decorrentes das novas agendas políticas urbanas e, de outro, pelo imaginário do homem do campo do sul do Brasil e da Argentina e seu cavalo como seres inseparáveis. Ela se apropria do conceito rurbano para entender as experiências de recicladores condenados por usar cavalos no seu trabalho, homens que, segundo ela, estão no meio do caminho, nem rural nem urbano, e que vivem uma vida de sacrifício para sustentar a si mesmos e aos seus animais.

Presentación

Según datos del Panorama Mundial de la Gestión de Residuos del Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, se prevé que la generación de residuos sólidos urbanos aumente de 2.300 millones de toneladas en 2023 a 3.800 millones de toneladas en 2050. En 2020, el coste mundial directo de la gestión de residuos se estimó en 252.000 millones de dólares. Si tenemos en cuenta los costes ocultos de la contaminación, los efectos en la salud y el cambio climático derivados de prácticas inadecuadas de eliminación de residuos, el coste - siempre según la agencia de la ONU- se eleva a 361.000 millones de dólares. «Si no se toman

medidas urgentes en materia de gestión de residuos, en 2050 este coste anual global podría casi duplicarse, alcanzando la escalofriante cifra de 640.300 millones de dólares». En este contexto, Cuadernos NAUI presenta el dossier «Actores del reciclaje y dinámicas urbanas». Los artículos de esta colección problematizan el trabajo de búsqueda, selección y reutilización de lo que genéricamente llamamos residuos, como un tema transversal a diferentes cuestiones sociales y ambientales, tales como: el trabajo informal, el uso del espacio público, el género, las políticas de saneamiento básico y los conflictos entre la lógica de la sociedad urbana de consumo y la preservación de la naturaleza.

Las últimas décadas han estado marcadas por la fuerte presencia de la cuestión ambiental en la agenda política mundial. Cada vez más, tragedias como la que acabamos de presenciar en la región sur de Brasil (mayo de 2024) en la que las inundaciones dejaron sin hogar a miles de familias y produjeron toneladas de escombros, se debaten desde el punto de vista de la denuncia del racismo ambiental y de la necesidad de hacer compatibles la conservación del medio ambiente, la justicia social y el crecimiento económico. Sin embargo, si a nivel teórico podemos tener cierto consenso sobre este planteamiento, desde el punto de vista político y operativo estamos muy lejos de alcanzar normas mínimas sobre cómo proceder para evitar este tipo de tragedias o recuperar estos espacios, y estamos a merced de decisiones tomadas en medio de la falta de conocimientos técnicos y científicos por parte de los dirigentes, de los intereses electorales y de los intereses de las grandes industrias del reciclaje.

Las agendas políticas han avanzado en la creación de mecanismos legales para implementar los debates sobre los problemas socioambientales, como es el caso de la ley brasileña 12.305 de 2010. Sin embargo, todavía tenemos grandes dificultades para poner en práctica toda esta legislación. Por ejemplo, la Política Nacional de Residuos Sólidos en Brasil, aporta innovaciones a la gestión de los residuos sólidos y prevé la inclusión de los recicladores de materiales reciclables y reutilizables tanto en la logística inversa como en la recogida selectiva. Sin embargo, la implementación de estas políticas es responsabilidad de los municipios que, en general, adoptan estrategias muy diferentes, a veces incentivando la inclusión de los recicladores y favoreciendo el reciclaje, a veces dificultando o incluso imposibilitando su participación para favorecer a los grandes empresarios del sector.

Los textos aquí reunidos pretenden abordar tanto las cuestiones implicadas en el debate internacional como las de contextos específicos en los que el reciclaje y sus agentes están

presentes y son posibles. Además de problematizar la dificultad de encontrar metodologías que proporcionen datos estadísticos fiables sobre esta población, los artículos de este dossier permiten tener una visión amplia de las relaciones entre los distintos agentes del reciclaje y la sociedad que los rodea, problematizando las disputas entre recolectores/ recicladores y autoridades públicas, o entre estos trabajadores y otros sectores de la sociedad.

El dossier se abre con el artículo «Aproximaciones a la cuantificación de la valorización de residuos reciclables. Reflexiones sobre algunas experiencias de estudio», de Juan Pablo Tagliafico, Mercedes Ramacieri, María Semmartin y Pablo Schamber. Se trata de un trabajo que cuestiona el reclamo generalizado de diversos sectores sociales para obtener una aprehensión cuantitativa del «fenómeno cartonero» como insumo para el desarrollo de políticas focalizadas. Pero también destaca el enorme desafío metodológico que implica su realización, debido al carácter trashumante, disperso y heterogéneo de la actividad, que sufre mutaciones en sus formas y particularidades. A continuación, analiza las distintas estrategias metodológicas que se han implementado en la región metropolitana de Buenos Aires para estimar la magnitud de este fenómeno y propone una reflexión sobre su complejidad y la necesidad de adaptarla a los contextos locales.

En el artículo «Indicadores de información para la gestión sostenible de residuos electrónicos», Greta Liz Clinckspoor y María Laura Zulaica llaman la atención sobre la importancia de realizar evaluaciones de sostenibilidad utilizando indicadores precisos que permitan una gestión eficaz de los residuos electrónicos. Para ello, proponen construir y evaluar datos relacionados con la sustentabilidad y la información que la población consumidora local tiene sobre los aparatos electrónicos en Mar del Plata, Argentina. Las autoras, propusieron y aplicaron cinco indicadores generales: identificación de materiales, frecuencia de mantenimiento, conocimiento de la normativa, conocimiento de una empresa u organización que se ocupa de los RE e identificación de las particularidades de los RE. La definición de estos indicadores y su seguimiento constituyen una primera etapa en el desarrollo de estrategias efectivas de gestión sustentable.

«Cooperativas de recolectores de residuos latinoamericanas como modelo base de organización inclusiva de pepenadores en México» de Luis Patricio Cancino Opazo, describe, con base en referencias bibliográficas, el surgimiento de las cooperativas de recicladores en América Latina, su relación con la economía solidaria y el propósito de contrastarlas con los

sistemas económicos tradicionales. El objetivo es presentar y discutir los principales logros en el proceso de inclusión social de estas cooperativas de recicladores en los países latinoamericanos para que sirvan de impulso e incentivo a un modelo organizativo básico para enfrentar la problemática de los recolectores informales de residuos en diferentes ciudades de México. El autor también recopila algunos datos obtenidos de cuatro cooperativas en los países de Argentina, Chile y México, destacando los logros y retos encontrados en cada una de ellas y concluyendo que si bien es posible crear un modelo general de gestión para la creación y formación de organizaciones y cooperativas y recicladores, es necesario adaptar este modelo a los diferentes escenarios y características que se presentan en cada región o en cada grupo de personas que conforman estos proyectos.

El objetivo del texto «Clasificadores de reciclables. Entre la informalidad y la formalización. Dos caras de una misma realidad» de Esther Mayara Zambon Rossi, apunta a conocer este sector productivo y, dentro de él, identificar sus relaciones asimétricas de poder. La clasificación informal de residuos forma parte del proceso de reciclaje y comercialización de materiales reciclables y se realiza en condiciones de extrema vulnerabilidad social y sanitaria. Por otro lado, la inclusión productiva y social de otros clasificadores -con gestión formal- nos muestra la realidad de un sistema que se apropia del aspecto cognitivo de los primeros clasificadores, sin reconocerlos como agentes, y profundiza su dependencia de agencias externas, en una aguda asimetría de poder.

En «En las cintas de clasificación: mujeres, trabajo y cuidado en una cooperativa de recicladores de materiales reciclables», escrito por Vitória Oliveira de Souza, Viviane Kraieski de Assunção y Mário Ricardo Guadagnin, se discuten las relaciones entre género y trabajo en una cooperativa de materiales reciclables en Criciúma, Santa Catarina, Brasil. Esta investigación pone de relieve la intersección de la categoría de género y su relación histórica con el papel de cuidado atribuido a las mujeres en nuestra sociedad y cómo el trabajo con la basura, al tiempo que proporciona ingresos y una mayor autonomía en la gestión del tiempo de estas mujeres, también las inserta en una agotadora jornada laboral que perpetúa las desigualdades sociales y de género.

El artículo titulado «Integración de los recicladores en la gestión de residuos de las instituciones públicas: el caso de la Universidad Federal de Ouro Preto-MG» busca dilucidar los medios de integración de los recicladores en la recolección selectiva como elemento de los

sistemas de gestión y de las políticas públicas brasileñas. Matheus Miranda da Silva, Marina de Medeiros Machado, Tamara Daiane de Souza y Máximo Eleotério Martins, a partir de investigación bibliográfica y estudio de caso analizan las políticas públicas relacionadas con la recolección selectiva y el papel de las organizaciones de recicladores. Los/as autores/as utilizaron como base la recolección y el análisis de datos sobre la generación y la disponibilidad de residuos para los recicladores en el contexto de la recolección selectiva realizada en la Universidad Federal de Ouro Preto. El objetivo es promover cambios positivos en la realidad de los recicladores y en la gestión de los residuos sólidos urbanos municipales, en este caso particular dentro de una institución educativa que es referencia para sus alumnos y para toda la comunidad.

«Antecedentes empíricos sobre la situación de los recuperadores urbanos en el Estado de San Pablo y en la Región Metropolitana de Buenos Aires», de Alexander Portugheis, presenta una investigación comparativa entre las dos regiones, que combinó técnicas documentales audiovisuales, análisis de políticas públicas metropolitanas y análisis de artículos y registros en redes virtuales. El trabajo busca comprender y explicar los patrones que se dan en las dos regiones en cuanto a la implementación productiva y reproductiva de las cooperativas de recicladores.

«El reciclaje y sus actores: aproximaciones entre Brasil y Uruguay», de Esther Rossi y Sonia Gau Angelo, adopta un enfoque interdisciplinario, a partir del cual pretende discutir la complejidad del proceso de reciclaje. Los datos empíricos fueron extraídos de entrevistas a diferentes actores que componen la cadena de reciclaje de plásticos en la ciudad de Las Piedras, en el departamento de Canelones, Uruguay, así como de fotografías y datos estadísticos sobre el reciclaje en la ciudad de Porto Alegre, Brasil. El artículo, sin embargo, no se queda en la explicación de estas realidades, sino que parte de ellas para llegar a un debate mayor sobre las dicotomías capitalistas y cuestiona la posibilidad de seguir consumiendo al mismo ritmo y poder seguir existiendo sin las consecuencias que genera la acumulación de basura.

«Gestión integral de residuos e inclusión social en el AMBA: análisis socio-técnico de las tensiones y sinergias de los espacios estatales de decisión en el municipio de Quilmes», de Sergio Daniel Ferraro, analiza, desde un enfoque socio-técnico, las etapas de implementación del modelo de Gestión Integral de Residuos Sólidos Urbanos (GIRSU) en el municipio de Quilmes (Buenos Aires, Argentina) vinculadas a las últimas gestiones de gobierno. El autor

analiza las tensiones y sinergias entre los actores involucrados en este proceso, focalizando en los sectores en los que intervienen actores no humanos (caballos), sobre los que se plantean disputas por su continuidad/reemplazo, permitiendo dar cuenta de los límites, contornos y negociaciones de las políticas públicas participativas en la gestión de los reciclables.

En el texto «El reciclado rurbano. Apuntes latinoamericanos», Claudia Alejandra Kenbel analiza los conflictos derivados del uso de caballos para tirar de carros de materiales reciclables en el contexto urbano de ciudades de Brasil y Argentina. La autora describe la relación entre los recicladores y sus caballos en un contexto permeado, por un lado, por el discurso sobre el maltrato a los animales resultante de las nuevas agendas políticas urbanas y, por otro, por el imaginario de los hombres rurales del sur de Brasil y Argentina y sus caballos como seres inseparables. Se apropia del concepto de rururbano para comprender las experiencias de los recicladores condenados por utilizar caballos en su trabajo, hombres que, según ella, están en medio del camino, ni rurales ni urbanos, y que viven una vida de sacrificio para mantenerse a sí mismos y a sus animales.



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Atores da Reciclagem e Dinâmicas Urbanas

V 13 | n 24 | jan-jun 2024

Aproximaciones para cuantificar la recuperación de residuos reciclables. Reflexiones sobre algunas experiencias de estudio

Juan Pablo Tagliafico; Mercedes Ramacieri; Mercedes Semmartin; Pablo Schamber



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauui.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

TAGLIAFICO, Juan Pablo; RAMACIERI, Mercedes; SEMMARTIN, Mercedes; SCHAMBER, Pablo. Aproximaciones para cuantificar la recuperación de residuos reciclables. Reflexiones sobre algunas experiencias de estudio. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 13, n. 24, p. 18-36, jan-jun 2024. Semestral.

© NAUI

Aproximaciones para cuantificar la recuperación de residuos reciclables. Reflexiones sobre algunas experiencias de estudio

Juan Pablo Tagliafico¹
Mercedes Ramacieri²
Mercedes Semmartin³
Pablo Schamber⁴

Resumen

La recolección de residuos reciclables en Argentina ha venido mutando sus formas y particularidades, especialmente en el Área Metropolitana de Buenos Aires. Su deseable aprehensión cuantitativa, en tanto insumo para la elaboración de políticas focalizadas, representa enormes desafíos debido a la naturaleza trashumante, dispersa y heterogénea de la actividad. Para estimar su magnitud se han ejecutado diversas estrategias metodológicas. En este artículo analizamos algunas de ellas y promovemos un ejercicio reflexivo sobre su complejidad y necesidad de adaptación a los contextos locales.

Palabras clave: reciclaje; recolectores; residuos sólidos urbanos.

Abordagens para quantificar a recuperação de resíduos recicláveis. Reflexões sobre algumas experiências de estudo

Resumo

A coleta de resíduos recicláveis na Argentina vem mudando suas formas e particularidades, principalmente na Região Metropolitana de Buenos Aires. A sua desejável apreensão quantitativa, como insumo para o desenvolvimento de políticas focadas, representa enormes desafios devido à natureza transumante, dispersa e heterogênea da atividade. Para estimar sua magnitude, diversas estratégias metodológicas foram executadas. Neste artigo analisamos alguns deles e promovemos um exercício reflexivo sobre a sua complexidade e necessidade de adaptação aos contextos locais.

Palavras-Chave: reciclagem, catadores, resíduos sólidos urbanos.

¹ Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires / Departamento de Economía y Administración, Universidad Nacional de Quilmes / CONICET. jtagliafico@sociales.uba.ar ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9466-1210>

² Departamento de Recursos Naturales, Facultad de Agronomía de la Universidad de Buenos Aires. mramacieri@agro.uba.ar ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4563-7147>

³ Departamento de Recursos Naturales, Facultad de Agronomía de la Universidad de Buenos Aires/CONICET. semmarti@agro.uba.ar ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0518-6037>

⁴ Universidad Nacional Arturo Jauretche / Universidad Nacional de Quilmes / Conicet / RIAR. pjschamber@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3458-3182>

Approaches to quantify the recovery of recyclable waste. Reflections on some study experiences

Abstract

The collection of recyclable waste in Argentina has been changing its forms and particularities, especially in the Metropolitan Area of Buenos Aires. Its desirable quantitative apprehension, as an input for the elaboration of targeted policies, represents enormous challenges due to the transhumant, dispersed and heterogeneous nature of the activity. Various methodological strategies have been used to estimate its magnitude. In this article we analyze some of them and we promote a reflective exercise on their complexity and the need to adapt them to local contexts.

Keywords: recycling, waste pickers, municipal solid waste.

[...] a pesar de que en sus inicios las políticas coloniales de cuantificación estaban diseñadas en base a un imperativo utilitario, yo quisiera sugerir que los números, gradualmente, fueron pasando a ser, de manera mucho más importante, componentes de la ilusión del control burocrático y clave de un imaginario colonial en el que las abstracciones contables, tanto de personas como de recursos, en cada nivel que uno se pueda imaginar y por cada tipo de propósito que uno pueda concebir, crearon la idea de que se estaba ante una realidad indígena controlable (APPADURAI, 2001).

Antes de ser un número, el indicador es un enunciado acerca de la sociedad (DESROSIÈRES, 2008).

1. Introducción

Las prácticas de recolección, clasificación y recuperación de materiales reciclables entre los residuos constituyen una actividad histórica a nivel global. En la Argentina, en las últimas décadas, se han vuelto especialmente visibles en los ámbitos urbanos. Se trata de una actividad que, sin embargo, adquiere especificidades de acuerdo a los lugares y tiempos en los que se halla. Varios trabajos ahondaron en la genealogía de las estrategias de tratamiento de residuos en el territorio de la actual Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA)⁵ y, especialmente, en lo que refiere a la clasificación de materiales reciclables (DIMARCO, 2010; SCHAMBER, 2008; SUÁREZ, 2016; PERELMAN, 2010)

⁵ El AMBA se compone por el distrito de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA) y 40 municipios de la Provincia de Buenos Aires, constituye un área urbana de 3.833 km² y concentra aproximadamente el 35% de la población nacional. Esto la convierte en el área geográfica más poblada de Argentina y uno de los centros urbanos más relevantes del país.

Desde fines del siglo XX, la actividad de recolección de residuos sólidos urbanos reciclables o reutilizables tanto en la vía pública como en sitios de disposición final es una alternativa a la que recurre un sector de la población argentina como fuente generadora de ingresos. Esos residuos se comercializan en instalaciones comúnmente denominadas depósitos y finalmente se reciclan mediante procesos industriales. La modalidad de la práctica de recolección, preponderantemente cuentapropista, es muy heterogénea. Algunos la ejercen sistemáticamente, otros en forma eventual o esporádica, dependiendo de la existencia de fuentes de ingresos alternativas; hay quienes se movilizan a pie mientras que otros recurren a carros a caballo, bicicletas, ciclomotores u otro tipo de vehículos.

Hace algunas décadas que el sector comenzó a recibir mayor atención desde las políticas públicas relacionadas con la gestión de los residuos. Se ha valorado su aporte al cuidado del ambiente, en el sentido en que facilita la llegada de insumos reciclables a las industrias (lo que disminuye el uso de materias primas vírgenes), disminuye la necesidad de recolección y transporte de desperdicios, y prolonga la vida útil de los sitios de disposición final de residuos, entre otros aspectos. Este interés se ha canalizado en la inclusión de *cartoneros*⁶ a diferentes instancias de gestión de residuos, principalmente a través de la formalización de cooperativas de trabajo (CARENZO; FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, 2011; SORROCHE, 2015). Dichas organizaciones cumplen funciones en la gestión pública de los residuos, en la promoción ambiental, en la recolección diferenciada o en la operación y gestión de plantas de clasificación y valorización de materiales. No obstante, aunque existan residuos reciclables accesibles y demanda industrial para adquirirlos, en la medida en que escasean otras alternativas generadoras de ingresos, las políticas inclusivas en materia de gestión de residuos no logran incorporar a todos los que se dedican a esta actividad.

Para el diseño y la implementación de políticas públicas resulta crítico contar con información objetiva y precisa respecto del ámbito sobre el que se pretende intervenir. Esa información permite delinear el perfil de las intervenciones y además tiene valor como “línea de base” en relación a la cual luego podrán evaluarse sus resultados e impactos. Uno de los insumos para diseñar tales políticas públicas no solo consiste en la información sobre los

⁶ Hacia finales de la década de 1990 y comienzos del siglo XXI, en el marco de una creciente crisis económica y social en Argentina, la categoría de “cartoneros” fue generalizándose principalmente a partir del uso que realizaban los medios masivos de comunicación para designar a un creciente número de personas que recolectaban residuos reciclables, sobre todo papeles y cartones para su posterior comercialización. Esta categoría, en muchos casos, se tornó una categoría de “autoadscripción” y perduró en el tiempo como una figura de identificación colectiva.

aspectos propios del sector en términos de sus contextos y formas de trabajo, sino también sobre su magnitud. Sin embargo, las estimaciones disponibles suelen ser escasas y notablemente dispares. Una serie de factores vinculados con la dispersión, la atomización, la trashumancia y la heterogeneidad de formas en que se ejerce el oficio de la recolección de manera independiente (y mayoritariamente no registrada), plantea un desafío particular para cuantificar el sector.

A su vez, la actividad de recuperación de residuos reciclables por parte de los cartoneros forma parte de un circuito más amplio. El circuito de reciclaje puede ser abordado a partir de los distintos eslabones que componen sus cadenas (producción, generación de residuos, recolección, clasificación, reciclaje, etc.). Es posible diseñar diferentes estrategias que busquen estimar el flujo de materiales reciclables, ya sea desde la generación de productos, a partir de la recolección de sus residuos asociados (embalajes) o también desde la recepción que realizan las industrias del reciclaje. Todas estas cuantificaciones posibles presentan ventajas y obstáculos. En las últimas décadas, en el caso del AMBA, ha sido la recolección o recuperación de materiales reciclables realizada por cartoneros la que constituyó un objeto privilegiado para la indagación en torno al circuito de reciclaje y la estimación de sus flujos.

Una de las estimaciones sobre la cantidad de cartoneros, que tuvo una importante repercusión en el AMBA, fue la que difundió el antropólogo Francisco Suárez de la Universidad Nacional de General Sarmiento en una nota publicada por el diario La Nación el 1 de julio de 2001. Allí expresó: “en la región metropolitana trabajan 100.000 cirujas” (HIMITIAN, 2001). Para ese entonces, la implementación del Registro Único de Recuperadores (RUR) de la Ciudad de Buenos Aires incluía solamente 8000 inscriptos. No obstante la disparidad de las cifras, los aspectos metodológicos que permitieron tales estimaciones prácticamente no recibieron atención. La emergencia del fenómeno cartonero de principios de siglo XXI también sugirió, como mostraron otros trabajos (DIMARCO, 2010), una mutación en los modos de concebir la actividad como un trabajo y los residuos como objetos potencialmente reutilizables. En este sentido, una “misma práctica” y los “mismos objetos” vieron modificado su propio *status* al transformarse los sentidos que cargaban y el modo en que se los ponía en relación con otra serie de elementos, de la ilegalidad al mundo del trabajo, de objeto destinado al entierro a un objeto portador de valor. A su vez, trabajos anteriores señalan que la pluralidad de modos de nominación de prácticas en torno a los residuos, más allá de cuestiones axiológicas o valorativas, implican también una serie de diagnósticos, preceptos y pautas de acción que muchas veces incorporan situaciones demasiado heterogéneas (SCHAMBER; SARANDÓN;

TAGLIAFICO, 2019). En consecuencia, los sentidos sobre las prácticas y los objetos, junto con sus diferentes modos de nominación, juegan un papel central a la hora de diseñar e implementar metodologías de cuantificación del circuito de reciclaje en general y de la actividad de recuperación de residuos reciclables en particular. Reparar en estos diferentes modos de nominación y de medición de un sujeto/objeto al que se hace referencia resulta fundamental a la hora de aceptar, validar y difundir una medición o determinado diagnóstico.

Si otros trabajos ya se han dado la tarea de analizar las modalidades de nominación sobre los recuperadores de residuos reciclables, este trabajo pretende promover una reflexión sobre los instrumentos metodológicos que pueden emplearse con el propósito de cuantificar la magnitud de este sector. Concretamente, nos proponemos identificar las estrategias metodológicas más adecuadas para medir la cantidad de recuperadores existentes en un momento dado en un territorio concreto. Para ello primero se revisan algunas experiencias que buscaron cuantificar el fenómeno en el AMBA y se analizan algunas fortalezas y debilidades que presentan. Finalmente, se desprenden una serie de reflexiones sobre las distintas estrategias para su posible replicación en distintos territorios y jurisdicciones y las implicancias epistémico-metodológicas que ello conlleva.

2. Desarrollo

2.1 Experiencias de cuantificación de recuperadores en el AMBA

A continuación, entonces, presentamos algunas experiencias de cuantificación que nos permiten dar cuenta del desarrollo de herramientas de medición de la actividad de recuperación de residuos reciclables en el AMBA.

Encuesta permanente de Hogares (EPH). En la publicación del día 26 de julio de 2002 del diario Clarín (2002a), bajo el título “Hay más de 200.000 cartoneros y truequistas”, se reproducían los resultados de la EPH, implementada por el Instituto Nacional de Estadísticas y Censos de la Argentina (INDEC). Un análisis más profundo de la publicación y del informe original revelaba que, en realidad, esa cifra daba cuenta de más de 26 sub-categorías de empleos precarios y cuentapropistas, dentro de las cuáles los “vendedores ambulantes” representaba la mayor parte. Sin embargo, no resultó posible desagregar la sub-categoría bajo la que pudieran identificarse los recolectores informales de residuos, ni para aquel año ni para ningún otro. Un pedido formal hecho oportunamente a la Dirección de Estudios Especiales del mencionado

Instituto por parte de uno de los autores, obtuvo como respuesta la imposibilidad de acceder a esos registros, tanto porque no se computan con el nivel de desagregación requerido, como por el hecho de que eventualmente podría verse afectada la preservación del anonimato de las fuentes.

Relevamiento en dos municipios del Gran Buenos Aires (Universidad Nacional General Sarmiento). El trabajo de Francisco Suárez comentado en la introducción, tuvo un alto grado de validación y utilización como punto de partida de otros análisis. Esa estimación se obtuvo en el marco de un convenio de colaboración de dicha universidad con el municipio de José Carlos Paz —“Estudio de la recuperación y reciclaje de residuos y reducción de la vulnerabilidad social de los trabajadores informales” del Programa de Desarrollo Local de 1999— que a su vez fue profundizado en una tesis de maestría (SUÁREZ, 2001). La estrategia metodológica para tal estimación consistió en una primera identificación de los depósitos de compra-venta de papel y cartón en dos municipios vecinos (José C. Paz y Malvinas Argentinas). En ese relevamiento se registraron 39 depósitos que permitieron implementar entrevistas semi-estructuradas a los propietarios de esos depósitos y a los recolectores que concurrían a ellos para comercializar el material recolectado. El siguiente cuadro, que se reproduce en ambos estudios, es la base que permite llegar a la cantidad antes señalada.

Cuadro 1 – Cantidad de trabajadores de la recolección y tratamiento de residuos reciclables, según tipo de sujetos, en los municipios de José C. Paz y Malvinas Argentinas, Provincia de Buenos Aires, Argentina

Tipo de sujetos	Municipios	
	José C. Paz	Malvinas Argentinas
Intermediarios, encargados y trabajadores de los depósitos de primero y segundo nivel de acopio	59	62
Recolectores informales que asisten cotidianamente al centro de acopio	326	255
Recolectores informales que asisten con una frecuencia mayor a tres veces por semana a un centro de acopio	147	235
Total	522	552

Fuente: Suárez, 2001.

Haciendo un explícito redondeo, Suárez estima que en ambos municipios existen aproximadamente 1.000 hogares que participan de las cadenas de recolección de residuos. En la nota al pie número 29 de su tesis, considerando de manera estandarizada que en cada hogar participan de la actividad cuatro miembros (unos realizando efectivamente la recolección y otros clasificando en el hogar), sostiene que esos 1.000 hogares implican 4.000 recolectores (SUÁREZ, 2001, p. 22-23). Es decir, homogeniza la cantidad de miembros que en cada hogar participa de tareas relacionadas con la actividad y considera a todos del mismo modo: como recolectores. Luego, empleando datos de fuentes oficiales (INDEC), señala que los dos municipios involucrados representan el 3,8% de la población de la Región Metropolitana (RMBA) y, por lo tanto, “un cálculo lineal (con las salvedades del caso) nos aproximaría a la cifra de 26.000 hogares y 100.000 individuos recolectando informalmente materiales en la RMBA”. Luego, en su trabajo *La Reina del Plata*, Suárez (2016, p. 225) precisa la lectura sobre el dato y señala que esas 100.000 personas eran quienes “vivían de la recolección de residuos”⁷.

Nada más elocuente de la variedad de estimaciones arrojadas a partir de entonces, y de la ausencia del requerimiento sobre el modo como se obtuvieron los datos, que la siguiente cita del diario La Nación pero del 4 de agosto de 2002

Según Francisco Suárez, “en 1.999 unas 25.000 personas vivían del cirujeo en toda el área metropolitana. Hoy podrían ser el doble. O más”. Para el diputado porteño peronista Eduardo Valdés, uno de los más fuertes impulsores de que los cartoneros desorganizados se unan en cooperativas, ‘en la ciudad cada noche hay unas 50.000’ abocadas al cirujeo. Para la también diputada peronista María Laura Leguizamón “alrededor de 100.000” porteños y bonaerenses viven de la recolección informal (LA NACIÓN, 2002a).

El propio Suárez (2016) aclara posteriormente, que una metodología similar fue utilizada en el 2015 por el municipio de La Matanza (AMBA), donde se contabilizaron 2.500 recuperadores realizando la actividad en la localidad (MUNICIPALIDAD DE LA MATANZA, 2015).

Cien mil, la mitad o un cuarto, no son los únicos valores manejados por los funcionarios y difundidos sin cuidado por los medios. Siempre sin indicar el procedimiento que permitió a la fuente llegar a un determinado número, pueden encontrarse un repertorio de cifras en los diarios:

⁷ Destacado nuestro.

La recolección de papel y cartón se transformó en la vía de ingresos de 154.000 personas, que recorren 28 regiones del país (CLARÍN, 2002b).

Se calcula que cerca de 35.000 personas recorren las calles porteñas buscando papel y cartón. Ellas constituyen el primer eslabón de la cadena informal de recolección de residuos y trasladan cada noche unos 8.000 kilos de material reciclable (LA NACIÓN, 2002b).

Enrique Carelli, subsecretario de seguridad de la comuna, opinó: “La actividad de los cartoneros favorece estos hechos, porque es muy difícil controlar la calle cuando cada noche hay 40 mil personas revolviendo basura y con changuitos repletos de cosas” (CLARÍN, 2002c).

Las cooperativas que reúnen a los cartoneros estiman que son 40 mil las personas que salen diariamente “a cartonear” (CLARÍN, 2002d).

¿Hay menos cartoneros en las calles porteñas que a mediados de 2002?. Según estimaciones oficiales sí. Hoy se los calcula en casi 10.000 (CLARÍN, 2005).

Registros de recuperadores. Dentro de este tipo de estrategias de cuantificación se destacan algunas experiencias:

Registro Único de Recuperadores (RUR) que recorren la Ciudad de Buenos Aires. Aunque también se hicieron registros posteriores en forma menos sistemática, a continuación se presentan algunos resultados obtenidos a través del RUR durante el período que va desde el inicio del registro el 5 de octubre de 2002 hasta 31 de diciembre de 2003. En el transcurso de tiempo mencionado se registraron 8.153 recuperadores en la CABA, de los cuales más de las dos terceras partes (71,1%) eran varones.

El modo en que se llega a las cifras que se presentan involucra un proceso de medición gradual mediante lo que en el Programa de Recuperadores Urbanos (PRU) de la Dirección General de Reciclado del Gobierno de la CABA se denominaba “operativos de campo” (en el período involucrado se llevaron a cabo 71 operativos). Estos operativos consistían en la instalación de mesas de registros en horarios y sitios de mucho tránsito de recuperadores (estaciones de trenes, plazas y depósitos de la ciudad fundamentalmente). Esta indicación es relevante ya que da cuenta de un procedimiento diacrónico, a través del cual se obtienen cantidades por acumulación. En el análisis de los resultados obtenidos también debe contemplarse la incidencia de los lugares de la ciudad donde se llevaron a cabo los operativos; vale decir que, si dichos operativos se llevaron a cabo preponderantemente en las estaciones de trenes, no será extraño que sobre el total de los registrados la mayoría indique que es precisamente ese el transporte utilizado para acceder a la CABA.

El RUR continuó abierto e inscribiendo recuperadores. Entre octubre de 2002 y mayo de 2008 registró en total unas 16.608 personas. Aunque desde la Dirección General de Reciclado de la Ciudad se estimaba que las repeticiones no superan los cien casos, el registro no contempla bajas ni intermitencias en la actividad (SUÁREZ, 2016, p. 225). En este sentido, dentro del registro pueden encontrarse casos que habiendo estado en actividad durante los primeros años la abandonaron en los últimos tiempos.

Organización Internacional para las Migraciones (OIM) y el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF). En 2004, estas dos organizaciones llevaron a cabo un diagnóstico sobre trabajo infantil en la recuperación y reciclaje de residuos que también estimó la cantidad de recuperadores. De acuerdo a un conteo observacional en las estaciones de trenes y a la información brindada por informantes claves en los principales asentamientos precarios de la ciudad, este estudio registró 8.762 personas dedicadas a la actividad en la CABA. Hay que tener en cuenta que en este caso la cifra incluye a menores de edad, siendo entonces estimativamente 6.941 los mayores de 14 años (a efectos de comparar con los datos del RUR de un año antes). Este relevamiento fue sucedido, a mediados de 2005, por la presentación de un recurso de amparo por parte de un grupo de abogados y militantes sociales en el Juzgado del Juez Roberto Andrés Gallardo, lo que dio lugar al denominado “Amparo Montenegro”, un recurso en contra del Gobierno de la Ciudad en el cual se denunciaba el trabajo infantil en la recuperación informal de residuos y se exhortaba al Poder Ejecutivo local a tomar medidas para impedirlo (GURRIERI CASTILLO, 2020, p. 79).

Iniciativa Regional para el Reciclaje Inclusivo (IRR, alianza público-privada liderada por el Fondo Multilateral de Inversiones (FOMIN) del Grupo Banco Interamericano de Desarrollo (BID). En 2017, se publicaron los resultados de un estudio sobre el contexto institucional y operativo del reciclaje inclusivo, realizado en 12 ciudades de América Latina y el Caribe e impulsado por la IRR, con el propósito de conocer la situación actual de inclusión y formalización de los recolectores de residuos reciclables (EIU, 2017). El relevamiento contempló indicadores cualitativos y cuantitativos considerando las características sociodemográficas de las ciudades y sus respectivos sistemas de gestión de los residuos. El informe, que incorporaba datos sobre la CABA, incluyó las nociones de “reciclaje inclusivo” y “recicladores de base”. Este último concepto incluía a trabajadores formales e informales. El amplio alcance de la definición adoptada contempla tanto a los “empleados municipales o de empresas privadas que recogen de manera informal materiales que pueden revenderse”, como

a quienes en los sitios de disposición recuperan los materiales que descargan los camiones en los que se trasladan los primeros.

La diversidad marcada no solo se presenta entre las ciudades examinadas en el estudio, sino inclusive al interior de ellas; así para el caso de Montevideo se contemplan a los que trabajan en plantas de clasificación contratados con sueldo fijo por un Fideicomiso, a los que pertenecen a cooperativas y prestan servicios a empresas, a los que realizan transporte a grandes generadores y no recuperan, a los que recuperan en la vía pública y a los que recuperan en el relleno Felipe Cardoso. En el caso de la Ciudad de Buenos Aires, el reporte, como mencionamos, utiliza distintas terminologías enmarañando la posibilidad de poder apreciar la situación. En un párrafo de la página 46 se dice que hay 5.500 recicladores de base asociados en función de una estimación que no incluye a los recicladores informales, pero en el párrafo siguiente se destaca la existencia de 12 cooperativas que agrupan a 5.500 recicladores informales, y en la página siguiente se habla de los “recicladores informales que trabajan contratados por el Municipio” (EIU, 2017, p. 47).

Censo de Trabajadores/as de la Recuperación de Residuos del municipio de General San Martín en la Provincia de Buenos Aires. Desde la Dirección de Gestión Ambiental del Municipio de General San Martín y el Área de Ambiente y Política de la Universidad Nacional de San Martín se impulsó en 2021 el “Primer Censo de Trabajadores/as de la Recuperación de Residuos de San Martín”. El Censo se propuso el objetivo de “construir una base de datos sólida de carácter público sobre la situación de los/as trabajadores/as en la recuperación de residuos de General San Martín en aras de generar políticas públicas que atiendan a las problemáticas de dicha población” (FERNÁNDEZ *et al.*, 2021, p. 3). Para su realización, se construyó una encuesta (con los ejes: Datos personales, Modalidad en la que realiza el trabajo de recuperación de residuos, Forma organizativa en la que realiza el trabajo, Geográfica, Laborales, Salud, Socio-Educativos; se construyó un cuestionario general y se adaptó según el/la trabajador/a sea Independiente, Organizado, Carrero o Quemero) y se realizó un georreferenciamiento de “sitios claves” que incluía puntos de ventas, puntos de recolección, puntos de concentración de recuperadores/as, puntos de concentración de generadores. Además, se acordó con diferentes referentes y actores claves de organizaciones e instituciones vinculadas a la actividad. Todo el censo se planificó para ocho meses de trabajo (desde mayo a diciembre de 2021). Como forma de intentar abarcar la heterogeneidad de situaciones que presentan distintos actores que trabajan con residuos en el municipio, se utilizó la categoría de “trabajador/a de la recuperación de

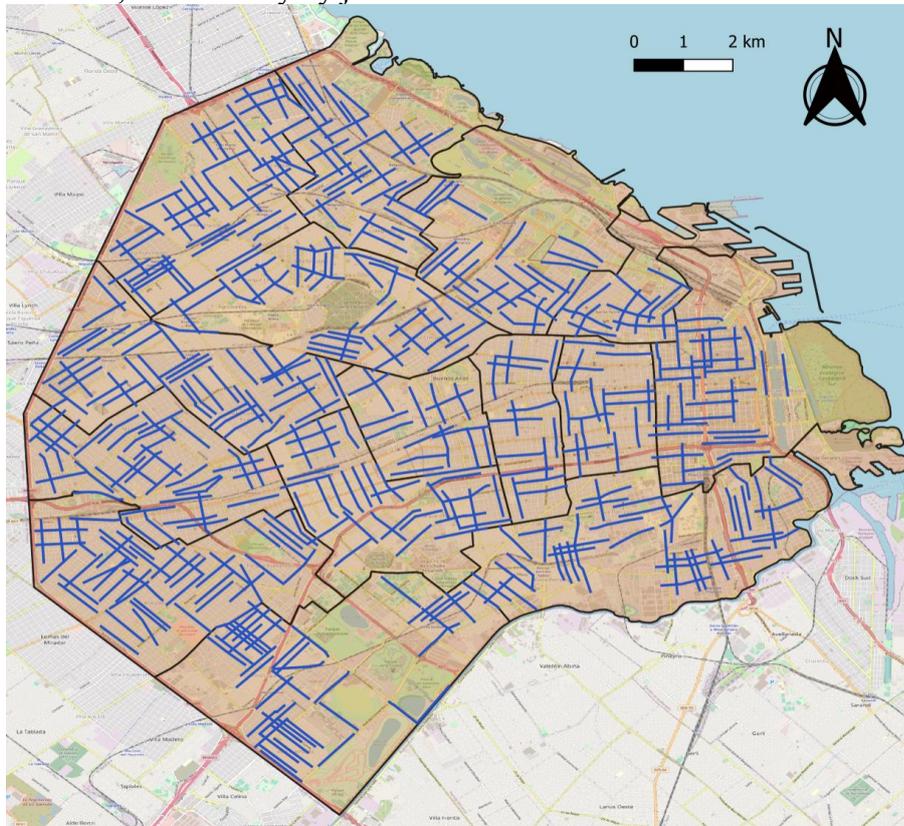
residuos” y se los distinguió principalmente entre los “agrupados” (aquellos/as trabajadores/as que realizan la actividad en grupo, en cooperativas, organizaciones, familias ampliadas); los “independientes” (aquellos/as trabajadores/as que realizan la actividad individualmente o con su núcleo familiar íntimo)⁸. Aún no se publicaron los resultados.

Relevamiento del Observatorio de Higiene Urbana de la Ciudad de Buenos Aires y la Universidad de Buenos Aires. Este estudio consistió en un relevamiento de recuperadores independientes en calle durante mayo y junio de 2023 en el ámbito de la Ciudad de Buenos Aires⁹. El propósito del mismo consistió en estimar la cantidad de materiales reciclables que se recuperan y comercializan por fuera de la gestión oficial para comprender el flujo de generación de residuos en la Ciudad. Se realizó un conteo observacional de individuos en cuatro horarios durante el día, abarcando el 15% de los km lineales de la Ciudad (Figura 1). Además de registrar los recuperadores independientes se tuvieron en cuenta dos poblaciones control: recuperadores oficiales y barrenderos. Dichas “categorías” se consideraron para contrastar los resultados con registros oficiales de las respectivas nóminas, distribución espacial y horarios de trabajo. Se realizó la extrapolación de los datos registrados a la cantidad total de kilómetros lineales de la Ciudad de Buenos Aires y se obtuvo un rango de entre 2200 y 3000 recuperadores independientes que recorren diariamente el territorio. Estos resultados no solo proveyeron una estimación de la cantidad de recuperadores independientes en calle, sino también su distribución geográfica y horaria. La coincidencia de los resultados hallados en este estudio con los registros oficiales tanto de barrenderos como de recuperadores oficiales en el territorio sugieren que la estimación obtenida es robusta y confiable.

⁸ Más información sobre el diseño de este Censo a nivel municipal se encuentra disponible en: <https://noticias.unsam.edu.ar/wp-content/uploads/2021/07/Informe-tecnico-1.pdf>

⁹ Datos sin publicar.

Figura 1 – Ubicación de 476 transectas de 1 km relevadas en cuatro horarios, durante mayo y junio de 2023 en la Ciudad de Buenos Aires



Fuente: Elaboración propia (2023).

Programa Argentina Recicla. Además de las metodologías anteriormente mencionadas en el AMBA, el programa “Argentina Recicla”¹⁰ llevado a cabo por la Secretaría de Economía Social del Ministerio de Desarrollo Social, publicó una “Guía para la implementación de Censos a Recuperadores Urbanos”¹¹ para que sea utilizada en los municipios del país. Un aspecto interesante a tener en cuenta en los municipios de AMBA es la importancia de contactar a organizaciones de recuperadores urbanos o referentes barriales para establecer la metodología acorde al territorio. Una de las recomendaciones es que se realice el censo en distintos barrios donde viven o trabajan los recuperadores, estableciendo lugares y horarios para que puedan acercarse a ser censados. Asimismo, destaca los puntos de venta de materiales reciclables como sitios de encuentro de RU que no tienen contacto con organizaciones. Otra opción sería establecer un solo sitio donde se acercan los recuperadores de todo el municipio durante un

¹⁰ Link disponible en: <https://www.argentina.gob.ar/desarrollosocial/argentinarecicla>

¹¹ Link disponible en: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/anexo_5.1_guia_para_la_implementacion_del_censo_de_recuperadores_urbanos.pdf

período determinado y en horarios acordados, como los puntos verdes¹². La metodología propone completar una ficha de información personal, información laboral según si realizan recuperación en calle o en basurales, y releva información sobre salud y nivel de educación. Esta guía permite estandarizar los resultados de los registros de cada uno de los municipios y permite recopilar información socioeconómica de la población.

2.2 Fortalezas y debilidades de las distintas estrategias de medición

Si bien existe un consenso en la necesidad de cuantificar y trazar la magnitud del sector de recuperación de residuos reciclables, los desafíos para obtener buenas estimaciones son indudables. Una de las dificultades radica en que se trata de un sector atomizado, disperso y trashumante, que además se moviliza entre distintos barrios y jurisdicciones. En consecuencia, en algunos casos se realizan estimaciones erróneas debido a falta de adaptación de una metodología a las particularidades del territorio o por desconocimiento de las características de la actividad.

Algunas diferencias entre las metodologías antes mencionadas incluyen divergencias entre los objetivos de la medición y el posterior uso de los datos. En este sentido, algunas mediciones buscan dimensionar el sector, mientras otras buscan simultáneamente generar registros de individuos para contar con un listado de eventuales beneficiarios de la implementación de programas de formalización de la actividad. Una arista a considerar en este pasaje entre la medición y sus “usos” refiere particularmente los efectos de realidad que preceden y se desprenden de las prácticas de cuantificación. Como da cuenta Desrosières (2008) en su trabajo sobre la invención de los indicadores estadísticos, las cuantificaciones no “reflejan” ni “significan” ningún *a priori*. Si logran desatar proceso de significación alguno es en tanto se encuentran precedidos por reglas que refieren a las hipótesis de realidad construidas sobre los objetos que se busca describir. En este sentido, las experiencias de cuantificación forman ellas también prácticas instituyentes de la realidad que buscan describir. El ya referido relevamiento de 1999 de la Universidad Nacional de General Sarmiento y, principalmente, su repercusión en la agenda pública, su rebote en la caja de resonancia que fue la crisis de 2001-2002 —en tanto reformulación de una *cuestión social* en torno al trabajo (DIMARCO, 2010)—

¹² Se denominan puntos verdes a dispositivos instalados en plazas, parques o zonas del espacio público donde se recibe material reciclable ya separado por los vecinos.

permiten dar cuenta de una forma de conformar interrogantes sobre un qué-hacer con los “problemas” de la pobreza, el trabajo y la transformación de las condiciones de vida en el AMBA. El ejercicio de cuantificación, en este caso, mucho más que centrarse en una medición de flujos de materiales, constituye un aparato de visibilización de la pobreza. Otras experiencias de cuantificación, como la construcción del RUR, pueden leerse también como formas de aportar a este “problema de la pobreza” pero, en este caso, apuntando específicamente a la construcción de conocimiento de una base de datos y un saber de Estado que habilite la intervención de una política pública y es en este sentido que puede leerse su pretensión de exhaustividad.

Por otra parte, en ciertas ocasiones la obtención de datos se realiza mediante conteos observacionales mientras en otras se realizan encuestas y entrevistas. Es interesante a su vez destacar que algunas aproximaciones metodológicas pretenden ser censos o registros exhaustivos de la población, mientras otras extrapolan los datos obtenidos, por ejemplo de dos municipios del AMBA a todos los municipios del territorio o del 15% de los kilómetros lineales de la Ciudad de Buenos Aires a toda su extensión. Tales proyecciones automáticas, aunque económicas en su utilización de los recursos, debilitan en parte la pretensión de rigurosidad de las estimaciones pretendidas.

La principal diferencia entre el registro o censo y el relevamiento observacional es la cantidad de tiempo y esfuerzo dedicados al estudio. Encuestas como las implementadas con el RUR de la Ciudad de Buenos Aires o el censo del Municipio de San Martín pueden resultar una fuente confiable de información, pero es necesario mantenerlas en el tiempo para obtener resultados actualizados. En cambio, a la hora de planificar un relevamiento observacional el principal desafío es definir cuáles son los sitios adecuados para el conteo, analizando si son representativos de la actividad. Por ejemplo, en el diagnóstico sobre trabajo infantil en la recuperación realizado por UNICEF y OIM, no se contabilizaron los ingresos de recuperadores por puentes en camiones y carros a caballo, bicicleta o a pie, a pesar del flujo de recuperadores que emplean esos accesos.

El intento de categorizar a los cartoneros puede traer inconvenientes al considerar distintos criterios y realizar comparaciones erróneas entre estimaciones. Por ejemplo, el “Primer Censo de Trabajadores/as de la Recuperación de Residuos de San Martín” intenta abarcar la heterogeneidad de actores que trabajan con residuos en el municipio, dividiendo en “agrupados” e “independientes” mientras que el estudio de Francisco Suarez considera a los “recolectores

informales” a cada hogar involucrado en la tarea de recuperación de materiales. Asimismo, las comparaciones de estimaciones entre estudios pueden arrojar conclusiones desacertadas si no se consideran las categorías correctas. Por ejemplo, en el reporte de la Iniciativa Regional para el Reciclaje Inclusivo se evidencia de modo palmario que en la estimación de recuperadores en Ciudad de Buenos Aires se confunde el concepto de recuperadores informales o independientes con los recuperadores que, agrupados en cooperativas, ofrecen el servicio oficial de recolección de residuos secos. Ello dificulta en primer término el análisis a nivel local, pero también su comparación con otras situaciones de la región.

En cuanto al relevamiento del Observatorio de Higiene Urbana realizado en la Ciudad de Buenos Aires, una de las debilidades de la estrategia de medición radica en el hecho de que muchas veces es difícil diferenciar entre recuperadores independientes y los que son parte de las cooperativas que brindan el servicio público en calle, dado que los primeros pueden emplear vestimenta que identifican a los segundos. También sucede que algunos recuperadores del sistema oficial trabajan en forma independiente fuera del horario establecido. No obstante, una de las fortalezas de la metodología es que utiliza poblaciones control para contrastar los resultados obtenidos con los registros oficiales.

3. Algunas consideraciones finales

Al comenzar decíamos que, desde hace algunas décadas, la recuperación de residuos reciclables comenzó a ser objeto de una creciente atención desde las políticas públicas relacionadas con la gestión de residuos. Para su elaboración e implementación resulta fundamental contar con información precisa. Sin embargo, por distintos factores, las estimaciones sobre el sector de la población dedicado a la recuperación de residuos, tanto como otras ponderaciones acerca del circuito productivo que lo recicla, suelen ser inexistentes, escasas o dispares. Y cuando existen abordajes cualitativos y cuantitativos, dicho circuito es abordado parcialmente, priorizando la atención sobre uno de los diferentes eslabones que componen la cadena, soslayando tanto una mirada estructural e histórica sobre el devenir del conjunto y el contexto. Precisamente, con este trabajo que revisa algunas de las estrategias de cuantificación que se han desarrollado para el ámbito del AMBA, buscamos promover la reflexión sobre la necesidad de llenar ese vacío, y afrontar estrategias que buscan estimar flujos y personas dedicadas a trabajar con materiales reciclables.

No existe una metodología universal infalible y aplicable a cualquier contexto para cuantificar la actividad de recolección de materiales reciclables. Por el contrario, su diseño requiere ser situado, conjugarse con adaptaciones propias de cada situación específica. Ello puede implicar que se requieran implementar modificaciones para los registros, incluso en distintos barrios de una misma ciudad: los residuos no se generan homogéneamente (ni en cantidad, ni en tipo, ni en calidad) en todo el territorio de un mismo distrito. Los relevamientos, registros o censos de cartoneros constituyen una excelente herramienta para conocer la magnitud, características socioeconómicas y otros datos del sector, que requieren gran cantidad de recursos para ser realizados en un período de tiempo acotado. Pero si la situación macroestructural del país o la región es inestable, será necesario practicar actualizaciones periódicas: dado ese eventual panorama ¿no sería más recomendable una estrategia diacrónica?

En muchas ocasiones los relevamientos se lanzan sin haber informado previamente al sector sobre sus propósitos y características, y en muchas más sin contemplar siquiera la posibilidad de involucrar a los protagonistas en los mismos, por ejemplo, como encuestadores. Luego hay sorpresas porque los cuestionarios son rechazados o vistos con desconfianza por parte de los inconsultos recuperadores. La ausencia de una organización o figura jurídica reconocida como representativa del sector no es razón para desestimar contemplarlos como partícipes de los estudios.

Una propuesta integradora y participativa podría también incluir técnicas complementarias, combinando por ejemplo conteos observacionales, encuestas y entrevistas. Como se dijo, los conteos requieren adaptar los muestreos considerando la representatividad del territorio, mientras que las entrevistas representan una herramienta adecuada para comprender la dinámica del trabajo población (datos sociodemográficos y de la actividad como cantidad de horas trabajadas, cantidad y tipos de materiales recolectados, la distribución geográfica de los recorridos, entre otros).

Un aspecto crítico es resolver de modo previo a los relevamientos definitivos, aspectos de orden teórico conceptual, que lejos están de ser disquisiciones semánticas superfluas. Ello evitaría el inconveniente del que adolece el relevamiento impulsado por la IIR (EIU, 2017), que pretende cuantificar “lo mismo” (recuperadores de base), aunque en realidad suma sujetos que realizan prácticas distintas y bajo condiciones que difieren ampliamente unas de otras. En este sentido, los modos de nominación sobre los objetos conforman ellos mismos un ejercicio de visibilización y construcción de saberes sobre una serie de prácticas y sujetos. Junto a esto, aún

cuando toda experiencia de cuantificación —encarada desde el ámbito académico, estatal o de una asociación civil— se realice con un cuidadoso ejercicio de elaboración de objetivos, se ponen en marcha allí mecanismos para la construcción de un tipo de objeto de saber específico. Como mencionamos anteriormente y conviene ahora recordarlo: toda cuantificación presupone una serie de preceptos y constituye un enunciado que instituye lo social (DESROSIÈRES, 2008). Los objetivos y la planificación de una técnica de cuantificación debiera estar atravesada por un ejercicio reflexivo en torno a la forma de construcción del problema de investigación elaborado y el estatuto de realidad que se le confiere al objeto de estudio en el marco de fenómenos sociales más amplios. Es decir, una reflexión y puesta en tensión de las condiciones sociales de enunciación que permiten poner en práctica una técnica de cuantificación específica.

En relación con estos dos últimos comentarios —en torno a la integración de técnicas complementarias y la incorporación de una reflexividad sobre los procesos de construcción del problema de investigación y los objetos de saber—, nos parece interesante señalar que ambos aspectos confluyen en el complejo camino de integración de métodos cualitativos y cuantitativos (GALLART, 1992). En ese sentido, la complementariedad de técnicas y un análisis cualificado de los datos (a partir del ejercicio reflexivo sobre las condiciones de producción y enunciación de los mismos) podrían significar dos pasos importantes hacia la convergencia entre metodologías cualitativas y cuantitativas y, a su vez, hacia formas de concebir la validez de una investigación en función de su modo de estrechar una relación entre teoría y método (HANSON, 2008).

Lejos de pretender cerrar un problema ofreciendo soluciones conceptuales y metodológicas para todo uso, el ejercicio que nos planteamos de revisión y análisis sobre las técnicas de cuantificación empleadas en algunos estudios sobre la recuperación de residuos y el circuito del reciclaje a partir de las experiencias transitadas en las últimas décadas, busca estimular la reflexión sobre la complejidad de su carácter y la necesidad de su resolución situada en ámbitos específicos, con la participación de los sujetos del estudio.

Referências

APPADURAI, Arjun. El número en la imaginación colonial. *In*: APPADURAI, Arjun. **La modernidad desbordada: dimensiones culturales de la globalización**. 1. ed. Buenos Aires: Ediciones Trilce FCE, 2001. p. 125-144.

CARENZO, Sebastián; FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, María Inés. El asociativismo como ejercicio de gubernamentalidad: "cartoneros/as" en la metrópolis de Buenos Aires. **Argumentos**, Ciudad de México, v. 24, n. 65, p. 171-193. 2011. <https://argumentos.xoc.uam.mx/index.php/argumentos/article/view/308> Acceso: 6 abr. 2024.

CLARÍN. Hay más de 200.000 cartoneros y truequistas. **Clarín**, 16 de julio, 2002a. Disponible en: https://www.clarin.com/economia/200000-cartoneros-truequistas_0_SJQQD4xRYI.html Acceso: 6 abr. 2024.

CLARÍN. Cartoneros: un negocio que ya tiene demasiados intermediarios. **Clarín**, 7 de octubre, 2002b. Disponible en: https://www.clarin.com/economia/cartoneros-negocio-demasiados-intermediarios_0_BJLQahXeAYe.html Acceso: 6 abr. 2024.

CLARÍN. Vinculan a los cartoneros con la desaparición de placas. **Clarín**, 15 de noviembre, 2002c. Disponible en: https://www.clarin.com/sociedad/vinculan-cartoneros-desaparicion-placas_0_rJGbel7gAFx.html Acceso: 6 abr. 2024.

CLARÍN. El perfil de los cartoneros: varones, jóvenes y solteros. **Clarín**, 6 de diciembre, 2002d. Disponible en: https://www.clarin.com/sociedad/perfil-cartoneros-varones-jovenes-solteros_0_rJ_bjG7xAYe.html Acceso: 6 abr. 2024.

CLARÍN. Calculan que hay la mitad de cartoneros que hace tres años. **Clarín**, 10 de abril, 2005. Disponible en: https://www.clarin.com/ediciones-antteriores/calculan-mitad-cartoneros-hace-anos_0_B1az6PFJ0tl.html Acceso: 6 abr. 2024.

DIMARCO, Sabina. **Entre el trabajo y la basura: socio-historia de la clasificación informal de residuos en la Ciudad de Buenos Aires (1870-2005)** (Tesis para optar por el título de Doctora en Ciencias Sociales). Doctorado en Ciencias Sociales, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2010.

DESROSIÈRES, Alain. Refléter ou instituer : l'invention des indicateurs statistiques. *In*: DESROSIÈRES, Alain. **Pour une sociologie historique de la quantification** : L'Argument statistique I. Paris: Presses des Mines, 2008. p. 187-203.

FERNÁNDEZ, Sabrina; VERÓN, Eduardo; CICERONE, Franco; MANTIÑAN, Luciano M. **Primer censo de trabajadores/as de la recuperación de residuos en San Martín**: Informe Técnico N° 1: Diseño Metodológico. Municipio de San Martín, 2021. Disponible en: <https://noticias.unsam.edu.ar/wp-content/uploads/2021/07/Informe-tecnico-1.pdf> Acceso: 6 abr. 2024.

GALLART, María Antonia. La integración de métodos y la metodología cualitativa: una reflexión desde la práctica de investigación. *In*: FORNI, Floreal, GALLART, María Antonia y VASILACHIS DE GIALDINO, Irene, **Métodos cualitativos II**: La práctica de investigación. Buenos Aires: CEAL, 1992. p. 107-152.

HANSON, Barbara. Wither qualitative/quantitative? grounds for methodological convergence. **Quality & Quantity**, Amsterdam, v. 42, p. 97-111. 2008.

HIMITIAN, Evangelina. El cirujeo se convierte en trabajo informal. **La Nación**, 1 de julio, 2001. Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/el-cirujeo-se-convierte-en-trabajo-informal-nid316594/> Acceso: 6 abr. 2024.

LA NACIÓN. Cirujeo: un negocio turbio que mueve millones. **La Nación**, 4 de agosto, 2002a. Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/cirujeo-un-negocio-turbio-que-mueve-millones-nid419536/> Acceso: 6 abr. 2024.

LA NACIÓN. Papeles y cartones en bolsas verdes. **La Nación**, 29 de septiembre, 2002b. Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/papeles-y-cartones-en-bolsas-verdes-nid436042/> Acceso: 6 abr. 2024.

MUNICIPALIDAD DE LA MATANZA. **Diagnóstico de los recuperadores urbanos de La Matanza**. Secretaría de Producción, 2015.

PERELMAN, Mariano. **El cirujeo en la ciudad de Buenos Aires. Etnografía de la supervivencia** (Tesis para optar por el título de Doctor en Antropología). Doctorado en Antropología, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2010.

SCHAMBER, Pablo. **De los desechos a las mercancías: una etnografía de los cartoneros**. 1. Ed. Buenos Aires: SB, 2008.

SCHAMBER, Pablo; SARANDÓN, Faustina; TAGLIAFICO, Juan P. Analogías en torno a la definición de recuperadores de residuos reciclables. **Proyección. Estudios geográficos y de ordenamiento territorial**, Mendoza, v. XIII, n. 26, p. 111-135. 2019. Disponible en: <https://revistas.uncu.edu.ar/ojs/index.php/proyeccion/article/view/2841> Acceso: 6 abr. 2024.

SUÁREZ, Francisco. **Actores sociales en la Gestión de Residuos Sólidos de los Municipios de Malvinas Argentinas y José C. Paz** (Tesis de Maestría). Maestría Políticas Ambientales y Territoriales, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2001.

SUÁREZ, Francisco. **La Reina del Plata: sociedad y residuos**. 1. ed. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT (EIU). **Avances y desafíos para el reciclaje inclusivo: Evaluación de 12 ciudades de América Latina y el Caribe**. New York: EIU, 2017. Disponible en: https://reciclajeinclusivo.org/wpcontent/uploads/2017/05/EIU_Inclusive-Recycling_report-SPANISH.pdf Acceso: 6 abr. 2024.

Recebido em 29/11/2023 | Aceito em 14/04/2024



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Atores da Reciclagem e Dinâmicas Urbanas

V 13 | n 24 | jan-jun 2024

Indicadores de información para la gestión sostenible de residuos electrónicos. Una propuesta metodológica

Greta Liz Clinckspoor; María Laura Zulaica



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

CLINCKSPOOR, Greta Liz; ZULAICA, María Laura. Indicadores de información para la gestión sostenible de residuos electrónicos. Una propuesta metodológica. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 13, n. 24, p. 38-57, jan-jun 2024. Semestral.

© NAUI

Indicadores de información para la gestión sostenible de residuos electrónicos.

Una propuesta metodológica

Greta Liz Clinckspoor¹

María Laura Zulaica²

Resumen

La evaluación de la sustentabilidad mediante indicadores desempeña un papel clave para la gestión de residuos electrónicos debido a su consumo generalizado. El presente artículo propone construir y evaluar indicadores de sustentabilidad relacionados con la información que la población consumidora local posee respecto de los aparatos y residuos electrónicos en Mar del Plata, Argentina. Se realizaron y procesaron 400 encuestas que incorporan aspectos asociados con patrones de consumo, uso y descarte. Se propusieron cinco indicadores generales y se aplicaron a un caso, demostrando en general, bajos niveles de sustentabilidad. Los indicadores de información conforman una primera etapa para el desarrollo de estrategias efectivas de gestión sostenible.

Palabras clave: aparatos electrónicos; sustentabilidad; gestión ambiental; Mar del Plata.

Abstract

The assessment of sustainability using indicators is crucial for effectively managing electronic waste, given its extensive consumption. This article suggests the development and assessment of sustainability indicators linked to the awareness of electronic devices and waste among the local consumer population in Mar del Plata, Argentina. A total of 400 surveys were conducted and analyzed, encompassing aspects related to consumption, use and disposal patterns. Five overarching indicators were introduced and applied to a case study, revealing generally low

1 Instituto del Hábitat y del Ambiente (IHAM), Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMdP). Becaria Posdoctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). E-mail: gretalizclinckspoor@gmail.com ORCID: 0000-0001-8101-5957

2 Instituto del Hábitat y del Ambiente (IHAM), Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMdP). Investigadora Independiente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). E-mail: laurazulaica@conicet.gov.ar ORCID: 0000-0001-9145-0266

levels of sustainability. The information indicators serve as an initial phase in crafting impactful strategies for sustainable management.

Keywords: electronic devices; sustainability; environmental management; Mar del Plata.

Introducción

En la era contemporánea, la evolución tecnológica ha transformado radicalmente las dinámicas urbanas relacionadas con los flujos de información, generando como contracara, un aumento exponencial en la producción de residuos electrónicos. Este fenómeno plantea desafíos significativos para las comunidades locales y las instituciones encargadas de gestionar estos desechos de manera sostenible y responsable. Blasser (2009) sostiene que la disposición inadecuada de esta corriente de desechos influye directamente sobre la salud y el bienestar de la población local, como así también en el ambiente.

Según el informe publicado por el Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible de la Nación (MAyDS, 2020), los datos del “Observatorio Mundial de Residuos Electrónicos” indican que se generaron en el mundo 56 millones de toneladas de residuos de aparatos eléctricos y electrónicos durante el 2019. Este valor equivale a 7,3 kg anuales por habitante, que representan un aumento del 21% desde 2014. Asimismo, se estima que el crecimiento podría ser de un 56% más para 2030, llegando a 74 millones de toneladas. Según la misma fuente, en 2019 la mayoría de estos residuos se generaron en Asia (24,9 millones de toneladas); sin embargo, América del Norte y Europa fueron quienes alcanzaron la mayor generación por habitante: 20,9kg/hab. y 16,2 kg/hab. respectivamente. Por su parte, América del Sur generó 9,1 kg por persona.

En Argentina, actualmente, se estima que la generación promedio de residuos electrónicos por habitante es de 10,3 kg. Se calcula que, de las 465.000 toneladas estimadas de producción de estos desechos, solamente el 3% son tratados en su posconsumo, mientras que entre el 50% y el 60% permanecen almacenados y luego de un tiempo terminan en basurales o rellenos sanitarios (Maffei & Burucua, 2020). El modelo actual de disposición de residuos, contribuye al enterramiento de recursos valiosos y al desaprovechamiento de los mismos, mientras que se continúan obteniendo nuevos materiales mediante procesos extractivistas.

Sin desconocer la problemática global, el presente trabajo se enfoca sobre las consecuencias de estos desechos en el ámbito local. En ese sentido, para comprender la gestión de los residuos electrónicos en esta escala, se considera que no sólo deben evaluarse las consecuencias ambientales, sino también las dimensiones socioculturales en las distintas etapas del ciclo de vida en la que se encuentran estos dispositivos en el territorio estudiado: consumo, uso y descarte.

Dado que la planificación y ejecución de estrategias sustentables requieren de un enfoque holístico que considere tanto las dimensiones ambientales como las sociales, se proponen indicadores de sustentabilidad específicos que reflejen la complejidad de esta problemática.

Desde el punto de vista operativo, los indicadores constituyen variables que describen características del estado de un sistema a través de datos observados o estimados. Los indicadores adquieren un significado social ya que reflejan preocupaciones por determinadas problemáticas como aquellas asociadas con la sustentabilidad. La evaluación de la sustentabilidad mediante indicadores desempeña un papel clave para la planificación estratégica y la toma de decisiones (Mori y Christodoulou, 2012; Dizdaroglu, 2015). En función de lo señalado, el desarrollo de indicadores de sustentabilidad que permitan evaluar distintos aspectos vinculados con los residuos electrónicos adquiere interés para alcanzar una gestión adecuada.

En este contexto, el presente artículo propone construir y evaluar indicadores de sustentabilidad relacionados con algunos aspectos de la gestión de residuos electrónicos en la ciudad de Mar del Plata. Estos indicadores permitirán evaluar, además, el impacto de futuras políticas y prácticas de gestión de residuos electrónicos en la comunidad marplatense. En ese sentido, es importante mencionar que si bien existen antecedentes de estudios que utilizan indicadores para evaluar la sustentabilidad en la gestión de residuos en la región (Guerrero & Erbiti, 2004; López de Munain & Ruggerio, 2021) y la valorización de reciclables en Mar del Plata (Gonzalez Insua, 2019), son ausentes los estudios de este tipo aplicados a residuos electrónicos.

En términos generales, la gestión sostenible de este tipo de residuos implica la recuperación diferenciada de la mayor cantidad de componentes posible. Para ello, es fundamental en una primera instancia, contar con información de base proveniente directamente de los consumidores, como se propone en el presente trabajo.

Mar del Plata es la ciudad cabecera del partido de General Pueyrredon, provincia de Buenos Aires (Figura 1). De acuerdo con los datos censales de 2022, el partido posee 682.605 habitantes (INDEC, 2023) y la ciudad cabecera reúne más del 90% de la población urbana. Es una ciudad turística por excelencia y concentra actividades industriales, comerciales y de servicios, pero también primarias especialmente ligadas a la producción intensiva.

Figura 1. Localización de la ciudad de Mar del Plata en Argentina y en el Partido de General Pueyrredon.



Fuente: Clinckspoor (2022).

El contexto

En materia de residuos electrónicos (RE), actualmente en Argentina, su gestión enfrenta una notable falta de normativas específicas a nivel nacional, en general se regulan mediante la Ley 24.051 de 1991, que considera a los RE como residuos peligrosos.

En la provincia de Buenos Aires, esta corriente está regulada principalmente por la Ley 14.321 de 2011 y la Resolución 269/19 del Organismo Provincial para el Desarrollo Sostenible (OPDS). La primera establece un marco para la gestión sustentable de estos residuos, incluyendo su recolección, tratamiento y disposición final. La Resolución 269/19 complementa esta ley, definiendo las obligaciones y requisitos que regulan los gestores de RE.

A pesar de estas normativas provinciales, existe una falta de coordinación y cohesión con las leyes nacionales, que los definen de manera distinta. Esta fragmentación legislativa complica la implementación efectiva de políticas de gestión de residuos electrónicos, destacando la necesidad de un marco normativo más integrado y coherente a nivel nacional.

En Mar del Plata se identifica la ausencia de regulaciones sobre el manejo, reciclaje y disposición final de estos residuos, lo cual representa un desafío significativo.

La falta de un marco legal específico no solo dificulta la implementación de prácticas sostenibles, sino que también impide el desarrollo de una infraestructura eficiente para la gestión de estos desechos. Esta carencia normativa contribuye a la acumulación de residuos electrónicos, poniendo en riesgo el medio ambiente y la salud pública, al mismo tiempo que desaprovecha la oportunidad de recuperar materiales valiosos que podrían reingresar al ciclo productivo.

A pesar de la falta de marcos normativos articulados, se identifican tres grupos de actores sociales y económicos que recuperan este tipo de residuos: una empresa privada, una cooperativa y recuperadores urbanos. Las formas en que estos actores obtienen los residuos electrónicos son diversas.

La empresa Desechos Tecnológicos SRL cuenta con puntos verdes de recupero tanto fijos (en tres locales de la ciudad), como en jornadas móviles (las cuales se trasladan en diversos puntos de la ciudad)³. Este actor posee un rol relevante en la reinserción de consumibles de RE en el mercado. Para dar cuenta de su escala comercial, durante el mes de septiembre y octubre de 2023, vendieron aproximadamente 300 kg de aluminio, 4000 kg de chapa, 100 kg de cobre y 150 kg de baterías de gel.

Por su parte, la Cooperativa Verde Esperanza, generalmente realiza convenios con instituciones público-privadas para adquirir los insumos RE. Actualmente, se vinculan colaborativamente con la Universidad Nacional de Mar del Plata y con la Cámara del Plástico en el marco de un proyecto de extensión⁴.

Por último, los recuperadores urbanos, generalmente encuentran de manera azarosa los RE en sus circuitos de recolección por la vía pública. Luego, trasladan estos materiales hasta su hogar, para efectuar su desarme; o bien, hasta empresas chatarreras que compran algunos de los subcomponentes metálicos que estos desechos contienen.

“Una vez que obtienen el residuo, considerado material valorizable, lo trasladan en general hacia sus hogares. Allí comienza el desarme y selección de los elementos recuperables para su posterior venta, utilizando herramientas sencillas. De este modo seleccionan los materiales para su posterior clasificación y venta: plásticos (en

³ https://www.instagram.com/desechos_tecno/

⁴ <https://coopereciclado.ar/>

diferentes formas), metales (cobre, bronce y aluminio, hierro) y vidrios” (Clinckspoor, 2022).

Indudablemente, la industria de valorización de RE en Mar del Plata se halla aún en una etapa de desarrollo, pero con un potencial significativo. Es importante destacar que los materiales necesarios para su procesamiento no son de difícil obtención; de hecho, es factible adquirir residuos electrónicos en la provincia de Buenos Aires a través de plataformas digitales de mercado.

Recientemente, la Facultad de Ciencias Económicas y Sociales a través de su Secretaría de Vinculación con el Medio, junto con el Centro de Desarrollo Económico Territorial (CEDET), el Programa Universidad y Medio Ambiente de la Universidad Nacional de Mar del Plata y la empresa Desechos Tecnológicos SR iniciaron una campaña de recuperación de residuos tecnológicos. Estas instancias contaron con la participación de diversas instituciones del entramado socio productivo local y regional, vitales para la coordinación y difusión de Acciones que, realizadas de forma periódica, contribuyen a visibilizar la problemática y las posibilidades de gestión en el ámbito local.

Aunque los canales en que se recuperan los RE en la ciudad son claramente identificables (Clinckspoor & Zulaica, 2022), los datos relativos a las cantidades que se recuperan y venden, son difíciles de reunir. Esto resulta un problema debido a que, de cara a mejorar la sustentabilidad del ciclo de vida completo de estos aparatos, se considera oportuno integrar las etapas previas, vinculadas con el consumo, uso y descarte de aparatos electrónicos.

En este sentido, en los últimos años, estos dispositivos que poseen características particulares, concentran numerosas funciones en un mundo altamente tecnificado y los períodos de tiempo en el cual los consumidores tienden a reemplazar un producto por otro nuevo, tienden a acortarse con el tiempo, lo que significa que los consumidores están actualizando sus dispositivos con mayor frecuencia. En consecuencia, se generan mayor cantidad de residuos y recursos valorizables.

La dependencia en su uso ha aumentado significativamente y se evidenció, con mayor fuerza, en el marco de las medidas de aislamiento asumidas por los gobiernos de todo el mundo debido al SARS COVID-19. Esto se refleja en las ventas de electrodomésticos que crecieron un 50% durante 2020 en Argentina, en comparación con el año anterior (INDEC, 2022). A su vez, los aparatos en desuso, cuentan con materiales valorizables en los mercados

internacionales, nacionales y locales; así como también están compuestos por sustancias altamente tóxicas. Esto ha tenido consecuencias sociales y ambientales en los entornos en los que están dispuestos.

Partiendo de lo anterior, una de las preguntas de fondo que plantea esta investigación es ¿cómo ha evolucionado la sociedad local en términos de reciclaje de RE? La evaluación de la información de la población consumidora local de aparatos electrónicos, mediante indicadores de sustentabilidad, permitirá responder al menos en parte a este interrogante. En ese sentido, este aspecto puede integrarse dentro de las políticas de gestión tendientes a mejorar la cadena de su pos consumo. En otras palabras, la evaluación de la información que la población posee permitirá potenciar la valorización de esta corriente diferenciada de residuos electrónicos, integrando las etapas previas a su disposición.

Alcances

Evaluar la información de la población consumidora local de los aparatos y residuos electrónicos permitirá interpretar comportamientos culturales para definir estrategias de planificación afines a los objetivos de desarrollo sustentable. Involucrar a la sociedad, en este caso a los consumidores, resulta fundamental para alcanzar una gobernabilidad democrática en el sector de los residuos electrónicos. Una mayor conciencia y compromiso de todos los actores involucrados contribuirá a incentivar conductas más sostenibles en relación con los RE.

En línea con lo anterior, pretendemos que los indicadores brinden información que permitan evaluar los impactos en los usuarios de aparatos electrónicos, a fin de contribuir con el diseño de acciones de gestión para la valorización local de dichos residuos.

Metodología

Se propone un conjunto de indicadores de sustentabilidad vinculados con la información. Estos indicadores intentan evaluar el conocimiento que la sociedad posee sobre los dispositivos electrónicos en su cotidianidad. Específicamente, estos indicadores permiten dar cuenta del reconocimiento de los materiales necesarios para producir estos dispositivos, de la extensión de su vida útil, de las características particulares cuando se convierten en residuos, de su disposición y del marco normativo en el que se encuadran.

Estos aspectos definen la calidad de la información incidiendo en la etapa post consumo a la vez que resultan relevantes para tender a mejorar los procesos de recuperación y agregado de valor de los RE.

La propuesta metodológica para la construcción y evaluación de los indicadores de información se desarrolló a partir de una encuesta realizada a los estudiantes de todas las unidades académicas de la Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMDP).

Con base en los datos proporcionados por Rectorado, se incluyeron nueve de las diez Facultades de la UNMDP. La muestra de 400 encuestados fue definida a partir del número total de estudiantes. Así, se encuestaron el 1,55% del total de 25.805 estudiantes. El muestreo se estratificó por unidades académicas, según valores por Facultad para garantizar la correcta distribución de casos para cada conglomerado. De esta manera, se consideró la representatividad estadística de las diferentes disciplinas (Clinckspoor & Zulaica, 2024).

Se decidió dividir la población en varios grupos con características similares (año de estudio, facultades y materias) y luego se analizaron. Se considera que dentro de cada conglomerado existe una variación significativa, pero los distintos conglomerados son similares (Casal y Matheu, 2003). Para recolectar el muestreo aleatorio por conglomerados se utilizó la teoría de conglomerados (Lohr, 1999), los cuales se ordenaron por aulas distribuidas en los diferentes años de cada carrera y por el horario de la carrera (entre la mañana, la tarde y la noche), haciendo una selección aleatoria de ellos. Los cuestionarios fueron administrados a los participantes en aulas cerradas y completas.

El cuestionario desde donde se obtienen los resultados vinculados con la información, se estructura en 21 preguntas distribuidas en seis apartados: 1) datos generales relativos a las variables de confusión que, en este caso, la mayoría de los estudiantes comparten niveles socioeconómicos similares, así como rangos de edad que no marcan una diferencia sustancial en las modalidades de comprar, usar y disponer de dispositivos electrónicos, de igual forma con distinciones por género; 2) se intentó estimar las cantidades de dispositivos en uso y no en uso en los hogares; 3) la etapa de consumo; 4) uso; 5) disposición, y 6) Facultad o Unidad Académica. Los puntos 3, 4 y 5 se abordan desde las tres diferentes categorías de análisis, cabe señalar que en este trabajo se profundiza específicamente sobre la variable de información.

Aunque estos datos se recogieron sobre una muestra total de 403 estudiantes, 400 de ellos fueron ponderados. Para sistematizar los datos, cada una de las encuestas se cargó manualmente en el programa SPSS de IBM Statistical Package for Social Sciences.

Los datos se analizaron en busca de las coincidencias esperadas por las variables en cada etapa y se agregaron algunas variables que fueron reconocidas durante la carga de las encuestas. Luego, se sistematizaron los resultados en tablas y se graficaron los principales resultados.

Se realizaron pruebas de chi-cuadrado que fue aplicada siempre que ambas variables analizadas fueran categóricas bajo la hipótesis nula de independencia entre ellas. Asimismo, se realizó la Prueba ANOVA F. Esta misma prueba se aplica siempre que se analizan diferencias de medias para una variable cuantitativa entre diferentes niveles de una variable categórica, bajo la hipótesis nula de igualdad de medias, así como para el control de variables de confusión. Esto es muy importante para establecer relaciones causales más precisas y robustas en la investigación, ya que permite aislar el verdadero impacto de la variable independiente sobre la variable dependiente al considerar y controlar otros factores que podrían influir en los resultados.

Los indicadores fueron contruidos contemplando, en primer lugar, el ciclo de vida de los dispositivos, debido a que cada etapa del ciclo condiciona la siguiente (Clinckspoor, 2022). Por otro lado, atendiendo a quiénes utilizan los dispositivos, las categorías definidas para los indicadores denotan aspectos clave para comprender conductas. Así, los indicadores evalúan diferentes grados o niveles de sustentabilidad -definidos por categorías- en función de los aspectos contenidos en el cuestionario de relevamiento. Entre otros, el cuestionario incorpora preguntas asociadas con los patrones de consumo, uso y descarte.

Propuesta de indicadores de información

En Argentina no se cuenta con datos oficiales sobre la generación de estos residuos, su procedencia y composición, tratamiento y destino final, tampoco respecto del empleo en el sector (MAyDS, 2020). En ese marco se resalta la importancia de construir conocimiento y reunir y sistematizar información desde los ámbitos locales. En este caso en particular, se proponen cinco indicadores de sustentabilidad tendientes a evaluar la información que poseen los consumidores locales respecto de los aparatos y residuos electrónicos como un puntapié inicial para el abordaje de la problemática.

Identificación de los materiales

El objetivo de este indicador es establecer el grado de conocimiento sobre la compleja composición de los aparatos electrónicos. En la encuesta, concretamente se consultó a los estudiantes cuántos materiales identifican en sus dispositivos tecnológicos. Este indicador responde a uno de los aspectos problemáticos en la gestión de los RE, el tratamiento adecuado de sus diversos y complejos materiales.

Por este motivo, identificar el grado de conocimiento que los consumidores poseen frente a los materiales empleados en los aparatos que eligen y utilizan, generalmente condiciona la forma en que los disponen. En las encuestas las opciones del indicador identificación de materiales, se organizaron en cinco categorías que van del desconocimiento de los materiales al conocimiento profundo.

Periodicidad de mantenimiento

Este indicador pretende evaluar el período de mantenimiento de los aparatos electrónicos por parte de los usuarios. Analiza la información relativa al impacto directo sobre la extensión de su vida útil. En términos generales, permiten observar que, si bien se valora la duración de los aparatos electrónicos, los usuarios los cambian por causas que pueden asociarse a la falta de mantenimiento.

Para observar las acciones que influyen en la durabilidad del aparato en uso, en la encuesta se solicita que se indique con qué frecuencia se revisan por un técnico sus aparatos. Las opciones son: cuando deja de funcionar, cada seis meses, cada año y nunca.

Conocimiento de normativas

Este indicador de descarte evalúa el reconocimiento por parte de los consumidores de leyes o normativas que se relacionen con residuos electrónicos. Como fue mencionado, si bien existe una legislación nacional que (aunque no es específica) opera sobre la corriente de los RE, resulta importante identificarlas en relación a su reconocimiento para pensar estrategias de capacitación ciudadana sobre esta temática.

Este indicador se definió a partir de los porcentajes de si se conocían o no legislaciones, por parte de los encuestados.

Conocimiento de empresa u organización que trate los RE

De manera similar al indicador anterior, este indicador contempla a quienes reconocen o no la existencia de alguna empresa u organización local que trate los RE. Como se ha mencionado previamente, en Mar del Plata existen actores que tratan los residuos electrónicos, que no necesariamente son reconocidos por la población e integrados a las políticas locales. En este caso, se considera el porcentaje de los encuestados que posee conocimiento.

Identificación de las particularidades de los RE

La identificación de las particularidades de los RE corresponde a un indicador de descarte que permite estimar el grado de conocimiento de los problemas y los beneficios que trae aparejada la corriente de los RE. En la encuesta se identifican los RE y las opciones para seleccionar fueron: residuos domésticos; residuos con valor económico; y residuos peligrosos, para la salud y el ambiente.

En este indicador resulta clave la identificación como peligrosos, pero también valiosos ya que esto permitirá reconocer la necesidad de una correcta gestión alentando posibilidades de recuperación de materiales reutilizables.

Aplicación

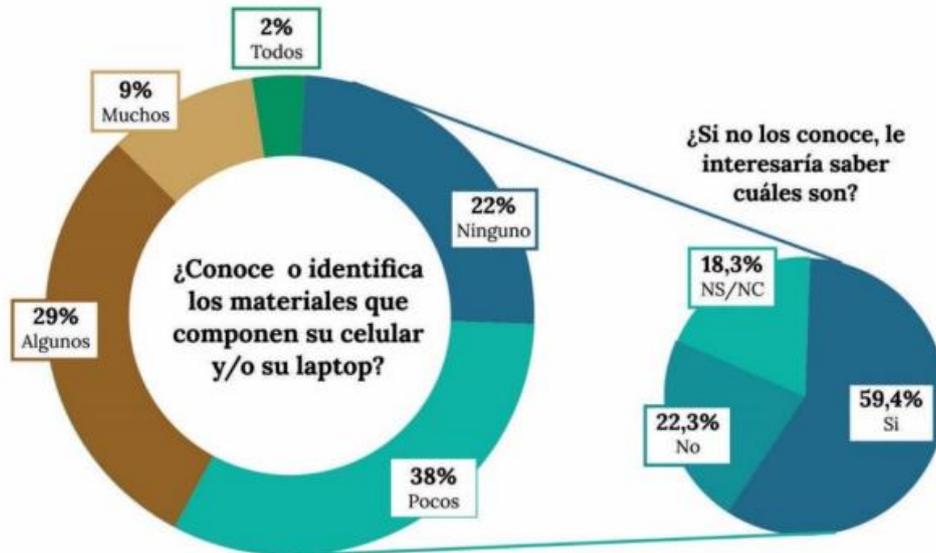
En este apartado, se presentan los principales resultados respecto de los resultados obtenidos del caso abordado.

Identificación de los materiales

La mejor condición de este indicador, es que, al momento del consumo, la población conozca gran parte de los materiales que los componen y valoren aspectos relacionados con la durabilidad, posventa y ecológicos.

Los resultados obtenidos en la encuesta, revelan que el 22% indicó que no conoce ningún material; 38% muy pocos, 29% algunos, 9% muchos y solo 2% todos (Figura 2). Sin embargo, en una pregunta complementaria el 59,4% mostró interés en conocerlos.

Figura 2. Identificación de materiales en sus AE en teléfonos inteligentes y computadoras portátiles e interés por conocerlos



Fuente: Elaboración propia.

Atendiendo a criterios de sustentabilidad, quienes conocen muchos y todos los materiales de sus dispositivos electrónicos alcanzan prácticamente una décima parte de la población encuestada. Si bien la muestra no resulta representativa de la ciudad dado que se ha tomado sobre una población universitaria, este indicador podría manifestar valores aún menores si se amplía a otros sectores.

El reconocimiento de los materiales, no es un tema menor, sobre todo si se tiene en cuenta que en los procesos de clasificación y desmontaje para su recuperación, en general se separan manualmente los componentes peligrosos (OIT, 2019).

Periodicidad de mantenimiento

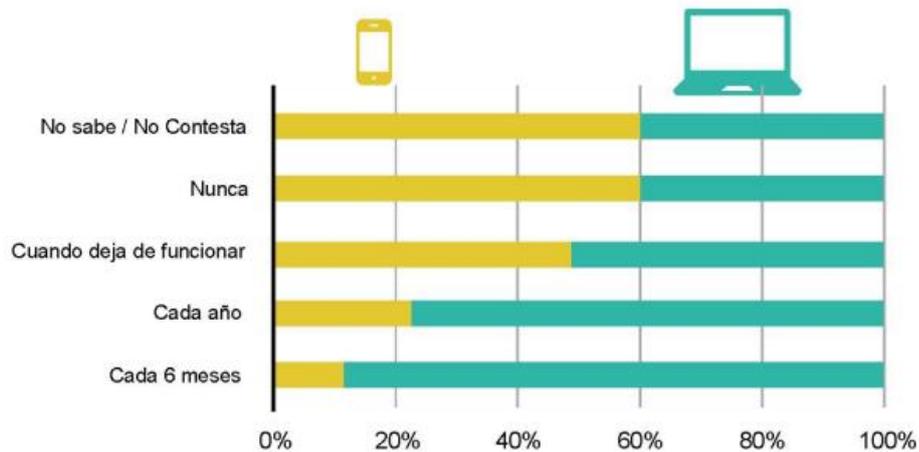
En términos de sustentabilidad, se considera que este indicador debiera priorizar que la etapa de uso de los aparatos electrónicos sea mayor a dos años a fin de minimizar la generación de RE y que durante este tiempo se efectúe un mantenimiento técnico del aparato cada seis meses o cada año, para aumentar su durabilidad y calidad de uso.

En relación a la frecuencia de revisión de aparatos electrónicos, en particular a los vinculados con las tecnologías de información y comunicación (smartphone y laptop), por parte de técnicos, los resultados manifestaron una significativa falta de mantenimiento. No obstante,

existe un reconocimiento de que, desde el momento en que se adquieren, se incentivan las prácticas en este sentido.

Como fue mencionado, este indicador tiene un impacto directo sobre la extensión de la vida útil de los aparatos electrónicos. A partir de las encuestas se observó que, si bien numerosos usuarios valoran la duración de sus aparatos electrónicos, los cambian por causas que justamente pueden asociarse a la falta de mantenimiento. En relación con la frecuencia de mantenimiento, como muestra la Figura 3, sobre laptops es mayor (al menos una vez al año o cada seis meses), respecto de la que se efectúa con los teléfonos inteligentes o smartphone. En este último caso, el mantenimiento se realiza generalmente cuando el equipo deja de funcionar.

Figura 3. Frecuencia de revisión de teléfonos inteligentes y portátiles.



Fuente: Elaboración propia.

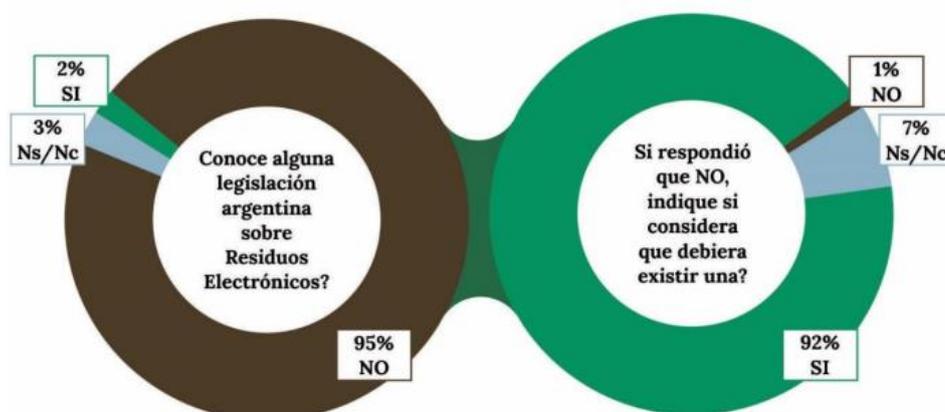
Estudios previos realizados en América Latina y el Caribe (UNESCO, 2010) señalan que los servicios técnicos y armadores de computadoras recuperan entre el 35% y 40% de los equipos recibidos (por empresas y hogares, respectivamente), que en algunos casos a su vez comercializan. De esta manera, el ciclo de vida de estos equipos reacondicionados es tres veces más corto que el de los equipos nuevos, estirando su ciclo dos o tres años más aproximadamente (Prince, 2010).

Conocimiento de normativas

Conocer la legislación que regule los RE generados es la mejor opción para reconocer sus impactos. Como fue adelantado, las leyes que se aplican a los RE en el país son insuficientes

y limitadas para hacer frente a la especialidad en la gestión y tratamiento de esta corriente de residuos, generando en algunos casos más dificultades que soluciones (MAyDS, 2020). Como muestra la Figura 4, los resultados obtenidos permiten destacar que prácticamente todas las respuestas (95%) advierten desconocimiento sobre legislaciones de referencia; sin embargo, un porcentaje semejante (92%) de estudiantes considera que debe existir una normativa específica en el tema. En ese sentido, resulta necesaria una ley de presupuestos mínimos que prohíba su desecho junto con otras corrientes de residuos, potenciando su valorización.

Figura 4. Conocimiento de normativa y consideración de su importancia.



Fuente: Elaboración propia.

Conocimiento de empresa u organización que trate los RE

Como en el caso anterior, saber cómo se tratan y disponen los RE permitirá mejorar la sustentabilidad en su re-uso y disposición. En este caso, los resultados de la encuesta revelan que la gran mayoría (87%) desconoce entidades dedicadas a valorizar estos residuos. Por tanto, seguramente la empresa privada y la cooperativa que actualmente operan en la ciudad de Mar del Plata, no son consideradas como opciones viables hacia las cuales la población destine sus residuos electrónicos.

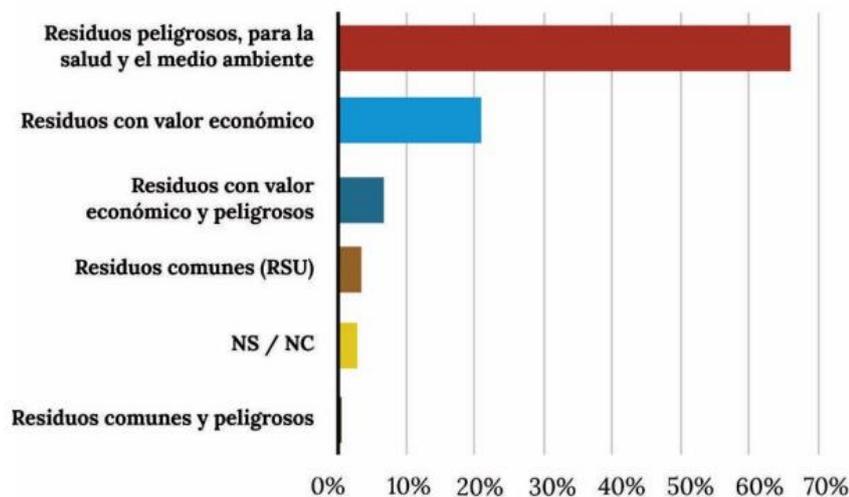
Respecto de la utilidad de este indicador, considerar el reconocimiento de las empresas privadas, cooperativas y recuperadores urbanos en los servicios ambientales que brindan a la ciudad, colabora en entender cómo se pueden vincular los sectores formales e informales con las políticas locales. Este conocimiento es importante ya que estas empresas u organizaciones tienen un rol fundamental en la promoción del trabajo decente asociado a la gestión de los desechos eléctricos y electrónicos (OIT, 2019).

Identificación de las particularidades de los RE

Comprender las cualidades que componen a los RE, por su condición de valiosos y peligrosos al mismo tiempo, permitirá optimizar las opciones de reutilización y disposición segura.

En la encuesta se consultó cómo se identifica a los RE. En términos de sustentabilidad, tomando como más acertadas las respuestas que consideraban que los RE poseen un valor económico, pero que también son peligrosos para el ambiente, se contabilizan las respuestas de la encuesta que indicaron de forma conjunta estas dos opciones. En ese sentido, sólo el 20,9% reconoce su valor económico y el 6,7% expresa reconocer la complejidad de este flujo de residuos, en sus cualidades valiosas e inseguras al mismo tiempo (Figura 5).

Figura 5. Tipificación de los desechos electrónicos



Fuente: Elaboración propia.

Si bien el mayor porcentaje identifica que son residuos peligrosos y como tal los debe contener una ley específica, desde la mirada de sustentabilidad, se entiende que la oportunidad para su revalorización es concebir esta doble cara: peligrosos y valiosos. De este modo, se asocian a ser recursos o insumos para nuevas industrias y no con basura.

Se puede afirmar que la definición que enmarque estos residuos, debe contemplar los procesos del posconsumo de esta corriente de material. Cada subcomponente sigue diferentes circuitos que corresponden a las lógicas de ganancia de los mercados en los que dichas sustancias resultan valuadas, en general por el precio en peso de cada material. Por un lado, se encuentran

los *materiales valorizables* que una vez extraídos del aparato en desuso, son aptos para ofrecer una rentabilidad positiva económica. En el contexto latinoamericano, las sustancias destacadas a ser revalorizadas son los metales, tanto ferrosos como no ferrosos ya que, desde el punto de vista del desarrollo tecnológico de la región, se cuenta con métodos de recuperación experimentada (en general para su reutilización en otras aplicaciones), como también con un mercado constante de insumos reciclados. Por otro lado, los RE contienen una vertiente de sustancias a ser tratadas de forma especial, las llamadas *sustancias peligrosas*, asociadas como se mencionó previamente, a la falta de normativas específicas. Por último, se encuentran los *recursos potenciales*, como los vidrios o plásticos (Clinckspoor & Suarez, 2018). Actualmente, la rentabilidad de su recuperación no genera ingresos que compensan los gastos para su procesamiento. Sin embargo, evitar enviarlos directamente a los rellenos sanitarios, constituye un desafío para la sostenibilidad de los insumos urbanos a futuro desde las corrientes de la minería urbana, al disminuir el agotamiento de los recursos no renovables. Sobre esta última corriente cabe aclarar que es necesario desarrollar tecnologías y procedimientos de agregado de valor sobre estos materiales que superen el valor recuperado por su peso material.

Conclusiones

Los indicadores de sustentabilidad aplicados a las distintas etapas comprendidas en la gestión de RE constituyen una herramienta clave para la toma de decisiones. En ese sentido, avanzar en la evaluación de la información que los usuarios consumidores de residuos electrónicos poseen, puede traducirse en acciones más informadas en la gestión de estos residuos. En relación con ello, los indicadores de información permiten monitorear y contribuir a mejorar la conciencia sobre la importancia del reciclaje electrónico, fomentando prácticas de consumo más responsables.

Con base en la evaluación de los cinco indicadores, a continuación, se presentan consideraciones específicas para cada uno de ellos:

- **Identificación de los materiales:** el conocimiento de materiales de los dispositivos electrónicos está relacionado directamente con su sostenibilidad. Actualmente, esta práctica alcanza valores bajos en términos de sustentabilidad. Sin embargo, su abordaje en el tiempo podría mejorar, por ejemplo, a través de campañas de comunicación en los

envases. Además, se considera necesaria la implementación de normativas específicas para abordar este aspecto.

- **Periodicidad de mantenimiento:** este indicador, que arroja valores bajos en la práctica, también podría mejorarse mediante campañas de concientización ciudadana, con el objetivo de promover la prolongación de la vida útil de los dispositivos y fomentar su reintegración en una segunda cadena comercial que permita que el dispositivo se refuncionalice.
- **Conocimiento de normativas:** se observa un conocimiento extremadamente bajo sobre las normativas de residuos electrónicos. Esta situación puede atribuirse tanto a la ausencia de una ley específica como al desconocimiento de los materiales y componentes particulares de los dispositivos, así como de las prácticas realizadas durante la fase de recuperación pos consumo. En este sentido, los esfuerzos para mejorar los valores obtenidos para este indicador pueden orientarse a que la población conozca y se involucre con la gestión de los residuos en los ámbitos locales.
- **Conocimiento de empresa u organización que trate los RE:** actualmente existen varios canales accesibles para llegar al público como las redes sociales vinculadas con enlaces institucionales. A través de estos canales, las organizaciones dedicadas a la valorización de residuos electrónicos pueden convocar a la población para participar por ejemplo en jornadas de recupero como se realiza desde la Universidad Nacional de Mar del Plata. También podrían alentarse nuevos acuerdos con grandes generadores en el ámbito local, en los cuales la cooperativa y los recuperadores asociados podrían desempeñar un papel clave.
- **Identificación de las particularidades de los RE:** este indicador fusiona dos respuestas posibles al combinar las cualidades de ser valiosos y peligrosos, características distintivas de los residuos electrónicos. Aunque el valor se considera en términos generales bajo, se percibe como un aspecto fundamental en términos de la información que la población debiera poseer. Comprender las opciones de disposición, los procedimientos y los cuidados necesarios al iniciar la fase de posconsumo, se considera clave, como así también su contribución para beneficiar a los actores del proceso de recuperación.

En función de esta propuesta, avanzar en la construcción y aplicación de un sistema de indicadores de sustentabilidad que integre las distintas etapas del ciclo de vida de los aparatos

electrónicos, proporcionaría una base sólida para el diseño e implementación de estrategias de reciclaje electrónico más efectivas y socialmente responsables en Mar del Plata. La propuesta de indicadores de información conforma una primera etapa de generación de conocimiento que permita el desarrollo de estrategias más efectivas para abordar el problema de los residuos electrónicos en Mar del Plata, intentando aportar a la construcción de un modelo de gestión local e institucional que combine eficacia ambiental con equidad social.

Referencias

- BLASER, Fabián. **Gestión de residuos electrónicos en Colombia. diagnóstico de electrodomésticos y de aparatos electrónicos de consumo.** Bogotá DC, Colombia: EMPA, ANDI, CNPM, 2009.
- CASAL, Jordi & MATEU, Enric. **Tipos de muestreo.** *Rev. Epidem. Med. Prev*, vol. 1, no 1, p. 3-7, 2003.
- CLINCKSPOOR, G. L. **Análisis de la valorización de los residuos electrónicos TIC en la ciudad de Mar del Plata. Aportes de su gestión sustentable.** Tesis doctoral de la Universidad Nacional de Lujan (UNLu) en el Doctorado de Ciencias Sociales y Humanas, 2022.
- CLINCKSPOOR, G. L., & ZULAICA, M. L. **Análisis de las tecnologías empleadas en el pos consumo de residuos TIC en la ciudad de Mar del Plata.** *Ciencia y Tecnología*, 73-88, 2022.
- CLINCKSPOOR, G. L., & ZULAICA, M. L. **Consumption, use and disposal patterns of electric devices among university students in Mar del Plata, Argentina.** *CIDADES, Comunidades e Territórios* n° 48, 2024.
- CYRANEK, G., & SILVA, U. (2010). **Los residuos electrónicos: Un desafío para la Sociedad del Conocimiento en América Latina y el Caribe.** *Montevideo: UNESCO, Plataforma RELAC SUR/IDRC.*
- DIZDAROGLU, Didem. **Developing micro-level urban ecosystem indicators for sustainability assessment.** *Environmental Impact Assessment Review*, 54, 119–124, 2015.
- GONZALEZ INSUA, Mariana. **La valorización de los residuos reciclables y la sustentabilidad urbana. Una propuesta teórico metodológica para su abordaje.** *Investigación + Acción*, 22, 108–131, 2019.
- GUERRERO, Elsa & ERBITI, Cecilia. **Indicadores de sustentabilidad para la gestión de los residuos sólidos domiciliarios. Municipio de Tandil, Argentina.** *Revista de Geografía Norte Grande*, 32, 71-86, 2004.
- INDEC. **Censo nacional de población, hogares y viviendas 2022: resultados provisionales.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos, 2023.
- INDEC. **Encuesta de comercios de electrodomésticos y artículos para el hogar.** Informes técnicos, Vol. 6, N° 98. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadísticas y Censos, 2022.
- LOHR, S. **Muestreo por conglomerados con probabilidades idénticas. Muestreo: diseño y análisis.** México DF: International Thompson Editores, 1999.
- LÓPEZ DE MUNAIN, Daniela, & RUGGERIO, Carlos Alberto. **Gestión de los residuos en aglomerados urbanos: flujo de materiales, escenarios e indicadores de sustentabilidad: El caso de la Región del Gran Buenos Aires.** *Ambiente en Diálogo*, 2, e018, 2021. Recuperado a partir de <http://ojs.opds.gba.gov.ar/index.php/aed/article/view/26>
- MAFFEI, Laura, & BURUCUA, Andrea. **Residuos de Aparatos Eléctricos y Electrónicos (RAEE) y empleo en la Argentina.** Buenos Aires: Regiones y países OIT en América Latina y el Caribe, 2020.

MAyDS. **Manual Gestión Integral de RAEE. Los residuos de aparatos eléctricos y electrónicos, una fuente de trabajo decente para avanzar hacia la economía circular.** Buenos Aires: Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible, 2020.

MORI, Koichiro y CHRISTODOULOU, Aris. **Review of sustainability indices and indicators: Towards a new City Sustainability Index (CSI).** *Environmental Impact Assessment Review*, 32, 94-106, 2012.

OIT. **La cadena de Valor de los Desechos Electrónicos. Estimación del Empleo Verde en la Argentina.** Buenos Aires: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-buenos_aires/documents/publication/wcms_750434.pdf , 2019.

PRINCE, Alejandro. **Residuos electrónicos en LAC: tamaño del problema y oportunidades para una gestión más eficiente.** *Gestión de residuos electrónicos en América Latina. Santiago de Chile: Ediciones Sur*, 2009, p. 77-98.

Recebido em 29/11/2023 | Aceito em 03/06/2024



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Atores da Reciclagem e Dinâmicas Urbanas

V 13 | n 24 | jan-jun 2024

Cooperativas de recolectores de residuos latinoamericanas como modelo base de organización inclusiva de pepenadores en México

Luis Patricio Cancino Oapzo



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

OAPZO, Luis Patricio Cancino. Cooperativas de recolectores de residuos latinoamericanas como modelo base de organización inclusiva de pepenadores en México. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 13, n. 24, p. 59-84, jan-jun 2024. Semestral.

© NAUI

Cooperativas de recolectores de residuos latinoamericanas como modelo base de organización inclusiva de pepenadores en México

Luis Patricio Cancino Oapzo ¹

Resumen

Esta investigación contextualiza algunos de los principales logros a partir de la formación de organizaciones y/o cooperativas de recicladores de Latinoamérica que pueden servir como impulso o incentivo de un modelo base de organización para enfrentar los problemas que viven los recolectores informales de residuos en las distintas ciudades de México. A partir de una revisión bibliográfica, se rescatan el reconocimiento de los recolectores, las redes de trabajos, las capacitaciones y accesos a fondos, entre otros logros alcanzado de estas organizaciones y cooperativas, lo que pueden ser suficientes incentivos para ocupar como base estos modelos de organización social. Para complementar la información bibliográfica, se presenta un apartado con información recopilada a través de contacto y entrevistas con integrantes de 6 organizaciones de recicladores latinoamericanas, los cuales nos hablaron de sus inicios, logros y desafíos.

Palabras-Chave: Cooperativas de recicladores, logros, inclusión social.

Collector cooperatives of waste Latin Americans like basic organization model inclusive of scavengers in Mexico

Abstract

This research contextualizes some of the main achievements from the formation of organizations and/or cooperatives of recyclers in Latin America that can serve as a boost or incentive for a basic organizational model to face the problems experienced by informal waste collectors in different areas. cities of Mexico. From a bibliographic review, the recognition of collectors, work networks, training, and access to funds, among other achievements of these organizations and cooperatives, are recovered, which may be sufficient incentives to use these models of production as a basis. social organization. To complement the bibliographic information, a section is presented with information collected through contact and interviews

¹ ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1137-2013>

with members of 6 Latin American recyclers organizations, who told us about their beginnings, achievements, and challenges.

Introducción

Pepenadores, cartoneros, chatarreros, basureros, recolectores, son alguno de los seudónimos que reciben los recicladores urbanos informales según la región de Latinoamérica. A estas personas las puedes encontrar en diversos lugares de una ciudad, como así también, en casi todos los rellenos sanitarios municipales (o intermunicipales) y tiraderos abiertos (ya sean espacios municipales mal administrados, o lugares clandestinos donde simplemente se tira la basura; entre ella, muchos residuos valorizables). En las calles de las ciudades las y los pepenadores se diferencian por el lugar donde recolectan, por el o los residuos que recolectan (cartón, plásticos, electrónicos, etc.), las formas de movilización en que recolectan (caminando, en triciclos, carretas con caballos, en los camiones municipales trabajando de forma voluntaria entre los mismos recolectores formales, estáticamente en los rellenos, etc.), como así también, se diferencian en sus formas organizativas (individualmente, organizadamente, o en una seuda organización bajo el yugo de un actor de intereses personales ajenos a la organización).

En la actualidad, el trabajo de estos recicladores es fundamentales para el aprovechamiento de residuos en las ciudades de los países de la región. La gestión principal de esto trabajadores informales son la recolección, selección y venta de subproductos valorizados recogidos en las calles o sitios de disposición final. La importancia ambiental de la actividad realizada radica en los aumentos de la vida útil de los rellenos sanitarios, la disminución de la disposición incorrecta de los residuos, la reducción de gastos de energía, entre otras cosas, por consecuencia, una importante mitigación del impacto ambiental provocado por los residuos.

Por desgracia, este trabajo generalmente no se reconoce en Latinoamérica, los recicladores son actores marginados y estigmatizados por las autoridades y ciudadanos, sin tomar en cuenta que su labor es clave en la actividad del reciclaje (Giovannini y Huybrechts 2017). Además, las personas que viven de esta actividad trabajan en condiciones de extrema vulnerabilidad, exponiéndose diariamente a los peligros de recorrer las calles y de contraer múltiples enfermedades por el contacto con agentes patógenos que habitan en la basura. Aunado

a esto, la mayoría de estos actores trabajan de forma individual o desorganizada, abriendo camino a que otros actores (con intereses particulares) se beneficien de la mano de obra barata, aprovechándose de la compra y venta de los subproductos a bajos precios y sin pagar impuestos.

En el caso de México la situación no es diferente, los trabajadores informales no organizados del sector están en pleno abandono, sin capacitaciones, ni seguridad social ni laboral, expuestos a enfermedades, con condiciones indignas, lo que agrava mucho más la situación (la siguiente fotografía muestra una pequeña parte de la cruda realidad de estos trabajadores).

Ilustración 1: Pepenador recolectando residuos en un espacio utilizado como “Centro de Transferencia” en el municipio de Oaxaca de Juárez, Oax. México



Nota 1: Fotografía propia tomada en terreno en septiembre 2023

Como respuesta a la problemática de la marginación social (falta de reconocimiento) y la serie de problemas asociados en esta actividad, son muchos los casos de éxito de organizaciones y cooperativas de recicladores que se han levantado y constituido en la región de América Latina (Medina, 2000; Gutberlet, 2009). Dado los diferentes escenarios e impulso de la conformación de estas organizaciones de recicladores encontrados en la literatura y comunicado directamente por algunas organizaciones, es que nos surge la siguiente pregunta ¿Cuáles son los principales logros comunes que tienen las cooperativas de recicladores como salida a la exclusión social y los problemas asociados a la actividad del reciclaje en Latinoamérica?, y, ¿son las cooperativas de recicladores latinoamericanas un buen modelo a seguir para la organización de los recicladores de México?

Se entiende que las respuestas a estas preguntas pueden requerir de un análisis profundo y con metodologías más multidisciplinarias, por lo que es importante mencionar que este documento busca entregar la situación desde una perspectiva bibliográfica y con algunos acercamientos con entrevistas que no pueden extrapolarse, pero que nos parece importante (y resulta interesante) seguir explorando este tema con una investigación que requiera mayor participación e involucramiento en estas organizaciones desde lo local (en Oaxaca por ejemplo).

En este sentido, este documento tiene como objetivo presentar y discutir los principales logros que aportan al proceso de inclusión social de estas cooperativas de recicladores en los países de América Latina. Adicionalmente, con este estudio queremos abonar información a la creación y discusión de un marco referencial sobre modelos y métodos de capacitación y creación de cooperativas de reciclaje para México y los futuros estudios sobre estos procesos. Para alcanzar este propósito, se hizo una revisión bibliográfica de diversos artículos y documentos científicos desde donde se ocupó la información. Aunado a esto, se presentan extractos de recopilaciones de entrevistas a diversos actores relacionados al tema realizadas por teléfono y correos que abonan a la exposición del tema.

Luego de esta introducción, el contenido de este documento se distribuye de la siguiente manera. El segundo apartado habla de la problemática de los residuos en México, sobre el concepto y características de la economía social y las cooperativas (principios y valores), comentando brevemente algunos hitos que se han encontrado sobre el surgimiento de algunas cooperativas en Latinoamérica, considerando muy importante este punto en la discusión, ya que es casi recurrente que las organizaciones de recicladores nacieran de una serie de manifestaciones por la insatisfacción a sus necesidades y/o por las crisis políticas, económicas y sociales

(principalmente en la era neoliberal) que se han dado en estos países. En último apartado aborda las principales logros comunes encontrados por las cooperativas, así como también la recopilación de información directa de algunas organizaciones y cooperativas de Latinoamérica entrevistadas, para terminar con las discusiones sobre estos y consideraciones finales del tema abordado.

El problema de la basura en México

En este apartado del documento se presentan algunos datos generales como antecedentes de la problemática provocada por la deficiente gestión de los residuos sólidos urbanos por parte de los municipios en México. Además, se mencionan algunos orígenes y causas de la problemática de los residuos, y como estas afectan a la sociedad, los recolectores urbanos, y medio ambiente.

El Diagnóstico Básico para la Gestión Integral de los Residuos Sólidos Urbanos publicado por la Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales (SEMARNAT) de México del año 2020, menciona que en el país se genera un aproximado de 120 mil toneladas diarias, dando un equivalente aproximado de 0.955 kilogramos de desechos generados por habitantes al día.

Si esto datos lo llevamos términos anuales, en el país se generan más de 40 millones de toneladas de residuos sólidos urbano por año, (SEMARNAT, 2020). Estas grandes cantidades de generación de residuos refleja una sociedad con cultura capitalista que solo busca sus principales interese. En este sentido, la gestión de los residuos sólidos urbanos en el país solo está orientada a mantener los beneficios empresariales por sobre los sociales.

En el caso de la composición de los residuos orgánicos (46.42%), los susceptibles de aprovechamiento (31.56) y otros tipos de residuos (22.03%), en la siguiente tabla podemos ver que, en promedio, 33% son desechos de alimentos y 11% son de jardinería, es decir, solo estas dos clasificaciones generan un 44% de residuos orgánicos. En el caso de los residuos susceptibles de aprovechamiento, aproximadamente un 12% son de origen plástico (2.63 % PET, 7.66 % Plástico rígido y de película, 1.55 % Poliestireno expandido y 0.55 % Poliuretano) y aproximadamente un 10% son cartón y papel (SEMARNAT, 2020).

Tabla 1. Clasificación de los diversos residuos generados en México

Susceptibles de Aprovechamiento (inorgánicos): 31.55%	Orgánicos: 46.42%	Otros: 22.03%
4.55 % Cartón	0.46 % Cuero	0.15 % Algodón
1.51 % Envase de cartón encerado	0.73 % Fibra dura vegetal	0.46 % Loza y cerámica
0.34 % Fibras sintéticas	0.52 % Hueso	0.70 % Material construcción
0.54 % Hule	0.79 % Madera	6.75% Pañal desechable
0.98 % Lata	33.07% Residuos alimentarios	2.25 % Residuo fino
0.88% Material ferroso	10.84%Residuosdejardinería	2.82 % Trapo
0.57% Material no ferroso		8.90 % Otros
5.07 % Papel		
2.63 % PET		
7.66 % Plástico rígido y de película		
1.55 % Poliestireno expandido		
0.55 % Poliuretano		
1.60 % Vidrio de color		
3.13 % Vidrio transparente		

Nota: Elaboración basada en SEMARNAT (2020)

Por otro lado, el origen de las causas y consecuencias de la mala gestión de los residuos se enmarcan en el contexto del modelo neoliberal, el cual, como ya se mencionó, permite que los beneficios particulares rijan por sobre el interés público. Con relación a esto, el neoliberalismo no promueve el avance de políticas que articulen la acción pública a nivel federal en términos de servicios de limpia, por lo que la capacidad de servicio de los municipios es ampliamente rebasada por la dinámica de la generación. Aunado a esto, a los municipios no se les exigen rendición de cuentas sobre el manejo de los residuos, provocando que las autoridades municipales puedan ocupar el rol de jueces y partes, en donde una simple “solución” radica en concesionar el servicio hacia el sector privado, favoreciendo la concentración y el encarecimiento del servicio. Con esta situación, se genera un incentivo para que las empresas incumplan las normas, generando malas prácticas para reducir costos.

Aunado al párrafo anterior, la delincuencia organizada alrededor del negocio informal de la basura ha proliferado en muchos municipios (principalmente en los rellenos sanitarios), dando pie a que, en el aspecto laboral, que se privilegien las estructuras de cacicazgo gremial, manteniendo vicios culturales de décadas. Con esto, el aumento de los trabajadores informales del sector está en pleno abandono, sin capacitaciones, ni seguridad social ni laboral, expuestos a enfermedades, con condiciones indignas, lo que agrava mucho más la situación. En suma, este contexto lleva a los trabajadores (formales e informales) y pobladores de los municipios a numerosos riesgos de carácter ambientales y sanitarios, como son las exposiciones a sustancias tóxicas (principalmente de trabajadores y poblaciones cercanas a los rellenos sanitarios), contaminación, catástrofes que causan pérdidas humanas y daños a la economía, infraestructura y equipamiento, entre otras consecuencias de igual importancia. Con esto, se puede asumir que el sector social está abandonado y confuso, generando una cultura poca colaborativa entre las personas y con poca participación ciudadana para resolver los problemas expuestos.

Hablando de costos en términos ambientales, según el Sistema Nacional de Información Ambiental y de Recursos Naturales (INEGI, 2017), los costos por la degradación ambiental provocados por la deficiente gestión de los residuos sólidos ascendieron a 61,253 millones de pesos en el año 2015.

Sumado a los problemas de carácter social y ambiental, la ineficiencia en la gestión de los residuos se puede apreciar en la recolección y barridos de desechos, con un alto porcentaje de residuos depositados en vertederos mal localizados o gestionados, generando altos costos de operación y afectando las finanzas municipales, hay poco aprovechamiento energético, escasa separación y con alto grado de informalidad, y existe falta de responsabilidad de los productores y comercializadores de empaques, envases y embalajes. Así, esta situación, sumada a la omisión del reconocimiento del sector, representan una problemática para la valorización de los residuos.

Economía social (ES)

A pesar de que la economía social nace en el siglo XIX, a partir de la década de 1970 se impulsa con fuerza lo que hoy se conoce como Economía Social (Pérez de Mendiguren et al., 2009).

Para Miller (2010), la ES está orientada a organizaciones que comparten un conjunto de valores que contrastan significativamente los sistemas económicos tradicionales, ya que, en lugar de mantener una competencia aniquiladora, las organizaciones construyen culturas y comunidades colaborativas, evitando establecer las monoculturas globales, enfocándose en el fortalecimiento cooperativo de la diversidad de agentes económicos y sus entornos (Miller, 2010).

Así mismo, la ES tiene como enfoque tomar en cuenta a las personas y el medio ambiente de forma prioritaria por encima de otros intereses económicos. Esta economía quiere integrar valores universales a la gestión de la actividad económica, lo cuales deben regir a las sociedades y las relaciones humanas, como, por ejemplo: la equidad, fraternidad económica, justicia, democracia social y participativa (REAS, 2011). En este sentido, la ES se orienta a cambiar las relaciones económicas aniquiladoras por relaciones basadas en la justicia, la cooperación, la reciprocidad y la ayuda mutua entre las personas (Laville y García 2009).

En el caso de Askunze (2013), menciona que la ES se enfoca en una alternativa a las prioridades del sistema capitalista actual, orientando a la economía como un medio para el desarrollo personal y comunitario, mejorando la calidad de vida de las personas y sus entornos sociales.

Para el Grupo de Trabajo Interinstitucional de las Naciones Unidas, la economía solidaria es un conjunto de agentes organizados que se orientan al bienestar social (UNTFSSSE, 2014), mientras que para Borzaga et al. (2017), a la ES la definen como una organización de personas que, a través de enfoques de cooperativismo y solidaridad, se orientan al beneficio financiero mutuo.

Por otro lado, para Urdapilleta (2019), la ES está orientada al establecimiento de relaciones sociales armónicas entre los seres humanos, con el objetivo de avanzar a un autodesarrollo individual y colectivo. Es una nueva forma de construir la realidad, de reconocer al ser humano como un constante proceso de autogeneración, orientándose hacia el bien común y reciprocidad entre los mismo (Urdapilleta, 2019).

Surgimiento de las cooperativas de recicladores en América Latina

En conceto de cooperativas se puede entender como las organizaciones de carácter social en donde sus miembros en condiciones de igualdad buscan satisfacer sus necesidades

comunes de forma democrática y autogestiva (Ayvar, 2022). De alguna forma, las cooperativas se pueden ver como la columna vertebral de la economía social.

Las cooperativas buscan asociarse económicamente entre personas con necesidades y características similares, con una propiedad común basada en la solidaridad, erradicando la extrema división jerárquica que existe en las organizaciones empresarial tradicionales, y generando una distribución de las utilidades de forma equitativa entre sus miembros. Para lograr dichos objetivos, estas organizaciones cooperativas se rigen por los siguientes principios y valores: “afiliación voluntaria y abierta; gestión democrática por parte de los miembros; participación económica de los miembros; autonomía e independencia; educación, formación e información; cooperación entre cooperativas; y preocupación por la comunidad” (ACI, 2013 citado por Ayvar, 2022).

Los modelos de cooperativas de recicladores han surgido de diversas formas en América Latina. En el caso de Brasil, se ha encontrado información de algunas iniciativas que impulsan a estas cooperativas. Por ejemplo, algunos registros indican que los movimientos cooperativos empezaron entre 1960 y 1980, sin embargo, a finales de 1980 es cuando la iglesia católica, universidades, organizaciones no gubernamentales (ONG) y municipios, empezaron a impulsar y trabajar de la mano con las cooperativas de recicladores (Rodrigues dos Santo y Barbosa 2022).

En Argentina, gran parte del surgimiento de cooperativas de recicladores (y otro tipo de cooperativas) nace desde la crisis económica-social que deja sin empleo a gran parte de la población más vulnerable. Es en este contexto donde grupos de “cartoneros” (modo coloquial de llamar a los recolectores urbano en Argentina) salían a las calles en búsqueda materiales que posteriormente lo venderían en el mercado, naciendo así la organización de estos mismo en cooperativas como estrategias de supervivencias (Suárez, 2011).

Hablando de Chile, en los últimos años se ha impulsado la formalización de organizaciones de recicladores en cooperativas bajo un programa de “reciclaje inclusivo” que conllevan las municipalidades en conjunto con una fundación específica (Casa de la Paz) y otras organizaciones no gubernamentales². Sin embargo, muchas de las primeras agrupaciones de

² El proyecto, se enmarca en la Iniciativa Regional para el Reciclaje Inclusivo (IRR) que es impulsada por el Fondo Multilateral de Inversiones (FOMIN) y la División de Agua y Saneamiento del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), la Fundación Avina, la Red Latinoamericana de Recicladores (Red-LACRE) y Coca-Cola América Latina.

recicladores fueron impulsadas desde el “sindicato de cartoneros” en la década de los 90 (Giovannini, 2014). Es importante mencionar que el sector de la economía informal se amplió luego de las reformas neoliberales de la dictadura militar de Augusto Pinochet en Chile (1973-1989).

El proceso de inclusión social de las organizaciones de recicladoras en Colombia es el resultado de los movimientos sociales de la población recicladora que se inició como un proceso de incidencia y exigencia política para ser reconocidos por el Estado y a la sociedad por el trabajo que realizaba (Tovar, 2018).

Algunos casos de Cooperativas de recicladores en México

A pesar de que las características y vulnerabilidades de los recicladores en Latinoamérica no difieren mucho en comparación con el caso de México, las cooperativas de “pepenadores” (modo coloquial de llamar a los recolectores urbano en México) no ha sido la forma de organización que ha proliferado para evolucionar y salir de sus vulnerabilidades en los municipios del país. Una de las pocas y más emblemáticas cooperativas de recicladores encontradas (dada la falta de información que existe) de México, es la Sociedad de Cooperativa de seleccionadores de Materiales (SOCOSEMA), que se creó en 1975 luego de una serie de movimientos de resistencia por parte de los seleccionadores en el basurero de Ciudad Juárez (Bernache, 2023). Esta cooperativa surge para quitarse el yugo de las organizaciones verticales y corporativas ligadas al Partido revolucionario Independiente (PRI), a partir de lo cual pueden negociar mejores precios para sus productos, evitan comisiones de los intermediarios y caciques, además de que tienen reglas justas y han desarrollado un sistema de protección social y de salud para sus miembros (Camarena, Castillo y Zicarrdi, 1988).

En el caso del municipio de Huajuapán, Oaxaca, existe una cooperativa en donde los pepenadores tienen su asociación, su propio estatuto y el apoyo desde el ayuntamiento. Tampoco se reconocen como “pepenadores”, ahí se denominan “recicladores”. Uno de los grandes factores de la formación de esta cooperativa, es el apoyo hacia los recicladores desde diferentes actores sociales (desde el sector privado como el fondo Banamex, el sector público como el apoyo del ayuntamiento de Huajuapán y organizaciones sociales como SiKanda), y que fue importante para lograr mejores condiciones de trabajo y visibilidad de estos mismos (Santos y García, 2019).

Logros comunes de las cooperativas de recicladores encontrados

Luego de hacer una selección y revisión de literatura relacionada con el tema, y otros contactos directos con cooperativas, se presentan los principales logros encontradas que aportan al proceso de inclusión social de los recicladores organizados en cooperativas en Latinoamérica:

Reconocimiento por parte de las ciudades: en el caso de Colombia, Bogotá se ha convertido en la ciudad pionera a escala mundial en el reconocimiento y la vinculación de la de las organizaciones recicladora en sus actividades de limpia (Tovar, 2018). En Argentina, por ejemplo, a los recolectores urbanos se les reconoce como actores relevantes del circuito de reciclado en su Ley Nacional. A partir de este reconocimiento, se han impulsado muchas formas que buscan fortalecer a estas cooperativas de recicladores (INAES, 2020).

Acceso a rutas y recolecciones diferenciadas: Existen caso de cooperativas de recicladores en Chile que se han ganado el acceso a rutas de recolección de materiales valorizables secos en casas habitacionales (Giovannini, 2014), mientras que por el lado de Argentina, existen cooperativas de recolectores que tienen a su exclusivo cargo la recolección de los valorizables secos, y que reciben ingresos fijos por parte del Ministerio de Medio Ambiente y Espacio Público del gobierno de la ciudad de Buenos Aires (Schamber, 2017).

Acceso a más y mejores clientes: por ejemplo, las cooperativas de recicladores brasileñas tienen una gran cartelera de clientes entre los establecimientos públicos, tales como escuelas, hospitales e instituciones gubernamentales, mientras que para las cooperativas de recicladores en argentina destaca el acceso a clientes comerciales como los restaurantes, hoteles, tiendas e industria (Kain et al., 2022).

Disminuciones en el horario laboral y aumento en los ingresos: un estudio sobre cooperativas de tres países latinoamericanos muestra que los recicladores que son miembros de una organización trabajan solo 9 horas al día, mientras que los recicladores independientes trabajan alrededor de 11 horas diarias. En el caso del salario, este estudio también destaca que los miembros de las cooperativas de recicladores ganan entre 187 y 185 dólares por jornada laboral diaria, mientras que los recicladores independientes ganan entre 142 y 170 dólares diarios (Villanova, 2011).

Acceso a fondos: el impulso, las capacitaciones y la creación de cooperativas de reciclaje se ha vuelto fundamental para algunos países latinoamericanos. En este sentido, la formalización implica un grado de autonomía que permite la posibilidad de acceder a fondos a

través de proyectos. El acceso más común de apoyo financieros para el impulso de las cooperativas en América Latina es el de la Fundación Avina, que a través de financiamientos de FOMIN-BID (Fondo Multilateral de Inversiones del Banco Interamericano de Desarrollo) y en conjunto con otras organizaciones (gubernamentales, empresas, ONG, entre otras) del país, son los principales fondos de financiamiento encontrados. Sin embargo, es importante mencionar que algunas cooperativas generan sus propios ahorros, los cuales pueden ser ocupados como fuentes de financiamiento futuros. También existen los fondos municipales, fondos vecinales, entre otros (Giovannini, 2014). En el caso de Argentina, con base a algunas normativas se permiten líneas de crédito y subsidios para las cooperativas de recicladores que estén inscritas en el Registro Permanente de Cooperativas y de Pequeñas y Medianas Empresas (Schamber y Suárez, 2021).

Acceso a espacios de acopio, equipos de seguridad y maquinarias: en algunos casos, como lo es en la cooperativa de recicladores marplatense (RUM), y otras similares en Argentina, gracias a la organización de estos recicladores, se ha logrado acceder a espacio abandonados, principalmente administrados por los municipios (por mutuo acuerdo), para las operaciones de acopio y tratamiento (información comentada por miembros de esta cooperativa en el webinar “El reciclaje en México”, 2022). También son muchos los documentos que mencionan que luego de la organización, las cooperativas en conjunto de apoyos de municipios y otras organizaciones, tienen acceso a vestimenta, equipamiento de seguridad en el trabajo, maquinarias para el tratamiento, entre otros accesos a mejoras para la actividad (Shamber y Suárez, 2021; Giovannini, 2014; Gutberlet y Sayed, 2018).

Redes de organizaciones más grande: En algunos caso, las redes de organizaciones son locales, dependiendo del país. Una red más grande es la RedLa (red latinoamericana de recicladores) que fue creada en el 2005 tras los movimientos de los recicladores en Brasil, Argentina, Uruguay y Colombia. Con el paso de los años, en el año 2011, la organización pasó a llamarse RedLacre (red latinoamericana y del Caribe de recicladores) dada la membresía de los países caribeños y latinoamericanos a la red (Zapata et al., 2021).

Educación, promoción ambiental y guardería: último, un aspectos de inclusión social común encontrado de estas organizaciones son el acceso a la educación de sus miembros (mucho con analfabetismo) dado los programas creados interna (impulsado por los mismos miembros) y externamente (impulsada por otras organizaciones). En el caso de argentina, las mujeres de alunas cooperativas son capacitadas por universidades para después fungir como

promotoras ambientales oficiales, generando un reconocimiento social hacia las mujeres en esta actividad. Por último, algunos documento menciona los acuerdos que se han generado para mitigar el trabajo infantil, por ejemplo, algunas cooperativas de Buenos Aires acuerdan la financiación de camiones a cargo para el traslado de los carros que se utilizan para reciclar, mientras que los cartoneros se comprometen a no trabajar con menores de edad, para lo cual el gobierno de la ciudad ofrece la instalación de guarderías para los hijos de los miembros de estas organizaciones (Shamber y Suárez 2021).

Información recopilada en conversaciones y entrevistas con cuatro organizaciones y cooperativas: Argentina, Chile y México

En este apartado se hablará de cuatro organizaciones de recicladores de las que se ha tenido la oportunidad de mantener un contacto con algunos de sus integrantes para obtener información de sus inicios, formas de trabajo, logros, desafíos, entre otros detalles interesantes que se han desprendidos de conversaciones y entrevistas telefónicas.

Las organizaciones son: Solidaridad Internacional Kanda (SiKanda) A.C. de Oaxaca, México; Nosotros Reciclamos A.C., de la ciudad de México, México; Movimiento de Trabajadores Excluidos (MTE) en conjunto con la Federación de Cartoneros, Carreros y Recicladores de Argentina; y Norte Verde A.C. en conjunto con Recicoop.

Sikanda: inicios

Este proyecto se origina en el estado de Oaxaca, México, en el año 2009, dado que no existía algún programa o proyecto que pudiera acompañar a la población recicladora. Esta idea nace de los fundadores de la organización, que tuvieron experiencias acompañando a poblaciones recicladoras en otros países, y al regresar a Oaxaca, identificaron que uno de los temas menos tocados, menos trabajados, menos abordados, y menos visibles en el estado, era el tema de las condiciones laborales en que se encuentran las personas recicladoras. El propósito principal desde donde nace este proyecto no es ir a solucionar los problemas de gestión de los residuos sólidos urbanos de los municipios de Oaxaca, sino que el objetivo es visibilizar y solucionar las malas condiciones de trabajo en las que las y los recicladores ejercen su actividad.

La forma de trabajo de SiKanda

SiKanda trabaja con 5 ejes transversales dentro de todos sus proyectos: sustentabilidad, interculturalidad, intergeneracionalidad, paridad de género y derechos humanos. Actualmente tiene ocho proyectos con diferentes poblaciones, y dentro de estos proyectos, se encuentra el proyecto de reciclaje con inclusión.

Esta organización hace promoción de los derechos humanos hacia los recicladores y trabajadores de municipio, lo que es complejo llevarlo a la práctica. Buscan siempre generar reuniones con autoridades, sensibilizarlos, capacitarlos, hablarles del tema, de la parte social y humana, que tiene que ver con las personas que están laborando en los rellenos municipales y en las calles de los municipios, para hacerles visibles ese grupo de personas que están ahí contribuyendo a que ese relleno no se llene tan rápido. Además, buscan maneras de poder gestionar, mediar y acordar con las autoridades municipales, que las y los recicladores puedan ser incluidos como trabajadores reconocidos del sistema de gestión de residuos, pero haciendo la labor que ellos realizan: separar, clasificar y poder vender los materiales que tienen un valor en el mercado.

Otra de las actividades que se realizan desde esta organización es identificar áreas productivas que se puedan impulsar desde los proyectos de la organización. Además, en el caso del proyecto de reciclaje inclusivo, se promueve el intercambio de experiencias entre municipios para conversar sobre el tema, sus problemáticas y sus posibles soluciones.

Logros y desafíos de SiKanda

Dentro de los logros a lo largo de los años, además de lograr la colaboración entre los recicladores y dos municipios de Oaxaca (uno de la región metropolitana y otro de la región costera), el equipamiento necesario y el reconocimiento, también han logrado que las y los recicladores de estos municipios sean reconocidos como educadoras y educadores ambientales, compartiendo lo que hacen en los rellenos sanitarios con escuelas, las comunidades y las autoridades de la zona. Por ejemplo, hacen un recorrido dentro del relleno sanitario y ellos van narrando todo el trabajo que realizan, todo lo que los desafíos que viven continuamente y cómo lo van resolviendo.

El otro aspecto es que, luego de 7 años de experiencia en uno de estos municipios (el de la región metropolitana), este se ha apropiado mucho del tema de las condiciones laborales y se

ha interesado en la parte operativa, desarrollando áreas de oportunidad para los recicladores con diferentes maquinarias (por ejemplos, molinos de plásticos), lo que puede ser un digno ejemplo para seguir en los otros municipios del estado de Oaxaca. En total, son cerca de 25 personas las que están integradas al proyecto de reciclaje inclusivo en este municipio.

Dentro los principales desafíos que han pasado en el proyecto en este municipio, los cambios de gobiernos municipales pueden ser un factor desafiante, pero que no ha repercutido en gran medida, incluso rápidamente los nuevos gobiernos se han “apropiado” del programa y siguen replicándolo.

Por otro lado, hace poco tiempo empezaron a apoyar a un grupo de recicladores que se encuentra en un municipio de la costa de Oaxaca. En este lugar están implementando el proyecto en una de sus comunidades más grande, en donde existía un grupo de recicladores que se quedaron sin su fuente de trabajo porque cerraron el tiradero, sin embargo, el mismo municipio tenía interés de buscar una forma de integrarlos en la actividad del reciclaje. En este municipio una de las cosas que han logrado, es generar un movimiento llamado “la costa recicla”, el cual busca promover la gestión de residuo, pero con perspectiva de inclusión para toda la zona costera de Oaxaca, en donde aproximadamente, hay casi unas 80 personas haciendo recuperación de residuos en los tiraderos de cada uno de los municipios.

Nosotros Reciclamos: inicios

Todo empieza en el año 2015 tras ver a tanta gente que sobrevive de esta actividad, o sea, de recoger residuos en las calles y/o los tiraderos. Gente que no es valorizada, no es visibilizada, personas que viven sin conciencia y sin acceso a sus derechos más básicos. Gente que contribuyen a que parte de los residuos generados en la ciudad no lleguen a contaminar ecosistemas ni aumentar más la carga de los rellenos sanitarios. Entonces, parte del enfoque de Nosotros Reciclamos es dotar a sus miembros de un espacio de conciencia sobre la existencia de derechos básicos de las personas. También nos comentó que se les otorga un servicio médico básico, y en el caso de alguna enfermedad mayor, el proyecto también lo paga. Buscan mejorar su alimentación, su salud mental con apoyo psicológico, y también todos reciben una despensa de alimentos saludables cada mes. Es un proyecto que más que nada busca la dignificación del ser humano (en este caso los recolectores) y el cuidado del medio ambiente.

La forma de trabajo de Nosotros Reciclamos

Además de sesiones de trabajo donde transforman residuos plásticos, también tienen talleres para la toma de conciencia, utilizando un método de “la comunicación no violenta” o de “la comunicación consciente” para que los miembros de la organización sean conscientes de sus situación y que puedan expresar sus emociones. Sobre todo, porque la mayoría de los miembros han vivido situaciones muy dura que son importante verbalizar para poder buscar forma de ayudar. Entonces Nosotros Reciclamos se dedica a eso, a tratar reparar personas más que plásticos, a restablecer la dignidad interna. La organización también se preocupa de desarrollar las capacidades psicomotrices a través de trabajo artesanal y mecánico. Esto último se hace básicamente porque la mayoría de los miembros vienen de contextos donde el uso drogas y alcohol les ha afectado sus capacidades psicomotrices, por lo que hay que ser muy pacientes con ellas y ellos.

En el caso de la transformación de los plásticos, los miembros forman parte de la elaboración del diseños como la conceptualización de los productos realizados. Incluso buscan desarrollar actividades para desarrollar su creatividad. Por ejemplo, hacen recorridos con los miembros de la organización en museos del centro de la Ciudad de México.

Logros y desafíos de Nosotros Reciclamos

Sobre los logros, se puede comentar la transformación de las personas, pero un logro importante es que hoy ninguno de los miembros vive en la calle. De los que tienen diabetes, la han logrado controlar. Casi todos los miembros han mejorado su capacidad de atención, de comunicación, de colaboración.

A nivel técnico, el principal logro fue desarrollar una especie de tela de plástico, hecha de muchas bolsas de plástico básico fundida que después la unen de tal forma que hacen una mezcla de colores que le va dando un diseño atractivo a sus productos.

Los desafíos han sido variados desde sus inicios. Desde políticos que ofrecen ayuda a cambio de votos, el terremoto del 2019 que daño el taller por lo que tuvieron que mudarse, la pandemia y problemas con un artista que colaboró con ellos al principio y que después les quería cobrar derecho de autor por cada pieza realizada en la organización.

Movimiento de Trabajadores Excluidos (MTE) y Federación de Cartoneros, Carreros y Recicladores de Argentina: inicios

Estos movimiento se generaron dada las diversas políticas liberales que se dieron en la década del noventa, políticas que empezaron a generar muchas perdidas de puestos de trabajo, lo que llevo a que más de cinco millones de trabajadores/as excluidos/as por estas nuevas políticas, empezaran a organizarse y a autoemplearse desde los primeros años del siglo XXI, incluso, algunos ocupando puestos de trabajos de la economía informal que nunca habían realizado, como cuidar autos, venta ambulante, en los campos, recolectado residuos en los vertederos para su posterior venta, entre otros. Sin embargo, estos puestos de trabajo, por el hecho de ser informales, no contaban con las condiciones y accesibilidad a prestaciones laborales formales necesarias para llevar una buena y sana actividad laboral, sobre todo las personas que iban en busca de residuos a los vertederos.

Debido a todos estas dificultades, muchas personas de la economía informal empezaron a organizarse para darle solución a la problemática, lo que dio nacimiento a muchas organizaciones y cooperativas de la economía popular (puede entenderse como parte de la economía social). En el caso de las y los recolectores de residuos, fue en los mismo vertederos en donde empezaron a notar oportunidades al darse cuenta de que, si juntaban sus materiales (papel, cartón y aluminio principalmente), podrían vender más caro y tener mejores ganancia, lo que podría mejorar su ingreso económico para poder sobrevivir. Y es a partir de todos estos procesos que se funda la MTE.

La forma de trabajo de la MTE y la Federación de Cartoneros, Carreros y Recicladores

La MTE se conforma por ramas productivas con diversos nombres; espacio público, rurales, cartoneros, carreros y recicladores. Las organizaciones de recicladores de la MTE funcionan con sistema de reciclado con inclusividad en la ciudad de Buenos Aires, logrando la instalación de plantas de reciclaje con maquinarias específicas para darle valor agregado a los residuos recolectados. Entre las maquinas utilizadas, podemos nombrar las cintas de separación y compactadoras de residuos. Para el caso de los recolectores que están en la vía pública y no en estas plantas de reciclaje, se elaboró un sistema nacional de comercialización en donde la

Federación de Cartoneros, Carreros y Recicladores participa directamente en todo el territorio nacional.

En el caso de los compradores finales de residuos, los que compra la gran cantidad de residuos recolectados del país, negocian directamente con todas las plantas de reciclajes operadas por cartoneros y carreros de la federación del país, lo que es un logro importante, ya que la negociación la discuten de los precios de compra y venta pasan directamente a los cartoneros y carreros con la grandes industrias del reciclaje.

Logros y desafíos de la MTE y la Federación de Cartoneros, Carreros y Recicladores

Luego del surgimiento del el movimiento de cartoneros y carreros junto a la MTE, sus peleas por el reconocimiento empiezan a dar resultados, donde después de muchas batallas, se consigue que el Estado reconozca a más de 15 organizaciones y cooperativas de cartoneros y carreros en la capital de Argentina, la ciudad de Buenos Aires. Con este reconocimiento por parte del Estado, se otorga ropa de trabajo, herramientas de trabajo, obras sociales, un salario social complementario para enfermedades, lo que fue de alguna forma un paso importante para esta clase trabajadora. También se logró que algunos municipios paguen por el servicio que ofrecen los cartoneros y carreros, reconociendo que es un servicio público de higiene y cuidado del medio ambiente urbano, pero obviamente este pago exigía horarios de entrada y de salida del trabajo.

Aunado a esto, la federación cuenta con 3 camiones a nivel nacional, con los cuales se puede ir a buscar materiales hasta Tierra del Fuego (extremo sur de Argentina) o al norte, lo que permite que a las y los compañeros cartoneros de estos lugares no tener control del peso de sus residuos desde el origen hasta el destino final, como así también amortiguar costos de transportes excesivos por partes de otros intermediarios.

Otros logros han sido las guarderías, ya que muchas de las personas recolectoras tienen hijos. Con este logro han mitigado el trabajo de la recolección por parte de niños y abaten la dificultad de no poder trabajar por tener que cuidar a los hijos (en muchos casos a estas familias no les queda de otra que salir a trabajar con sus niños).

Norte verde y Recicoop Arica: inicios

Norte Verde es una organización que se creó en el año 2017 junto a un grupo de profesionales en Arica, región del norte de Chile. Este proyecto partió con un enfoque de educación ambiental, y de educación en general, con el fin de conseguir cambios positivos a nivel comunal y regional. Empezaron a desarrollar un vivero escolar, empezaron a reproducir plantas locales y a plantar árboles, pero en el desarrollo de estas actividades, se empezaron a encontrarse con micro vertederos en diversas zonas de la ciudad. Con esto empezaron a desarrollar proyectos de empoderamiento en los jóvenes derivando a la agrupación Norte Verde.

Fue a partir del 2019 cuando le dieron este nuevo enfoque a la organización, el de la recolección y venta de residuos desde la organización. Para esto, hicieron una alianza con una organización civil de Arica que se preocupa de la formación laboral adolescente, la cual trabaja con jóvenes con riesgo sociales, como jóvenes infractores de leyes, por ejemplo. En las instalaciones de esta misma organización tienen instalado un galpón para las operaciones de reciclaje. Hablando de las operaciones, empezaron a ejecutar el proyecto con financiamiento público llamado “Escuela de recicladores de Base”. A partir de esto es que empezaron a coordinarse con los recolectores del vertedero y de otros lugares de la ciudad y se dieron cuenta que podrían formar un organización de recicladores junto a los jóvenes de la organización con la que colaboraban. Todo esto con el fin de reducir el plástico de la ciudad, los cuales, son el residuo que más se produce en la ciudad.

La forma de trabajo de Norte Verde y Recicoop Arica

“Entonces, con esto fuimos desarrollando capacidades de valorizar el residuo, haciendo experimentos con los muchachos, y fuimos viendo que la única forma de hacer esto para que pudiésemos vivir de esto, y los muchachos pudieran ver todo como un empleo, es organizarnos en una cooperativa” (cita directa de Ignacio). Luego, “que recuperaran los residuos, los valorizaran lo más posible y pudiese incorporarlo al mercado interno de la ciudad. O enviarlo a otros lugares del país. Por ejemplo, HDP al molerlo y fundirlo es mucho más fácil que trabajar que otro tipo de plástico” (cita directa de Ignacio, fundador de Norte Verde).

Luego, el proyecto de Norte Verde se propuso como objetivo la creación de una cooperativa de recicladores de Arica en conjunto con los jóvenes de la organización colaboradora. Una cooperativa que le de autonomía, con la cual, a través de la organización, se puedan aumentar las capacidades de acopio, y el poder trabajar y vender directamente a los grandes compradores del país.

Desafío: el problema de la distancia para Recicoop Arica

En este contexto, es importante mencionar la poca distancia que hay entre la ciudad de Arica y Tacna, ciudad limítrofe de Perú, ya que esta poca distancia, genera que los principales intercambios comerciales y de servicios se realizan con Perú, y no una ciudad más al sur de Chile (estas están más lejos que Tacna). Y en caso del reciclaje, Arica se encuentra a 2500 km de las plantas de reciclaje chilenas, por lo que este actor de distancia fue importante en el inicio del proyecto, porque define el enfoque que se le dio a la organización Norte Verde.

Esta misma posición “periférica” de Arica los mantiene alejado de las políticas centrales, viviendo un total abandono institucional. Dentro de los problemas ambientales derivados de este abandono, Arica no cuenta con relleno sanitario como las otras comunas de Chile, sino que tienen un vertedero, siendo que son una población aproximada de 200 mil habitantes.

Siguiendo con el problema de la localización, los costos logísticos por las grandes distancias entre la cooperativa y los grandes compradores de residuos dejan bajas ganancias, por lo que a los jóvenes colaboradores se les demora en pagar, sobre todo porque los compradores se demoran 30 días en pagar. Además, otra barrera económica de esta distancia es que el Estado cobra un impuesto por los residuos que salen de Arica hacia el centro del país, ya que estos son catalogados como mercancía que sale de una zona aduanera (Arica), pegándoles más aún en sus ingresos.

Logro: la innovación de Recicoop Arica

Ya siendo cooperativa, y hablando de procesamientos de los residuos de plástico, este tipo de procesos los llevó a la idea de empezar a fundir los residuos, idea que se está desarrollando en conjunto con la facultad de ingeniería mecánica de la Universidad de Tarapacá (Universidad pública de Chile). Incluso, están desarrollando un piloto para instalar un pequeño

laboratorio de tratamientos de residuos plásticos. Por ejemplo, para empezar a experimentar y hacer filamento para impresora 3D, lo que les como permitiría como cooperativa agregar mucho mayor valor a sus residuos recolectados.

Acercamientos menores con otras dos cooperativas recicladores argentinas

Otras fuentes de información han sido algunas conversaciones y contactos menores con 2 cooperativas de recicladores argentinas a través correos, llamadas, organización webinarios invitando a estas cooperativas, de las cuales se rescata la siguiente información.

“Cooperativa de Recicladores Marplatense (RUM) de Argentina”

A continuación, se expresa un resumen, a modo de relatoría, de los principales logros mencionados por miembros de la RUM en un webinar en donde se les hizo una invitación a participar por parte del autor de este documento.

Lo miembros de RUM que participaron en este webinar fueron Cristian, Maite y Andrea. En primera cuenta, Cristian, luego de haber escuchados a académicos hablar sobre recicladores en México, mencionó que las características y condiciones vulnerables de los grupos de pepenadores de Argentina no se diferencian mucho con las de México, enfatizando que la organización de compañeras y compañeros recicladores ha sido parte fundamente en la formación de la cooperativa, la cual busca fortalecer la actividad y la visibilidad de esta, lo que se hace más difícil sin estar organizado. Esta cooperativas buscan avanzar a modelos con mayor inclusión social, reconocer y formalizar el trabajo de los recolectores, generando trabajo digno, salud, seguridad sanitaria y mayor cuidado al medio ambiente.

En segundo lugar, Maite comentó que nunca tuvo derechos en la actividad, lo que la llevó a organizarse con otros recicladore. Comentó que ya lleva 2 años en RUM (hoy 3 años), experimentando los beneficios de la organización popular como el evitar a los intermediarios que manipulan los precios del reciclaje en el mercado para sus propias ganancias.

Maite y Andrea también mencionaron que son Promotoras Ambientales (PA). Maite explicó que las PA son parte de un programa de formación ambiental. Por último, y como punto muy importante como parte del tema en discusión, Maite mencionó que en argentina se están movilizand para que exista una ley que responsabilice a las empresas por cada residuo

contaminante que salga de su producción, y que con lo recolectado se creen programas de capacitación de recicladores, entre otras cosas (webinario “El reciclaje en México”).

“Cooperativa reciclado trabajo y dignidad”, Argentina.

En el siguiente apartado se describe algunos logros comentado por esta cooperativa, (es importante mencionar que se nos ha brindado más información, pero en el sentido de este documento se habla de los logros como organización como aspectos relevantes al tema discutido) compartido por correo desde esta cooperativa:

Esta cooperativa está especializada en la recolección y tratamiento de los residuos electrónicos, principalmente su trabajo se orienta a la relación con las empresas. En su mayoría reciben residuos informáticos, pero también reciben algunos residuos electrodomésticos, máquinas, herramientas, equipos hospitalarios, entre otros. Cuando les ofrecen también se llevan el cartón, papel, Pet, etc.

Actualmente son 53 miembros de los cuales 14 son mujeres, mencionando que todos estaban en situación de desocupados antes de incorporarnos a la cooperativa. Desde hace 13 años que trabajan en el reciclado y dicen ser la única cooperativa del país (Argentina) especializada en esta actividad (residuos electrónicos).

Trabajan con grandes empresas, entre ellas Santander, Shell, Nike, etc. También trabajan con instituciones nacionales, cámaras de diputados y senadores, consejos de la magistratura, municipios de la provincia de Buenos Aires, de La Pampa y Entre Rios, etc. Un aspecto importante que comentan es que ganaron la licitación para realizar la recolección diferenciada de los residuos electrónicos de los distintos organismos e instituciones del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires y de los domiciliarios por los puntos verdes que se encuentran en las plazas.

Discusión y consideraciones finales

Es importante mencionar que se considera que, con la economía social, y en particular, con la creación de las cooperativas de recicladores, podemos encontrar una alternativa organizativa que puede abatir las vulnerabilidades y falta de inclusión de muchos recolectores que aún no encuentren el cobijo de una organización en México.

Si bien en este documento se han presentado principalmente la información bibliográfica relativa a los logros de las cooperativas latinoamericanas de recicladores que se pueden evaluar como aportaciones al proceso de inclusión social de estos en México, es importante mencionar que muchos de los documentos analizados han expuestos una serie de desafíos y desventajas que se generan en estas organizaciones de recicladores (las cuales se deben estudiar y mitigar). Mencionando alguno de los desafíos encontrados (este documento no tiene el objetivo de hablar de estos desafíos a profundidad) por parte de algunas cooperativas, se destaca la falta de autonomía que aún existe en algunas organizaciones de recicladores. Esta falta de autonomía se entiende en algunos caso por los programas paternalistas desde donde han sido creadas estas cooperativas, como también se dan los casos del clientelismo políticos en el que se han impulsado estas organizaciones. Sin ir muy lejos, en función del comentario anterior, en México se ha encontrado que algunas de las organizaciones de recicladores han sido dominadas por el caciquismo, con el fin de aprovecharse de la fuerza de trabajo de estos (Camarena, Castillo y Zicarrdi, 1988). En este sentido, consideramos que este tipo de practica clientelar se realizar principalmente por las serie de vulnerabilidades ya expuestas anteriormente, y claro, estas prácticas clientelares no tienen ningún ánimo de generar una inclusión social de estos trabajadores, sino que solo ven a estos como una forma de rentabilidad política.

Aunado al punto anterior, otros logros y desafíos particulares de cada organización entrevistadas también han sido expuesto en este documento, lo que nos lleva a concluir que, si bien se puede crear un modelo general de gestión para la creación y capacitación de organizaciones y cooperativas e recicladores, es muy necesario buscar las formas que este modelo general pueda ser moldeable a los diferentes escenarios y características que se pueden presentar en las zonas y personas donde se quiera aplicar.

Sin embargo, a pesar de lo comentado en los dos párrafos anteriores, y según lo encontrado, se destaca y concluye que la organización y formalización de estas cooperativas en Latinoamérica, pueden ser un impulso al proceso de inclusión social y salida a las estructuras capitalistas de y clientelistas de los recicladores en México. En un futuro estudio, se pretende participar e involucrarse más con los procesos de capacitación y/o formalización de una (o más) cooperativa de estas en México.

Referências

- Askunze, Carlos (2013): “Más allá del capitalismo: alternativas desde la economía solidaria”. *Documentación social*, 168, 91-116.
- ACI. (2013). “Plan para una década cooperativa”. ACI
- Ayvar, I. (2022) “Pautas históricas del cooperativismo mexicano: aportaciones y retos a la democratización del país” *Revista Tlatelolco, UNAM, PUEDJS Vol. 1. Núm.. 1, julio-diciembre 2022.*
- Bernache, G. (2023) “Los pepenadores: los recicladores informales en México” *Boletín La Escoba # 7* recuperado de: <https://golfo.ciesas.edu.mx/wp-content/uploads/2023/06/Boletin-7-La-Escoba-Febrero-2023.pdf>
- Borzaga, C., Salvatori, G., & Bodini, R. (Julio de 2017). International Labour Organization. (R. D. Ciciarelli, Ed.) Recuperado de https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---coop/documents/publication/wcms_573160.pdf
- Camarena Luhrs, M., Castillo Berthier, H., & Ziccardi, A. (1988). “Basura y organización social: el caso de una sociedad cooperativa de pepenadores en Cd. Juárez, Chihuahua”. Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales. Taller de Investigación, 2.
- Instituto Nacional de Economía Social (INAES) (2020). Cooperativas de reciclaje. Consultado en: <https://www.gob.mx/inaes/articulos/cooperativas-de-reciclaje?idiom=es>
- INEGI (2017) Sistema de Cuentas Nacionales de México. Cuentas Económicas y Ecológicas de México, Cuentas de actividades ambientales/ Gastos en protección ambiental del sector público, por actividad ambiental, México.
- Giovannini, Michela, y Benjamin Huybrechts. 2017. “How Inclusive Is Inclusive Recycling? Recyclers’ Perspectives on a Cross-Sector Partnership in Santiago de Chile”. *Local Environment* 22 (12): 1497-1509. <https://doi.org/10.1080/13549839.2017.1363727>
- Giovannini, M. (2014) “De la Economía Popular a la Economía Social y Solidaria: el Caso de los Recicladores de Base en Santiago de Chile”, *Euricse Working Papers*, 73|14.
- Gutberlet, J. (2009) “Solidarity economy and recycling coops in Sao Paulo: microcredit to alleviate poverty”, *Development in Practice* 19(6): 737-751.
- Gutberlet, J. and Sayed, M.N.U. (2018) “Household waste and health risks affecting waste pickers and the environment in low- and middle-income countries” *INTERNATIONAL JOURNAL OF OCCUPATIONAL AND ENVIRONMENTAL HEALTH* 2017, VOL. 23, NO. 4, 299–310 <https://doi.org/10.1080/10773525.2018.1484996>
- Laville, Jean-Louis y Jordi García Jane (2009): *Crisis capitalista y Economía Solidaria*. Icaria, Barcelona.
- Medina, M. (2000) “Scavenger cooperatives in Asia and Latin America”, *Resource Conservation and Recycling*, 31: 51– 69.

Miller, E. (2010). Solidarity Economy: Key Concepts and Issues. En T. N.-E. Emily Kawano (Ed.), *Solidarity Economy I: Building Alternatives for People and Planet* (págs. 25-42). Amherst: Center for Popular Economics

Kain J-H, Zapata P, Mantovani Martiniano de Azevedo A, Carenzo S, Charles G, Gutberlet J, et al. (2022) Characteristics, challenges and innovations of waste picker organizations: A comparative perspective between Latin American and East African countries. *PLoS ONE* 17(7): e0265889. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0265889>

Pérez de Mendiguren, Juan Carlos, Enekoitz Etxe-Zarreta y Luis Guridi (2009), *Economía social, empresa social y economía solidaria: diferentes conceptos para un mismo debate*, Bilbao, Reas Euskadi.

Red de Redes de Economía Alternativa y Solidaria. (2011). Carta de Principios de la economía solidaria. Recuperado de http://deveconomiasolidaria.devtopia.coop/sites/default/files/pages_attachments/CARTA_ECONOMIA_SOLIDARIA_REAS.pdf

Rodrigues dos Santos, T. F, & Barbosa Araújo, I. (2022). Os sentidos da adesão à economia solidária para os catadores da Paraíba (Brasil). *Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo*, 6(13), 1-30.

Santos, C. V., & García, J. A. G. (2019). El papel de los pepenadores de materiales reciclables en la gestión de residuos sólidos: los casos de Brasil y México. *Revista legislativa de estudios sociales y de opinión pública*, 12(24), 87-114.

Semarnat. 2020. Diagnóstico básico para la gestión integral de los residuos. <https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/554385/DBGIR-15-mayo-2020.pdf>

Suárez, F. (2011) “Residuos, territorios, representaciones e identidades: Una mirada sociocultural de los sitios de disposición y de los circuitos de recuperación de Residuos Sólidos Urbanos en Buenos Aires”. Tesis de doctorado no publicada. Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires

Schamber, Pablo. (2017). "Avances y desafíos para el reciclaje inclusivo: evaluación de 12 ciudades de América Latina y el Caribe".: *The Economist Intelligence Unit (EIU)*, 2017, Nueva York. 22.

Schamber, P y Suárez, F. (2021) “De trenes y camiones a campanas y etapas. Transformaciones del sistema de inclusión de recuperadores urbanos en la gestión de los residuos secos de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (2008-2020)”. *Revista Perspectivas de Políticas Públicas* vol. 11 No21: 127-151

Tovar, L. (2018) “Formalización de las organizaciones de recicladores de oficio en Bogotá: reflexiones desde la economía popular” *Revista de Ciencias Sociales*. Num. 62, Quito, septiembre 2018, pp. 39-63 DOI: <http://dx.doi.org/10.17141/iconos.62.2018.3230>

UNTFSSSE, U. N. (2014). *Transitioning from Informal Economy to Decent Work*. En ONU (Ed.), *Social and Solidarity Economy and the Challenge of Sustainable Development* (págs. 1-2). Ginebra: ONU.

Urdapilleta, J. (2019) Fortalecimiento de la responsabilidad social universitaria desde la perspectiva de la economía social y solidaria. *Perfiles educativos*, Ciudad de México, v. 41, n. 164, p. 171-185, jun. 2019. Disponible en http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S018526982019000200171&lng=es&nrm=iso. <https://doi.org/10.22201/iissue.24486167e.2019.164.58683>.

Villanova, N. (2011) “¿Excluidos o incluidos? Recuperadores de materiales reciclables en latinoamérica” *Revista Mexicana de Sociología* 74, núm. 2 (abril-junio, 2012): 245-274.

Zapata M, Careno S, Kain J-H, Oloko M, Reynosa J-P, & Zapata P. (2021). Inclusive recycling movements: a green deep democracy from below. *Environment and Urbanization*, 33(2), 579-598. <https://doi.org/10.1177/0956247820967621>

Recebido em 30/10/2023 | Aceito em 13/05/2024



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Atores da Reciclagem e Dinâmicas Urbanas

V 13 | n 24 | jan-jun 2024

Clasificadores de reciclables. Entre la informalidad y la formalización. Dos caras de una misma realidad

Sonia Gau Angelo



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

ANGELO, Sonia Gau. Clasificadores de reciclables. Entre la informalidad y la formalización. Dos caras de una misma realidad. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 13, n. 24, p. 86-114, jan-jun 2024. Semestral.

© NAUI

Clasificadores de reciclables. Entre la informalidad y la formalización. Dos caras de una misma realidad

Sonia Gau Angelo¹

Resumen

La clasificación informal de residuos es un engranaje del proceso de reciclaje y comercialización de residuos reciclables, que se realiza en condiciones de extrema vulnerabilidad social y sanitaria para las personas clasificadoras. Por otro lado, la inclusión productiva y social de otros clasificadores se aborda como gestión formal. Esto nos muestra la realidad de un sistema que se centra en lo ambiental, pero que utiliza el conocimiento de los clasificadores informales sin reconocerlos como actores clave, lo que resulta en una dependencia de agentes externos y en una asimetría de poder. Conocer ese sector productivo desde sus prácticas y vivencias es el cometido de este texto.

Palabras claves: clasificadores, informalidad, formalización

Abstract

The informal classification of waste, as part of the process of recycling and marketing of recycled waste, carried out in conditions of extreme social and health vulnerability for the classifiers, and on the other hand, the even productive and social of other classifiers as a formal gesture, shows us The reality of a system that addresses the environment, which appropriates the cognitive aspect of the classifier without recognizing it as an agency, deepening a dependence on external agents and an asymmetry of power. Knowing this productive sector from its practices and experiences is the objective of this text.

Keywords: classifiers, informality, formalization.

¹ Sonia Gau Angelo Maestranda Ciencias Humanas Antropología de la Cuenca del Plata FHCE UDELAR Uruguay. E-mail: angelosgau@gmail.com

Introducción

Este trabajo tiene por cometido conocer más de cerca un sector productivo de Uruguay: el de los clasificadores de reciclables, informales y formalizados, un colectivo que se siente orgulloso de ganarse la vida a través de su labor. Así lo manifiestan en las entrevistas.

Horacio (clasificador) –Es una ayuda, para la gente que no tiene laburo, lo que no se sirve a Ud. nos sirve a nosotros para hacer feria. Lo juntamos, lo lavamos, lo arreglamos un poco, lo acondicionamos y hacemos feria. Me da para sobrevivir.

Juan (clasificador) –Nosotros sabemos que si no recuperamos, que si no lo hacemos los materiales van a terminar en la tierra, nosotros los mejoramos y los podemos devolver al mercado. Es un trabajo digno y lo hacemos bien.

Colectivo, que ha sufrido el sistema de acumulación capitalista, emergiendo nuevas formas de sujeción del trabajo por parte del capital. (Fry, 2015)

Las definiciones de lo que es ser un clasificador en Uruguay, recorren un amplio espectro que incluye desde las basadas en la descripción de su actividad hasta las que se centran en sus aspectos identitarios. Así tenemos, que el clasificador es un trabajador informal o formal, que recupera material a reciclar y/o reusar de los residuos sólidos domiciliarios, los clasifica y estos se destinan al autoconsumo, trueque o venta. Por otro lado, el sindicato de clasificadores hace uso de una definición de clasificador, como agente activo en los procesos que lo involucran. Esto implica que prioricen no sólo la actividad desarrollada, sino el compromiso tenido con la misma, o la antigüedad en el oficio, reivindicando así una identidad clasificadora. (MIDES,2006)

La selección de este tema como objeto de estudio, es continuación del desarrollado durante la licenciatura de Antropología, en el que puse atención a las percepciones y prácticas que hacen a la recolección de residuos. Para llevar el trabajo de recolección de datos e investigación, se delimitó el área de estudio a la ciudad de Las Piedras, departamento de Canelones, Uruguay. Se realizaron entrevistas abiertas y semiestructuradas, a clasificadores informales y formalizados, se visitaron centros de acopio y de clasificación para observar las formas de trabajo de los clasificadores que trabajan allí. El propósito, sobre todo, es conocer y comprender las características de esta actividad, sus prácticas, la importancia de los clasificadores y su inserción en el campo de la recuperación de reciclables para que todo el material recuperado complete el proceso de trazabilidad y pueda ser reinsertado en el mercado y cómo se vinculan en el proceso de reciclaje.

La clasificación de residuos aparece como última opción para garantizar la sobrevivencia, siendo el corolario de un proceso de instalación de la precariedad y este sector (clasificador de residuos) es la respuesta ante el incremento del desempleo estructural. (Fry, 2010)

El desarrollo de este trabajo se estructurará en torno a los distintos temas: los clasificadores, su denominación y características como grupo, la realización de la actividad de clasificación, la vinculación con la Ley de Envases, la formalización de los clasificadores, el programa TENS que los organiza, el trabajo en un vertedero y en el centro de acopio y como se obtienen las ventas de reciclables. En las conclusiones se retoman conceptos precisando el rol que cumple el clasificador y el poco o nulo reconocimiento de su labor.

Los clasificadores

La presencia de personas que reutilizan residuos como medio de subsistencia podemos rastrearla en Montevideo desde el siglo XIX. Estas personas aprovechaban esos residuos tanto para el consumo propio como para ser incorporados como materia prima.

Daniel Muñoz (primer intendente de Montevideo en el período 1909-1911) —bajo el seudónimo de Sansón Carrasco—, a través de su crónica *La basura*, publicado en 1883, nos trae con su pluma la existencia de clasificadores de residuos en la sociedad montevideana de finales de siglo.

Y junto con los cerdos, hombres, hozando como los cerdos entre la basura, disputándose con ellos las piltrafas. Nada se desperdicia allí, todo se clasifica y colecciona separadamente: aquí los huesos, allí los vidrios, allá los trapos, más lejos las latas, acullá los cueros, todo prolijamente entresacado de la basura que diariamente arroja la ciudad como inútil desperdicio. Las sobras de Montevideo dan todavía pie para una industria, una industria productiva, que proporciona trabajo a centenares de brazos y alimento a numerosas familias, amén de la manutención que aprovecha a un millar de respetables y suculentos cerdos. (Sansón Carrasco, 1984, p. 109-111)

Sin embargo, indica Fry (2010), la presencia de estos trabajadores aumenta y comienza a hacerse visible a partir de la segunda mitad del siglo XX, adoptando la denominación de “hurgadores”.

Desde el momento en que surgen las ciudades, según Elizalde (2011) impactan en el medio ambiente natural, y uno de los elementos a tener en cuenta es la contaminación que se produce a partir de la numerosa generación de residuos diarios que quedan librados a su suerte. La concentración de la población hace también que los residuos se concentren, a la vez que el

estilo de vida urbana favorece el consumo y desecho de materiales no orgánicos. Además, la ciudad es un espacio donde lo informal y lo formal conviven y como consecuencia de los cambios en el mundo del trabajo, la cadena económica de la recuperación de residuos está marcada profundamente por la informalidad. A mediados del siglo XX la urbanización acelerada, la concentración de la población en la capital del país debido a la instalación de industrias trajo aparejado un nuevo modelo de acumulación, el de los residuos. Y a su vez en descubrir el valor que la basura empieza a tener, no solo ambiental sino también económico y mercantil.

La basura pasa a significar algo asqueroso e inútil, pero también peligroso, portadora de enfermedades, que no solo dañan el cuerpo sino la imagen de la ciudad. se hace necesario alejarla, esconderla, quitarla de la vista. Desempleados y semiempleados se convierten en clasificadores, volcándose a la recolección, clasificación y venta de materiales recuperables.

Los problemas asociados a la pobreza (mala alimentación, falta de educación, precarización de la salud, falta de vivienda digna) llevaron a ciertos sectores de la población del país a buscar estrategias de supervivencia, encontrando una oportunidad laboral en la actividad de valorización de residuos. Se consolida así la actividad informal de clasificación de residuos. Ya antes de la década de los cincuenta se registraba la presencia de clasificadores y, luego de varios procesos socioeconómicos —entre los cuales se destacan la migración del campo a la ciudad, el desempleo, la alta tasa de natalidad asociada al sector clasificador, la crisis económica 2002 ²(1)— esta salida laboral representó una solución para muchas personas ante el creciente desempleo experimentado en el país (PNUD-PNUMA, 2012).

A partir de los años 50 es que aumenta la presencia de "hurgadores" en las calles, basurales o lugares de disposición final. En tanto a partir de los años 90 y fundamentalmente luego de la crisis de 2002 cuando el sector de clasificadores empieza a ser considerado como actor social a partir del aumento cuantitativo del mismo, así como en los niveles de organización y concientización adquiridos (Chabalgoity, et al:2004)

Actualmente se los denomina *clasificadores*, término que designa su actividad y su identidad. Pasaron de ser los hurgadores de la basura a reivindicarse como trabajadores

² Fue un fenómeno multicausal que desencadenó diversas consecuencias en toda la sociedad como la extrema pobreza, ola de emigración de población económicamente activa, el surgimiento de múltiples ollas populares, olas de saqueos, etc. Se desarrolla entre 1999-2002(Caras y Caretas:2022)

asociados a la tarea de clasificado, de ahí su actual denominación de clasificadores. Este hecho simbólico proporciona un rasgo identitario, que es reconocer la labor económico-ambiental que realizan.³ El negocio de los residuos mueve muchos millones de dólares al año, pero los clasificadores ven solo una ínfima parte que les ayuda a sobrevivir.

María (clasificadora informal)—No somos hurgadores. Somos clasificadores. Hurgadores son el chanco y la rata que hurgan con la jeta.

Nancy (clasificadora)— La gente ha cambiado de parecer con el tema de los clasificadores. Antes nos veían como juntadores de basura, hurgadores o volqueteros como nos decían, ahora nos ven más como trabajadores. Todavía tenemos mucho que recorrer, pero hemos tenido un gran logro, saben que somos gente humilde y que vivimos de esto. Alguna gente, lo que sabe hacer es clasificar y otros como no hay trabajo no tienen más remedio que salir a clasificar. Pero estamos mucho mejor que antes, no somos simples hurgadores.

Juan (clasificador) —Yo no soy un hurgador, soy un clasificador, recupero materia prima para la industria. No llevo basura, llevo materia prima que es insertada en distintas industrias. Por eso me la pagan y por eso se exporta a otros países.

Como especifica Matonte (2018) la denominación de clasificadores de residuos sólidos urbanos es un término que también tiene su historia. A partir de la organización que se construyó con el impulso y la acción de un sacerdote católico de la periferia de Montevideo, el padre Cacho, pasaron de ser los “hurgadores” de la basura a reivindicarse como trabajadores asociados a la tarea de clasificado, de ahí su actual denominación “clasificadores”.

El sector productivo de clasificadores es un colectivo caracterizado por la precariedad laboral, además de tratarse de un sector heterogéneo, complejo, fragmentado y fragilizado. (MIDES,2006)

El trabajo desarrollado por clasificadores y clasificadoras es un aporte central para la industria del reciclaje, dado que desempeñan un papel fundamental en la recuperación de residuos sólidos.

3

Figura 1. Estimaciones para dimensionar económicamente el sector de gestión de residuos: algunos resultados para 2019



Fuente: (www.ambiente.gub.uy)

Las actividades de gestión de residuos totalizan un monto de entre 175 millones y 200 millones de dólares movilizados en 2019, lo que representa 0,18 % del valor de producción total de la economía. Según datos de Cempre (2020) en Uruguay se genera más de 1 millón de toneladas de residuos domiciliarios por año, de los cuales solo el 12,3% es reciclado. Aunque su aporte económico y social no es visualizado generalmente. Ser un clasificador en Uruguay recorre una amplia gama de facetas que incluye desde describir su actividad hasta centrarse en sus aspectos identitarios. “Llamamos clasificadores a quienes recolectan de manera informal los residuos sólidos urbanos, los trasladan y clasifican para abastecerse de lo útil y vender lo de valor reciclable o reusable al mercado.” (MIDES, 2006, p. 9)

Aunque la mayor parte de las personas que se dedican a esta actividad realizan la recolección de materias primas reciclables y objetos reusables de comercios, de particulares y de la vía pública, hay muchos clasificadores que trabajan en vertederos municipales que permanecen abiertos en todo el país (MIDES, 2008).

Existen asimetrías y fragilidades significativas entre los propios clasificadores, los que están en las plantas de ley de envases son reprimidos en sus derechos de organización sindical, limitados en sus reclamos de mejoras en las plantas de clasificación. Los que andan en la calle son los más sufridos, pues están desplazados por la cantidad de empresas, algunas privadas, que

andan en la gestión de la basura y por particulares que también entran en el negocio de reciclables. Ellos y los que aún clasifican en vertederos existentes en departamentos del país, son actores de la economía informal que venden en las ferias vecinales los fines de semana y a depósitos barriales.

En el sector clasificador conviven clasificadores de tercera o cuarta generación con trabajadores desempleados. No es necesario capacitación previa, solo la voluntad de realizar la clasificación de residuos. Esto ha sido para muchas personas la única alternativa posible para procurar un ingreso económico en sus hogares.

Sabina- Yo trabajaba en un hogar de ancianos y renuncié porque maltrataban mucho a los viejitos, no me gustó, y justo cuando renuncio, me avisan, porque yo era la primera suplente y me preguntaron si era recicladora, y yo dije que no. Sí, yo daba alguna vuelta con los gurises a veces, levantábamos, pero no trabajaba en eso. Juntábamos algo y vendíamos, en La Paz. Hacíamos un recorrido. Juntábamos cartón, en las volquetas donde más tiraban, y papel y después en casa lo clasificábamos. Ya más o menos sabía. Pero reciclar acá es diferente. Dijeron que no importaba. Y empecé a aprender con todos los compañeros, éramos 25 y se fueron yendo. Ahora somos siete compañeros.

Olivia- Yo trabajaba en un hotel, era mucama, pero tuve problemas familiares y unos meses complicados y ella me ofreció para trabajar acá, me convenía más, porque trabajaba más cerca y entonces me vine para acá y ta, diez años hace. Nunca había clasificado.

Se han realizado estudios desde distintos ejes Territorial/ambiental- los hogares de las y los clasificadores se concentran en la periferia de las ciudades, frecuentemente, en asentamientos irregulares con servicios públicos básicos, viviendo usualmente en ambientes contaminados. En lo que refiere a la composición de los hogares, la población de clasificadores se caracteriza por presentar hogares numerosos, existiendo una mayor predominancia de jefatura masculina en los hogares.

- Socio-cultural- el trabajo de los clasificadores no es valorado por su aporte a la recuperación de materiales valiosos. por el contrario, es estigmatizado socialmente, culpabilizado por la suciedad de la ciudad, así como por la sensación de inseguridad.
- Educativa-formativa- la participación de la familia en la clasificación informal de residuos es un eslabón fundamental en la cadena de reproducción social de la exclusión que se inicia con el trabajo infantil, lo que deriva en fracaso y en deserción escolar muchas veces. (MIDES, 2008).

Patricia (clasificadora)- Cada vez se agranda más el sector con nuevos desempleados de otros rubros que se suman para no “delinquir o prostituirse”, mientras vuelven miles que habían dejado de clasificar al trabajar en empleos que desde 2020 vienen perdiendo en el marco del achique de la economía y el retiro del Estado.

Como colectivo de personas que venden su fuerza de trabajo en el mercado, piden no solo el reconocimiento como clasificador sino como medioambientistas, porque consideran que todo lo que recuperan limita y elimina parte del entierro, porque se entierra mucha materia prima a la que se llaman basura, lo cual constituye fuente de trabajo digno para este sector.

La cantidad de clasificadores hombres es significativamente mayor al de clasificadoras mujeres. Generalmente la mujer se encarga de las tareas de la casa y del cuidado de los hijos, mientras que el hombre es quien sale a la calle a realizar la recolección, si bien es muy alta la cantidad de mujeres que intervienen en la etapa de clasificación secundaria, participando así en la cadena de valor (Agorrody y Ardao, 2011).

El mercado de la clasificación de residuos sólidos urbanos se caracteriza por la inestabilidad de los precios, la variación estacional, así como por la variabilidad entre departamentos. Las empresas recicladoras nacionales son generalmente tomadoras de precios internacionales y además juega la fluctuación del mercado para valorizar determinados reciclables. Dado que no hay estudios nacionales que cuantifiquen la generación de residuos domiciliarios y que en la gran mayoría de los sitios de disposición final de las intendencias no se cuenta con balanza ni servicio de pesada externo, no es posible cuantificar los residuos domiciliarios a nivel nacional a partir de mediciones. (Ministerio de Ambiente, 2021)

El trabajo del clasificador

La clasificación de reciclables para un clasificador informal es una estrategia de trabajo para su supervivencia. Los residuos pueden contener materiales peligrosos como vidrios, envases de enlatados, metales, jeringas que pueden ocasionar heridas a dichos trabajadores, tal lo que menciona Horacio al ser entrevistado

Horacio-(Clasificador)- Me he cortado, hay gente que pone vidrios en una bolsa o latas. [Me muestra la palma de su mano con una cicatriz que cruza de un lado a otro]. Estos son puntos, hace como cinco años, tuve que ir a la emergencia. Estuve como un mes, pero igual salía a recolectar, con esta mano vendada, así sea por cien o doscientos pesos por día, siempre tengo que salir.

Y también vivencian la discriminación de la sociedad.

Horacio (Clasificador)- Hay gente que discrimina. Yo nunca le contesté. Le dicen a uno: “¡Bichicome!⁴ ¡Andás revolviendo la basura! ¡Andá a trabajar!”. Ellos no saben el problema de cada uno. Yo he parado a gente y le he explicado. Yo ando por esto...y le he explicado... Si usted tuviera la edad que yo tengo y no estuviera trabajando, tendría que hacer esto.

La fuerza física acompaña ese caminar durante varias horas y va dejando sus huellas en los cuerpos; es el ritual diario que se vive como sacrificio. Horacio (clasificador)- “Tengo que apretar los dientes y tengo que salir. A veces ando con dolor en la espalda..., pero igual tengo que salir. El carro pesa, pero tengo que andar; a veces no hay más remedio, que tengo que salir. Yo no aflojo tampoco, si no la cosa se va para atrás”.

La actividad de los clasificadores transcurre durante todo el día, la mañana, la tarde y durante las primeras horas de la noche. Van recorriendo el centro de la ciudad, otros barrios, de distintas maneras, dependiendo de los medios o recursos a su alcance y las rutas de clientes que han construido. La distancia, la duración del recorrido y la capacidad de recolección están relacionados con el medio de locomoción del que

disponen. A pie, en bicicleta, con carros manuales, carros con caballo, moto y carro agregado a ella, son los clasificadores de la calle.

La organización del trabajo es variada. Recorren, seleccionan y clasifican el material, llevan al depósito o pueden acopiarlo en sus casas hasta que el intermediario pase a buscarlo.

Pedro (clasificador)- Yo junto cartón, desde hace tiempo hago esto, antes trabajaba en la construcción Hace poco me compre este carro para la bicicleta. Ando por varios lugares de Las Piedras. Con lo que saco me da para mantener mi familia. Los vendo en un depósito de 18 de mayo. Entre los clasificadores hay códigos, donde uno junta no puede juntar otro. Donde junto yo, otro no junta.

El trabajo de clasificación de residuos lleva muchas horas de caminar, dependiendo muchas veces de la suerte y de que la solidaridad de vecinos dé residuos, que son vendidos en las ferias vecinales, sumado a destrato e insultos que puede ocasionar esta actividad de parte de quienes discriminan a estos trabajadores. A esas horas de trabajo en la calle se agregan las horas trabajadas dentro del hogar en la clasificación secundaria y en la recuperación de los residuos

⁴ Bichicome. Persona indigente sin hogar, que vive de desperdicios

que serán comercializados. La mayoría, de forma independiente, por cuenta propia, sin patrón que los mande, van realizando la recolección de objetos reusables en la vía pública que cada vez es menor. El trabajo del clasificador, supone un marco para el comportamiento cotidiano y los patrones de interacción, pues impone una rutina y una disciplina.

Al respecto, Texeira (1998) plantea que el clasificador independiente (informal) experimenta una mayor sensación de libertad, ya no se encuentra atrapado en un sistema jerárquico de opresión y explotación. Se percibe como su propio jefe, dueño de su negocio, experimenta un sentido de propiedad. Se siente independiente, ya que gestiona su proceso laboral y determina de manera autónoma su jornada de trabajo.

De acuerdo con Quaroni (2016), existe la creencia, presente en los propios clasificadores, de que son trabajadores independientes, cuando en realidad están sujetos a las decisiones de las empresas recicladoras que marcan el precio y las condiciones de comercialización. No son conscientes de su funcionalidad en el metabolismo social del capital.

Vivir de los residuos (y a veces hasta comer de ellos) implica pelear una batalla con la propia dignidad. Sin embargo, para los clasificadores, no tener o quedarse sin empleo no significa resignarse ni ser pasivos. Las actividades que dejan traslucir estos discursos manifiestan una cultura del trabajo. Caminar, recorrer, tomar el carro y transitar por el barrio en búsqueda de algo para recuperar es salir a trabajar. Vivir de lo que la sociedad descarta constituye para muchos la única actividad posible. “Lo que la gente tira me sirve para vender y ganar algo más de plata. Porque a veces el “laburo” escasea. Lo que junto lo vendo en la feria” (Clasificador).

El medio de transporte que usan está vinculado con la cantidad de residuos que pueden recolectar y las distancias que pueden recorrer. Ya sea con carros manuales, carros con bicicleta, alguno que otro con una moto, carros tirados con caballos (aún se ven) o simplemente a pie cargando bolsas, realizan sus recorridos varias veces al día. Como señala Debary (2017) refiriéndose a clasificadores informales en Brasil, el residuo se caracteriza por el abandono (espacial) de una cosa y, como resultado, del derecho de propiedad del que era objeto. Es una res nullius, algo sin propietario, a menudo definido por el lugar que ocupa en el cubo de basura, en la calle o en el espacio público. Lo mismo sucede en Uruguay, donde los residuos son recogidos en la vía pública por los clasificadores informales, “El residuo

se deja a su suerte y, en algunos casos, puede convertirse en objeto de (re)apropiación pública, lo que resulta en una transferencia de bienes de lo que constituyen los restos.” (Debary,2017:31)

Las ventas de materiales recuperados por los trabajadores informales/independiente, se realiza a los depósitos, a intermediarios, a compradores que negocian con las empresas directamente, a empresas recicladoras. Comercialización que mantiene una estructura oligopólica, donde intermediarios locales adquieren el material mediante pequeñas entregas, acumulándolo y luego trasladándolo a las recicladoras y grandes depósitos con fuertes alianzas para la coordinación de precios con la industria. Ésta busca maximizar su eficiencia, lo que implica coordinar con el centro de acopio para que garantice un nivel determinado de producción

Los precios que se pagan en la punta de la cadena de valor, industria recicladora, no alcanzan para alimentar toda la cadena de captación de materiales, e implican valores muy bajos en la base de esta, en este caso para los clasificadores. Los precios que se pagan tampoco son suficientes para desarrollar una cadena de abastecimiento formal de los materiales. Además, los precios de los materiales son relativamente bajos con relación a los precios que pagan los países vecinos, y en particular Brasil, por lo que hay una fuga importante de materiales recuperados sin procesar por la frontera seca. (Baraibar y Andrada,2018) Inclusive las relaciones entre clasificadores generan códigos, valores, así como cierta lealtad. Al interactuar, se desarrollan esos códigos morales.

Pedro- Yo junto cartón, desde hace tiempo hago esto, antes trabajaba en la construcción Hace poco me compré este carro para la bicicleta. Ando por varios lugares de Las Piedras. Con lo que saco me da para mantener mi familia. Los vendo en un depósito de 18 de mayo. Entre los clasificadores hay códigos, donde uno junta no puede juntar otro. Donde junto yo otro no junta.

La precarización del empleo y el desempleo se han inscrito en la dinámica actual de la modernización. Son las consecuencias necesarias de nuevos modos de estructuración del empleo, constituyen la manifestación de un déficit de lugares ocupables en la estructura social, entendiendo esos lugares como una posición con utilidad social y reconocimiento público (Castel, 1995). Sin embargo, para los clasificadores, no tener empleo, o quedarse sin este, no significa resignarse ni ser pasivos. Las actividades que dejan traslucir sus discursos manifiestan una cultura del trabajo. Vivir de lo que la sociedad descarta constituye para muchos la única actividad posible.

Junto papeles, blancos y de color, más blancos, porque a veces el de color no lo compran. Dicen que nadie les compra. Que estén limpios, porque si están con grasa no me lo reciben. Recorro varios barrios de Las Piedras. Por lo menos ocho horas ando. A veces me dan otras cosas algún vecino y las aprovecho para mí o las vendo. Más junto en el centro que hay comercios y tiran más papeles. No me pagan mucho, pero antes de no ganar nada, me sirve. (Clasificador)

De acuerdo con Villanova (2008), el clasificador es un obrero que cumple una función muy productiva para el capital, en tanto se constituye como una mano de obra barata, trabaja en condiciones intensivas y vende su fuerza de trabajo por debajo de su valor.

La actividad de recolección, clasificación y venta de residuos sólidos es complementada generalmente por otras actividades generadoras de ingresos para la familia clasificadora. Una de las más usuales es la venta en ferias barriales de algunos de los objetos recolectados. “Trabajo a veces en la construcción, pero a veces junto o me dan cables, hierros y me sirve para vender en la feria. Lo que la gente tira me sirve para vender y ganar algo más de plata. Porque a veces el laburo escasea”. (Clasificador)

Como señala Domenech (2005), la condición de fragilidad del sector de los clasificadores está referida a un proceso vinculado a la autoexplotación del clasificador y la sobreexplotación realizada por otros, a la subvalorización del precio de su producto, al no reconocimiento social de su trabajo, a la fuerte estigmatización existente sobre esta población y al bajo nivel educativo, lo cual repercute en una baja autoestima.

Los clasificadores, quienes viven de la valorización de los residuos, invaden los espacios ciudadanos, y dejan en evidencia los intereses de una compleja red de intermediación privada que se apropia del valor de esos recursos, sumando políticas de privatización y mercantilización de los residuos, que traen como consecuencia que las acciones para la formalización que habilita a la participación de la cadena productiva de los residuos, sea de baja, permitiendo al libre mercado entrar en el negocio, no invirtiendo en los clasificadores que necesitan para mantener sus unidades domésticas (Matonte, 2018)

Los clasificadores y la Ley de envases

El panorama de campos de fuerza en donde se inscribe la gestión de los residuos, indica Matonte (2018), muestra tres actores principales: a) las intendencias y los organismos del Estado; b) los actores económicos de la cadena productiva (Cámara de Industrias del Uruguay, ONG, depósitos de materiales y empresas de reciclaje); c) los ciudadanos. Para cada uno de

estos actores, los clasificadores deben desplegar estrategias diferenciadas tanto para establecer alianzas como para transitar conflictos. Además, es importante tener en cuenta las particularidades en lo que respecta a las fortalezas y debilidades de los clasificadores de las plantas de clasificación surgidas en el marco de la Ley de Envases, frente a las de las personas que recolectan directamente en la calle y que permanecen informales.

La Ley de Envases (N°17849) aprobada en 2004 establece que toda empresa que libere envases no retornables para comercializar sus productos, debe contar con un plan de gestión de residuos aprobado por el Ministerio de Ambiente. Si bien pagan un porcentaje por envases vertidos, no absorben toda la totalidad. En 2007 se reglamenta la Ley con el decreto 260/007 se prevé la inclusión social y la formalización del clasificador de residuos en el territorio nacional.

Tabla 1. contenidos y normativa ley de envases

Ley 17849 del 29 de noviembre de 2004. Ley de Envases Retornables	Regulación de los tipos de envases, que previene su generación y promueve la reutilización, el reciclaje y otras formas de valorización.	Abarca todos los envases puestos en el mercado de consumo, incluyendo los envases de venta o primarios, colectivos o secundarios y los de transporte o terciario
---	--	--

Fuente: Elaboración propia

En Montevideo, el plan de envases se puso efectivamente en marcha en marzo de 2014, con la inauguración de las plantas de clasificación manual de residuos en convenio de la Intendencia de Montevideo con el Ministerio de Ambiente, Ministerio de Desarrollo Social y la Cámara de Industria, bajo el lema “Tu Envase Sirve” (TENS). También se implementa por la Ley de Envases en otros departamentos: Canelones, Rocha, Maldonado, Flores. En determinado momento, los clasificadores que poseían carro con caballo tuvieron que aceptar la política de sustitución de los carros con tracción a sangre por motocarros, si no, corrían el riesgo de ser excluidos de los circuitos de recolección de los residuos más ricos de la ciudad.

Para el año 2012, se promovió desde la Intendencia de Montevideo el fin de la tracción animal, buscando sustituir los carros tirados por caballos por motocarros. En 2017, la Intendencia de Montevideo implementó un plan piloto para comenzar con el cambio, orientado a la reconversión laboral de los clasificadores. En la actualidad hay cerca de doscientos motocarros y los animales son dados en adopción voluntariamente a tenedores responsables del cuidado de los caballos.

Figura 2: Motocarros



Fuente www.eltelegrafo.com

Los derechos de los trabajadores, se ven amenazados sobre todo por la mirada excluyente y asociada a la limpieza, además de la gestión de los residuos urbanos de parte de las autoridades, donde empresas de capitales multinacionales van controlando el sistema. Los clasificadores no cuentan con mayores apoyos a la hora de establecer y llevar adelante una estrategia que les permita enfrentar a los gigantes de la basura.

Parte de las condiciones que vulneran los derechos de los clasificadores suponen instalaciones inadecuadas para realizar la tarea (para el caso de los que trabajan en plantas de clasificación), restricción a la circulación por zonas de la ciudad específicas (para los que recolectan en la calle), entre otras. Pero la peor situación de vulneración la padecen los informales, que no están incluidos directamente con la Cámara de Industria.

Una gran vulnerabilidad es la apropiación del conocimiento que tienen estos trabajadores informales sobre la clasificación de residuos, que, en definitiva, es la parte del proceso donde se produce la transformación de basura a materia prima, es decir, donde los

residuos pasan a tener un valor mercantil dando comienzo a toda la cadena de valor asociada a esta actividad. Y eso sucede con el consentimiento de las políticas públicas, que no consideran al clasificador como parte sustantiva de dicho proceso, y lo dejan fuera de toda negociación y voz legal.

Clasificadores formalizados

Si bien un número mayoritario de clasificadores trabaja de manera informal, al implementarse la Ley de Envases surgieron formas cooperativas y asociativas de trabajo de clasificación, mediadas por lo público-privado, que el decreto de 2007 amplió estableciendo que los trabajadores de los planes de gestión debían ser aquellos que ya se desempeñaban informalmente como clasificadores de residuos y que la recuperación de envases se realizara a través de circuitos de recolección “limpios, eficientes y seguros”. (Pelerino,2021)

Mediante la aprobación de dicha ley en el año 2004, se buscó promover en los clasificadores el trabajo cooperativo y asociativo, incorporando el valor del reciclaje y el rol del clasificador como agente ambiental.,

La implementación de la Ley de Envases (Ley 17849 del 2004) y su decreto reglamentario (Decreto 260/007) llevó a la creación de 260 puestos de trabajo formal para clasificadores, para desempeñarse en las plantas de clasificación de residuos pertenecientes al Plan de Gestión de Envases del Fideicomiso PGE-CIU. Estas plantas están localizadas en seis departamentos del país: Canelones, Flores, Maldonado, Montevideo, Rivera y Rocha (Ministerio de Ambiente, 2021).

Esa ley pone de relieve el interés general en la protección del ambiente contra la afectación que pudiera derivarse de los envases, cualquiera sea su tipo, así como del manejo y disposición de los residuos de esos envases, y promueve la responsabilidad extendida de los fabricantes/importadores de productos envasados.

Involucra la cuestión social al sistema de gestión de envases, como una forma de apoyo a la generación de puestos de trabajo formales, teniendo en cuenta a quienes los clasifican. Se establece así la inclusión social de los clasificadores a través de la formalización del trabajo en los sistemas de recolección, clasificación o valorización de envases.

Dicha ley es de alcance nacional, pero su puesta en funcionamiento solo se concreta en 6 departamentos, de los 19 que tiene el país. Las intendencias departamentales tienen un rol

clave en la ley y se integran como parte del sistema de gestión de residuos sólidos urbanos de cada departamento. Conjuntamente, otro actor principal incluido por la ley es la Cámara de Industrias de Uruguay, que realiza los aportes económicos de los propietarios de marca e importadores de productos envasados. Esa recaudación tiene como destino la financiación de las actividades de recolección y clasificación de envases en los departamentos en los cuales se implementa. A su vez, organizaciones civiles acompañan y se ocupan de la dimensión social y de los aspectos operativos y de gestión de los grupos formalizados. Las empresas recicladoras cumplen el rol de facilitar la valorización de los materiales. En la práctica, algunos grupos no comercializan directamente sus productos, sino que se valen de depósitos intermedios que acopian un lote determinado de material para luego venderlo a la industria recicladora (PNUD-PNUMA, 2012).

Tu envase nos sirve (TENS)

“Tu envase nos sirve” es el primer plan de gestión de residuos (2005) implementado en el departamento de Canelones, entre la intendencia municipal, la Cámara de Industrias y otros organismos públicos que ya no participan de forma directa. Se comenzó con un sistema de recolección “puerta a puerta” (en los domicilios), islas de recepción en grandes superficies (supermercados), pequeños generadores (oficinas públicas), con una experiencia piloto en 2007 en ciudades de la costa de Canelones. Luego el programa se extendió a todas las localidades departamentales. Este plan permitió la formalización de clasificadores que trabajan en Ciudad de la Costa, Las Piedras, Pando, quienes son acompañados por una ONG (organización no gubernamental) como coordinadora y gestionaora.

Marcelo (clasificador)- Primero arrancamos con unos carros de mano, que íbamos y hacíamos unas cuadras, en Canelones y en todos lados, cada dos personas le tocaban un par de cuadras, otras dos personas otro par de cuadras, todo así. Y el material que sacábamos lo poníamos en bolsones en la esquina y pasaba el camión y levantaba el material.

Los clasificadores realizaban en un primer momento el levantamiento de reciclable puerta a puerta, de grandes generadores y de grandes superficies (ej. supermercados integrados al plan) era una recolección más personalizada. Era un mano a mano con el vecino, en la zona de la costa de Canelones, casa por casa. El número de clasificadores se había pensado en 60, pero nunca se llegó a cubrir ese número. El recorrido era organizado por la sociedad civil (CUI)

a través de un coordinador, de la misma sociedad civil, quien establecía a los grupos de clasificadores y luego ellos mismos se iban organizando como era una zona de balnearios se trataba de recorrer toda a la zona en horario de jornada de 7 u 8 horas. La razón de porque empezó en esa zona costera de Canelones, lo decidió la intendencia, y como explicación posible es que, uno de los atractivos turísticos del departamento son los balnearios y el hecho de tenerlos más presentables hizo que se empezara ahí el plan, además los habitantes pueden tener más capacidad de queja en cuanto a residuos y su tratamiento correcto por el ente encargado. También los clasificadores repartían folletería para explicar cómo se desarrollaba el plan. Luego los reciclables se llevaban a centros de acopio, por medio de camiones de la intendencia.

Figura 3: Clasificadores con carros *Tu envase nos sirve*



Fuente www.slideplayer.es.com

En el caso de los clasificadores de Las Piedras, el cierre del vertedero municipal próximo a la ciudad en 2008, significó un quiebre de la actividad de recuperación de reciclables. Los clasificadores eran considerados recuperadores antirreglamentarios, el cierre generó un conflicto que fue gestionado mediante la Ley de Envases permitiendo la formalización de los dos grupos operativos de acopio en la ciudad. (Ex cantera Maritas y Crelap).

Jorge (ONG) –Querían cerrar la cantera Maritas, no sabían cómo y hubo que buscar una salida ante ese conflicto, de cortar una ruta y quemar cubiertas. Se puso dinero de la Ley de envases, de la Intendencia y el primer acopio fue en el Hipódromo, eran unos once en el grupo de la ex Maritas, después se fue achicando y ahora creo que quedan seis u ocho. Es en el único lugar que se aprovecha la Ley de envases para cerrar el vertedero.

Los trabajadores en la actualidad realizan sus tareas en centros de acopio provistos por la intendencia y poseen maquinarias (que fueron provistas por la Cámara de Industrias) para prensar los materiales, especialmente plástico y cartón, y luego comercializan los reciclables. La idea de formalización de los clasificadores significó el empoderamiento y reconocimiento social del trabajo que realizan.

La experiencia de formalización, que significó de recuperar en el vertedero, a tener un trabajo formal, también implicó un desafío para los clasificadores. La modalidad de trabajo en la cantera, en la informalidad, era individual; en ciertos casos percibían mayores ingresos trabajando en forma independiente; la forma de trabajo cooperativo o formando parte de un grupo, con determinadas reglas, supuso un cambio profundo ya que tuvieron que pasar de vivir del día a día a vivir de un salario mensual, al cumplimiento de horarios determinando de esta forma, una relación de dependencia. Un dato que no escapa al inicio del emprendimiento fue la posibilidad de que los clasificadores recibieran capacitación, dada su reconversión laboral, de ser trabajadores informales, independientes, a ser formalizados y formar parte de un grupo, también en la gestión del emprendimiento, en el cuidado de las herramientas de trabajo, en definitiva, como forma del empoderamiento y fortalecimiento de su labor.

Uno de los grupos formalizados que opera en la ciudad de Las Piedras está constituido por clasificadores históricos del vertedero de residuos de la ciudad. Luego del cierre de este último en el año 2008, algunos de ellos accedieron al trabajo formal, pasando a trabajar en la planta de clasificación. Otros optaron por volver a ser clasificadores informales porque pueden ganar más que los clasificadores de planta y más que el salario mínimo (\$22.268 desde e1/2024). En esas plantas clasificadoras, los trabajadores realizan sus tareas recibiendo el material por medio de camiones contratados por la intendencia o la Cámara de Industrias, y cuentan con uniforme y calzado que los identifica como pertenecientes al programa. Debido a que el mercado del reciclaje no está regulado, se dificulta aumentar los niveles de formalización del sector. En consecuencia, el trabajo informal les reporta mayores ingresos y es por eso que grupos formalizados que inicialmente comenzaron con un número determinado de

clasificadores luego se fueron reduciendo. Además, se suma la falta de hábitos laborales de dependencia, de cumplimiento de horarios o jornadas establecidas, que a veces no se ajustan a la cultura de trabajo de estos clasificadores. “La gente que se fue es porque no aceptaban la forma de trabajo. Lo que se exige es rendimiento. Rapidez en clasificar. Porque el sueldo sale cuanto más hagan de clasificado, más cobran.” (Encargado de centro de acopio)

En los grupos hay clasificadores que sí realizaban dicha tarea con anterioridad y algunos que lo hacían esporádicamente. También están quienes tuvieron experiencias laborales diferentes, por lo que se conforma un grupo mixto en la tarea de clasificación.

Yo trabajaba en un hogar de ancianos y renuncié porque maltrataban mucho a los viejitos, no me gustó, y justo cuando renuncio, me avisan, porque yo era la primera suplente y me preguntaron si era recicladora, y yo dije que no. Sí, yo daba alguna vuelta con los gurises⁵ a veces, levantábamos, pero no trabajaba en eso. Juntábamos algo y vendíamos, en La Paz. Hacíamos un recorrido. Juntábamos cartón, en las volquetas donde más tiraban, y papel, y después en casa lo clasificábamos. Ya más o menos sabía. Pero reciclar acá es diferente. Dijeron que no importaba. Y empecé a aprender con todos los compañeros, éramos veinticinco y se fueron yendo. Ahora somos siete compañeros. (Clasificadora de centro de acopio)

Trabajar en el vertedero y trabajar en el centro de acopio

El ex vertedero estaba ubicado en la zona suburbana al norte de la ciudad de Las Piedras, en un grupo de canteras abandonadas llamadas Cantera Maritas (I, II y III), en la zona de Villa Foresti, y allí se realizaba la disposición final de los residuos. La vida útil del vertedero (1981) era hasta el 2006, aunque seguía activo en 2008. En él se disponían unas 350 toneladas diarias de residuos. La presencia de clasificadores en ese sitio de disposición final ocasionaba impactos que podían repercutir en la salud de los mismos. (enfermedades, accidentes, dificultar las operaciones que se hacían en el relleno por la intendencia). Los residuos ingresaban a la cantera durante todo el día y todo el año. Los impactos más relevantes de esa cantera que se identificaron en 2004 eran: la contaminación por lixiviados a cursos de agua superficiales, un potencial riesgo de contaminación de acuíferos en el subsuelo, y las molestias a vecinos por la emanación de olores. Impactos que no habían sido estudiados en su momento por la Intendencia de Canelones. (Fitchner y Lksur Asociados, 2004) “Estábamos en la cantera, cada uno juntaba por su cuenta, llenábamos una planilla cuando entrábamos, y hacíamos los camiones de basura,

⁵ gurí-niño, muchacho.

había varios turnos, tres turnos había.” (Clasificador) Para controlar el ingreso al vertedero se prescribían controles que exigían:

- El ingreso de ocho clasificadores de 8 a 12 horas y de doce clasificadores de 13 a 17 horas.
- No se permitía el ingreso a menores de edad.
- El control de las asistencias al sitio.
- Que se concurriera con asiduidad, pues de lo contrario se les quitaba la autorización de ingreso (Fichtner y LKSUR Asociados, 2004).

Nosotros, por decir, de las 8 a las 2 de la tarde, hacíamos lo que podíamos, después entraba otra gente, y vendíamos a los depósitos. Los depósitos ya crecieron... Antes cada uno juntaba para cada uno, pero ahora formamos un grupo y dependemos de la intendencia y la Cámara de Industrias y tenemos un sueldo. (Clasificador)

Figura 4. Vertedero cantera Maritas (1981-2008)



Fuente: www.cempre.org.uy

Con la intervención del Estado, a través de una ley (Ley de Envases 17849 del 2004) con carácter nacional, se organiza y de alguna manera controla un sector productivo, un sector particular de trabajadores informales, precarios, de bajo nivel educativo, cuya tarea está asociada a la pobreza. Estos trabajadores pasan así a una tarea de recolección y clasificación con algunas mejoras y pequeñas facilidades institucionales como, por ejemplo, contar con un lugar físico de trabajo, tener un sueldo más o menos básico y una ganancia extra. Esto los hace

conformarse con algunas mejoras, pero no les genera autonomía, sino que profundiza una dependencia de agentes externos que están alejados de la realidad que ellos viven.

Se formaliza de esta manera el trabajo de clasificadores, organizándolo con mínimas garantías, lo cual ha generado reclamos de los trabajadores por mejoras mediante pedidos y demandas a lo largo del tiempo, con respecto a distintos temas que los afectan. Entre otros, se reclama debilidades referidas a la infraestructura, instalaciones deficitarias, la falta de un lugar para la alimentación, insuficiencias presupuestarias en la aplicación efectiva de la ley y los programas, aspectos que repercuten negativamente en la efectividad de un trabajo digno para esta población vulnerable y excluida. Esto contribuye a continuar reproduciendo la condición de precariedad que siempre ha sido la característica de este sector de trabajadores.

Nosotros trabajamos acá y no tenemos un lugar para comer, nos sentamos acá con un arroz con tuco, y no tenemos, vamos a decir, un comedorcito para comer acá. (Clasificador)

El sueldo que nos paga la cámara se nos va en descuentos, nosotros ganamos con las ventas, si vendemos poco no ganamos nada. También estamos propensos a que, si pasa algo con el galpón, suponete, se prende fuego el material, lo perdemos todo, porque nosotros dependemos del material. (Clasificadora)

Siempre cobramos lo mismo. Hace dos años que siempre cobramos lo mismo. Si tenemos más de una falta perdemos la venta. Podés tener una falta sola en el mes. Y acá llueva o truene o haya relámpago hay que venir igual. (Clasificador)

Figura 5. Centro de acopio de grupo de clasificadores del ex vertedero cantera Maritas



Fuente: Fotografía de la autora

Los riesgos laborales a los que están expuestos aún en el presente (vidrios, incendio, olores, máquinas, etc.) muestra la nocividad de las condiciones de trabajo a las que se enfrentan en la planta de clasificación. De ahí que no consideran el ambiente de trabajo como un espacio seguro.

También estamos propensos a que, si pasa algo con el galpón, suponete, se prende fuego el material, lo perdemos todo, porque nosotros dependemos del material. No nos han enseñado conocimientos de cómo apagar incendio, pero tenemos bomberito y somos cuidadosos. En verano solicitamos que nos corten el pasto para evitar algún incendio. El grupo se preocupa mucho por su propio trabajo. (Clasificadora)
Hace como cuatro o cinco años tuvimos un incendio grande y también incendios chicos, es el temor, que quién les paga a los clasificadores la mercadería perdida, ninguno de los centros tiene la habilitación de bomberos que tendría que tener, porque son precarios, precarios realmente. (Clasificadora)

Los ingresos y las ventas

Los ingresos personales de los clasificadores están compuestos del salario base (equivalente al salario mínimo nacional) y del ingreso mensual por la venta del material recolectado. El sueldo base es pago por la Cámara de Industrias y se agregan a ese sueldo las

ventas que se realicen de los reciclables clasificados. La relación entre el peso recolectado y el valor monetario está dada por el precio de los materiales que difieren entre ellos, ya que existen materiales con un precio por kilo superior al de otros. El centro de acopio recibe los materiales, de circuitos “limpios”, el que se recupera, se procesa y después se vende, lo cual permite el aumento del sueldo a los trabajadores. En realidad, los grupos deben realizar una clasificación gruesa, ya que en el marco de la Ley de Envases deberían recolectarse exclusivamente residuos de envases provenientes de circuitos limpios. Pero a través de las entrevistas realizadas, se puede constatar que la realidad no es así, ya que lo que les llega en los bolsones se encuentra mezclados con residuos de otra índole. “En los recorridos hemos encontrado bolsones con vidrio, botellas rotas, que no deberían de estar en esos lugares, escombros, pañales tampoco van, papel higiénico que no va, sin embargo, están en los bolsones de los supermercados.” (Clasificador)

Esto restringe fuertemente las posibilidades de tener un buen desempeño económico por los emprendimientos debido a que, al provenir de “circuitos sucios”, deben separar primero lo que es útil para luego realizar una clasificación “gruesa”, porque vienen materiales reciclables mezclados con los que no lo son.

Ahora también viene basura en los bolsones, cualquier cantidad de mugre, hasta escombros, vidrios. Tendrían que venir las cosas limpias, sin embargo, no viene. A veces no lo podemos apartar, abrimos y tiene un olor a podrido adentro. El sistema no mira al que trabaja con los residuos. (Clasificadora)

Todas las actividades se realizan en forma colectiva, involucrándose todos los clasificadores en las actividades.

Existe una cuestión específica relacionada con el material que se recupera de lo que traen los bolsones: el material que “no tienen comprador”. Los grupos se dedican a procesar todos los residuos que tienen demanda en el mercado, lo que no implica que todos los residuos tengan valor comercial, porque puede suceder que dejen de tenerlo y ahí surge lo que ellos llaman “no tienen comprador”. Y ese rotulado de no tener comprador, de no tener mercado para vender lo recolectado, sería catalogado como un acto de “perversidad” por parte de la Cámara de Industrias que oficia como principal gestora.

Pero como a través de la Cámara de Industria todas las empresas aportan-las de tetra pack, las de espuma plast- a ese Fideicomiso, los clasificadores tienen que juntarlo porque se paga por ello, forma parte de una “mentirilla” de lo que es reciclable y que tiene que ver con el mercado. (Coordinador de ONG)

Les hacen recuperar determinados materiales que no se los van a comprar. Porque, en definitiva, los tienen que juntar igual, porque son envases y en definitiva es una lucha contra ello, tal a lo que se refiere en el caso del vidrio, por ejemplo, donde les dicen que van a tener compradores, y les compran alguna vez y después no les compran más. (Coordinador de grupos)

Lo mismo sucede con los envases tetra pack o espuma plast, cuyo precio resulta irrisorio, y, en definitiva, material que podría considerarse como reciclable termina siendo parte de la basura, destinada a ser parte del relleno sanitario o vertedero por no haber mercado para su compra.

Acá se clasifica todo lo que tenga venta, por ejemplo: el plástico se clasifica por color, se prensa el cartón, chatarra, papel blanco (todo lo que sea vendible). Hay muchas cosas que no son vendibles y la intendencia no ha podido conseguir compradores, que es el vidrio, por ejemplo, no se ha conseguido comprador todavía. (Clasificadora)

Los compradores pueden aparecer desde distintas localidades, acercándose al centro de acopio. Compran materia prima barata que luego venden a diferentes empresas, medianas y chicas.

Las ventas de materiales recuperados de estos grupos de clasificadores se realizan casi en las mismas condiciones que las de los clasificadores que trabajan de forma independiente: a los depósitos, a intermediarios, a compradores que negocian con las empresas directamente, a empresas recicladoras.

La comercialización mantiene una estructura oligopólica, en la que intermediarios locales adquieren el material mediante pequeñas entregas, acumulándolo y luego trasladándolo a las recicladoras y a grandes depósitos con fuertes alianzas para la coordinación de precios con la industria. Esta última busca maximizar su eficiencia, lo que implica trabajar en coordinación con el centro de acopio para que garantice un nivel determinado de productos. Hay variación en los precios que se pueden obtener por la venta de los materiales recuperados. Esto puede deberse a varias razones, por ejemplo, las empresas recicladoras requieren lotes de mayores tamaños y en mayores cantidades. En cambio, los grupos, dado que obtienen ingresos adicionales de las ventas como complemento del sueldo básico, a medida que recolectan y tienen cantidades suficientes, sienten el estímulo para vender rápidamente lo recopilado, lo que les impide alcanzar las cantidades que requieren las empresas recicladoras. Por ello, el apuro por vender acaba, se puede decir, obligando a los grupos a vender pequeñas cantidades, muchas veces a precios reducidos. En ocasiones se les exige determinadas condiciones en cuanto al

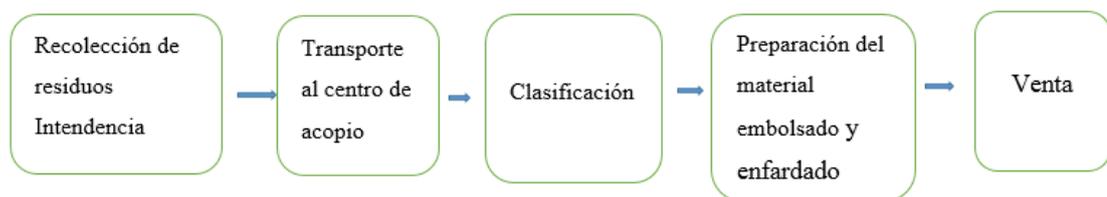
peso o a la presentación de los materiales, lo que los lleva a tomar la decisión de rechazar esas condiciones, ya que implicaría pérdidas de tiempo en comparación con otros materiales que les generarían más ganancias.

Por ejemplo, los vasitos de telgopor no son reciclables. Hoy por hoy aparentemente hay mercado para eso. Te hacen juntar 50 o 60 bolsones de eso para ganar \$500, perdés más tiempo que lo que ganás, porque si vos querés que eso no se vierta a la basura, bueno, dale un buen precio para la gente, porque no pesa nada, no podés perder tiempo juntando. (Encargado)

Los precios que se pagan en la punta de la cadena de valor, industria recicladora, no alcanzan para alimentar toda la cadena de captación de materiales, e implican valores muy bajos en su base, en este caso, para los grupos de clasificadores. Los precios que se pagan tampoco son suficientes para desarrollar una cadena de abastecimiento formal de los materiales, de ahí los pocos grupos que se han formalizado. Además, los precios de los materiales son relativamente bajos en relación con los precios que pagan los países vecinos, en particular Brasil, por lo que hay una fuga importante de materiales recuperados sin procesar por la frontera seca (Baráibar y Andrada, 2018).

La asimetría de poder en la negociación entre los clasificadores y las empresas se expresa en un reducido margen de ganancia para los clasificadores y uno muy elevado para el resto de la cadena. En definitiva, la comercialización de los materiales clasificados depende de las capacidades nacionales para la valorización y de los precios del mercado, quedando generalmente los clasificadores en una situación de desventaja en el momento de la negociación (Ministerio de Ambiente, 2021).

Modelo de gestión en centros de acopio



Fuente: Elaboración propia

Conclusiones

La subsistencia de los recolectores se vincula con el sistema de acumulación flexible, que establece las pautas como medios de control social en función de las demandas de reproducción del capital y de la organización de los grupos que se dedican a la recuperación de materiales reciclables.

La importancia de la actividad de los clasificadores se relaciona con el lugar que ocupan estos trabajadores en el proceso productivo de la industria del reciclaje, ya que las empresas no los reconocen como partícipes de este proceso, aunque sí los integran al proceso general de producción de materiales reciclados. La inserción productiva de estos trabajadores, sea informal o formalizado, tiene lugar solamente a los efectos de garantizar la demanda de materiales requeridos por las industrias.

La competencia de los clasificadores informales que recuperan los residuos antes que los formalizados impacta en el salario de estos últimos. Los clasificadores no solamente venden su fuerza de trabajo, sino que mantienen una dependencia comercial oculta con quien pauta sus ingresos y su forma de trabajo, con quien fija los precios de los reciclables y determina cuáles se van a comercializar y cuáles no. La basura es un gran negocio para determinados actores de la cadena. El reciclaje se convierte en una actividad rentable para quien define qué se recicla y qué no y qué valor se le va a asignar. A su vez, enlaza a diferentes actores sociales con intereses específicos.

Tanto clasificadores formalizados como informales reciben los precios a la baja de los materiales clasificados, vendidos a intermediarios, quienes también hacen del reciclaje un gran negocio para empresas oligopólicas.

El trabajo de clasificador debe ser valorado como una importante contribución a la sociedad, como forma de dignificar su aporte en tanto trabajador ambiental, brindándole la oportunidad de ser escuchado en lo que respecta a la gestión y reciclaje de los residuos, del que forma parte y a menudo es excluido en la toma de decisiones.

Referências

AGORRODY, Micaela y ARDAO, Victoria. **Situación actual y mercado existente en los principales productos reciclables en Uruguay. Realidad de países limítrofes.** Monografía de grado. Universidad de la República (Uruguay). Facultad de Ciencias Económicas y de Administración. 2011. Disponible en: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/handle/20.500.12008/362> Recuperado el 13 de noviembre de 2023.

BARÁIBAR, Federico y ANDRADA, Lumber. **Informe Diagnóstico Reciclado Volúmenes de residuos plásticos no industriales recuperados a nivel nacional.** Segunda entrega. 2018. Disponible en: <https://ctplas.com.uy> Recuperado el 13 de noviembre de 2023.

CARRASCO, Sansón. **Crónicas montevidéanas de un siglo atrás. La basura.** Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental. 1984.

CASTEL, Robert. **Las metamorfosis de la cuestión social Una crónica del asalariado.** España: Paidós. 1995.

CEMPRE. **Manual de Gestión Integral de Residuos Sólidos Urbanos. Reciclaje de plásticos.** 1998. Disponible en: <https://cempre.org.uy> Recuperado el 13 de noviembre de 2023.

DEBARY, Octave. **Antropología dos restos. Da lixeira ao museu.** Pelotas: Um2-Comunicação. 2017. Disponible en: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Antropologia-dos-Restos.pdf> Recuperado el 13 de noviembre de 2023.

DOMENECH, Amparo. **De descalificados a calificados. De descartables a reciclables: entre vivencias individuales y experiencias colectivas.** Tesis de Licenciatura en Trabajo social. Universidad de la República (Uruguay). Facultad de Ciencias Sociales. 2005. Disponible en: https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/18333/1/TTS_DomenechAmparo.pdf Recuperado el 13 de noviembre de 2023.

ELIZALDE, María Lucía. **Residuos y clasificadores: configuración socio política de la gestión de residuos urbanos sólidos en la ciudad de Montevideo.** Tesis Licenciatura en Trabajo Social Facultad de Ciencias Sociales Departamento de Trabajo social. UDELAR. 2011. Disponible https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/9834/1/TTS_ElizaldePasturaMar%C3%ADaLuc%C3%ADa.pdf Recuperado el 28 de abril de 2023.

FRY, Mariana. **Clasificadores de residuos sólidos urbanos: un análisis desde el campo de recuperación de desechos y las diversas formas de sujeción del trabajo que produce** Tesis de Maestría Licenciatura Sociología. Facultad de Ciencias Sociales UDELAR 2015 Disponible. <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/handle/20.500.12008/7676> Recuperado el 15 de abril de 2024.

FRY, Mariana. **Clasificadores de residuos: entre el trabajo precario y la organización colectiva.** Tesis de grado. Universidad de la República (Uruguay). Facultad de Ciencias Sociales. 2010. Disponible

en: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/handle/20.500.12008/25116> Recuperado el 13 de noviembre de 2023.

FICHTNER y LKSUR Asociados. **TOMO II: Residuos Sólidos Urbanos Plan Director de Residuos Sólidos de Montevideo y Área Metropolitana.** República Oriental del Uruguay. Oficina de Planeamiento y Presupuesto. Dirección de Proyectos de Desarrollo. 2004. Disponible en: <https://www.cempre.org.uy/docs/biblioteca> Recuperado el 13 de noviembre de 2023.

MATONTE, Cecilia. **Proyecto de reconocimiento de la situación de derechos humanos de los recicladores de Latinoamérica. El Caso de Montevideo. Uruguay Reporte descriptivo 2018.** Wiego. Disponible en: https://www.wiego.org/sites/default/files/resources/file/Montevideo_Uruguay_WPHR.pdf Recuperado el 13 de noviembre de 2023.

MIDES. **Tirando del carro. Clasificadoras y clasificadores: viviendo de la basura o trabajando con residuos.** 2006. Disponible en: https://guiaderecursos.mides.gub.uy/innovaportal/file/3158/1/puc_tirando_del_carro.pdf Recuperado el 13 de noviembre de 2023.

MIDES. **Clasificar para incluir, incluir para reciclar Programa Uruguay Clasifica.** 2008. Disponible en: https://guiaderecursos.mides.gub.uy/innovaportal/file/2976/1/libro_puc_clasificar_para_incluir.pdf Recuperado el 13 de noviembre de 2023.

Ministerio de Ambiente. **Uruguay + Circular Plan Nacional de Gestión de Residuos 2022-2032.** 2021. Disponible en: <https://www.gub.uy/ministerio-ambiente/> Recuperado el 24 de octubre 2023.

PELERINO, Flavio **Clasificadores: urbanitas en busca de reconocimiento** Tesis licenciatura de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales. UDELAR. 2021 Disponible <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/handle/20.500.12008/28792>

PNUD-PNUMA. **Implementación de la Ley de Envases Informe de evaluación.** 2012. Disponible en: <http://retosalsur.org/wp-content/uploads/2013/08/Implementaci%C3%B3n-Ley-Envases-Informe-de-Evaluaci%C3%B3n-V.-Chiesa-PNUD-2012.pdf> Recuperado el 15 de octubre de 2023

QUARONI, Antonio. **El hombre y sus derivas: por una vida digna en un marco de sustentabilidad.** Tesis de Licenciatura. Universidad de la República (Uruguay). Facultad de Psicología. 2016. Disponible en: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/handle/20.500.12008/10074> Recuperado el 13 de noviembre de 2023.

TEIXEIRA, Francisco. **Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo?** En: Teixeira, F.; Alves, G; Neto, M. y Oliveira, M. (orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva.* São Paulo: Cortez, 1998.

VILLANOVA, Nicolás. **Cartoneros: ¿exclusión social o función productiva? Los recuperadores urbanos y el circuito productivo de los materiales reciclables.** V Jornadas de Sociología de la UNLP. 2008. Disponible en: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/102733> Recuperado el 13 de noviembre de 2023.

Recebido em 30/11/2023 | Aceito em 07/05/2024



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Atores da Reciclagem e Dinâmicas Urbanas

V 13 | n 24 | jan-jun 2024

Nas esteiras da catação: mulheres, trabalho e cuidado em uma cooperativa de catadores/as de materiais recicláveis

Mário Ricardo Guadagnin; Vitória de Oliveira de Souza; Viviane Kraieski de Assunção



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

GUADAGNIN, Mário Ricardo; SOUZA, Vitória de Oliveira de; ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de. Nas esteiras da catação: mulheres, trabalho e cuidado em uma cooperativa de catadores/as de materiais recicláveis. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 13, n. 24, p. 115-136, jan-jun 2024. Semestral.

© NAUI

Nas esteiras da catação: mulheres, trabalho e cuidado em uma cooperativa de catadores/as de materiais recicláveis

Mário Ricardo Guadagnin¹
Vitória de Oliveira de Souza²
Viviane Kraieski de Assunção³

Resumo

Este artigo resulta de uma pesquisa sobre as relações entre gênero e trabalho em uma cooperativa de materiais recicláveis em Criciúma, Santa Catarina, Brasil. Por meio do método de história de vida e observação participante junto às trabalhadoras, a pesquisa identifica o trabalho de cuidado como central para a compreensão do processo de tornar-se catadora. Analisa também queixas comuns destas trabalhadoras, o cansaço e a depressão, como sintomas sociais da desigualdade social e de gênero. Por fim, destaca a criação de estratégias de cuidado entre elas como forma de minimizar seu sofrimento.

Palavras-chave: catadoras de recicláveis; gênero; trabalho de cuidado; divisão sexual do trabalho.

¹ É doutor em Ciências Ambientais (PPGCA/UNESC, 2022), mestre em Geografia (ênfase em Desenvolvimento Urbano e Regional) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2001) e graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 1988). É professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade Estadual de Mato Grosso (PPGCA-UNEMAT). E-mail: profmrguadagnin@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6882-0636>

² É psicóloga, especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (UNESC) e em Filosofia e Psicanálise: teoria, clínica e cultura (FAMA) e mestranda em desenvolvimento socioeconômico (PPGDS/UNESC). É professora do curso de psicologia do Centro Universitário UNIVINTE. E-mail: vitoria.olv.souza@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7306-7888>

³ É doutora em Antropologia Social pela UFSC, e realizou estágio-sanduiche no Institute of Latin American Studies da Columbia University, Nova York, EUA. Possui mestrado em Antropologia Social (2007) e graduação em Jornalismo (2002) pela UFSC. Realizou pós-doutorado em Antropologia na Vrije Universiteit Amsterdam. Foi professora visitante na San Diego State University, California, EUA (Center for Brazilian Studies Sustainability). É professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) da UNESC. E-mail: vivianekraieski@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0118-2486>

Tras la búsqueda de basura: mujeres, trabajo y cuidados en una cooperativa de recolectores de materiales reciclables

Resumen

Este artículo es resultado de una investigación sobre la relación entre género y trabajo en una cooperativa de materiales reciclables en Criciúma, Santa Catarina, Brasil. A través del método de historia de vida y la observación participante con los trabajadores, la investigación identificó el trabajo de cuidado como central para comprender el proceso de convertirse en coleccionista. También analizó quejas comunes de estos trabajadores, como el cansancio y la depresión, como síntomas sociales de desigualdad social y de género. Finalmente, destaca la creación de estrategias de cuidado entre ellos para minimizar su sufrimiento.

Palabras clave: recolectores de materiales reciclables; género; trabajo de cuidado; división sexual del trabajo.

In the wake of scavenging: women, work and care in a cooperative of recyclable material collectors

Abstract

This article results from research on the relationship between gender and work in a cooperative of recyclable materials in Criciúma, Santa Catarina, Brazil. Through the life history method and participating observation with the workers, the research identified the work of care as central to understanding the process of becoming a collector. He also analyzed common complaints from these workers, such as tiredness and depression, as social symptoms of social and gender inequality. Finally, it highlights the creation of care strategies among them to minimize their suffering.

Keywords: recyclable material collectors; gender; care work; sexual division of labor.

Introdução

O contexto no qual se encontram catadoras e catadores de materiais recicláveis no Brasil é, de modo geral, extremamente insalubre e precário. A crescente presença de trabalhadores e trabalhadoras nesse nicho foi acompanhada por uma inserção, na agenda política, dos debates sobre os problemas socioambientais, entre os quais as questões relativas à destinação e ao tratamento dos resíduos sólidos. Como resultado, houve a instituição, em 2010, da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (Lei n. 12.305). Longe de resolver efetivamente tais questões, a lei incentiva a formação de empreendimentos solidários de catadores e catadoras,

além de dar diretrizes para a criação dos planos municipais que têm a finalidade de orientar os gestores públicos para a criação e implementação de ações que visem à melhoria da gestão dos resíduos e à inclusão socioprodutiva de trabalhadores e trabalhadoras.

Apesar de a PNRS ter sido criada há mais de dez anos, ainda assim constatamos, como analisam Miura e Sawaia (2013), que a catação continua envolta em uma perversidade, pois, segundo as autoras, o processo de “tornar-se catador ou catadora” configura-se como um movimento de inclusão excludente. Ou seja, embora estas trabalhadoras e estes trabalhadores garantam sua existência inserindo-se no modo de produção capitalista por meio de sua força de trabalho, vivem em espaços periféricos, possuem condições de trabalho precárias e, ainda, em outro prisma, suas dinâmicas de trabalho reproduzem desigualdades de gênero.

No Brasil, os anuários da reciclagem elaborados pela ANCAT e Instituto PRAGMA (Ancat, Pragma, 2020, 2021; Instituto Pragma, 2023) confirmam que as mulheres estão em maior número nas organizações de catadores e catadoras, aproximadamente 54% dos trabalhadores da catação. Nos empreendimentos solidários de catadores e catadoras, como as cooperativas e associações, estudos anteriores já apontavam para o protagonismo feminino, afirmando que elas ocupavam 59% dos cargos (MNCR, 2014, Martins *et al.*, 2016). Essa prevalência de mulheres em um trabalho socialmente desvalorizado levou autoras, como Wirth (2013), Cherfem (2014), Martins *et al.* (2016) e Vallin (2016), por exemplo, a afirmarem que há uma relação direta entre a feminização e a precariedade do trabalho da catação.

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada em uma cooperativa de catadoras e catadores de materiais recicláveis no município de Criciúma, localizado no sul do estado de Santa Catarina, que buscou analisar as relações de gênero e trabalho no contexto da catação de recicláveis por meio das histórias de vida das trabalhadoras. Elas mostraram que a atividade da catação está intrinsecamente relacionada ao trabalho de cuidado, sobretudo de suas próprias famílias, seja no papel de mães, avós e/ou esposas. Além disso, no âmbito das relações de trabalho, foi possível identificar a divisão sexual do trabalho, corroborando com pesquisas como as de Wirth (2013), Cherfem (2014) e Vallin (2016). Longe de constituir uma complementação de tarefas entre homens e mulheres, a divisão sexual do trabalho expressa relações assimétricas de poder entre os sujeitos (Hirata; Kergoat, 2007).

Neste artigo, discutimos as relações desiguais que reverberam no lócus de estudo, sobretudo no que diz respeito à divisão sexual do trabalho e ao cuidado, enquanto uma categoria

de trabalho invisibilizado e estritamente relacionado ao processo de tornar-se catadora. A estas discussões, acrescentamos uma problematização acerca das queixas frequentes das participantes da pesquisa sobre o cansaço e o sofrimento psíquico. Pensamos no corpo enquanto construção social inserido na lógica do capitalismo neoliberal. Refletimos, então, sobre a necessidade de abordar a constituição social das dores e do sofrimento psíquico, da medicalização do mal-estar e dos rituais empreendidos por elas em seu cuidado.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa com as catadoras de materiais recicláveis foi possibilitada pela participação dos pesquisadores em um projeto de extensão⁴ envolvendo uma cooperativa de materiais recicláveis e que incluía a realização de atividades psicossociais com as trabalhadoras. Esta participação envolveu também o acompanhamento das atividades de trabalho pelo período de um ano e meio, com a devida autorização da presidência da cooperativa, e permitiu a construção de laços.

Durante a pesquisa, foram adotados dois procedimentos metodológicos: história de vida e observação participante. O primeiro procedimento – história de vida – foi escolhido para compreender a trajetória de vida desses sujeitos, partindo de suas próprias narrativas a respeito do processo de tornar-se catadora e a construção de sua história com as relações de trabalho. História de vida pode ser definido aqui a partir da concepção de Queiroz, como

[...] o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que nele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar (Queiroz, 1988, p. 20).

Este método possibilitou reflexões sobre a constituição destes sujeitos por meio de suas relações sociais, principalmente as relações de parentesco, além de permitir visualizar pontos semelhantes nas trajetórias de vida das trabalhadoras.

⁴ O projeto de extensão “Coleta Seletiva Solidária”, de caráter interdisciplinar, foi desenvolvido pela Unesc no período 2008-2021. Consistia num espaço dinâmico de ação-reflexão-ação junto aos catadores e às catadoras para a inclusão socioeconômica produtiva no programa de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos recicláveis no município de Criciúma – SC (Assunção *et al.*, 2019).

Para esta pesquisa, foram realizadas dez entrevistas ao todo: dez mulheres catadoras de materiais recicláveis; a vice-presidenta da cooperativa e o presidente do empreendimento solidário. As entrevistas foram gravadas com gravador de voz e integralmente transcritas.

Paralelamente à realização das entrevistas, a participação no cotidiano da cooperativa trouxe uma aproximação com as trabalhadoras, que podem ser consideradas aqui parceiras da pesquisa (Malheiro, 2018). As observações desse processo de interação durante a realização da pesquisa foram registradas em um diário de campo.

Ambos os procedimentos metodológicos trouxeram elementos para a problematização do trabalho na cooperativa a partir de uma perspectiva micropolítica, permitindo reflexões sobre questões cotidianas e recorrentes, como, por exemplo, as queixas frequentes das trabalhadoras sobre as dores no corpo, analisadas neste artigo como um sintoma social.

Cooperativas e economia solidária: superação ou reprodução das desigualdades de gênero?

A Política Nacional de Resíduos Sólidos contempla, como um de seus instrumentos, “o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (Brasil, 2010)⁵. A lei também prevê que os municípios que “implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda” (Brasil, 2010) terão prioridade no acesso a recursos do Governo Federal.

A inclusão e valorização das cooperativas e associações na lei federal é resultado das mobilizações e da luta política empreendidas pelos movimentos sociais de catadores, principalmente nas duas últimas décadas, e também obtiveram êxito no reconhecimento da profissão de catador, registrada no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) desde 2000⁶ (Bouvier; Dias, 2021).

⁵ Art. 8, inciso IV

⁶ Além da PNRS, há também outros marcos legais em prol do cooperativismo e do associativismo destes trabalhadores, como a Lei de Saneamento Básico (n. 11.445/2007), que permite às prefeituras contratarem associações e cooperativas de catadores com dispensa de licitação para o serviço de coleta seletiva; o Decreto Pró-Catador (n. 7.405/2010), que institui o Programa Pró-Catador e denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, integrando e articulando as ações do

De acordo com Singer (2000), a economia solidária – constituída pelos empreendimentos solidários, entre os quais as cooperativas – é formada por aqueles que estão às margens do mercado capitalista, e constituem, por isso, alternativas a este modo de produção econômica. Como contraponto a uma lógica de produção excludente, marcada pela competitividade e busca de lucratividade, a economia solidária propõe relações de trabalho mais igualitárias e pautadas nos princípios de emancipação social e realização pessoal dos sujeitos (Cattani, 2003). Além da cooperação entre os membros, a autogestão e a democracia participativa devem compor os princípios destes empreendimentos solidários.

As cooperativas de catadores são compreendidas como meios para reduzir a pobreza e minimizar os impactos da degradação ambiental. De acordo com Medina (2000), estes empreendimentos podem oferecer melhores condições de trabalho e renda para seus membros por terem maior possibilidade de inserção no mercado, marcado pela forte atuação de intermediários e pelo monopólio das indústrias que processam materiais recicláveis (Medina, 2000).

No entanto, algumas destas organizações de catadores e catadoras de materiais recicláveis reproduzem as relações e condições de trabalho regidas pela lógica do capital, como a hierarquização entre os membros, o produtivismo e a mercantilização.⁷ No caso da cooperativa onde o estudo foi realizado, estas constatações podem ser confirmadas. As formas de tratamento estabelecidas nas relações de trabalho refletem a hierarquia entre os cooperados e o presidente, denominado como “patrão”.⁸

Além disso, a ausência de proteção e direitos sociais, falta de qualificação formal e baixa renda dos trabalhadores e trabalhadoras caracterizam a precariedade do trabalho no empreendimento solidário. Cabe ressaltar que a maioria dos sujeitos revelou o desejo de possuir um “emprego fichado”, por proporcionar direitos trabalhistas como férias, seguro-desemprego e, principalmente, aposentadoria.

Governo Federal favoráveis aos trabalhadores da catação; o Decreto n. 5.940/2006, que institui a coleta seletiva em órgãos públicos federais e destinação dos materiais recicláveis às associações e cooperativas de catadores.

⁷ No início do século XX, Rosa Luxemburgo (1970) já alertava sobre a contradição entre esta lógica de operação das cooperativas e o cenário externo, marcado pela hegemonia do capitalismo, o qual pressionaria os trabalhadores cooperados a atuarem como empresários capitalistas.

⁸ Estas categorias são utilizadas entre aspas para serem problematizadas. Os trabalhos executados por mulheres e homens na cooperativa são repetitivos e realizados sem condições e equipamentos de segurança, o que torna frequentes as dores no corpo e outros problemas de saúde.

A partir da pesquisa se constatou que esta hierarquização do trabalho não é, entretanto, neutra em termos de gênero. O trabalho na cooperativa apresenta uma divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009), reproduzindo a dicotomia entre “trabalho leve” e “trabalho pesado”⁹: enquanto as mulheres, em maior número, realizam a triagem dos materiais, os homens fazem a prensagem daquilo que foi separado. Em alguns momentos, na ausência dos homens, as mulheres também trabalham na prensa¹⁰ e, quando necessário, retiram os materiais dos caminhões. É interessante perceber, neste caso, que a trabalhadora que realiza este serviço, por ser considerada portadora de maior força física, é constantemente denominada de “machorra” pelas companheiras de cooperativa, o que denota a masculinização da mulher que ocupa uma função que não corresponde à expectativa social e produtiva acerca de seu gênero.

A alta rotatividade da força de trabalho na cooperativa é constante. No início da pesquisa, havia 15 catadores e catadoras trabalhando no empreendimento. Em outros momentos, este número diminuiu para nove. Um destes momentos foi o período de colheita de batatas nos municípios vizinhos de Criciúma, quando algumas das catadoras saíram da cooperativa para trabalhar na colheita. Também houve redução do número de trabalhadores e trabalhadoras no período de paralisação da coleta seletiva do município devido à falta de pagamento da prefeitura para a empresa responsável e atrasos no novo processo licitatório, o que levou à suspensão dos pagamentos pela cooperativa devido à falta de material para triagem. É importante observar que durante todo o período da pesquisa as mulheres constituíram a maior parte da força de trabalho, sendo as únicas responsáveis pela triagem do material reciclável.

A concentração de mulheres em nichos precários e informais na América Latina é analisada por Abramo e Valenzuela (2006) como “estratégias de ajustes”, que conciliam a atividade remunerada com as responsabilidades familiares. Neste sentido, “as mulheres estão particularmente sobre-representadas em trabalhos menos produtivos e precários, com pouco acesso a uma remuneração adequada e justa, à proteção social e direitos fundamentais do

⁹ Wacjman (1998) problematiza a naturalização deste trabalho realizado por homens por meio de tecnologias, denunciando as relações de poder que o perpassam. Segundo a autora, as máquinas são, de forma geral, grandes e pesadas, produzidas para serem utilizadas apenas por homens.

¹⁰ O trabalho doméstico no Brasil está historicamente atrelado à escravidão e outras heranças que persistem na constituição das relações sociais. Segundo Ávila (2016, p. 139), o trabalho doméstico apresenta tempos históricos diferenciados no País. Há, de um lado, sua inserção na esfera da cidadania, resultado de lutas sociais que levaram ao seu reconhecimento no campo das leis. De outro, tem-se a manutenção de “práticas ilegais e servis”, que constituem o contraditório processo de democratização brasileiro e latino-americano (Ávila, 2016).

trabalho” (Abramo; Valenzuela, 2006, p. 15, tradução nossa), características do trabalho realizado pelas parceiras desta pesquisa. A inter-relação entre a precariedade do trabalho e as responsabilidades relativas ao cuidado surgem nas histórias de vida das participantes da pesquisa e serão discutidas na próxima seção.

Precariedade, divisão sexual do trabalho e cuidado

Por meio da abordagem das histórias de vida, chegamos a uma questão: quem são as mulheres que estão nas esteiras da catação da cooperativa de catadores e catadoras de materiais recicláveis? Foi possível identificar quem são essas trabalhadoras: quatro delas nasceram em Criciúma e as demais em outros municípios catarinenses (Jacinto Machado, Joinville e Sombrio) e dos estados do Paraná (Laranjeiras do Sul) e Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Santa Maria e Três Forquilhas). As mulheres provenientes de outras cidades contaram ter migrado para Criciúma devido a laços de parentesco e, principalmente, em busca de melhores condições de vida, a exemplo do relato de M., que se mudou com a família aos 13 anos:

É que nós já tinha parente que morava aqui e como tava muito difícil lá, de serviço, essas coisas, nós passava muita necessidade, daí nós resolvemos vir pra cá, que aqui era bom de emprego, ganhava mais, né?, porque nós lá trabalhava e tudo, mas nós não tinha nem pra comer. (M., 26 anos).

No momento da entrevista, as participantes da pesquisa tinham idades entre 18 e 54 anos. São brancas e possuem baixa escolaridade (a trabalhadora com maior escolaridade contou ter completado o oitavo ano do ensino fundamental). Com exceção de uma trabalhadora, todas residem em um bairro periférico do município próximo, onde está localizada a cooperativa.¹¹ O presidente da cooperativa, por sua vez, possui o maior grau de escolaridade – ensino superior incompleto, e recebia aposentadoria como caminhoneiro.

Antes de trabalharem na cooperativa, as participantes da pesquisa afirmaram ter realizado outros trabalhos, principalmente relacionados à limpeza doméstica e em empresas, mas algumas também já tinham tido experiências em outras funções de baixa remuneração, como funcionária de frigorífico, caixa de supermercado, auxiliar de cozinha, entregadora de

¹¹ De acordo com o presidente da cooperativa, as catadoras e os catadores recebem R\$ 50,00 por dia trabalhado, o que implica uma rotina de trabalho das sete horas da manhã às cinco horas da tarde, com pausa de uma hora para o almoço.

panfletos e na agricultura. Durante as entrevistas, foram recorrentes os relatos de já terem trabalhado anteriormente na cooperativa e terem saído e retornado após a experiência em outros trabalhos. Pelo menos duas delas contaram ter tido outras experiências de trabalho com materiais recicláveis: uma trabalhou com a coleta e triagem de material com o ex-companheiro e outra no auxílio ao pai, que foi catador autônomo.

As participantes da pesquisa relataram ter começado a trabalhar na cooperativa por meio de seus laços pessoais – indicação de parentes ou amigos – com destaque para as relações de vizinhança, já que quase a totalidade delas é moradora do mesmo bairro onde se localiza o empreendimento. É importante ressaltar que uma das trabalhadoras era companheira do presidente da cooperativa e outras duas eram mãe e filha.

A realização da pesquisa evidenciou características comuns entre as trabalhadoras da cooperativa. Todas eram mães. Das nove mulheres entrevistadas, quatro relataram terem se tornado mães jovens – por volta dos 18 anos de idade, o que as teria levado a abandonar a escola antes de completar o ensino fundamental. Além disso, três apontaram outros motivos para a evasão escolar: as dificuldades de aprendizado e a necessidade de trabalhar para contribuir com o sustento de suas famílias.

Bessin e Gaudart (2009) reconhecem que a dimensão da vida pessoal tem implicações diferentes para homens e mulheres no trabalho. A dicotomização e hierarquização dos mundos sociais categorizados por sexos produzem gestões diferenciadas no modo como as atividades se ancoram na esfera profissional. Enquanto ser pai de vários filhos pode beneficiar a carreira profissional dos pais, as mães, na mesma situação, tendem a ser prejudicadas. Neste sentido, há uma articulação entre os domínios público e privado, que se interpenetram, produzindo desigualdades na esfera laboral.

No caso das trabalhadoras da cooperativa, estas condições sociais desiguais produzem limites no seu acesso ao mercado de trabalho. Segundo as interlocutoras da pesquisa, o trabalho que desempenham na cooperativa é preferível ao trabalho como empregadas domésticas¹² – apontado por elas como alternativa de renda.

¹² Assim como Foucault, em *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (1979), analisa o surgimento da sexualidade a partir da hipótese repressiva da era vitoriana, Dunker pensa a hipótese depressiva enquanto imperativo do nosso tempo.

A escolha pela catação vem imbricada com a possibilidade de flexibilização da jornada de trabalho. As participantes da pesquisa explicam que o trabalho na cooperativa proporciona a elas maior autonomia na gestão do tempo, principalmente para se dedicarem ao cuidado dos(as) filhos(as), enteados(as), netos(as) e maridos, como pode ser percebido nos relatos abaixo:

O máximo que eu consigo ficar [na cooperativa] é seis meses... por causa das crianças, né? Eles param mais aqui do que em casa, né... aí agora, só esse ano, eu vou terminar e vou parar, daí depois vou ficar em casa com a menina, porque aí é ruim ficar pagando uma pessoa pra ficar com ela (F., 27 anos).

Trabalhei só em frigorífico... só na Tramonto, na Agroveneto e na Seara. Já tava trabalhando, né, quando eu vim pedir serviço para o P. [presidente da cooperativa]. Tava na Tramonto, eu só ia sair se ele me desse aqui, né, porque, assim, tava ruim... Naquele tempo, a menina era muito novinha e ela mamava... daí lá era muito frio e meu leite escorria... e eu saía de madrugada e deixava ela com meu marido pra levar pra creche... Daí tinha muito tempo de encher os seios, porque ficava das 3 até as 5 horas sem dar mamá pra ela... Era muito, muito ruim... (P., 27 anos).

Durante o trabalho de campo, foi constatado que é frequente que as mulheres falem a alguns dias de trabalho, o que é justificado pela necessidade de cuidado de algum membro da família. Isso implica uma redução de seus ganhos financeiros, já que os membros da cooperativa recebem por dia trabalhado.¹³ Este contexto de flexibilização do trabalho, como aponta Castells (2006), torna os trabalhadores mais dependentes das negociações individuais com seus patrões, já que sua proteção institucional é reduzida.

Como observa Vallin (2016), os esforços para conciliar as atividades de mãe, cuidadora e catadora resultam em sobrecarga para estas mulheres, que enfrentam tanto a desvalorização do trabalho profissional quanto a invisibilização do cuidado e de outras funções domésticas como trabalho. “Essa condição afeta suas remunerações, uma vez que por sua jornada reprodutiva flexibilizam seu trabalho e acabam produzindo menos, o que contribui para fortalecer a imagem do homem catador na hierarquização das relações de trabalho” (Vallin, 2016, p. 24).

Estas observações corroboram com os estudos sobre trabalho e gênero que apontam também que as mulheres continuam associadas às esferas doméstica e reprodutiva (Kergoat,

¹³ Esta análise foucaultiana pode ainda ser corroborada pelas críticas realizadas por Illich (1975) à medicina moderna, que, segundo o autor, produz relações de dependência dos cuidados de especialistas para lidar com os sofrimentos. Neste sentido, a legitimidade da medicina contribui para a construção de sujeitos passivos, desprovidos de autonomia, incapazes de lidarem com as dificuldades da existência.

2009), enquanto os homens são relacionados à esfera pública. Devido à multiplicidade de tarefas desempenhadas pelas mulheres (como mães, esposas e cuidadoras, por exemplo), elas tendem a realizar trabalho não-remunerado com mais frequência, o que seria consequência da manutenção de valores culturais relacionados a um sistema social patriarcal (Degraff; Anker, 2004). Como expõe Bruschini (2000, p. 16-17), “a constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, que depende de uma complexa combinação de estado conjugal e a presença dos filhos”.

A divisão sexual do trabalho aparece, então, articulada com a organização das relações familiares. Neste sentido, os espaços público e privado – ou os espaços da casa e da rua, ou da família e do trabalho – não se opõem, mas possuem uma relação intrínseca. No ambiente doméstico, por meio dos processos de socialização, são construídas as relações hierarquizadas entre homens e mulheres, nas quais cabe aos homens o papel de provedor e, às mulheres, a reprodução da espécie. As desigualdades de gênero reproduzidas no trabalho “fora de casa” referem-se a esta lógica social inserida no contexto familiar (Hirata, 2009).

A pesquisa evidenciou ainda que as relações de cuidado não estão presentes apenas no âmbito privado ou familiar. Internamente, enquanto o presidente da cooperativa é chamado de “patrão” – o que remete à reprodução das relações patronais do meio empresarial –, a vice-presidenta da cooperativa é tida como “mãe” pelas trabalhadoras, aproximando-a da esfera doméstica. Percebe-se ainda, entre as mulheres, um cuidado mútuo e uma afetividade demonstrados nas brincadeiras e diálogos corriqueiros, inclusive na criação de estratégias para lidar com as dores físicas e psíquicas.

O corpo do trabalho: o cansaço e a dor como sintomas sociais

Durante a realização da pesquisa de campo, foram observadas constantes queixas das trabalhadoras sobre cansaço e dores no corpo. Em uma das tardes que combinamos a entrevista com a vice-presidenta da cooperativa, houve um conflito entre as trabalhadoras e o presidente da cooperativa. Isso porque elas desejavam comer enquanto triavam os materiais para que pudessem terminar o trabalho mais cedo, mas ele não autorizou.

Uma das pesquisadoras chegou no horário marcado para a entrevista e, diante da situação de conflito, quis entender o que estava acontecendo. Uma das mulheres então lhe disse:

“A gente queria sair mais cedo hoje. Ele [presidente da cooperativa] deveria entender que estamos exaustas... Porém, ele não está nem aí, quer saber é de produção”. A questão do desejo das trabalhadoras de renunciar ao tempo de descanso para terminar o trabalho mais cedo denota a exaustão e a precariedade do presente contexto.

Outro registro importante é que, durante a realização das atividades psicossociais, ao iniciar o trabalho em grupos, sempre era questionado como elas estavam naquela semana e, na maioria dos dias, as queixas de dores físicas, cansaço e desânimo eram frequentes, tanto que, sempre que possível, pediam atividades de “relaxamento”.

Ávila, em pesquisa realizada com empregadas domésticas em Recife, também observou as recorrentes queixas de cansaço e exaustão, cujos impactos não podem ser desprezados nas várias dimensões da vida destas mulheres. Segundo a autora:

São a forma corporal que toma a sobrecarga de trabalho e que vai incidir sobre o lazer, os rendimentos nos estudos, a qualidade da participação política, uma vez que o cansaço é um entrave para se manter com disposição para usufruir de outras dimensões da vida cotidiana e participar dos espaços coletivos de organização política (Ávila, 2016, p. 141).

Entende-se aqui o corpo como instrumento de trabalho e recurso para reprodução das condições de existência. Neste sentido, o corpo das mulheres constitui-se como lócus da exploração do trabalho, portador de marcas sociais (Bourdieu, 2007), e reverbera, por meio dos sintomas, as consequências das desigualdades, incluindo as de gênero. Neste sentido, conforme Santos (2009), “aquilo que parece ser algo extremamente individual, ou seja, a vivência de um conjunto de mal-estares no âmbito subjetivo, e também a vivência de cada um como mulher ou como homem, expressa regularidades que são moldadas por uma dada configuração social”. Ao problematizar as queixas físicas e psíquicas das mulheres participantes da pesquisa, a inquietação surge para além de sintomas, expressando-se nas relações sociais que engendram as desigualdades de gênero.

Além do cansaço e da exaustão, as participantes da pesquisa também se referiam a outros aspectos relacionados ao sofrimento psíquico, que elas mesmas associavam à depressão, ansiedade e síndrome do pânico. Algumas delas realizavam acompanhamento médico pelo Sistema Único de Saúde e já haviam sido diagnosticadas com uma destas condições.

Em seus apontamentos acerca do sofrimento psíquico, mais especificamente, sobre a depressão,¹⁴ Dunker (2021) nos leva a refletir a partir da compreensão de que ela é gestada com o neoliberalismo. Em termos gerais, ele nos diz que o sofrimento ocasionado pela depressão, que já foi empecilho para a produção, hoje pode ser mitigado e instrumentalizado a partir de sua individualização, oriunda do modelo neoliberal, culpabilizando o próprio sujeito pelo seu “fracasso”.

Essas formas de assujeitamento e reconhecimento de si, a partir dos sintomas, e o recrudescimento de uma racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016) apontam que outras formas de subjetividade estão em curso. Elas versam sobre a exigência de uma produção intermitente e a individualização de conflitos psíquicos, que são, sobretudo, oriundos das nossas atuais formas de existência.

É importante considerar ainda o engendramento desses sofrimentos, pautando o gênero enquanto categoria estruturante dos conflitos psíquicos, que se manifestam também ao nível corporal. A partir desta abordagem, é possível tecer críticas sobre como os sintomas produzidos nas tramas das relações de gênero são tidos como “femininos” (Zanello, 2018). Valeska Zanello (2018) aponta para a necessidade de pensar acerca das tecnologias de gênero e como elas produzem modos de agir, sentir e viver. Através de seus dispositivos de subjetivação, o caso dos sintomas que aqui evidenciamos como originados a partir das complexas relações sociais, marcadas pelas normas de gênero e operacionalizadas a partir das desigualdades de classe, tornam-se patologias do social e se inscrevem nas vidas dessas mulheres a partir do *script* de gênero (Zanello, 2018). É interessante frisar que, ainda que a responsabilização das mulheres pelo trabalho de cuidado lhes cause sobrecarga e, conseqüentemente, queixas de dores e sofrimento, o cuidado também é uma ação que ocorre entre as trabalhadoras, constituindo formas de enfrentamento destes problemas.

¹⁴ É importante esclarecer que a cooperativa onde foi feita a pesquisa realiza a triagem do material reciclável de Criciúma, mas está localizada em um bairro periférico de um município vizinho. Assim como em outros municípios do Estado de Santa Catarina (Luchese *et al.*, 2021), evidencia-se a segregação socioespacial dos empreendimentos solidários de catadores e catadoras. A cooperativa onde foi realizado o presente estudo encontra-se em um bairro com baixa infraestrutura urbana e historicamente marcado pela degradação ambiental, já que lá se encontram depósitos de rejeitos da mineração de carvão.

Consumo de medicamentos, estratégias de cuidado e seus rituais coletivos

Durante o trabalho de campo, sobretudo em conversas antes e depois das entrevistas, foi observado que as catadoras frequentemente encontravam medicamentos durante a triagem do material reciclável. Estes medicamentos eram distribuídos entre elas e consumidos também por elas. Além das medicações encontradas, as que eram conseguidas por prescrição médica também tinham, na maioria das vezes, um uso coletivo. Esses episódios eram recorrentes, quase que diários, segundo observado durante o trabalho de campo e o relato das próprias trabalhadoras.

Para além de uma abordagem da segurança do trabalho e da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras pautada em uma abordagem biomédica e de caráter tecnicista, propõe-se compreender este consumo por meio de duas vias. Primeiro, compreende-se este consumo inserido na lógica da medicalização constitutiva das sociedades capitalistas, nas quais os indivíduos e seus corpos são passíveis de serem controlados e manejados pela medicina. Aliás, toma-se a própria presença destes medicamentos no lixo como reflexo deste sistema capitalista, operando sua lógica de produção, consumo e descarte.

Como analisa Foucault (2008), o desenvolvimento da medicina moderna ocorre paralelamente ao avanço do capitalismo, contribuindo para a transformação dos corpos em força de trabalho. Estas tecnologias de poder, que se constituem a partir da concepção do corpo como máquina, originadas no século XVII, perpassam os corpos e visam potencializar a capacidade produtiva humana, aumentando suas aptidões, ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento de sua docilidade e diminuição de sua capacidade de resistência, agindo de forma integrada como sistemas eficazes de controle e econômicos.

Este processo se desdobra a partir do século XVIII, quando surge a concepção de corpo-espécie, que fundamenta um conjunto de formas de controle e intervenção nos corpos visando à regulação dos processos biológicos, como nascimento, mortalidade, nível de saúde, duração da vida e longevidade (Foucault, 2019).

Assim, o poder – pensado também a partir de sua positividade – é exercido sobre o corpo visando ao seu adestramento e aprimoramento (Machado, 2009, p. 172). Sugere-se que os medicamentos podem, neste sentido, ser compreendidos como uma “tecnologia disciplinar”, que contribui para o exercício do poder sobre o corpo.

Byung-Chul Han (2017) analisa que a sociedade disciplinar analisada por Foucault foi superada pela sociedade do cansaço, termo cunhado pelo filósofo sul-coreano. Nela, os indivíduos internalizaram os mecanismos de controle, desenvolvendo a auto-exploração. Impelidos pela positividade e destituídos da alteridade, os indivíduos passaram a ser os únicos responsáveis por seus sucessos e fracassos. Os medicamentos podem ser considerados essenciais nesta sociedade do cansaço, que Han (2017) também denomina de “sociedade do doping”. Eles, assim como outros dispositivos, contribuem para manter os indivíduos ativos, permitindo-lhes melhorar seus desempenhos.

Nesta perspectiva, há uma produção de saber sobre os sofrimentos físicos e psíquicos, que constitui um processo de normalização da vida, classificando os indivíduos a partir de diagnósticos médicos. O crescimento da indústria farmacêutica, favorecido pelo consumo de medicamentos, resulta destas relações capitalistas com o biopoder, que promove formas de consumo para lidar com os males e dores.¹⁵ Este consumo de medicamentos volta-se, na maioria das vezes, para o alívio dos sintomas, sem levar à problematização de suas causas, que envolvem também dimensões sociais.

Cabe aqui também pontuar que a estas duas análises – a da sociedade disciplinar de Foucault e a da sociedade do cansaço de Han (2017) – é necessário acrescentar a perspectiva de gênero. Rohden (2001, p. 52) revela uma assimetria praticada entre a medicina e as mulheres, já que os corpos femininos são historicamente mais medicalizados do que os masculinos. Por meio de uma análise histórica, Rohden (2001) cunha a medicina moderna, especialmente em suas especialidades relacionadas às mulheres, a ginecologia, por exemplo, como uma “ciência da diferença”, que busca retificar noções biologizantes referentes às diferenças percebidas entre os gêneros, comumente designadas como diferenças entre os sexos.

Assim, a medicina contribuiu ativamente para a concretização destas diferenças e da negação de qualquer influência cultural sobre os corpos e comportamentos dos sujeitos, reforçando a suposta tendência natural do papel de mãe e esposa para as mulheres, e de provedor para os homens (Rohden, 2001, p. 15). A natureza feminina passa a ser definida em termos

¹⁵ A reprodução das relações patronais foi evidenciada nas falas das trabalhadoras quando questionadas sobre o que compreendiam como cooperativa. Além de “patrão”, o presidente foi, por vezes, denominado como “dono”, que detinha, dentre suas atribuições, o ato de “mandar”. Apenas uma trabalhadora mencionou as diferenças entre as cooperativas e outros arranjos que seguem a lógica patronal, destacando, em sua fala, que a cooperativa “não tem dono” (Assunção *et al.*, 2019).

naturais, por meio de processos fisiológicos, tais como o ciclo menstrual. Deste modo, podemos pensar que essas construções sócio-históricas contribuem para que a maternagem e o trabalho de cuidados – imbricados no processo de tornar-se catadora das participantes da pesquisa – sejam naturalizados como femininos, intensificando a sobrecarga de trabalho invisibilizado.

Ainda que se reconheçam as forças que precarizam as condições de vida e as relações de poder e saber que produzem as desigualdades, incluindo as de gênero, e, retomando Foucault (2019), é preciso reconhecer que as formas de dominação não impedem as resistências, que podem ocorrer por meio de microações cotidianas. Deste modo, apresentamos aqui a segunda via de compreensão do uso de medicamentos pelas trabalhadoras: este consumo, que se constitui como produtor e produto das relações desiguais que engendram os sofrimentos físicos e psíquicos da sociedade capitalista contemporânea, pode também ser parte da construção de estratégias de enfrentamento destas condições de vida.

Neste sentido, destaca-se que o consumo de medicamentos entre as catadoras não era um fim em si e pode ser considerado como constituinte de um ritual de cuidado dessas mulheres. Isso porque este consumo funcionava de maneira recorrente e repetia um padrão semelhante. De acordo com as queixas que elas apresentavam, que iam desde dores nas costas e na cabeça até sintomas de pânico, formava-se uma rede de cuidado entre elas, que selecionavam as medicações encontradas entre os resíduos e as administravam entre si.

Aqui cabe retomar a concepção de ritual de Byung-Chul Hahn para compreendê-lo como uma estratégia de resistência. Para o autor, o ritual é uma ação simbólica que promove a estabilização da vida, porque são capazes de transmitir valores e representam uma ordem na qual a comunidade está fundamentada. “Rituais produzem uma distância de si, uma transcendência de si. Eles despsicologizam, desinteriorizam seus atores” (Han, 2021, p. 21). O ritual torna possível o encontro coletivo, já que pode ser definido como uma “técnica simbólica de encasamento”. Assim, em um mundo impelido a produzir constantemente sempre o novo, o ritual opera, através da repetição, como proteção: “Onde cessam de existir rituais na condição de dispositivos de proteção, a vida está desprotegida por completo” (Han, 2021, p. 30).

Por esta via de análise, pensar os momentos de troca de medicamentos e de modos de administração durante o trabalho de triagem como rituais implica considerá-los em sua potencialidade de construir vínculos e alianças entre estas trabalhadoras, em tempos que apelam para a individualização e atomização dos sujeitos (Han, 2017). Pressupõe também colocar em

destaque outras ações que ocorrem durante o tempo sem pausas do neoliberalismo (Han, 2021), que, ainda que não interrompam a lógica da produção, criam modos de lidar com as dores e sofrimentos.

Considerações finais

Na literatura sobre o trabalho da catação de materiais recicláveis, a precariedade aparece como um fator intrínseco, seja pela insalubridade da realização do trabalho (falta de equipamentos de segurança adequados, periculosidade), seja pela baixa remuneração e estigma social vinculado ao fato de ser catador, conforme abordado por Miura e Sawaia (2013). Além disso, quando analisamos esse contexto a partir do entrecruzamento da categoria de gênero, há ainda questões específicas da divisão sexual do trabalho a serem consideradas, como evidenciado nesta pesquisa.

Avançando no debate da estratificação social de catadores e catadoras, temos as mulheres como categoria majoritária realizando o trabalho de base, que é a triagem de materiais, tida como função “menos” valorosa nessa cadeia de reciclagem formada por diferentes funções. Nesse sentido, retomamos a questão da desigualdade generificada, ou seja, inscrita a partir dos papéis de gênero.

Diante das possibilidades apresentadas na presente pesquisa, destacamos a questão essencial do trabalho de cuidado, que permeou toda a execução deste estudo, seja pelo cuidado realizado entre elas no contexto das relações presentes na catação, a partir de uma necessidade de flexibilização de seus demais trabalhos, que a atuação na cooperativa permitia, mesmo que isso implicasse receber menos.

Por fim, considerando as queixas frequentes de cansaço e outros males de ordem psíquica das participantes da pesquisa, tensionamos a produção neoliberal do mal-estar por meio de sua ação individualizante e culpabilizadora do sofrimento. Destacamos a análise acerca da medicalização tanto como produto da sociedade capitalista neoliberal contemporânea quanto como estratégia de cuidado entre elas, enquanto promotora de saúde diante do contexto precário em que estas trabalhadoras se encontram.

Referências

ABRAMO, L.; VALENZUELA, M. E. Inserción laboral y brechas de equidad de género en América Latina. In: ABRAMO, L (Ed.). **Trabajo decente y equidad de género en América Latina**. Santiago: OIT, 2006. Disponível em: <http://www.institutouejn.nqnwebs.com/documentos/genero/Trabajo%20decente%20y%20equidad%20de%20g%C3%A9nero%20en%20America%20Latina.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2021.

ANCAT – Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis. PRAGMA Soluções Sustentáveis. **Anuário da Reciclagem 2020**. Brasília: ANCAT/Pragma LCA Consultores, nov. 2020.

ANCAT – Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis. PRAGMA Soluções Sustentáveis. **Relatório Técnico do Anuário da Reciclagem 2021**. Brasília: ANCAT/Pragma LCA Consultores, 2021.

ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de *et al.* Precarização do trabalho e injustiça ambiental: estudo de caso em uma cooperativa de catadores e catadoras de materiais recicláveis no município de Criciúma (SC). In: AGUILERA, Jorge González; ZUFFO, Alan Mario (Org.). **Ensaio nas ciências agrárias e ambientais 5**. 1ª ed. Ponta Grossa – PR: Antonella Carvalho de Oliveira, 2019, p. 128-143.

ÁVILA, Maria Betânia. O tempo do trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. In: ABREU, Alice de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 137-145.

BESSIN, Marc; GAUDART, Corinne. Les temps sexués de l'activité: la temporalité au principe du genre? **Temporalités** [En ligne], n. 9, 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/temporalites/979>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

BOUVIER, Mathilde; DIAS, Sônia. Catadores de materiais recicláveis no Brasil: um perfil estatístico. Manchester, Reino Unido WIEGO – Women in Informal Employment Globalizing and Organizing. **Resumo estatístico** n. 29. Nov. 2021. 12 f. Disponível em https://www.wiego.org/sites/default/files/publications/file/wiego-statistical-brief-n29-brazil-portuguese-2021_1.pdf. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Brasília. **Diário Oficial da União**, 3 ago. 2010. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 15 fev. 2022.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Org.). **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Brasília: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: 2006, p. 17-30.

CATTANI, Antônio David. A outra economia: os conceitos essenciais. In: _____. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 9-14.

CHERFEM, Carolina Orquiza. **Consustancialidade de gênero, classe e raça no trabalho coletivo/associativo**. 2014. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campinas, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.

DEGRAFF, Deborah S.; ANKER, Richard. Gênero, mercados de trabalho e o trabalho das mulheres. *In*: PINELLI, Antonelli (Org.). **Gênero nos estudos de população**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004, p. 163-197.

DUNKER, Christian. **Uma biografia da depressão**. São Paulo: Editora Planeta, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Edições Graal, 2019.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena *et al.* **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 67-75.

HAN, Byung-Chul. **O desaparecimento dos rituais**: uma topologia do presente. Petrópolis: Vozes, 2021.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Tradução de Ênio Paulo Giachini, 2ª edição ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HIRATA, Helena. A precarização e divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 11, v. 21, jan./jun. 2009, p. 24-41. <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/8854/5097>. Acesso em: 12 fev. 2023.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609 set/dez 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmidsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2023.

ILLICH, Ivan. **A expropriação da saúde**: Nêmesis da Medicina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

INSTITUTO PRAGMA. **Anuário da reciclagem 2023**. Brasília: Pragma/LCA Consultores. 2023.

LUCHESE, Maria Victoria Prestes; GUADAGNIN, Mário Ricardo; ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de., Localização espacial das organizações de catadores: segregação social e invisibilidade. *In*: SILVA, Clécio Danilo Dias; ROLIM, Emili Caroline de Abreu (Orgs.). **Aspectos e impactos ambientais**: o que geram as atividades do homem? Ponta Grossa: Atena, 2021, p. 132-148.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MALHEIRO, Luana S. B. Tornar-se mulher usuária de crack: trajetórias de vida, cultura de uso e política sobre as drogas no centro de Salvador, Bahia. In: Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), 2018, Salvador. **Anais [...]**. São Paulo: Secretaria Executiva do Encontro Nacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 2018.

MARTINS, Ingrid. Gomes *et al.* Reciclando as relações de gênero: a divisão sexual do trabalho em cooperativas de catadoras e catadores, e o papel de lideranças femininas na política pública de resíduos sólidos no Distrito Federal. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Orgs.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, p. 75-97.

MEDINA, Martin. Scavenger cooperatives in Asia and Latin America. **Resources Conservation and Recycling**, v. 31, n. 1, p. 51-69, dez. 2000.

MIURA, Paula C.; SAWAIA, Bader B. Tornar-se catador: sofrimento ético – político e potência de ação. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 331-341, 2013.

MNCR – MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Mulheres são maioria entre catadores de materiais recicláveis**. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>. Acesso em: 10 dez. 2021.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMPSON, Olga de Moraes Von (Org.). **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988, p. 14-43.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

SANTOS, Anna Maria Corbi Caldas dos, Articular saúde mental e relações de gênero: dar voz aos sujeitos silenciados. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1177-1182, jul./ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9wRPZFx33WbWTM4FjrsPLTp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 20 set. 2023.

SINGER, Paul Souza. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

VALLIN, Isabella de Carvalho. **Gênero e meio ambiente: dupla jornada de injustiça ambiental em uma cooperativa de mulheres catadoras de materiais recicláveis**, 2016. 152f. Dissertação (Mestrado em Ciências – área de concentração: Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2016.

WIRTH, Ioli Gewehr. **Mulheres na triagem, homens na prensa: questões de gênero em cooperativas de catadores**. São Paulo: Annablume, 2013.

ZANELLO, Valeska, **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

Recebido em 01/12/2023 | Aceito em 27/05/2024



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Atores da Reciclagem e Dinâmicas Urbanas

V 13 | n 24 | jan-jun 2024

Integração de catadores na gestão de resíduos de instituições públicas: o caso da Universidade Federal de Ouro Preto-MG

**Matheus Miranda da Silva; Marina de Medeiros Machado;
Tamara Daiane de Souza; Máximo Eleotério Martins**



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

MACHADO, Marina de Medeiros; MARTINS, Máximo Eleotério; SILVA, Matheus Miranda da; SOUZA, Tamara Daiane d;. Integração de catadores na gestão de resíduos de instituições públicas: o caso da Universidade Federal de Ouro Preto-MG. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 13, n. 24, p. 138-154, jan-jun 2024. Semestral.

© NAUI

Integração de catadores na gestão de resíduos de instituições públicas: o caso da Universidade Federal de Ouro Preto-MG

Matheus Miranda da Silva¹
Marina de Medeiros Machado²
Tamara Daiane de Souza³
Máximo Eleotério Martins⁴

Resumo

O presente estudo busca elucidar os meios de integração de catadores na coleta seletiva, como elemento dos sistemas de gestão e políticas públicas brasileiros. Para tal, emprega uma abordagem metodológica combinada de pesquisa bibliográfica e estudo de caso, realizada entre fevereiro e agosto de 2023. Para investigar as políticas públicas relacionadas à coleta seletiva e o papel das entidades de catadores, foram utilizados métodos de análise bibliográfica e documental. O levantamento bibliográfico foi conduzido nas plataformas Scielo e Science Direct. O estudo de caso se baseou na coleta e análise de dados de geração e disponibilização de resíduos para os catadores, realizado no campo, com uma análise contextual da coleta seletiva na UFOP. Além disso, foram consideradas percepções das entidades de catadores, obtidas em eventos municipais em parceria com a UFOP. O caso da Universidade Federal de Ouro Preto foi apresentado, demonstrando as principais estratégias adotadas pela instituição. Observa-se a existência de desafios e oportunidades para o desenvolvimento da prática, especialmente para o fortalecimento da Associação de Catadores, parceira, bem como o estímulo de programas e políticas públicas voltados para o apoio aos catadores, visando garantir a sustentabilidade das organizações envolvidas. Essas ações representam uma maneira eficaz de promover mudanças positivas na realidade dos catadores e na gestão de resíduos sólidos urbanos municipais.

Palavras-chave: Administração pública; Coleta seletiva; Resíduos recicláveis.

¹ Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) – matheus.miranda@ufop.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0765-7164>

² Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) – marina.medeiros@ufop.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6711-7412>

³ Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) – tamara.souza@ufop.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6849-5877>

⁴ Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) – maximo@ufop.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7375-0847>

Integración de recolectores en la gestión de residuos en instituciones públicas: el caso de la Universidad Federal de Ouro Preto-MG

Resumen

El presente estudio tiene como objetivo dilucidar los medios para integrar a los recicladores en la recolección selectiva, como elemento de los sistemas de gestión y políticas públicas brasileños. Para hacer esto, se empleó un enfoque metodológico combinado de investigación bibliográfica y estudio de casos, entre febrero y agosto de 2023. Se utilizaron métodos de análisis bibliográfico y documental para investigar políticas públicas relacionados con la recolección selectiva de residuos y el papel de las organizaciones de recicladores. El levantamiento bibliográfico se realizó en las plataformas Scielo y Science Direct. El estudio de caso se basó en la recopilación y análisis de la generación y puesta a disposición de los recolectores de residuos, realizada en el campo, con un análisis contexto de recolección selectiva en la Universidad Federal de Ouro Preto (UFOP). Además, las percepciones de entidades recicladoras, obtenidas en eventos municipales en alianza con la UFOP. Se presentó el caso de la UFOP, demostrando las principales estrategias adoptadas por la institución. Se observaron desafíos y oportunidades para el desarrollo de la práctica, particularmente en fortalecer las asociaciones de recicladores y promover programas y políticas públicas para apoyar recicladores, con el objetivo de garantizar la sostenibilidad de las organizaciones involucradas. Estas acciones representan una manera efectiva de promover cambios positivos en la realidad de los recicladores y en la gestión de los residuos sólidos municipales

Palabras clave: Administración Pública; Colección selectiva; Residuos reciclables.

Integration of collectors in the waste management in public institutions: the case from the Federal University of Ouro Preto-MG

Abstract

The present study aims to elucidate the means of integrating waste pickers into selective collection, as an element of Brazilian management systems and public policies. For this purpose, it employs a combined methodological approach of literature review and case study conducted between February and August 2023. Methods of bibliographic and documentary analysis were utilized to investigate public policies related to selective waste collection and the role of waste picker organizations. The literature review was conducted using the Scielo and Science Direct platforms. The case study involved the collection and analysis of data on waste generation and provision to waste pickers, conducted in the field, with a contextual analysis of selective waste collection at UFOP. Additionally, perceptions of waste picker organizations obtained from municipal events in partnership with UFOP were considered. The case of the Federal University of Ouro Preto (UFOP) was presented, demonstrating the main strategies adopted by the institution. Challenges and opportunities for practice development were observed, particularly in strengthening partner Waste Picker Associations and promoting programs and public policies to support waste pickers, aiming to ensure the sustainability of the

organizations involved. These actions represent an effective way to promote positive changes in waste pickers' reality and municipal solid waste management.

Keywords: Public Administration; Selective collection; Recyclable waste.

Introdução

Com o avanço do espaço urbano e o desenvolvimento das populações, a coleta de resíduos sólidos tem sido um dos desafios de maior relevância pelo mundo (HANNAN *et al.*, 2020). É inegável que a atividade humana possui relação direta com a produção de resíduos sólidos. Porém, a forma com que eles são tratados reflete no enfrentamento aos desafios para a gestão. Estima-se que a geração global de resíduos dobrará até 2050 e triplicará até 2100 em comparação com o ano de 2016 (Economist, 2018; World-Counts, 2020), o que pode contribuir por cerca de 5% das emissões globais de carbono, e sua queima aumenta ainda mais esse número (Ferdous *et al.*, 2021).

Anualmente, cerca de 11 bilhões de toneladas de resíduos sólidos são gerados no mundo, indicando que cada pessoa é responsável por produzir mais de uma tonelada, em média (Ferdous *et al.*, 2021). Segundo He *et al.* (2023), a taxa média de geração de resíduos sólidos urbanos per capita em muitos países desenvolvidos, como é o caso de muitos países da União Européia, é de 1,25 kg/pessoa/dia; já para os estados e cidades dos Estados Unidos, a taxa média de geração de resíduos sólidos urbanos é significativamente maior, de 2,63 kg/pessoa/dia.

A adoção de sistemas integrados de gestão, com base em práticas avançadas de design, contribui significativamente para o alcance de metas de desenvolvimento sustentável. A abordagem da valorização dos resíduos também influencia as práticas de coleta e destinação. A possibilidade de recuperação do recurso material ou aproveitamento energético deve guiar o planejamento e a concepção dos sistemas de gestão (Fuss, Barros e Poganirtz, 2018).

Dentre as práticas de gerenciamento de resíduos sólidos, a coleta seletiva é uma das mais difundidas pelos municípios brasileiros. A atuação de catadores de materiais recicláveis se faz presente, com mais de 800 mil trabalhadores (IPEA, 2022). Apesar das possibilidades de geração de renda, o exercício do gerenciamento de resíduos sólidos enfrenta uma barreira social embasada na discriminação da atividade, o que resulta na redução de sua valorização. Por

consequência, o retorno financeiro da atuação na atividade é prejudicado, aumentando a vulnerabilidade social da parcela da população que trabalha no setor (Sant’Ana, 2019).

Para vencer tais obstáculos, as universidades e outras instituições públicas podem exercer papel fundamental no auxílio aos catadores. Primeiro, como geradores, têm o dever de segregar e direcionar os materiais para a coleta seletiva. Segundo, como atores sociais relevantes, podem ajudar na consolidação de políticas públicas e outras estratégias para integração social dos catadores (Reis e Modesto, 2023).

O objetivo deste estudo é elucidar as tendências da incorporação de catadores na coleta seletiva e práticas de gestão de resíduos das entidades da administração pública. Para tal, reflexões e práticas foram discutidas, incluindo aspectos e princípios da integração dos trabalhadores e deveres das instituições no tratamento do problema.

Métodos

O presente estudo foi desenvolvido a partir de elementos das modalidades de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Severino (2013) retrata a primeira modalidade como um método de pesquisa analítica que reúne contribuições registradas por outros autores, enquanto a segunda é apresentada como um estudo focado em apresentação de informações representativas de casos particulares. Os levantamentos foram realizados entre fevereiro e agosto de 2023.

Métodos de análise bibliográfica e documental foram empregados para obtenção de informações sobre o panorama das políticas públicas sobre a coleta seletiva e o papel desempenhado pelas entidades de catadores. O levantamento bibliográfico foi realizado através das plataformas Scielo e Science Direct. Os descritores empregados na plataforma Scielo foram “resíduos sólidos”, “coleta seletiva”, “políticas públicas”. Na plataforma Science Direct, foram aplicados os descritores “waste collection”, “scavenging”, “public policies” e “Brazil”. As leis, decretos e outros instrumentos normativos analisados no estudo foram obtidos a partir dos sítios eletrônicos oficiais do Estado Brasileiro.

O estudo de caso foi baseado em dados de geração e disponibilização de resíduos para os catadores a partir da mensuração em campo, uma análise contextual da coleta seletiva na UFOP e por meio da observação de elementos da formalização da parceria entre as entidades de catadores e a universidade. O estudo relata percepções apresentadas pelas entidades de

catadores em eventos promovidos no âmbito municipal de Ouro Preto, em parceria com a UFOP.

Coleta seletiva na Política Nacional de Resíduos Sólidos

A coleta seletiva é uma prática já difundida na sociedade, contudo apresenta falhas sistêmicas que comprometem a sua eficiência. No contexto político nacional, foi sancionada, em 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que traz diretrizes e instrumentos para a gestão integrada e gerenciamento de resíduos. A coleta seletiva é definida como a “coleta de resíduos previamente segregados conforme sua constituição ou composição” (Brasil, 2010). A coleta seletiva é abordada como um dos instrumentos da PNRS.

A valorização da adoção da coleta seletiva é uma das diretrizes da política, com previsão de prioridade no acesso a recursos da União para municípios que implantem a coleta com participação das associações de catadores. Para tal, é um dos itens vislumbrados durante a elaboração do planejamento dos municípios, com descrição de metas e formas de participação (Brasil, 2010).

A gestão dos resíduos sólidos tem foco na busca de soluções para as deficiências apresentadas no setor e conta com as diretrizes da PNRS. Soluções inovadoras são fundamentais para superar esta barreira e devem integrar o processo de planejamento na gestão de resíduos sólidos (Oliveira e Galvão, 2016). A dinâmica nacional apresenta influência direta na aplicação dos diferentes instrumentos da política, como é o exemplo da logística reversa. A logística reversa é composta por ações e mecanismos que possibilitam que os resíduos sólidos sejam coletados e devolvidos ao setor produtivo, visando sua adequada destinação final, com aplicação fomentada pelo estabelecimento de acordos setoriais (Alós, Milan e Eberle, 2023).

Bayer, Uranga e Fochezatto (2022), ao analisarem a dinâmica da produção de resíduos sólidos nos domicílios brasileiros, observaram maior tendência de produção de resíduos em municípios de maior densidade populacional e nos municípios turísticos, enquanto as municipalidades com programas de coleta seletiva tendem a uma menor produção per capita. Klein (2020) ressalta a necessidade de observação de um planejamento que busque integração dos entes federados, alterando critérios de transferência de recursos, priorizando-se a redução de desigualdades, ampliação de mecanismos de controle e promoção do acesso à informação e compartilhamento de dados.

Os custos de implementação da coleta seletiva municipal são obstáculos para sua efetividade. Lima *et al.* (2022) relatam que a execução dos serviços de coleta seletiva apresenta custos maiores em relação à coleta convencional. Galavote *et al.* (2023) seguem esta percepção e apontam que otimizar as rotas da coleta seletiva e incluir as entidades de catadores como executores do serviço são estratégias que podem ser adotadas para ampliar o favorecimento à implantação da coleta seletiva nos municípios.

A valorização do trabalho dos catadores é um dos aspectos contemplados na PNRS. Baptista (2015) retrata elementos benéficos presentes na Política Nacional, como o reconhecimento do valor social do resíduo e o seu papel na emancipação social das organizações de catadores, cuja integração na gestão de resíduos sólidos é incentivada. Desta forma, a PNRS elucida a importância da gestão como promotora de avanços socioeconômicos. O autor, entretanto, aborda a existência de uma distância na percepção dos catadores sobre os instrumentos previstos na PNRS, o que minimiza o efeito dos aspectos positivos.

Um dos elementos limitantes da coleta seletiva como prevista na PNRS é a informalidade. Silva & Weins (2019) discutem o processo existente no Brasil de acomodação de instituições formais junto às informais. A disparidade de eficiência elucida a não compatibilidade com os objetivos da política. Bhargavi & Kulkarni (2020) apontam que estratégias de descentralização podem se consolidar como soluções para os sistemas de gestão.

O papel dos catadores e suas entidades

A assimilação de valor ao resíduo dependeu da existência de percepções em escala social, cultural, político-econômica e ambiental. Baptista (2015) traduz tal percepção na relevância do trabalho dos catadores, uma vez que o trabalho de aproveitamento dos materiais é realizado primordialmente pelas cooperativas e pelos catadores. O custo de destinação final dos resíduos sólidos pode ser amplamente reduzido com a aplicação de práticas de reciclagem e reutilização. Este é um fator econômico, porém aspectos sociais relacionados à gestão de resíduos sólidos tem potencial para gerar sustentabilidade social e contribuir para o desenvolvimento da sociedade (Ashish *et al.*, 2022).

O foco principal está em materiais recicláveis que permitem um retorno econômico com sua venda e que são de fácil manipulação, como ocorre com o papelão e o alumínio. Outros materiais apresentam condições opostas, como as embalagens Tetra Pak e o vidro, que não

demonstram rendimento satisfatório e podem gerar riscos aos catadores (Sabedot e Pereira, 2017), como, por exemplo, risco de acidentes por ser um material cortante, uma vez mal acondicionado. O índice de reciclagem das embalagens de vidro no Brasil foi de aproximadamente 26% entre os anos 2017 e 2019 (Abividro, 2022) e 22% em 2020 (Instituto Pragma, 2021), sendo que somente 17,7% das organizações de catadores comercializam o vidro (Cempre, 2023). Fato endossado pelo baixo valor comercial do material, sendo este o material de menor valor de mercado para as organizações de catadores – R\$ 0,13 por quilograma (Cempre, 2023). Nazari *et al.* (2020) discutem a necessidade de formulação e aplicação de políticas públicas necessárias à segurança dos trabalhadores no processo de triagem, configurando-se como uma proteção fundamental a atores de relevante função social e ambiental.

A geração de empregos, sobretudo em países em desenvolvimento, é um aspecto que deve ser valorizado na adoção de políticas públicas, em busca da redução da pobreza e desenvolvimento do acesso ao emprego. Ashish *et al.* (2022) apresentam que a geração de empregos é um dos indicadores de sucesso do desenvolvimento das práticas de gestão de resíduos sólidos. Tais práticas também dependem de mecanismos de avaliação, que são possíveis através do levantamento de dados e compartilhamento de informações dos serviços, o que pode assegurar distribuição adequada de recursos para regiões de maior demanda (Conke e Nascimento, 2018).

As cooperativas de catadores geram um ciclo benéfico de ganhos sociais e ambientais. Gultberlet (2015) aborda os benefícios que experiências no hemisfério sul apresentaram. Dentre os benefícios da reciclagem está criação de capital social (Coleman, 1988; Pretty e Ward, 2001), à medida que incorpora pessoas em trabalhos significativos. Além disso, os trabalhadores de organizações de reciclagem contribuem para a recuperação de recursos, através da redução de gases de efeito estufa (GEEs) e na mitigação das mudanças climáticas (King e Gutberlet, 2013).

Ademais, Pereira (2023) pontua também alguns dos benefícios gerados pela atuação de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, como a diminuição da poluição, minimização dos custos com limpeza urbana; redução da disposição dos resíduos passíveis de aproveitamento nos aterros sanitários; reinserção da matéria-prima na cadeia produtiva e promoção da educação e conscientização ambiental da comunidade.

Da mesma forma, Gultberlet (2015) elucida os desafios e dificuldades para as cooperativas. Há problemas relacionados ao espaço físico, com dependência de cessão de local

de triagem pelo município. Outras dificuldades para atuação de cooperativas relatados são as condições operacionais e de trabalho, desvalorização de resíduos, problemas de comunicação e compreensão do cooperativismo (Fidelis *et al.*, 2020).

O desprestígio social ao qual o trabalho de coleta de resíduos sólidos é condicionado revela-se como mais uma barreira para a inserção social de catadores. Moreira, Barros e Miranda (2022) criticam a distância social imposta aos catadores, que são vistos pela sociedade como parte do mesmo resíduo que coletam. A emancipação do catador tem se tornado debate frequente, influenciando a própria denominação dada aos profissionais. Sant’Ana (2019, p. 65) apresenta que

catadores e catadoras entendiam que a denominação genérica “agentes ambientais” era completamente desprovida de sentido, na medida em que a expressão agente ambiental pode identificar muitas coisas diferentes e que, na verdade, a nomenclatura era utilizada com frequência para evitar ou mitigar um debate mais profundo sobre a situação daqueles que obtêm a renda para seu sustento a partir da catação, ou seja, da atividade de buscar no que as pessoas descartam como lixo o sustento de suas famílias.

A existência de políticas públicas de suporte às cooperativas torna-se crucial para o sucesso de programas de economia solidária e emancipação social (Gultberlet, 2015). A reafirmação social dos catadores de materiais recicláveis demanda a construção de canais de mobilização dos catadores e entidades representativas, seu diálogo na formulação de políticas públicas, que pode se dar pelo estabelecimento de fóruns e outros espaços em nível institucional (Sant’Ana, 2019). Pelo aspecto econômico, dentre as principais estratégias para as políticas públicas estão o pagamento por serviços ambientais e incentivos fiscais (Fidelis *et al.*, 2020).

Agenda ambiental pública: a inserção de catadores nas instituições federais

O reconhecimento do resíduo sólido como bem de valor socioeconômico e a consolidação da coleta seletiva como instrumento de gestão de resíduos são fatores que condicionam o estabelecimento de estratégias pelo Poder Público para manejo dos materiais descartados. Frente a esse contexto, ao longo dos anos observou-se o estabelecimento de programas ambientais, como a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Da mesma forma, houve a emergência de instrumentos legislativos voltados à coleta seletiva nas instituições públicas.

A agenda A3P é um programa voluntário do Ministério do Meio Ambiente, voltado a instituições públicas federais, estaduais e municipais. O programa é formado por vários eixos com temas relativos à sustentabilidade, um dos quais é a gestão de resíduos sólidos (MMA, 2023). Neste eixo, a coleta seletiva e a destinação adequada de resíduos sólidos são elementos-chave para o atingimento dos requisitos e a doação de materiais para associações de catadores é fomentada pela agenda (Reis e Modesto, 2023).

A formulação de instrumentos legais para o estímulo da separação de materiais recicláveis na administração pública remete à década de 1990, com a instituição da Instrução Normativa MARE 6/1995, pela qual havia incentivo à segregação dos resíduos. O incentivo à destinação dos materiais separados às associações de catadores se deu posteriormente, com o Decreto Federal 5.940/2006. Apesar da revogação deste instrumento pelo Decreto Federal 10.936/2022, a priorização das entidades de catadores para o recebimento de materiais recicláveis foi mantida (Silva e Macedo, 2022).

Nesse contexto, entende-se o reconhecimento da responsabilidade da administração pública como geradora de resíduos sólidos, com a implementação da coleta seletiva sendo um dever a ser cumprido. A tomada de responsabilidade e efetiva participação da fonte geradora na segregação e manejo dos resíduos são fundamentos essenciais da Coleta Seletiva Solidária (Freitas *et al.*, 2020).

O caso da Universidade Federal de Ouro Preto

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) é uma instituição federal de ensino superior, com seus campi distribuídos pelo interior de Minas Gerais, possuindo mais de 13.500 discentes. No município de Ouro Preto, a instituição está alocada no Campus Morro do Cruzeiro e em outras instalações distribuídas pelo centro histórico da cidade mineira. Devido a fatores relacionados à rotina acadêmica e à dinâmica do fluxo de pessoas no campus, a geração de resíduos sólidos na instituição deve ser vista como um fator de relevância.

A quantidade de resíduos comuns que são coletados no campus ouropretano diariamente é estimada em aproximadamente 354 kg. Deste total, foi verificado que cerca de um terço dos resíduos são compostos por materiais recicláveis, como papel, papelão, plásticos diversos e metais. O potencial de retorno econômico destes materiais leva ao estabelecimento de estratégias para a promoção de sua recuperação.

A principal estratégia adotada pela UFOP foi a instalação de pontos de recolhimento de materiais recicláveis distribuídos pelo campus. Cada ponto é equipado com ao menos um contêiner com capacidade de armazenamento de um metro cúbico de materiais. A localização dos pontos foi desenvolvida de forma a englobar os principais geradores de resíduos dentro do campus e facilitar o acesso em relação às áreas externas, possibilitando a utilização dos pontos pela comunidade. Estima-se que, em média, 7,9 m³ de materiais recicláveis são destinados semanalmente às associações de catadores de materiais recicláveis, a partir dos ecopontos.

A destinação dos resíduos recicláveis tornou-se possível por meio do estabelecimento de convênio entre a UFOP, o poder público municipal e as associações de catadores do município. Pelo termo de cooperação assinado, a UFOP compromete-se em promover a segregação dos materiais e destiná-los, integralmente, às associações. Em contrapartida, a coleta seletiva municipal responsabiliza-se por toda a estrutura e logística necessária para o gerenciamento dos resíduos, a partir da coleta na universidade.

O núcleo urbano de Ouro Preto é atendido por duas associações de catadores, ambas contempladas pelo convênio para recebimento de materiais recicláveis da UFOP. Contudo, apenas uma associação atua regularmente na coleta, a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis da Rancharia (ACMAR). A associação foi formalizada no ano de 2007, composta por mulheres que atuavam na coleta de materiais no lixão municipal. Atualmente, a associação é formada por oito mulheres. A ACMAR possui galpão para triagem e armazenamento dos materiais e realiza a coleta com caminhão cedido pela prefeitura municipal.

A parceria firmada entre a Universidade Federal de Ouro Preto e a ACMAR é uma iniciativa necessária no contexto da gestão de resíduos dentro das repartições públicas, com claros benefícios bilaterais. Entretanto, cabe fazer algumas considerações, levando-se em conta a perspectiva das associações de catadores de materiais recicláveis, não apenas para este estudo de caso, mas que podem ser estendidas para outras parcerias congêneres.

A primeira delas é que os catadores constituem um grupo, de forma geral, de sujeitos com uma escolaridade baixa, o que pode ser apontado como uma limitação e uma dificuldade a mais na organização de um empreendimento solidário (Braga e Maciel, 2018). Pinheiro (2015) ressalta a necessidade de se dar atenção às diferentes áreas da gestão empresarial, incluindo produção, contabilidade, gestão de recursos humanos e comunicação, para garantir o sucesso de um empreendimento solidário. Além da falta de familiaridade com a autogestão, a baixa escolaridade dos catadores complica ainda mais a administração do empreendimento.

Portanto, destaca-se a importância da intervenção de instituições educacionais públicas, como as universidades, no apoio à educação contínua e ao treinamento dos membros associados, capacitando-os para gerir eficazmente os empreendimentos (Coutinho *et al.*, 2005).

No caso específico de Ouro Preto-MG, a ACMAR participa ativamente das reuniões, fóruns, mesas e eventos nos quais a gestão e gerenciamento de resíduos é pautada. Dessa maneira, a associação contribui expressivamente nas discussões, ao sensibilizar a comunidade local sobre a relevância da coleta seletiva para o meio ambiente. Essa sensibilização promove a prática da coleta seletiva ao alterar a percepção e o comportamento em relação a essa atividade, incentivando os moradores a separarem os resíduos domésticos recicláveis para os catadores.

Nestes eventos, alguns desafios são frequentemente abordados pela ACMAR. As associadas ressaltam que a sociedade precisa compreender a importância do trabalho do catador de material reciclável e internalizar o princípio da responsabilidade compartilhada. Reconhecem que a condição do catador é ainda precária e socialmente estigmatizante. De um lado, são reconhecidos como agentes ambientais que conferem novo propósito e destino aos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) das cidades. Em contrapartida, são considerados o elo mais vulnerável da cadeia de reciclagem, devido às condições precárias de trabalho e aos baixos ganhos econômicos associados à atividade. Frequentemente, são os atravessadores que mais se beneficiam na cadeia produtiva da reciclagem (Lahmann *et al.*, 2021). Além disso, a grande flutuação nos preços desse material contribui para a incerteza e desvalorização do trabalho.

Outro ponto sempre levantado pela associação é o desamparo estrutural. Sabe-se que a relação com políticas públicas é central para a sustentação das organizações de catadores, já que cumprem um papel de serviço público de gestão dos resíduos de forma não remunerada (ou remuneradas de forma incipiente) pelos órgãos públicos (Sousa, Pereira e Calbino, 2021). Atualmente, a ACMAR possui parceria com a prefeitura, que arca com custos de energia elétrica, aluguel do galpão, motoristas e os caminhões para coleta. Embora a associação reconheça a importância dessa parceria, tem-se a consciência que persevera uma desvalorização do serviço prestado, principalmente comparado à coleta convencional de resíduos. No que se refere aos investimentos das instituições privadas, o valor é pequeno, constituindo-se basicamente na doação de equipamentos.

Nesse viés, Silva *et al.* (2016) destacam que a coleta seletiva não deve ser vista como uma etapa isolada no processo de reciclagem. Ela requer investimentos em educação, melhoria

das condições de trabalho e estímulo ao mercado de compra e venda de materiais recicláveis. O Estado, como representante da população, não pode se alienar de seu papel na promoção do desenvolvimento do setor. Quando o Estado não desenvolve políticas públicas adequadas para a gestão de resíduos, isso afeta negativamente a organização das associações, limitando suas oportunidades de capacitação e parcerias.

O trabalho essencial da reciclagem, que depende da participação ativa dos cidadãos, apresenta o desafio para os catadores de equilibrar suas atividades laborais com as demandas sociais e políticas, incluindo reivindicações por direitos não garantidos (Silva, 2014). Isso resulta em um tempo necessário para o amadurecimento social que se torna incompatível com suas rotinas diárias de trabalho (Sousa, Pereira e Calbino, 2021). Diante dessas circunstâncias, a UFOP tem se dedicado a fortalecer a associação, buscando parcerias, programas e políticas públicas que ajudem a manter os catadores em suas atividades e contribuam para a sustentabilidade das associações. Além disso, a universidade oferece suporte técnico em gestão de resíduos e educação ambiental.

Diante dessas circunstâncias e perspectivas, a atuação da UFOP não é limitada à doação dos materiais recicláveis, estendendo-se para ações extensionistas, atividades educativas e incentivo a eventos de apoio às associações. Dentre as ações extensionistas, destaca-se o grupo de Gestão de Resíduos da UFOP (GRUFOP) e o programa “Engenharia para a Sustentabilidade”. O primeiro trabalha para melhorias na gestão dos resíduos no campus, incentivando melhorias estruturais e mudanças de padrões comportamentais dos usuários do ambiente acadêmico, de forma a aprimorar a gestão de resíduos na instituição e, por consequência, melhorar a qualidade e quantidade de materiais recicláveis coletados pela associação. O segundo atua junto às associações no emprego de conhecimentos da engenharia sustentável e do empreendedorismo social para promover melhorias na rotina de trabalho e na interlocução das associações junto à sociedade.

Por mais que as ações como as descritas sejam desenvolvidas pela instituição, observa-se que há espaço para a implementação de melhorias. Apesar da existência dos ecopontos, a segregação na fonte de geração persiste como uma barreira para o fluxo dos materiais. Aspectos comportamentais dos geradores devem ser trabalhados de forma a garantir a otimização da separação dos materiais, criando maiores possibilidades de valorização. Muitos obstáculos se relacionam a limitações de pessoal e estrutura, gerando problemas de regularidade e universalidade da coleta.

Nesse contexto, a universidade pode tomar um papel de relevância para criação de canais de diálogos para a consolidação das associações como entidades da coleta seletiva municipal, contribuindo com melhorias para as organizações.

Considerações finais

A elucidação das práticas de coleta seletiva nas políticas públicas foi contemplada neste estudo. Os instrumentos existem, tanto na esfera federal quanto na municipal, com previsão da adoção da coleta seletiva e ações de reciclagem. Contudo, observa-se uma lacuna existente entre o estabelecido nas diretrizes e o cotidiano da atividade de coleta dos resíduos sólidos.

Nessas parcerias entre a administração pública e as organizações de catadores é importante considerar a perspectiva dos catadores de materiais recicláveis, que enfrentam desafios significativos. A narrativa prevalente em nossa sociedade retrata o catador de materiais recicláveis como um defensor do meio ambiente, o que contribui para legitimar sua profissão e suscitar reflexões pertinentes sobre a gestão de resíduos e a educação ambiental. No entanto, para além do reconhecimento, é necessário contribuir na implementação de medidas que efetivamente promovam melhorias nas condições de trabalho dos catadores.

Para o presente estudo de caso, identificou-se como principais oportunidades de ações que a UFOP pode atuar em prol do empoderamento e fortalecimento da associação: apoio técnico na autogestão do empreendimento solidário; promoção de eventos com diversos atores envolvidos e a participação ativa da ACMAR nas discussões para ressaltar a importância do reconhecimento social do trabalho dos catadores e explicitar condições precárias e baixos ganhos econômicos; auxílio na busca por parcerias, estímulo a programas e políticas públicas destinados a apoiar os catadores e garantir a sustentabilidade das organizações.

A universidade pode exercer um papel fundamental no fomento da atuação de cooperativas. A formalização torna-se, nesse caso, um fator fundamental para a formação de parcerias junto ao poder público, que permite descentralizar a prestação do serviço. A incorporação de incentivos participativos nas políticas públicas é primordial para o desenvolvimento das cooperativas e associações.

Ações voltadas à valorização dos resíduos sólidos devem ser desenvolvidas pelos geradores, a fim de se refletir na qualidade dos resíduos direcionados à coleta seletiva. As principais consequências estão na renda e na valorização do trabalho dos catadores. Nesse

contexto, as instituições públicas devem criar artifícios visando à melhoria da qualidade ambiental, de forma a contribuir com o desenvolvimento da coleta seletiva como um instrumento de transformação socioeconômica para os catadores de materiais recicláveis.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) pela concessão de bolsa de mestrado.

Referências

- ALÓS, J. DOS S.; MILAN, G. S.; EBERLE, L.. The Reverse Logistics operation of solid waste post-consumption of electronic products for domestic use in Brazil. **Revista de Administração da UFSM**, v. 16, n. 3, p. e2, 2023.
- ASHISH, S. *et al.* Challenges and opportunities of utilizing municipal solid waste as alternative building materials for sustainable development goals: A review, **Sustainable Chemistry and Pharmacy**, v. 27, 2022.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTRIBUIDORES E PROCESSADORES DE VIDRO PLANO – ABIVIDRO. Panorama ABRIVIDRO. 2022.
- BAPTISTA, V. F. As políticas públicas de coleta seletiva no município do Rio de Janeiro: onde e como estão as cooperativas de catadores de materiais recicláveis?, **Revista de Administração Pública [online]**, v. 49, n. 1, 2015.
- BAYER, N. M.; URANGA, P. R. R.; FOCHEZATTO, A. A curva ambiental de Kuznets na produção de resíduos sólidos domiciliares nos municípios brasileiros, 2011-2015. **Economia e Sociedade**, v. 31, n. 1, p. 129-142, jan. 2022.
- BHARGAVI N. KULKARNI, V. Anantharama. Repercussions of Covid-19 pandemic on municipal solid waste management: Challenges and opportunities. **Science of the total environment**, v. 743, 2020.
- BRAGA, N. L.; MACIEL, R. H. Desafios e contradições de um projeto solidário: o caso de uma associação de catadores de materiais recicláveis. **Interações**, v. 19, n. 3, p. 557-568, 2018.
- BRASIL. Lei Federal 12.305. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, 2010.
- COLEMAN, J., 1988. Social capital and the creation of human capital. *Am. J. Sociol.* 94 (Supplement), S95-S120.
- COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM – CEMPRE. Pesquisa Ciclossoft 2023 – Resumo Executivo. 2023.
- CONKE, L. S.; NASCIMENTO, E. P. A coleta seletiva nas pesquisas brasileiras: uma avaliação metodológica. **Revista Brasileira de Gestão Urbana [online]**. v. 10, n. 1, 2018.
- COUTINHO, M. C.; BEIRAS, A.; PICININ, D.; LUCKMANN, G. L. Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a psicologia em empreendimentos solidários. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 17-28, 2005.
- ECONOMIST. Global waste generation will nearly double by 2050. *The Economist*, economist.com 2018.
- FERDOUS, W.; MANALO, A.; SIDDIQUE, R.; MENDIS, P.; ZHUGE, Y.; WONG, H. S.; LOKUGE, W.; ARAVINTHAN, T.; SCHUBEL, P. Recycling of landfill wastes (tyres, plastics and glass) in construction – A review on global waste generation, performance, application and future opportunities. **Resources, Conservation & Recycling**, v. 173, 2021.

FIDELIS, R. *et al.* Socio-productive inclusion of scavengers in municipal solid waste management in Brazil: Practices, paradigms and future prospects. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 154, 2020.

FREITAS, T. G. Participação social na coleta seletiva solidária: estudo de caso de uma instituição federal de ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 7, n. 16, 2020.

FUSS, M.; BARROS, R. T.; POGANIETZ, W. R.. Designing a framework for municipal solid waste management towards sustainability in emerging economy countries - An application to a case study in Belo Horizonte (Brazil). **Journal of Cleaner Production**, v. 178, 2018.

GALAVOTE, T. *et al.* Avaliação do efeito do fortalecimento da coleta seletiva nos custos de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos. **URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 15, p. e20220108, 2023.

GUTBERLET, J. Cooperative urban mining in Brazil: Collective practices in selective household waste collection and recycling. **Waste Management**, v. 45, 2015.

HANNAN, M. A. *et al.* Solid waste collection optimization objectives, constraints, modeling approaches, and their challenges toward achieving sustainable development goals. **Journal of Cleaner Production**, v. 277, 2020.

HE, R.; SANDOVAL-REYES, M.; SCOTT, I.; SEMEANO, R.; FERRÃO, P.; MATTHEWS, S.; SMALL, M. J. Global knowledge base for municipal solid waste management: Framework development and application in waste generation prediction. **Journal of Cleaner Production**, v. 377, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Meio ambiente e recursos naturais. IPEA, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/11693-mais-de-800-mil-catadores-serao-beneficiados-com-o-credito-de-reciclagem-no-brasil>. Acesso em: 27 nov. 2023.

INSTITUTO PRAGMA E ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Anuário da Reciclagem. 2021.

KING, M., GUTBERLET, J., 2013. Contribution of cooperative sector recycling to greenhouse gas emissions reduction: a case study of Ribeirão Pires, Brazil. **Waste Management** 33 (12), 2771-2780.

KLEIN, F.B. *et al.* As transferências voluntárias do governo federal para a gestão de resíduos sólidos urbanos: um estudo da Região Metropolitana de São Paulo. **Cadernos Metrôpole** [online]. v. 22, n. 48, 2020.

LAHMANN, D. F. P. *et al.* Os desafios e benefícios do trabalho realizado por uma associação de catadores. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 14, p. e127101421688, 2021.

LIMA, P. de M; *et al.* Análise de custos do planejamento estratégico do sistema integrado de resíduos sólidos urbanos em Campo Grande/MS. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 27, n. 4, 2022. p. 749-759.

MOREIRA, S. G.; BARROS, M. D. M.; MIRANDA, A. P. R. A invisibilidade do catador de resíduos recicláveis e a indiferença no olhar do educador. **Dialogia**, [S. l.], n. 41, p. e19925, 2022.

NAZARI, M. T. *et al.* Incidência de resíduos de serviços de saúde em cooperativas de triagem de materiais recicláveis. **Engenharia Sanitária e Ambiental** [online], v. 25, n. 2, 2020.

OLIVEIRA, T. B.; GALVÃO, A. C. Planejamento municipal na gestão dos resíduos sólidos urbanos e na organização da coleta seletiva. **Engenharia Sanitária e Ambiental** [online]. v. 21, n. 1, 2016.

PEREIRA, P. M. A. CONTRIBUIÇÃO DAS COOPERATIVAS DE RECICLAGEM NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NA CIDADE DE MACEIÓ/AL. Relatório Final do Trabalho de Conclusão – Engenharia Ambiental e Sanitária (Universidade Federal de Alagoas). 76f. Maceió, 2023.

PINHEIRO, D. C. Em busca de referenciais para a gestão nos empreendimentos solidários. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 9, n. 4, p. 61-82, 2015.

PRETTY, J., WARD, H., 2001. Social capital and the environment. *World Dev.* 29 (2), 209-227.

REIS, R. S. R.; MODESTO, M. P. Políticas públicas ambientais: uma análise das ações socioambientais adotadas em uma instituição federal de ensino superior, baseada em indicadores da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). **Research, Society and Development**, v. 12, n. 6, 2023.

SABEDOT, S.; PEREIRA, T. J. Desempenho ambiental dos catadores de materiais recicláveis em Esteio (RS). **Engenharia Sanitária e Ambiental** [online]. v. 22, n. 1, 2017.

SANT'ANA, D. de. Saindo da invisibilidade: as lutas e conquistas dos catadores de materiais recicláveis entre 2001 e 2016. **Interdisciplinar**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 58-81, 2019.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, C. L.; BOLSON, C. R.; FERRIGOTI, C. M. Tecnologia e inclusão social: cooperativa Catamare. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 3, p. 516-527, 2016.

SILVA, C. L.; WEINS, M. P. N. Formalizing the informal? A perspective on informal waste management in the BRICS through the lens of institutional economics, **Waste Management**, v. 99, 2019.

SILVA, J. I. A. O; MACEDO, M. V. F. Compras sustentáveis: análise dos critérios de sustentabilidade nas aquisições do judiciário estadual em Juazeiro do Norte, Ceará. **Revista de administração da Unimep**, v. 19, n. 10, 2022.

SOUSA, R. R.; PEREIRA, D. R.; CALBINO, D. Limites e desafios das organizações de catadores: uma análise da Asmare: an analysis by Asmare. **Interações**, v. 22, n. 2, p. 583-596, 2021.

WORLD-COUNTS. Tons of solid waste generated. The World Counts, theworldcounts.com 2020.

Recebido em 30/11/2023 | Aceito em 18/04/2024



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Atores da Reciclagem e Dinâmicas Urbanas

V 13 | n 24 | jan-jun 2024

Antecedentes empíricos sobre la situación de los recuperadores urbanos en el Estado de São Paulo y en la Región Metropolitana de Buenos Aires

Alexander Portugheis



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauui.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

PORTUGHEIS, Alexander. Antecedentes empíricos sobre la situación de los recuperadores urbanos en el Estado de São Paulo y en la Región Metropolitana de Buenos Aires. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 13, n. 24, p. 156-196, jan-jun 2024. Semestral.

Antecedentes empíricos sobre la situación de los recuperadores urbanos en el Estado de São Paulo y en la Región Metropolitana de Buenos Aires

Alexander Portugheis ¹

Resumo

La investigación comparativa del despliegue de cooperativas de recuperadores urbanos en la Región Metropolitana de Buenos Aires y del Estado de Sao Paulo entre 2003 a 2019, nos permite dar cuenta de las realidades productivas, institucionales y transjurisdiccionales de estas importantes regiones administrativas de estos dos países en relación con las políticas referidas a la sustentabilidad urbana. En el caso del Estado de Sao Paulo, se observan en general grandes impedimentos en la consolidación de estas políticas en la región metropolitana de Sao Paulo, mientras que una mayor incorporación de las metas sustentables referidas en cantidad de materiales recolectados por cantidad de habitantes en las regiones periféricas del Estado de Sao Paulo. Cabe destacar la importancia del programa CATAFORTE para la conformación de redes de cooperativas de segundo grado para el avance productivo y reproductivo de estos procesos. En el caso de la Región Metropolitana de Buenos Aires, diferentes procesos de crisis urbanas se han desencadenado, poniendo en común en la mayoría de los casos, el despliegue “*movimentista*” donde los recuperadores urbanos, han litigado por espacios de circulación urbana como ferrocarriles, puentes y han logrado aumentar la cantidad de materiales reciclables. Inclusive han logrado obtener un reconocimiento al servicio por la recolección callejera, aunque las condiciones sean precarias y la población deba seguir acompañando políticas de separación en origen de residuos.

Palavras-Chave: catadores- recicladores- recuperadores urbanos-Buenos Aires- São Paulo- Cataforte- Región Metropolitana

¹ Alexander Portugheis es antropólogo y Magister de Políticas Ambientales recibido en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. Para la investigación comparativa entre ambas regiones administrativas se combinó técnicas de documentalismo audiovisual, análisis de políticas públicas metropolitanas, análisis de artículos y registros en redes virtuales, para comprender y explicar los patrones que se dan en ambas regiones en función del despliegue productivo y reproductivo de las cooperativas de recicladores. Dicho fragmento es parte constitutiva de su tesis de maestría titulada "Las institucionalidades emergentes de tres cooperativas de reciclado del Cono Sur (2010, 2015)" E-mail: gospopia@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9027-3560>

Empirical background on the situation of waste pickers in the State of São Paulo and in the Metropolitan Region of Buenos Aires

Abstract

The comparative investigation of the deployment of urban recycling cooperatives in the Metropolitan Region of Buenos Aires and the State of Sao Paulo between 2003 and 2019 allows us to account for the productive, institutional and transjurisdictional realities of these important administrative regions of these two countries in relationship with policies related to urban sustainability. In the case of the State of Sao Paulo, great impediments are generally observed in the consolidation of these policies in the metropolitan region of Sao Paulo, while a greater incorporation of the sustainable goals referred to in the amount of materials collected per number of inhabitants in the peripheral regions of the State of Sao Paulo. It is worth highlighting the importance of the CATAFORTE program for the formation of networks of second-degree cooperatives for the productive and reproductive advancement of these processes. In the case of the Metropolitan Region of Buenos Aires, different urban crisis processes have been unleashed, bringing together in most cases, the “movimentista” deployment where urban recuperators have litigated for urban circulation spaces such as railways, bridges and have managed to increase the amount of recyclable materials. They have even managed to obtain service recognition for street collection, although the conditions are precarious and the population must continue to follow waste separation policies at source.

Keywords: - recycling workers- -Buenos Aires- São Paulo- Cataforte- Metropolitan Región

Las políticas públicas socio-ambientales y la situación de los catadores del Estado de São Paulo

El crecimiento de las nuevas metrópolis paulistas

El estado de São Paulo está habitado por 45.094.866 habitantes (IBGE,2017). Es el de mayor producción industrial de todo Brasil y de toda América del Sur, aportando el mayor PBI de ese país. A diferencia del fenómeno dado en la provincia de Buenos Aires que alberga el Área Metropolitana de Buenos Aires, en la década de 1980 el estado de São Paulo entró en una fase de industrialización de sus ciudades interiores, siendo la Región Metropolitana de São Paulo, la capital financiera del país (20.850.000 de habitantes, IBGE,2016). De forma paulatina redistribuyó el desarrollo industrial en otras regiones metropolitanas paulistas; como el de la

Región Metropolitana *de la Baixada Santista* (Región Metropolitana de Santos) que se especializó como complejo portuario (1.589.460 habitantes, IBGE,2010). La Región Metropolitana de Campinas, que se ha destacado como polo de innovación tecnológica y el mayor polo textil de Brasil (3.200.000 habitantes, IBGE,2018). La Región Metropolitana del Valle del Paraíba , donde se destacó la ciudad de São José dos Campos, que es sede de la industria electrónica y aeronáutica y el complejo turístico del litoral norte (2.528.345 habitantes, IBGE,2018). Y la Región Metropolitana de Sorocaba, que se ha caracterizado por albergar otro parque tecnológico de innovación, centro financiero y polo industrial de gran envergadura (2.120.095 habitantes, IBGE,2018).

Estas cinco regiones metropolitanas componen un complejo metropolitano expandido que supera los 30 millones de habitantes. Aquí conviven tres cuartas partes de la población de todo el Estado de São Paulo.

Sin embargo una sexta Región Metropolitana se ha consolidado en el norte del estado, lindante a la frontera con Minas Gerais, por fuera de la megalópolis paulistana, esta es la Región Metropolitana de *Ribeirão Preto* (1 702 479 habitantes, IBGE,2018), que se ha afianzado en los últimos años, uniendo a 34 municipios que se dedican al agro-negocio, especialmente a la elaboración de bio-combustibles de alcohol de caña (bio-etanol), pero también en actividades de innovación tecnológica vinculadas a la informática y a la medicina.

Las actividades económicas que se reflejan territorialmente enfatizan aquella tendencia paulatina de la Región Metropolitana de São Paulo, de especializarse en el sector de los servicios comerciales y financieros, relegando de esta manera su trayectoria industrial y manufacturera. Salvo la ciudad de Diadema, que mantiene una importancia relativa en el sector industrial, todo el resto de los municipios de la Región Metropolitana de São Paulo se evidencia en retroceso.

Esta tendencia a la innovación tecnológica que precisa de mano de obra ultra-tecnificada y excluye a tantos otros trabajadores, se plasma en el pensamiento geográfico de Milton Santos, cuando se refería a las características de esta fase del capitalismo como la era científico técnica, iniciada en 1945, siendo la metrópoli paulista fiel exponente del periodo científico tecnológico (SANTOS, 2000).

Siguiendo un estudio del Índice de Desarrollo Humano de la Región Metropolitana de São Paulo, que comprende sus 18 municipios, encontramos gran heterogeneidad entre la ciudad de São Paulo y el resto de municipios de esta región.

La ciudad de São Paulo (12.176.866 habitantes, IBGE,2018) es considerada un ejemplo en desarrollo humano por sus altos niveles de renta per cápita, sus años de escolaridad y la esperanza de vida de sus habitantes. Diversas ciudades satélites de la Región Metropolitana, de 300.000 habitantes a 1.000.000 de habitantes, reproducen los elevados índices de desarrollo humano que posee la ciudad de São Paulo como Carapicuíba, Mogi das Cruzes, Osasco, Santo André y São Bernardo do Campo (PROGRAMA DE PESQUISA EM SAÚDE E SANEAMENTO, 2006).

En otra escala de desarrollo humano se encuentran las ciudades intermedias de la Región Metropolitana de São Paulo, donde se encuentra alta renta per cápita, pero que no se condice con inferiores índices que refieren a los años de escolaridad y a la esperanza de vida. Un ejemplo de ello son las ciudades de Guarulhos, Diadema y Mauá.

Llama particular interés y grafica la segregación social urbana el caso de las ciudades de la Región Metropolitana que poseen bajo desarrollo económico y social, algunas de ellas de tamaños considerables como Francisco Morato, Franco da Rocha (donde está localizado el relleno sanitario de Caieiras) u otras más periféricas y rurales como Biritiba Mirim o Santa Isabel. En ellas se grafican altos niveles de mortalidad infantil (PROGRAMA DE PESQUISA EM SAÚDE E SANEAMENTO, 2006, tabla 5).

Por fuera de las metrópolis paulistas, se encuentra el interior paulista, que aglutina gran cantidad de ciudades intermedias que se dedican sobre todo al procesamiento de caña de azúcar. En el oeste paulista, limítrofes con los estados de Paraná y de Mato Grosso do Sul, se encuentran las ciudades Presidente Prudente, Assis y Ourinhos, de gran contraste demográfico y tecnológico con el apreciado en el resto del estado. Estas pequeñas ciudades son las protagonistas empíricas de nuestra investigación.

Figura 1- Mapa político-distrital del Estado de São Paulo.



Fuente: Instituto Geográfico Cartográfico- 2014

Los programas municipales de recolección diferenciada con cooperativas de catadores de la Región Metropolitana de São Paulo

Para el año 2006, siguiendo las investigaciones del equipo interdisciplinario del Programa de Salud y Saneamiento de la Universidad de São Paulo y del Centro Universitario SENAC, la mitad de los municipios de la Región Metropolitana de São Paulo vertían sus residuos en rellenos sanitarios y la otra mitad en rellenos controlados. Se calculaba que 40.000 *catadores* independientes circulaban por las calles paulistanas. Para el año 2008 se calculaba que 2.500 estaban organizados en cooperativas (BURGOS, 2008). Para el año 2012, el 13% de las 18 mil toneladas generadas por día en la Región Metropolitana de São Paulo eran recolectadas por *catadores* paulistas. Tan solo el 1% de estos materiales recolectados eran procesados por catadores organizados en cooperativas (MEDEIROS MARQUEZ, 2013). El 54% de la Región Metropolitana de São Paulo poseen restricciones para colocar nuevos rellenos sanitarios, debido a que son zonas protegidas por la existencia de manantiales. La ciudad de São Paulo ha desactivado dos rellenos sanitarios en Bandeirantes (2007) y San Juan (2009),

generando en esos espacios estrategias de captación de gas metano. Se han realizado contratos por 20 años con empresas privadas de recolección y disposición final de residuos (2002), estos contratos se realizaron atendiendo las necesidades para la implementación de nuevos rellenos, nuevas plantas de compostaje, innovadoras estrategias de recolección diferenciada y así también plantas de clasificación en *favelas*.

En un principio esos contratos se firmaron bajo el acuerdo que los costes de funcionamiento de las empresas se realizaban en función de la cantidad de residuos recolectados. Este principio del contrato fue abolido en el año 2006, y las empresas se descomprometieron de las premisas de sustentabilidad, degradando la calidad de sus servicios. Aumento la cantidad de residuos en las calles se restringió la vida útil de los rellenos y se estancaron los proyectos de construcción de 31 plantas de clasificación en los barrios de la ciudad de São Paulo. Las 6.000 toneladas diarias de la zona norte, centro y oeste de la Ciudad de São Paulo son llevados al Relleno Sanitario Pedreira, en la región de Campinas. Otras 6.000 toneladas diarias generadas por los barrios del sur y este de la Ciudad de São Paulo son llevadas al Relleno Sanitario del municipio de Caieiras en la localidad de Franco de Rocha. Este relleno sanitario es el mayor de Brasil. En toda la Región Metropolitana de São Paulo, los 39 municipios aprovechan de forma consorciada ocho rellenos. El mayor de la localidad de Caieiras, además de recibir los residuos de la Ciudad de São Paulo, recibe los residuos de los municipios del área norte. Los rellenos sanitarios de la localidad de Itapevi y Santana de Parnaíba (relleno controlado), reciben los residuos de los municipios del área oeste. El relleno sanitario de la Región de Mauá recibe los residuos de los municipios del área sur. En los rellenos controlados de la localidades de Itaquaquecetuba y Santa Isabel se reciben los residuos de los municipios del área este. La ciudad de Guarulhos posee su propio relleno sanitario. El 39,3% de los residuos generados en las ciudades de la Región Metropolitana de São Paulo (exceptuando la Ciudad de São Paulo), disponen sus residuos de forma inadecuada en rellenos controlados (JACOBI *et al.*, 2011). Estas características evidencian las condiciones de inequidad en las políticas de saneamiento básico de la metrópoli más grande de Sudamérica.

Desde el año 1989, existen antecedentes en la ciudad de São Paulo para iniciar un programa de recolección diferenciada (*coleta seletiva solidária*), aunque estos no pudieron concretarse hasta 2002. Los municipios que lograron una continuidad de programas desde la década de 1990 hasta el presente son las ciudades satelitales de Santo André (1992), São Bernardo do Campo (1993) y Embu (1994).

Aunque hemos mencionado el inicio de la experiencia COOPAMARE en la década de 1980, recién en el 2002 se instituye de forma piloto un programa municipal de recolección diferenciada en la ciudad de São Paulo en tres barrios Pinheiros, Lapa y Butantã (MEDEIROS MARQUEZ, 2013).

Para el año 2006, se reportaba que las cooperativas de la ciudad de São Paulo habían logrado recolectar mensualmente 977 toneladas. Logrando comercializar tan solo 470 toneladas por mes. Esto evidenciaba una gran cantidad del llamado “residuo rechazado”, que continuaba su camino al relleno sanitario. Para ese año se había materializado la instalación de quince plantas de reciclaje cogestionadas con cooperativas, y el proyecto original ambicionaba implementar aquellas 31 plantas para cada una de las jurisdicciones barriales (*subprefeituras*) en la ciudad paulistana (JACOBI *et al.*, 2011); (PROGRAMA DE PESQUISA EM SAÚDE E SANEAMENTO, 2006); (MEDEIROS MARQUEZ, 2013).

En las ciudades periféricas de la Región Metropolitana se destacaba la efectividad del programa municipal con cooperativas de la ciudad de Barueri, del cual reportaban recolectar por medio del llamado puerta a puerta a cada vecino, 100 toneladas mensuales, logrando comercializar 70 toneladas por mes. En la ciudad de Diadema lograron desarrollar la cogestión con cinco cooperativas.

El resto de las experiencias muestran para el año de la citada investigación (2006), un incipiente desarrollo, de muchas experiencias pilotos en varias ciudades metropolitanas. De los 39 municipios estudiados, 23 desarrollaban un programa de recolección diferenciada, 19 de ellos lo desarrollaban en cogestión con cooperativas. Tres de estos municipios realizaban esta recolección con empresas contratadas y una ciudad le donaba su material reciclable a otra. A pesar de la magnitud de la cantidad de experiencias florecientes en la Región Metropolitana de São Paulo, se evidenciaba que tan solo el 25 % de ellas habían tenido vinculación con una Incubadora Técnica de Cooperativas Populares (ITCP), para capacitarse en contenidos cooperativos o administrativos. Se ha observado que las prácticas de estas instituciones universitarias con cooperativas populares han florecido con mayor intensidad en distritos satelitales más pequeños. Ellas son por ejemplo la efectiva experiencia relatada de Barueri, una de Carapicuíba, dos de Santo André, dos de Diadema, una de Itapeverica da Serra, y dos de São Bernardo do Campo.

Otras instituciones en los comienzos de esas cooperativas ofrecieron servicios de capacitación en el fortalecimiento de las estrategias territoriales de recolección diferenciada,

algunas de ellas privadas, la mayoría de ellas eran agencias del Estado de São Paulo, agencias del Estado Federal, agencias del Banco de Brasil, de la UNICEF, de alguna organización religiosa y una organización canadiense de cooperación internacional. En la capacitación de gerenciamiento administrativo y comercial se destacó en un comienzo la agencia gubernamental Servicio Brasileño de Apoyo a las Micro y Medianas Empresas (SEBAE) y los municipios convocaron a universidades para las actividades de formación. En los primeros años se notó la tendencia que en su comienzo estas actividades adquirieron mucha visibilidad y luego, con el programa de recolección diferenciada en funcionamiento, tendieron a disminuir.

Llamó la atención que ninguna de las cooperativas de la ciudad de São Paulo pasaron por procesos de incubación universitaria para fortalecer sus operaciones logísticas y administrativas (PROGRAMA DE PESQUISA EM SAÚDE E SANEAMENTO, 2006).

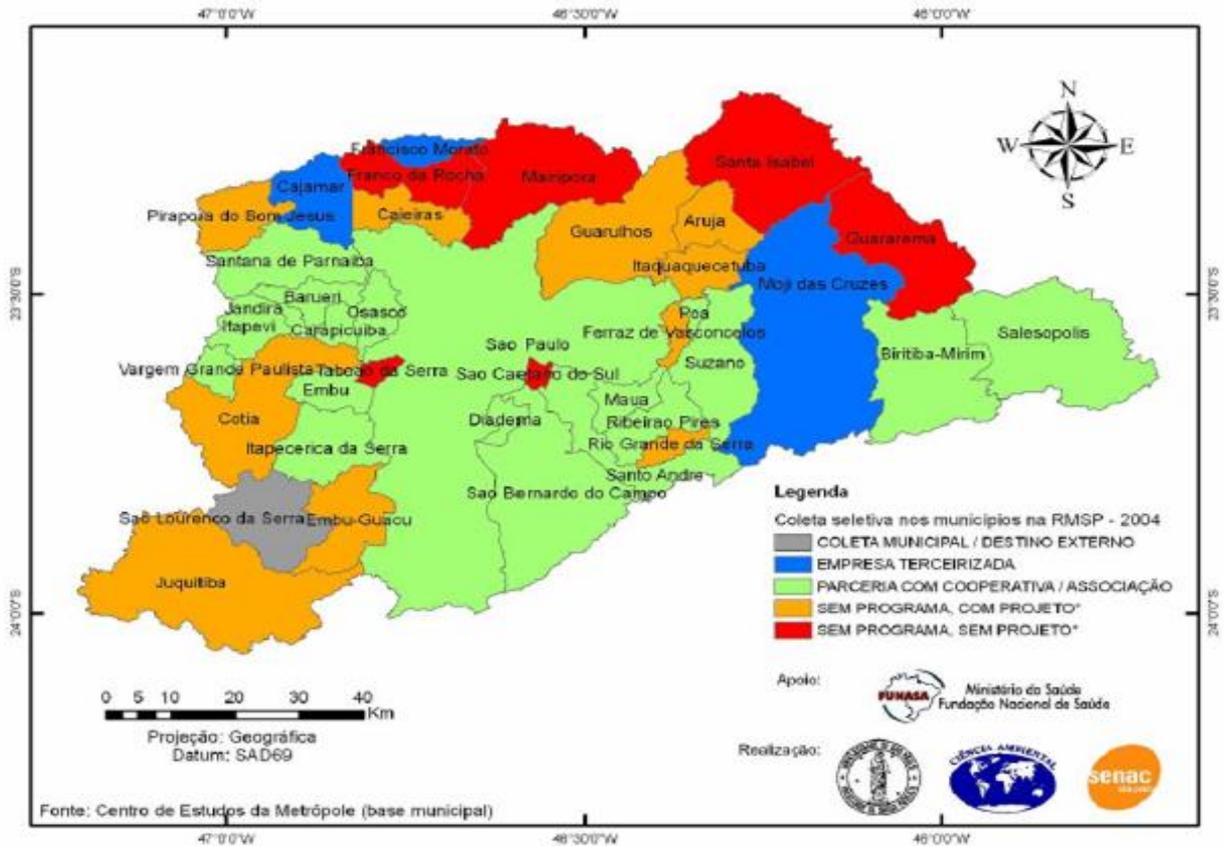
También para el año 2006 las investigaciones retratadas reportaban que tan solo el 31,3% de las cooperativas involucradas manifestaban tener un convenio formalizado con el municipio local. Esto evidenciaba grandes niveles de fragilidad institucional. Así también otro aspecto para resaltar fueron los diferentes grados de rotatividad de integrantes que mencionaba la citada investigación. Esto perjudicaba la operatividad de las cooperativas, y podrían ocasionarse por la falta de adaptabilidad a los criterios cooperativistas, la enemistad entre los vínculos de los participantes, la inestabilidad monetaria y la percepción de que era una estrategia temporaria y que se prefería un trabajo de mayor estabilidad.

Los municipios en la mayoría de los casos aportaban con el material de difusión de la campaña de recolección diferenciada, la capacitación técnica a los cooperativistas y la disposición de los choferes de camiones y ómnibus de transporte de personal. Algunas políticas públicas municipales aportaban con programas de alfabetización, atención médica o con bolsones de alimentos.

En el nacimiento del vínculo de cogestión entre cooperativas *catadoras* con los diferentes municipios de la Región Metropolitana de São Paulo, cuatro eran previamente grupos consolidados, ocho se habían conformado en la recolección cotidiana dentro de los basurales a cielo abierto, cinco se habían constituido como grupos de desempleados y se reportó que en la ciudad de Diadema se consolidó una cooperativa con personas en situación de rehabilitación por adicciones. En muchos casos se conjugaron estas diferentes formas de reclutamiento para la consolidación de las cooperativas dedicadas al tratamiento de residuos sólidos urbanos. La mayoría de los municipios que trabajan en la cogestión con las cooperativas cedieron partes de

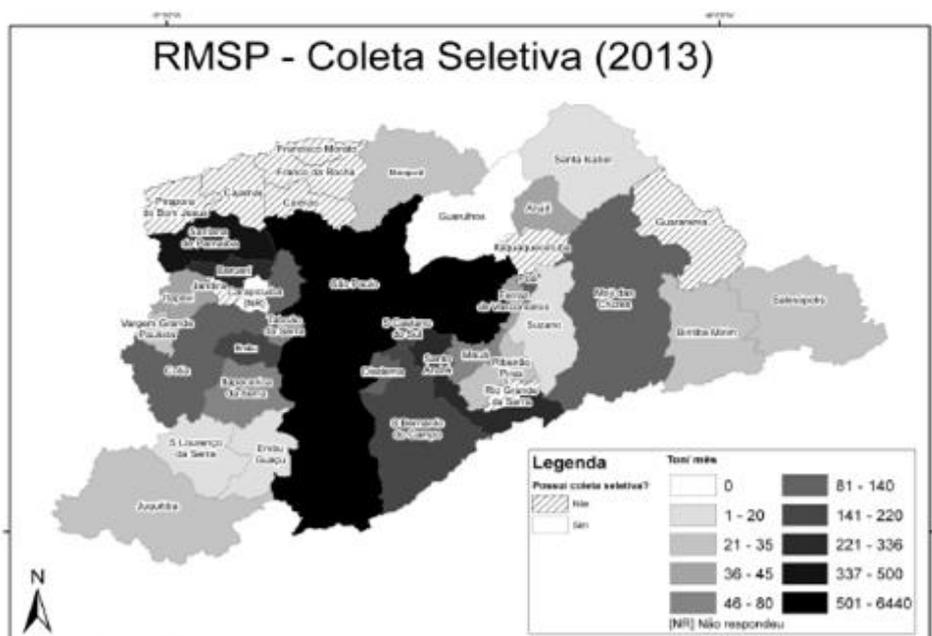
los espacios públicos municipales para la instalación de centros de clasificación de residuos (PROGRAMA DE PESQUISA EM SAÚDE E SANEAMENTO, 2006).

Figura 2 Municipios de la Región Metropolitana de São Paulo con Programas de Recoleccion Diferenciada con cooperativas de



Fuente: Programa de pesquisa em saúde e saneamento, 2006.

Figura 3. Recolección Diferenciada en Region. Metropolitana de São Paulo. Toneladas recuperadas mensuales de residuos según distrito



Fuente: Besen et al; PROCAM; USP) 2013

La composición de las cooperativas de la Región Metropolitana de São Paulo y su vinculación con la política pública

Sobre las trayectorias de los integrantes de las cooperativas reflejados en la investigación de 2006 (PROGRAMA DE PESQUISA EM SAÚDE E SANEAMENTO), bajo una muestra de 17 organizaciones de las ciudades periféricas de la Región Metropolitana de São Paulo, un tercio había manifestado provenir de realizar clasificación de residuos dentro de los basurales, mientras que dos tercios manifestaba haber realizado la recolección informal en las calles de la metrópoli paulistana.

Cuando la investigación se circunscribía tan solo a la ciudad de São Paulo, abarcaba a solo 15 cooperativas, de las cuales en todos los casos manifestaba que el 100% provenían de realizar tareas de recolección callejera de reciclables. Esto evidenció que los catadores de las 17 cooperativas de las ciudades satélites del área metropolitana se habían organizado fruto de la relocalización laboral que realizaban en los rellenos sanitarios y rellenos controlados. Mientras que los *catadores* de la ciudad de São Paulo no realizaron tareas en los centros de

disposición final, se nuclearon mayoritariamente fruto de sus estrategias compartidas en las calles.

En dicha investigación se reflejaba que 15 cooperativas de la ciudad de São Paulo mostraban un equilibrio de 337 hombres y 327 mujeres, mientras que en las 16 cooperativas de las ciudades satelitales de la Región Metropolitana se evidenciaba que había 213 mujeres y 234 hombres. Esto demostraba una relación equilibrada por género.

De las 32 cooperativas analizadas, 29 declararon que sus instalaciones fueron cedidas por los municipios. El 85% de las cooperativas declararon que las prensas fueron cedidas por el poder ejecutivo municipal. El municipio de la ciudad de São Paulo, a través del Programa *Coleta Seletiva Solidária*, brindó a las cooperativas prensas, cintas de clasificación, carros de mano, balanzas electrónicas, auto-elevadoras, trituradoras de papel, camiones y otros vehículos.

En los municipios satélites metropolitanos solo el 35,6% poseía cintas de clasificación. La mayoría clasificaba en mesas o en el piso. El 58,9% de las 31 cooperativas manifestaban estar usufructuando camiones con carrocería tipo “jaula” mientras que el 17,6% de los municipios con camiones con carrocería tipo “baul” herméticamente cerrados y el 21,8% manifestaban tener otros tipos de vehículos.

Para esas fechas de 2006 el 41,1% de las 31 cooperativas no habían obtenido carros de mano. Tres cuartos de las cooperativas manifestaban tener balanzas manuales, mientras que un tercio poseían balanzas electrónicas. Apenas 3 de las 32 cooperativas analizadas disponían de trituradores de vidrio.

Un tema clave a analizar en esta investigación que demuestra empíricamente el grado de autonomía de la plantas de reciclaje está vinculado a la propiedad de las maquinarias y las herramientas. De estas 32 cooperativas investigadas durante el año 2006 en la Región Metropolitana de São Paulo, el 53,8% de las cooperativas manifestaban tener sus propias balanzas, mientras que tan solo tres cooperativas manifestaron haber elaborado sus propios carros de mano. Tan solo el 15% de las cooperativas poseían camiones propios, lo que demostraba gran nivel de dependencia con el municipio en las operaciones logísticas. El 59,4%, 19 de las 32 cooperativas analizadas en 2006, manifestaron estar acumulando fondos de reserva para capitalizar a la cooperativa.

Tan solo siete cooperativas declararon estar pagando las contribuciones jubilatorias. El 78,1 % declaró no estar pagando. El 81,2 % delegó el pago de electricidad al municipio, y el 90,6 % delegó el pago del agua, sin embargo, el 75% se encargó de pagar las tarifas telefónicas.

De las 32 cooperativas analizadas, seis cooperativas de la Región Metropolitana declaraban pagar sus gastos de combustibles vinculadas a las operaciones logísticas, mientras que ninguna de la ciudad de São Paulo declaraba hacerlo.

La mayoría de estas cooperativas estaba realizando recolección, clasificación y comercialización. Tan solo 8 de 32 cooperativas se estaba desempeñando en actividades de valorización de residuos. Una sola cooperativa afirmó que estaba realizando reciclaje industrial (PROGRAMA DE PESQUISA EM SAÚDE E SANEAMENTO, 2006).

Las estrategias asumidas de recolección diferenciada se complementaban, mayoritariamente, con los métodos puerta a puerta, en la recolección en puestos de entrega voluntaria, usando su propio espacio de clasificación, y así también recibiendo materiales reciclables del municipio y de empresas privadas.

La investigación citada analizó el nivel de rechazo en la clasificación de residuos que obtenía cada experiencia asociativa. De los cuales terminaría derivado directamente a rellenos sanitarios.

En un primer nivel de un bajo índice de rechazo de apenas 5% se destacaban cuatro cooperativas de la ciudad de São Paulo, dos cooperativas de Diadema, una de Itapeverica da Serra, y una de la ciudad de Poá. En estos casos la recolección diferenciada puerta a puerta era operada por cooperativas de *catadores*, quienes estarían más interesados en las óptimas condiciones de los materiales reciclables.

En los casos donde había un alto índice de rechazo, mayor a 20%, se encontraban experiencias donde la recolección la realizaban camiones compactadores interviniendo negativamente en la gestión integral de los residuos. En estos casos se reportan ocho cooperativas de la ciudad de São Paulo, una de Diadema, dos de Santo André y una de São Bernardo do Campo (PROGRAMA DE PESQUISA EM SAÚDE E SANEAMENTO, 2006).

La composición de las cooperativas de la metrópoli paulista y sus estrategias de comercialización

Se observa que en las cooperativas investigadas, las estrategias de comercialización direccionadas a los intermediarios o directamente a las industrias recicladoras varían en función de cada uno de los materiales. En el caso de 30 cooperativas estudiadas, 21 cooperativas estaban comercializando **plástico** directamente con la industria recicladora. Siendo nueve de ellas operaciones directas con la industria, por lo cual habían logrado saltar a los intermediarios.

En el caso del **vidrio**, es diametral opuesta esta relación, ya que 13 de 29 cooperativas consiguieron comercializar directamente con la industria, mientras que el resto dependía de los intermediarios.

En el caso del **papel**, 15 de las 31 cooperativas vendían sus reciclables celulósicos a intermediarios. Mientras que 10 vendían exclusivamente este material a la industria recicladora, seis cooperativas vendían de igual manera a los intermediarios y también a las industrias.

Por último, en el caso de los **metales**, 17 de las 32 organizaciones vendían sus metales a intermediarios. Tan solo 8 habían logrado vender a la industria recicladora de metales, y cuatro habían diversificado sus ventas a intermediarios y a la industria (PROGRAMA DE PESQUISA EM SAÚDE E SANEAMENTO, 2006).

Estos datos, además de representar las estrategias comerciales de las cooperativas, evidencian el comportamiento de las distintas industrias. Mientras que la industria del plástico propicia en muchos casos lazos comerciales directos con las cooperativas, el resto de las industrias (vidrio, celulosa y metal) dependen en mayor medida de intermediarios. Esta situación aporta datos para evaluar los convenios comerciales de las cooperativas y el grado de formalización que van adquiriendo en el desarrollo de sus actividades. También devela el rol de los intermediarios como captadores territoriales de grandes volúmenes de materiales reciclables, gracias a vínculos laborales de pauperización.

En esta comparación se evidencia que las cooperativas de la ciudad de São Paulo han logrado en mayor medida vender directamente a la industria. Mientras que en los municipios satélites metropolitanos, las cooperativas dependen en mayor medida de los intermediarios. En dicha investigación se reportó que la media de los ingresos de los integrantes de las cooperativas no superaba los 350 reales (en ese año el salario mínimo estaba en 300 reales, aproximadamente 200 dólares en 2006). Estos trabajadores al no conseguir tributar para su propia jubilación y mantenerse trabajando en un servicio de alta exposición sanitaria, demostraban estar desarrollando un trabajo que no lograba garantizar sus derechos ciudadanos (PROGRAMA DE PESQUISA EM SAÚDE E SANEAMENTO, 2006).

En el año 2008, fruto de la crisis mundial, los materiales reciclables se desvalorizaron, muchas de las cooperativas que habían iniciado sus actividades en conjunto con programas de *coleta seletiva solidária* (Recolección diferenciada solidaria) tuvieron que cerrar sus puertas.

De este acontecimiento surgió la reivindicación del Movimiento Nacional de *Catadores* de Materiales Reciclables (MNCR), que potenció la demanda del reconocimiento del pago por los servicios ambientales urbanos, realizado por los trabajadores que recuperaban y transformaban los residuos en el escenario paulista y en todo el territorio brasileño (MEDEIROS MARQUEZ, 2013).

La demanda por el servicio público es una reivindicación donde el sector de la economía popular no dependerá solamente de las mercaderías que se venden cotidianamente en el mercado de reciclables, sino que también serían reconocidas las fuerzas productivas en el acarreo y el posterior tratamiento de residuos por la sociedad. Para lograr este fin era fundamental lograr convenios directos entre las cooperativas y las autoridades municipales de cada ciudad brasileña.

Reconocer el servicio público de estos trabajadores era superar la situación precaria de supervivencia individual en cada recolector de residuos sólidos urbanos. La concepción de la sustentabilidad urbana aquí planteada visa por superar las estrategias fragmentadas y de esta manera optimizar las condiciones de existencia para la totalidad del entramado social.

En el año 2010, 29 municipios lograban poseer sistemas de recolección diferenciada, y siete lograban que este sistema alcance el 100% de su área urbana. En estas operaciones se involucraban 2.206 catadores, de los cuales 1.026 estaban localizados en la ciudad de São Paulo. Sin embargo, los residuos recolectados de forma diferenciada tan solo involucraban en esta ciudad a 120 toneladas diarias. Los grandes volúmenes de materiales reciclables continuaban siendo recolectados por los *catadores* que no estaban vinculados a ninguna de las cooperativas. La ciudad de São Paulo no invertía en recursos patrimoniales y logísticos para que prosperen estas experiencias. Hasta el año 2010 tan solo subsistían 20 plantas de clasificación y los trabajadores de las cooperativas no recibían ningún reconocimiento monetario por sus servicios (JACOBI *et al.*, 2010).

La proliferación de las redes de comercialización de cooperativas de catadores paulistas

En el año 2012, según los datos del programa federal CATAFORTE, auspiciado por la Secretaria Nacional de Economía Solidaria del Ministerio de Trabajo y Empleo, se habían conformado en todo el estado de São Paulo las experiencias de redes de comercialización que englobaban a 159 cooperativas y a 3.338 trabajadores.

En el año 2013, se reportaba que de los 39 municipios de la Región Metropolitana de São Paulo, 30 municipios poseían programas de recolección diferenciada y 28 lo realizaban de forma cogestionada con *catadores* organizados.

En ese mismo año se estimaba que tan solo un 3,9% de los materiales reciclables eran desviados por estas cooperativas de los rellenos sanitarios (9.473 tn por mes). Y en el caso de la ciudad de São Paulo ese volumen de recuperación bajaba al 1,7%.

El 23% de los municipios poseía un alto nivel de alcance de recolección diferenciada, el 16, 7% de los municipios tenía un alcance medio, el 20% de los municipios tenía un alcance bajo y un 40% de los municipios tan solo tenía proyectos pilotos. Entre los periodos de 2010 a 2013, en seis municipios hubo un descenso en el alcance de la recolección diferenciada y 7 no lograron superar la fase piloto. De los 28 municipios involucrados en programas de recolección diferenciada, tan solo dos municipios habían formalizado un convenio con las cooperativas de *catadores*.

Este es un dato que sumado a la crisis del 2009 no ha logrado dar un salto cualitativo institucional a las organizaciones de la Región Metropolitana de São Paulo (JACOBI *et al.*, 2014).

En la Región Metropolitana de São Paulo se consolidó la Red de Negocios Sustentables *Cata Sampa*. Esta red de comercialización constituyó su sede en la ciudad de *Mogi das Cruzes*. Englobaba seis cooperativas de las ciudades satélites metropolitanas: Guarulhos, Poá, Biritiba Mirim, Salesópolis, Santa Isabel y ocho cooperativas de distintos barrios de la ciudad de São Paulo. Una de las cooperativas incluidas en la red era la pionera cooperativa COOPAMARE, creada en 1989. Dicha red se comenzó a expandirse hacia tres ciudades de la Región Metropolitana de la *Baixada Santista*, Mongaguá e Itanhaém. En el año 2013 reportaba tener 450 cooperativistas (PROGRAMA CATAFORTE, 2013) según la comunicación de su página

virtual englobaba en el año 2017 a 700 catadores. Dicha red reportaba procesar en promedio mensual 500 toneladas de materiales reciclables².

En la conocida región ABC del sur de la Región Metropolitana de São Paulo se consolidó en 2006 la cooperativa de segundo grado, Cooperativa Central del ABC (COOPCENTABC). Esta red está constituida por seis cooperativas de Diadema, tres cooperativas de São Bernardo do Campo, dos de Mauá y una de Ribeirão Pires³. Desde 2013, manifestaba poseer 230 integrantes (PROGRAMA CATAFORTE, 2013). Se los conoce por haber generado emprendimientos de valorización de residuos en la transformación de botellas PET a partir del procesamiento de las fibras de las botellas de plástico han logrado producir tendedores y escobillones.

De conformación más reciente, en la micro-región de Itapeverica da Serra, en el oeste de la Región Metropolitana de São Paulo, se logró consolidar en el año 2013 la Rede Verde Sustentável. Su sede, situada en la ciudad de Cotia, representa a 13 cooperativas que aglutinan 401 cooperativistas (PROGRAMA CATAFORTE, 2013). Estas cooperativas trabajan en las ciudades de Itapevi, Osasco, Cotia, Embu, Santana de Parnaíba, Taboão da Serra.

Por medio de instituciones de economía social como UNISOL, estaban sumando a grupos que buscaban formalizarse en cooperativas en las ciudades de Jandira y Francisco Morato. En el año 2014 reportaban procesar 300 toneladas solamente de materiales celulósicos⁴.

En la Región Metropolitana de Sorocaba y la región de Itapeva, se conformó en el año 2001 la Red Solidaria CATAVIDA. Fue la primera red de catadores en conformarse de todo el estado de São Paulo. En 2016 englobaba 18 cooperativas de los municipios de Alumínio, Capão Bonito, Itapetininga, Itararé, Piedade, Pilar do Sul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo y la ciudad de Sorocaba (SAVIO A. y TEIXEIRA, B., 2016). De esta manera, 380 integrantes en conjunto estaban comercializando 420 toneladas de materiales reciclables. En 2008, han comenzado un proceso de extrusión de polietileno, logrando comercializar en conjunto con la red RECICLAMP de la Región Metropolitana de Campinas. También han desarrollado experiencias de recolección de aceite vegetal (SAVIO y TEIXEIRA, 2016). Los técnicos que

² <http://catasampa.org/>. Visto el 8 de noviembre de 2017

³ <http://www.coopcentabc.org.br>. Visto el 8 de noviembre de 2017.

⁴ <http://www.easycoop.com.br/Noticias/View.aspx?id=27835>. Visto el 8 de noviembre de 2017.

colaboran en fortalecer la red son del Centro de Estudios y Apoyo al Desarrollo, Empleo y Ciudadanía (CEADEC)^{5 6}.

La Rede Cata Vale, situada en la región litoral del Vale de Paraíba, ha presentado interesantes desafíos de diversificación productiva. Sus 258 cooperativistas agrupan ocho cooperativas de las ciudades de São José dos Campos, de Jacareí, una de Pindamonhangaba, una de Guaratinguetá y una de Ubatuba. La experiencia de Jacareí Recicla está logrando procesar 141 toneladas con tan solo 40 integrantes. En la ciudad de São José dos Campos se destaca la producción de la cooperativa São Vicente, que se está especializando en aceite de cocina, la cooperativa Coopertech, que se dedica al procesamiento de residuos informáticos, y Cooperalfa, que se dedica especialmente al procesamiento de materiales plásticos⁷.

En la Región Metropolitana de Campinas, se destaca la presentación en la página virtual de las organizaciones de apoyo, Centro de Referencia de Cooperativismo y Asociativismo (CRCA) y la Organización no gubernamental Ecología y Dignidad Humana (EDH)⁸, ambas vinculadas con diversas instituciones ligadas a la iglesia católica local. No son visibles las representaciones comunicacionales propias de las cooperativas. Estas organizaciones desde los años 2000 realizaron trabajos de incubación con 12 cooperativas del municipio de Campinas, uno de Valinhos y uno de Sumaré. Todas ellas consolidaron una red de comercialización llamada REICLAMP, difundiéndola como Central Solidaria de Ventas.

En el año 2013, reportaba en la metrópoli de Campinas nuclear a 170 cooperativistas, en las publicaciones virtuales actualizadas reporta haber crecido hasta 250 miembros. Las mayorías de estas experiencias asociativas son cooperativas de pequeño y mediano porte de entre 15 a 30 miembros. En general, la mayoría de las experiencias campinenses manifiesta procesar dos a tres toneladas por cada trabajador (500 a 750 toneladas mensuales). Un caso especial es el caso de la Cooperativa Antonio de Costa Santos, que con 27 trabajadores ha logrado procesar 100 toneladas de materiales reciclables, llegando a ganar por ello 900 reales mensuales⁹. También es preciso considerar la Cooperativa de Diversidad Humana, compuesta por 14 trabajadores que poseen una discapacidad motriz o mental. Y la cooperativa Tatuape,

⁵ ceadec.org.br/Projetos/projetos/projeto-senaes-/noticias-granulados-polietileno-granulado. Visto el 8 de enero de 2018.

⁶ Educare. Rede Solidaria Cata Vida. educare.mma.gov.br/index.php/reports/view/152.

⁷ <http://www.mncr.org.br/noticias/blog-sudeste/rede-cata-vale-avanca-na-autogestao-dos-catadores-de-materiais-reciclaveis>. Visto el 8 de noviembre de 2017.

⁸ <http://www.10anoscampinasrecicla.crca.org.br>. Visto el 11 de noviembre de 2017.

⁹ 450 dolares en la cotización de 2013.

que se dedica a clasificar materiales reciclables, de los residuos provenientes de la construcción civil.

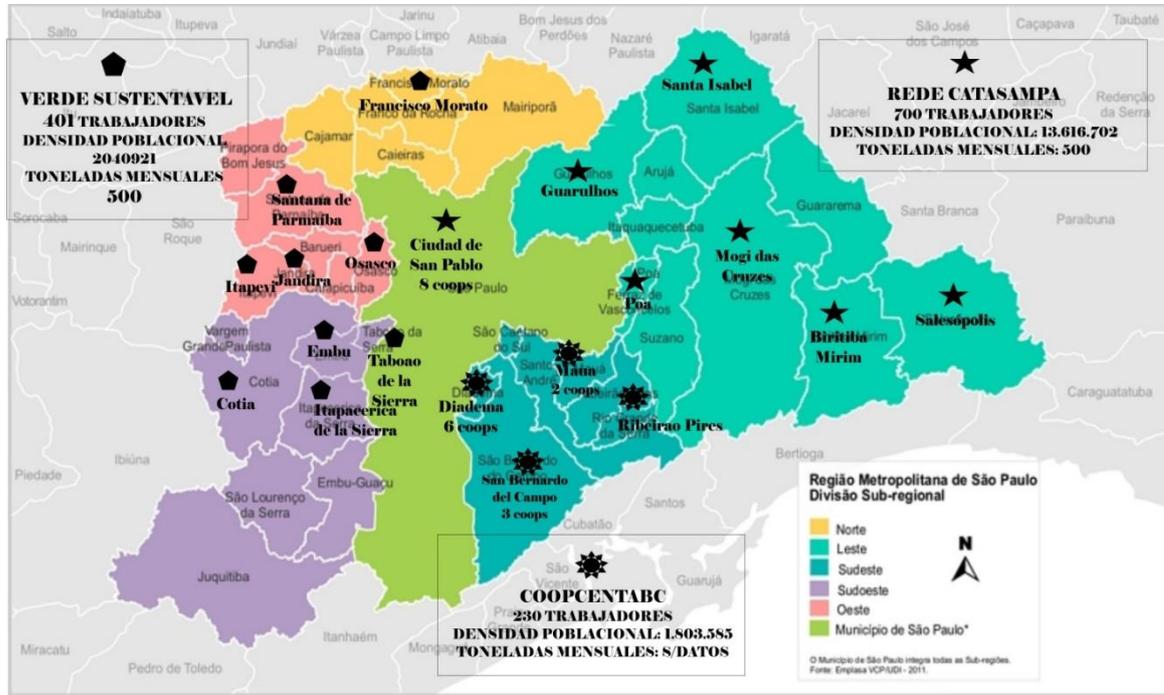
En la región central y septentrional del estado de São Paulo, en la Región Metropolitana de Ribeirão Preto, se constituyó en 2016 una red de comercialización llamada Red Anastacia-Central de Cooperativas de Catadores de Materiales Reciclables de la Región Central y Mogiana Paulista, que aglutina ocho cooperativas de los municipios de Araraquara, Leme, Morro Agudo, Orlandia, Piracicaba, Ribeirão Preto, Rio Claro y São Carlos. Estas cooperativas han logrado en el año 2014, recolectar 550 toneladas por mes. Las mayores cooperativas de la red son Manos Dadas del municipio de Ribeirão Preto que ha logrado procesar 219 toneladas y Reciclador Solidario de la ciudad de Piracicaba que logró procesar 125 toneladas (SAVIO. A y TEIXEIRA B, 2016).

Este marco nos ha permitido comprender territorialmente las diferentes redes de cooperativas de *catadores* del estado de São Paulo, y nos permite contextualizar e identificar el proceso que han sostenido las redes de cooperativas de catadores del oeste paulista protagonistas de nuestra investigación. La *Rede Cata Oeste* que involucra a 206 cooperativistas que lidera la cooperativa estudiada COOCASSIS (100 integrantes) de la ciudad de Assis y otras cinco cooperativas de 20 integrantes cada una, RECICAM de Candido Mota, COOPASCAM de Maracaí, COOPACAM de Paraguaçu Paulista y ACIPAL de Palmital.

La otra red, se denomina Cata Recicla que involucra a 122 cooperativistas que lidera desde la ciudad de Ourinhos la reconocida internacionalmente Ourinhos Recicla (con otras dos cooperativas satélites de las ciudades de Ipaussu y Quatá).

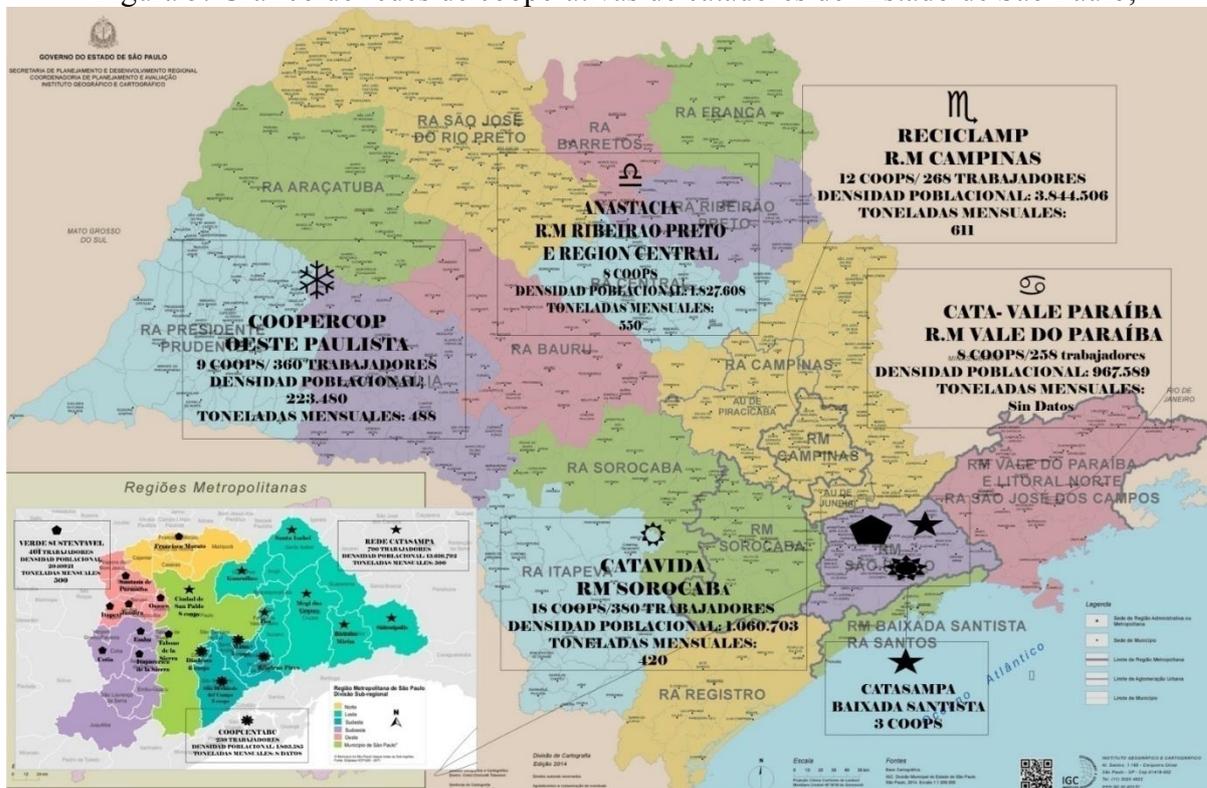
En conjunto estas dos redes de comercialización han conformado una cooperativa de segundo grado llamado COOPERCOP, que involucra a nueve cooperativas que, en conjunto, han logrado comercializar en el mes de setiembre de 2015 el volumen de 488 toneladas. Y también una organización política mayor que engloba a cooperativas de la región, Asociación Regional de Catadores del Oeste Paulista, que ha conseguido englobar a veinte nacientes experiencias en el oeste del estado con diversos grados de organización. Mediante múltiples acciones mancomunadas de varias cooperativas, han logrado cerrar el relleno sanitario de la ciudad de Presidente Prudente), en el límite con el estado de Mato Grosso del sur y fundar una nueva cooperativa llamada COOPERLIX (2015).

Figura 4. Gráfico de redes de cooperativas de catadores en la Región Metropolitana de São Paulo.



Elaboración propia 2018

Figura 5. Gráfico de redes de cooperativas de catadores del Estado de São Paulo;



Elaboración propia 2018

Conclusión sobre cooperativas de la Región Metropolitana de São Paulo

Desde el año 2006, que se han realizado las investigaciones interdisciplinarias de la Universidad de São Paulo (USP), se había constatado que diversos obstáculos enfrentaban la consolidación de cooperativas de catadores. Las primeras referidas a las que se vinculaban con las formas de organización interna de estas experiencias; otras a la excesiva dependencia del poder público, y en tercer lugar, a las que se vinculaban con un sistema de gestión integral fragmentado, que muchas veces propició al desvío de materiales en la recolección tanto por recolectores independientes, como por intermediarios y empresas tercerizadas vinculadas al poder municipal.

En algunos casos se habían manifestado campañas deficientes de concientización, no lograban cumplir con las expectativas en relación a la cantidad de materiales reciclables separados y entregados para luego ser comercializados. Estas infructuosas campañas de difusión se plasmaron en la cantidad de materiales reciclables que fueron rechazados en la fase de comercialización. En los primeros años, se han vislumbrado altos niveles de rotatividad de los integrantes, cuestión que afectaba en la operatividad de las cooperativas y en el trayecto formativo de los trabajadores.

En el año 2008, fruto de la crisis mundial, se desvalorizaron los precios de los materiales reciclables, por ello fue preciso consolidar el reconocimiento monetario del servicio por parte del poder público municipal a las experiencias cooperativas con la formalización de un convenio. Se ha constatado que en la Región Metropolitana de São Paulo, a pesar de que hayan nacido nuevas experiencias de organizaciones de *catadores*, estos no han impactado sustancialmente en el volumen de materiales reciclables recuperados, en el alcance de las rutas de recolección diferenciada, y este hecho está vinculado con la casi inexistencia de formalización contractual con las organizaciones.

En varias experiencias de los distritos del interior paulista, se lograron generar convenios entre cooperativas y el poder público de algunas municipalidades, se instrumentó el reconocimiento al servicio público en función de la cantidad de materiales reciclables recolectados por las cooperativas.

Por ello, las cooperativas con sus capacidades logísticas, administrativas y de promoción ambiental, debían obtener la máxima cantidad de materiales reciclables entregados por la

ciudadanía. Otro factor importante, fue el programa CATAFORTE de la Secretaría de Economía Social y Solidaria (SENAES) del Ministerio de Trabajo y Empleo del poder ejecutivo federal de la gestión del Partido de los Trabajadores (2003-2015), que promocionó la vinculación de las cooperativas en redes de comercialización. Esto materializó la idea que estas experiencias no naufragarían en el contexto del mercado capitalista.

Cooperativas de recicladores urbanos en la Provincia de Buenos Aires

Las políticas públicas ambientales en la Región Metropolitana de Buenos Aires

Para Nora Clichevsky (2002) no han existido políticas públicas que proyecten una planificación física del área metropolitana articulada con una planificación integral de la República Argentina. Las únicas instituciones que abordan la R.M.B.A (Región Metropolitana de Buenos Aires) de forma integral son el Ente Coordinador de Transporte del Área Metropolitana, la Corporación del Mercado Central, la actual denominación del C.E.A.M.S.E (Coordinación Ecológica Área Metropolitana Sociedad del Estado) y la A.C.U.M.A.R (Autoridad Cuenca Matanza Riachuelo) inaugurada en el 2006 gracias a las iniciativas de la sociedad civil y de los dictámenes del poder judicial. El aspecto legal en procura de resolución de problemáticas ambientales en esta urbe son apenas el último y más reciente capítulo en la historia de la metrópoli.

En la ciudad de Buenos Aires se promulgó el instrumento legislativo Plan Urbano Ambiental en la ley 71/98, que se funda en el concepto de Desarrollo Sostenible, entendido este como:

“un proceso participativo que integra la transformación urbanística, el crecimiento económico, la equidad social, la preservación de la diversidad cultural y el uso racional de los recursos naturales, con el objetivo de mejorar la calidad de vida de la población, y minimizar la degradación o destrucción de su propia base ecológica de producción y habitabilidad, sin poner en riesgo la satisfacción de las necesidades de las futuras generaciones” (PLANO URBANO AMBIENTAL LEY 71/98 de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires)

Ya en el gobierno nacional de Néstor Kirchner (2003-2007), a través de la demanda de un grupo de vecinos a la Corte Suprema de Justicia de la Nación en 2004 contra el Gobierno Nacional, contra el Gobierno de la Provincia de Buenos Aires y contra el Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, por motivo de la contaminación del río Matanza Riachuelo, se originan las primeras bases del Acuerdo Cuenca Matanza Riachuelo (A.C.U.M.A.R). En esta causa caratulada como causa *Beatriz Mendoza*, sus litigantes recurrieron a la nueva figura constitucional de acción colectiva y se basaron en el derecho a un ambiente sano y en el derecho a la reparación en caso de daño ambiental (GUTIERREZ E ISUANI, 2014).

En el año 2006, la Corte Nacional de Justicia ordenó que las distintas jurisdicciones de los gobiernos demandados y al COFEMA presenten un plan conjunto. En noviembre de dicho año se crea la Autoridad de la Cuenca Matanza Riachuelo (A.C.U.M.A.R), presidida por el secretario de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación y compuesta por representantes de la ciudad de Buenos Aires, la Provincia de Buenos Aires y del Gobierno Nacional. Fue emblemática la articulación de los vecinos, de organizaciones sociales (FARN, CELS, Greenpeace Argentina y Asociación de Vecinos de la Boca) y de organismos estatales autárquicos (Defensoría del Pueblo de la Nación) en la generación de la causa y en la fiscalización para su posterior aplicación. Estos organismos ajustaron las claves de la nueva jurisprudencia constitucional para la implementación de políticas públicas para beneficiar a la población metropolitana en su conjunto. Paralelamente, poco se avanzó en lo concerniente a la cuenca del Río Reconquista, que continúa en deplorables condiciones (GUTIERREZ E ISUANI, 2014).

El cuerpo colegiado perteneciente a la Defensoría del Pueblo de la Nación, en su último informe (2015) consideró que habiendo pasado cinco años de la implementación del Plan Maestro de Gestión Integral de Residuos Sólidos Urbanos de la Cuenca Matanza Riachuelo: *No se acreditan reducciones significativas en la generación total de residuos. No hay leyes generales que tienden a esos fines, como ser leyes de envases y de responsabilidad del productor* (DEFENSORÍA DEL PUEBLO DE LA NACIÓN, 2015, p. 9). El informe refiere que tampoco se han implementado actividades que incentiven la separación en origen con magnitudes significativas, salvo la experiencia de la Ciudad de Buenos Aires y del partido de Morón. No se han construido ecopuntos que procesen los residuos recolectados, salvo el caso Avellaneda y Marcos Paz.

La disposición final de residuos sigue siendo basada en otro fenómeno interjurisdiccional de la política pública metropolitana, la Coordinación Ecológica del Área Metropolitana C.E.A.M.S.E.¹⁰, que continúan aplicando desde tiempos militares el enterramiento indiscriminado de residuos, enterrando así también las potencialidades productivas de los materiales reciclables; y “cuyos rellenos sanitarios están finalizando su vida útil” (DEFENSOR DEL PUEBLO DE LA NACIÓN, 2015, p. 2).

Todavía se informa la existencia de 303 basurales clandestinos. El crítico informe sugiere que: Modificar esta situación exige decisiones políticas y de gestión que organizan recursos normativos, económicos y técnicos para abordar una serie de actividades complementarias, incentivos y sanciones (DEFENSOR DEL PUEBLO DE LA NACIÓN, 2015).

Han sido escasas las acciones municipales para remediar las problemáticas. En la investigación realizada por Clichevsky (2002), ya avizoraba una tendencia institucional de las problemáticas ambientales, por parte de la política electoralista municipal del área metropolitana, que se reduce a la política de resolver problemas cortoplacistas focalizadas en el pavimento urbano. De esta manera se continuaron resolviendo cuestiones superficiales sin ahondar en las cuestiones estructurales que envenenan el espacio vital, este continuará siendo el lugar propicio para continuar desencadenando necesidades básicas insatisfechas para la población.

En el año 1999, año de apogeo de la desocupación laboral, los estudios demuestran que un habitante de Vicente López generaba 1,65 kg de residuo diariamente. Un habitante de la ciudad de Buenos Aires generaba 1,46 kg. Mientras que al otro lado de la escala, un habitante del partido de Moreno representaba 0,37 kg diarios por persona y un habitante de Florencio Varela generaban 0,35kg diarios (CLICHEVSKY, 2002). Este análisis estadístico que emergió en el apogeo de la crisis socioeconómica representa las grandes desigualdades poblacionales y territoriales del área metropolitana en función de aquellos que pueden desechar lo que consumieron y son asistidos por servicios de recolección; y de otros que deben utilizar los materiales que otros desecharon como fuente primordial de subsistencia, padeciendo a su vez la falta de servicios de recolección de residuos y deficiencias globales en el saneamiento básico.

¹⁰ C.E.A.M.S.E, Sociedad de Estado de carácter interjurisdiccional, el capital social pertenece en partes iguales a la provincia de Buenos Aires y al gobierno de la Ciudad de Buenos Aires (Grassi, 2011; Alvarez, 2011).

Históricamente, en los espacios periféricos de la metrópoli bonaerense, la existencia de las calles de tierra, de las áreas inundables y de la edificación provisoria de asentamientos no han facilitado las tareas de salubridad que deberían garantizar los municipios. Muchas de estas edificaciones se han conformado alrededor de los basurales a cielo abierto (SHAMMAH, 2015).

La crisis del 2001 propició un quiebre del espacio urbano, como sitio de integración social, los sectores hegemónicos se garantizaron para si los equipamientos necesarios para la reproducción del capital. La paridad monetaria, la apertura económica, la privatización de empresas y de servicios estatales aumentaron la desocupación y perjudicaron la calidad del empleo. Se trastornó el tejido reproductivo de la formación socio-espacial. No se promovieron avances en el sistema de saneamiento básico por las mismas cuestiones socioeconómicas del estado. El sistema de salud no pudo dar respuesta a las condiciones socio-sanitarias, de esa población vulnerable que habita en un espacio con servicios degradados. El sistema educativo sustituyó las funciones de los hogares en brindar el sustento básico de los niños y jóvenes. De esa manera se dificultaron las capacidades pedagógicas de transmisión y construcción de conocimientos en una población que debía priorizar la supervivencia del aquí-ahora (CORAGGIO, 2005).

Con la devaluación económica, cambiaron los patrones de consumo, ya no se compraron tantos electrodomésticos importados, resurgieron las actividades vinculadas con la reparación de estos artefactos, y a su vez se valorizó la chatarra. Las acerías más importantes Techint, Acindar, Acerdrag estimularon nuevas ofertas de chatarra con el nuevo ciclo industrial de sustitución de importaciones (RODRIGUEZ, 2011).

Los shoppings, las autopistas y los *countries* lograron emerger en el área conurbana, consiguiendo resguardarse de las inundaciones, la pobreza y los basurales. Se fragmentaron los usos de la ciudad, potenciándose los usos concebidos para el capital internacional en desmedro de los usos de la población local (CICCOLLELLA, 1999). La fragmentación propició el acceso desigual a equipamientos de servicios de saneamiento básico (SUAREZ, 2016). Y esto también se representó en las diferencias entre la Ciudad de Buenos Aires y el Conurbano Bonaerense. Durante el año 2002, la pobreza era de 20% en la Ciudad de Buenos Aires, y de 60% en el conurbano bonaerense. Mientras que el nivel de indigencia evidenció cifras inauditas, 7% en la Ciudad de Buenos Aires y 29% en el conurbano bonaerense (CICCOLLELLA, *et al.*, 2016). La relación entre el empeoramiento del panorama distributivo y el deterioro de la situación

laboral configuró la enorme brecha remunerativa entre los trabajadores calificados y los no calificados (FERNANDEZ, 2012).

Aunque en la etapa posterior a la crisis (2003-2010), mejoraron sustancialmente los indicadores macroeconómicos y socioeconómicos, esto no se evidenció en el patrón de desarrollo urbano. Se continuaron deteriorando amplias zonas de la metrópoli periférica, a expensas de la modernización de algunos enclaves (torres en los cascos céntricos metropolitanos y barrios cerrados en las zonas norte y noroeste) adjudicados para sectores medio-altos. Se demuestra que en el periodo post-crisis, continuaron las lógicas de segregación territorial que propiciaron la ciudad neoliberal excluyente de la década de 1990. (CICCOLLELLA *et al.*, 2016).

La inexistencia de nuevas ofertas de loteos populares incentiva la ocupación de asentamientos precarios, estos espacios suelen estar desconectados a las infraestructuras de servicios provistos por el estado (GUTIERREZ Y BLANCO, 2016) y suelen estar emplazados cerca de los basurales (SHAMMAH, 2016).

La formación histórica de los basurales a cielo abierto en el área metropolitana se ha debido a las deficientes gestiones de los municipios (CLICHEVSKY, 2002). Según la óptica de la socióloga Verónica Paiva (2006), se erigió una tradición de política pública con escasa visión hacia el reciclaje de residuos. La población no fue incentivada por la política pública para desarrollar una cultura de la separación de residuos domiciliaria. En el año 2012, aumento en un 40% la cantidad de toneladas enterradas en el CEAMSE con respecto a 1996 (5.200.000.000 toneladas). Se estima que se ha logrado recuperar anualmente 580.000.000 toneladas de materiales reciclables (RUGGERIO *ET AL.*, 2015).

Con los inicios del siglo XXI, las técnicas que posibilitaron la disfunción del PET, el aumento del precio del petróleo y la reactivación de la industria nacional posibilitaron a las industrias recicladoras de plástico incrementar su poderío. Se consolidó una nueva era de sustitución de importaciones (2001- 2015), pero con las características particulares de la emergencia del fenómeno cartonero.

Los avances y la complejidad de la Gestión Integral de Residuos Sólidos Urbanos en la Región Metropolitana de Buenos Aires (RMBA)

Hacia fines del año 2000, la empresa Trenes de Buenos Aires se vio imposibilitada de contener el fenómeno “cartonero” y ofreció formaciones ferroviarias exclusivas para los cartoneros y sus carros (SUAREZ, 2016). Observamos como la política de la empresa trata de adaptarse al fenómeno que la sobrepasa, improvisando de esta manera medidas de suma precariedad y estigmatizantes.

En diciembre de 2002, en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA) se promulga la ley 992/02, que habilita la recuperación de materiales reciclables para recuperadores urbanos, incorporándolos al servicio de higiene urbana. Se instituye semánticamente la idea de “Recuperadores Urbanos”, quienes serían los encargados de la recuperación de insumos aptos para el reciclado (GRASSI, 2011¹¹).

De esta manera se deroga el Artículo 6° de la Ordenanza 33.581 y el Artículo 22 de la ordenanza 39.874 de la Municipalidad de Buenos Aires, que prohibían el “cirujeo”. De esta manera, la recuperación de residuos se convierte en un triple derecho; tanto como derecho individual de la recuperación; también como un derecho social como conquista histórica de recuperadores; pero también un derecho de tercera generación donde el titular no es nada más ni nada menos que la sociedad en su conjunto que aboga por reducir el enterramiento y gestionar los residuos de manera sustentable (ALVAREZ, 2011).

En los años 2004 y 2005 se confirma la prioridad en el proceso de recolección de residuos sólidos urbanos a los recuperadores urbanos a través de dos proyectos de ley.

En setiembre del año 2004, se licitó el servicio de recolección de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, a las empresas CLIBA, AESA, URBASUR, NITIDA, INTEGRAL y a un ente de Higiene Urbana, otorgando la habilitación a los recuperadores urbanos como actores clave en la gestión de residuos de la ciudad (GRASSI, 2011).

Estas empresas se incorporaron a un sistema de higiene urbana que se pagaba por área limpia y ya no de cantidad de toneladas recolectadas de residuos (CUTINA, 2011; BULDAIN, 2011).

El CEAMSE continuó con la incumbencia del transporte, el tratamiento y la disposición final (GRASSI, 2011).

¹¹ Grassi, Luis Sebastian, “Inserción de los recuperadores urbanos en el ámbito de la ley n. 1.854 y su decreto reglamentario n. 639/07 en la Ciudad de Buenos Aires; en *Recicloscopio II: Miradas sobre recuperadores, políticas públicas y subjetividades en América*; Editorial CICCUS; UNGS Los Polvorines; UNLA, Lanús; 2011.

Se reconocía la actividad de los recuperadores, sin embargo, continuaban enmarcadas en las políticas públicas metropolitanas de enterramiento masivo.

En el 2006 se logró reafirmar lo promulgado anteriormente, a través de la ley 1.854, llamada como “Basura Cero”. Además de continuar priorizando la inclusión de los recuperadores urbanos en los procesos de recolección y transporte de los residuos secos, se establecieron líneas de crédito para la adquisición de bienes dirigidos a las cooperativas que se inscriban en el Registro Permanente de Cooperativas y Pequeñas y Medianas Empresas (REPYME). Estas experiencias asociativas podrían solicitar la obtención de recursos técnicos y financieros (GRASSI, 2011).

Dicha ley estableció un criterio de reducción progresiva de los volúmenes que debían ser enterrados, fijando en el 2020 la inalcanzable meta de prohibir el enterramiento de materiales reciclables. También confirió la disposición diferenciada obligatoria para los edificios públicos del Gobierno de la Ciudad, para hoteles de cuatro y cinco estrellas, para la Corporación Puerto Madero y para los edificios mayores de 19 pisos (Resolución 50/05; Ciudad Autónoma de Buenos Aires) y se agregaron también comercios e industrias con más de diez empleados, bancos, supermercados, centros comerciales, centros educativos y restaurantes (Resolución 808/07 Ciudad Autónoma de Buenos Aires).

En esa primer fase de implementación durante la gestión de Anibal Ibarra y de Jorge Telerman al frente del Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (1999-2007), se implementó el Programa de Recuperadores Urbanos (PRU), dentro de la Dirección General de Higiene Urbana. Desde mayo de 2003, dicho área planificó y promocionó una política socioeconómica y ambiental dirigida a la recuperación de residuos.

Sería el Ministerio el responsable de definir los mecanismos de disposición diferenciada adecuados para su posterior acopio; en la vinculación de estas prácticas sustentables con los vecinos; y también atendiendo las características e infraestructuras inherentes de cada barrio.

Se debía lanzar una campaña de separación en origen de residuos, que debía poseer continuidad en el tiempo, masividad, participación activa, difusión por todos los medios y evaluación periódica. Debería estar enmarcada en una gestión integral de residuos que contemple todos los eslabones del circuito (GRASSI, 2011).

Las prácticas descentralizadas barriales de los trabajadores del PRU buscaban articular con la ciudadanía para encontrar una legitimidad laboral del oficio cartonero. Esto propició acciones de apoyo por parte del Estado y de la sociedad civil. Sin embargo esta siempre fue una

relación compleja no exenta de miradas criminalizadoras, que ubicaron en la imagen del cartonero, el culpable de la violencia exterior que provenía del conurbano (DIMARCO et al, 2011).

Sin lugar a dudas, estas políticas públicas pioneras aplicadas en torno a la sustentabilidad urbana pasarían de la abstracción legal a la implementación sustantiva a través de la habilitación logística de instalaciones integradas a los diferentes eslabones de la Gestión Integral de Residuos Sólidos Urbanos.

De esta manera, se trató de implementar la estrategia de los “Centros Verdes”, que servirían de espacio de clasificación, enfardado y acopio de materiales reciclables. Esta estrategia reduciría el volumen enterrado de residuos, alargaría la existencia de los rellenos sanitarios. Se contabilizaba que de las 600 toneladas recuperadas diariamente en la ciudad de Buenos Aires, el 97% provenían de la labor de los recuperadores urbanos (GRASSI, 2011).

Otro avance significativo se produjo el 1º de mayo de 2006, cuando se inauguró la primera planta de separación, clasificación, selección y acondicionamiento de materiales reciclables. Esta fue una primera experiencia cogestionada entre la Dirección de Medio Ambiente del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires y la Cooperativa Ecológica de Recicladores del Bajo Flores (C.E.R.B.A.F). Esta planta ubicada frente al estadio de fútbol de San Lorenzo en el Bajo Flores, se alimentaría de los residuos provenientes de los grandes generadores de la Ciudad de Buenos Aires. Este convenio marco entre la cooperativa y el Estado de la Ciudad de Buenos Aires sería suscripto por cinco años. Siendo el Estado el propietario del inmueble, quien le otorgaba el permiso de su usufructo a la Cooperativa CERBAF. Así también se concedía el usufructo de las maquinarias instaladas en el predio (BULDAIN, 2011).

La inauguración de la planta significó el traspaso de las actividades de recolección y venta conjunta que realizaba la Cooperativa C.E.R.B.A.F del Bajo Flores, a administrar un proyecto de trabajo formal y productivo con el acompañamiento y la supervisión del Estado. La investigación realizada por Beatriz Buldain ya avizoraba las tensiones entre la acumulación de auditorías por parte del Estado, y también la inexistencia de programas de formación laboral para los cooperativistas en materia de gestión administrativa.

Lamentablemente, no pudo consolidarse aquella experiencia. En el año 2009 la cooperativa C.E.R.B.A.F se desintegró por diversas causas tanto internas, como así también derivadas a su vinculación con el Estado de la Ciudad de Buenos Aires.

Tanto los cooperativistas como el equipo técnico del Estado coincidían en la baja calidad de materiales que llegaban a la planta. Ambos espacios argumentaban sobre la falta de control en los camiones encargados de la recolección diferenciada, que desviaban sus recorridos con el material reciclable recolectado a los galponeros de la zona sur de la ciudad (BULDAIN, 2011).

Este detalle no menor nos hace indagar en esta investigación sobre las estrechas vinculaciones que posee un espacio destinado al procesamiento de residuos con sus flujos logísticos de materiales. La experiencia de la planta clasificadora del CERBAF, desde sus orígenes, nació como una gestión fragmentada de residuos sólidos urbanos. La falta de acceso a los óptimos materiales reciclables y la ausencia de programas de capacitación a los cooperativistas llevó al colapso de la experiencia de cogestión.

Estas vinculaciones entre procesos de recolección diferenciada en la vía pública y los procesos de clasificación y acopio de materiales en plantas especializadas son cuestiones centrales para llevar a cabo estrategias satisfactorias de sustentabilidad urbana.

En 2009, durante la gestión de Mauricio Macri, la naciente experiencia de los Recuperadores Urbanos del Oeste tomaría el control de la planta, con la asistencia de los trabajadores de la Dirección General de Reciclado (DGREC), que respondían al sindicato ATE.

Otro asunto se desprende de este análisis general. Dotar de un espacio “Centro Verde” también significó para las estrategias de políticas públicas de la gestión del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, que favorezcan la disminución de los puntos de concentración de recuperadores en la vía pública “y todos los conflictos que ello genera” (COUTINA, 2011, P. 109); (CARRE, 2015). Bajo esta óptica, las fuerzas productivas que realizaban estos trabajadores se debían reducir a esperar el material en los centros verdes, perdiendo de esta manera al acceso directo del material en la calle, perdiendo su vinculación social con los vecinos y reduciendo a su vez la legitimidad política del oficio.

Las cooperativas el Ceibo en la zona de Palermo, el Álamo en Villa Pueyrredon, Del Oeste en Liniers, El Trebol en Barracas y la Boca mantuvieron sus propias estrategias de recolección diferenciada, sumando los residuos reciclables de los vecinos que se sumaron de manera solidaria. Otra política pública de los inicios de la gestión de Mauricio Macri de la Ciudad de Buenos Aires (2008) fue la distribución de 24.000 contenedores destinados para la separación en origen para 6.000 cuerdas. Sin embargo una ineficiente campaña de concientización apenas logró sumar a un 30% de los vecinos porteños (CARRE, 2015).

La consolidación de los movimientos cartoneros metropolitanos y las experiencias del conurbano

La consolidación de las cooperativas de recuperadores urbanos refleja los fenómenos extendidos trans-jurisdiccionales de la Región Metropolitana de Buenos Aires. Identificamos tres procesos distintos que responden a dinámicas y flujos territoriales.

En un primer momento, a raíz de la descriminalización del cartoneo en plena crisis del 2002 consolidó las cooperativas pioneras pero menos masivas; El Ceibo que opera en un “Centro Verde” en la zona de Retiro Norte y tenía una trayectoria de recolección diferenciada en el barrio de Palermo, el Álamo, que operaba en el Centro Verde Constituyentes y se consolidaba en el barrio de Villa Pueyrredon, Del Oeste que trabaja en el Centro Verde Soldati, otras más pequeñas como el Trebol y el Correcamino, que trabaja en el barrio de Barracas; y otras que no consiguieron prosperar como la del CERBAF, que se desmembró.

En un segundo movimiento, se consolidó en el transcurso de la gestión de Mauricio Macri en el Gobierno de la Ciudad (2007-2015) un grupo de experiencias colectivas más masivas, que han representado los flujos metropolitanos de los trabajadores del conurbano. Estos recolectores independientes de residuos fueron respaldados por los referentes del Movimiento de los Trabajadores Excluidos (MTE) y apoyados por espacios sindicales de los trabajadores del Estado de la Ciudad de Buenos Aires. Gracias a ello usufructuaron oportunidades logísticas para movilizar cotidianamente sus cargas de materiales reciclables, además de un subsidio fijo otorgado por el Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires. Sin incidir en las políticas públicas de separación en origen desarrollada por los vecinos.

En estos procesos nacieron cooperativas de trabajadores que actualmente habitan distintas áreas del conurbano y que trabajan en los Puntos Verdes de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. El caso más representativo de este fenómeno es la Cooperativa Amanecer de los Cartoneros de 3.000 integrantes provenientes de Lanús y Lomas de Zamora, que continúa operando en dos centros verdes de Barracas y de Parque Patricios¹²; la Cooperativa Recuperadores Urbanos del Oeste de 1.000 integrantes, provenientes en mayoría de los partidos de Merlo y Moreno, que destinan su recuperación en el Centro Verde Varela del Bajo Flores

¹² <http://mteargentina.org.ar/quienes-somos-cartoneros/>. Visto el 20 de enero de 2018.

(ex planta del CERBAF) y que trabajan en la recolección desde las estaciones ferroviarias del Ferrocarril Sarmiento en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires¹³; la cooperativa Madreselvas, de 600 integrantes, en su mayoría provenientes del noroeste de los partidos de Pilar, Escobar y Tigre, que se han consolidado en la recolección en los barrios de Saavedra, Coghlan y Nuñez y operan en el Centro Verde de Nuñez. De paulatina evolución enfrente de los Tribunales de la Ciudad de Buenos Aires, se ha conformado la cooperativa Plaza Lavalle, cuyos integrantes provienen del partido de Esteban Echevarría y la cooperativa Cartonera del Sur, que proviene desde la distante localidad de Guernica (Villanova, 2014)¹⁴.

En 2006, los “piquetes cartoneros” contra la represión policial en el acceso sur de la Ciudad de Buenos Aires, sobre el Puente Alsina, configuraron las próximas acciones de las organizaciones cartoneras que venían del conurbano sur. En función de su capacidad de movilización encabezados por el Movimiento de Trabajadores Excluidos (MTE), lograron pactar con la nueva gestión del Gobierno de la Ciudad (PRO), la posibilidad de circulación con horarios determinados de los camiones que transportaban a los cartoneros bonaerenses. Como sucedió con la apropiación de formaciones ferroviarias diferenciadas por parte de la empresa TBA (2001), la posibilidad de circulación logística de miles de recolectores de materiales reciclables, reflejaron que estas organizaciones habían logrado conquistar el estratégico acceso a la ciudad capital (SUAREZ, 2016). Este hecho modeló un estilo de despliegue logístico de recolección callejera “sui generis” que se duplicaron en varias organizaciones “cartoneras” que se trasladaban de forma multitudinaria desde los conurbanos sur, norte y oeste para recolectar los apreciados materiales reciclables de la Ciudad de Buenos Aires.

En un tercer grupo, identificamos los procesos de las localidades del conurbano de Buenos Aires que no se trasladan a la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. En estos diversos distritos del conurbano se generaron procesos muy heterogéneos, dependientes a la realidad socio-ambiental de cada territorio. En Tigre, la experiencia de la Cooperativa Creando Conciencia que trabaja dentro de la localidad privada de Nordelta, la cooperativa de cartoneros de Florencio Varela CIRUJA, la cooperativa de Villa Itati en Quilmes, Reciclando Sueños de la Matanza, la Cooperativa Ayelén, de Moreno, y la cooperativa Jóvenes en Progreso, de Lomas

¹³ <http://www.rudeloeste.com/quienes-somos>. Visto el 20 de enero de 2018.

¹⁴ VILLANOVA, Nicolas; Los cartoneros y la estatización de su condición como población sobrante para el capital por intermedio de las cooperativas de la Ciudad de Buenos Aires, 2001-2012; n. 23, Invierno 2014, Santiago del Estero, Argentina ISSN 1514-6871 – www.unse.edu.ar/trabajosociedad.

de Zamora, que ha logrado procesar 600 toneladas mensuales. En este grupo están las cooperativas investigadas en este abordaje empírico, la cooperativa Nueva Mente de Morón, y la Cooperativa Nuestro Ambiente Limpio, de José C. Paz.

Un análisis aparte, dentro de ese grupo conurbano, merecen las plantas sociales localizadas en el C.E.A.M.S.E Norte III de José León Suarez, en el Partido de San Martín. Allí trabajan 2.000 personas que van a recolectar residuos en horarios demarcados de una hora diaria y 600 personas que trabajan en las plantas sociales dentro del predio de la Empresa del Estado. En José León Suarez, en el partido de San Martín, la existencia del relleno sanitario es un paradójico dinamizador de la economía local. Fomenta la recolección de variadísimos artículos en los vertederos lindantes del relleno sanitario. Aquellas estrategias de la población, logran acceder a esos productos que terminan siendo reutilizados domésticamente o intercambiados monetariamente, en los comercios de la zona. Esto expone a estos trabajadores a innumerables amenazas para su salud, además de la amenaza de contaminación hídrica y aérea que supone la propia existencia del relleno sanitario (SUAREZ, 2016).

En el año 2006, a raíz del asesinato del “quemero” Diego Duarte producida en el año 2004, y a todo el conflicto social con la población aledaña que esto provocó, las autoridades del CEAMSE promovieron la creación de nueve plantas sociales.

Los referentes territoriales de José León Suarez la instituyen como asociaciones civiles (ALVAREZ, 2015)¹⁵. Para el abogado especialista en residuos Raul Alvarez (2015), fue una estrategia institucional del CEAMSE para descomprimir el conflicto social y generar gobernabilidad en la población que depende de los residuos enterrados cotidianamente.

En el año 2010, muchos trabajadores de estas plantas lograron obtener el beneficio Ingreso con Trabajo “Argentina Trabaja”. En el año 2012, se reconoció que los trabajadores de las plantas sociales un pago por tonelada procesada en cinta de clasificación.

Todos estos trabajadores que han procesado los residuos dentro de la jurisdicción del relleno sanitario procesan solo los residuos que ya han sido ingresados al CEAMSE, para su disposición final, careciendo de total contacto con aquellos agentes urbanos que los generaron.

¹⁵ “Todas las plantas sociales son operadas por asociaciones civiles. ‘Un Nuevo Amanecer’, por Soctracon; ‘Esperanza del Libertador’, por Esperanza del Rey; ‘Todos Reciclados’, por la asociación homónima; ‘Independencia’ por Progreso de la Independencia; ‘Las Piletas’, por Renacer Lanzone; ‘Eco Mayo’, por Ocho de Mayo (actual Cooperativa Bella Flor); ‘Lanzone Recicla’, por Sueño y Progreso; ‘Tren Blanco’, por Recicladora del Primer Tren Blanco; y ‘Tres de Mayo’, por la asociación homónima

Tanto los recolectores de los campos linderos al relleno, como los trabajadores de las plantas sociales, al trabajar con residuos no separados están expuestos a un ambiente de trabajo insalubre y degradado. De estas experiencias en las plantas se destacan por su consolidación institucional y productiva las cooperativas Bella Flor y Ecoreciklandonos.

Conclusión sobre los procesos de recuperadores urbanos en la Región Metropolitana de Buenos Aires

En las problemáticas ambientales que se podrían enmarcar como fenómenos de la insustentabilidad urbana, podemos constatar según lo argumentado previamente, que las políticas públicas de la Región Metropolitana de Buenos Aires son fruto de reacciones de las acciones de la sociedad civil y del campo popular reivindicante, antes que de políticas públicas planificadas por la gestión de las diferentes jurisdicciones.

La institucionalidad del A.C.U.M.A.R, que sirvió para remediar las penosas condiciones del Rio Matanza- Riachuelo, nació gracias a las querellas iniciadas en el caso Beatriz Mendoza, por múltiples integrantes de la sociedad civil organizada.

La institucionalidad creada de las plantas sociales del C.E.A.M.S.E nació fruto de las reivindicaciones de la población recolectora de José León Suarez, y como estrategia de descompresión del conflicto social, por las autoridades institucionales de la empresa del Estado C.E.A.M.S.E. Estos casos de políticas públicas territoriales enmarcados en la solución de casos puntuales desatienden el gran universo de las problemáticas retratadas. Las otras cuencas que poseen situaciones similares a la del Rio Matanza Riachuelo no han podido emprender políticas de remediación ambiental que sean sustantivas. El caso del Rio Reconquista es solo un caso más del vasto territorio argentino.

Y aunque la implementación de las plantas sociales de clasificación generaron una mejor alternativa de procesamiento de residuos, a la de aquellos trabajadores que se continúan dedicándose a la recolección de residuos en los predios linderos del C.E.A.M.S.E; estas estrategias fragmentadas de la supuesta gestión integrada de residuos sólidos urbanos no han superado las estrategias de enterramiento, y tampoco han fortalecido la separación en origen de los residuos en cada empresa y en cada vivienda de la metrópoli.

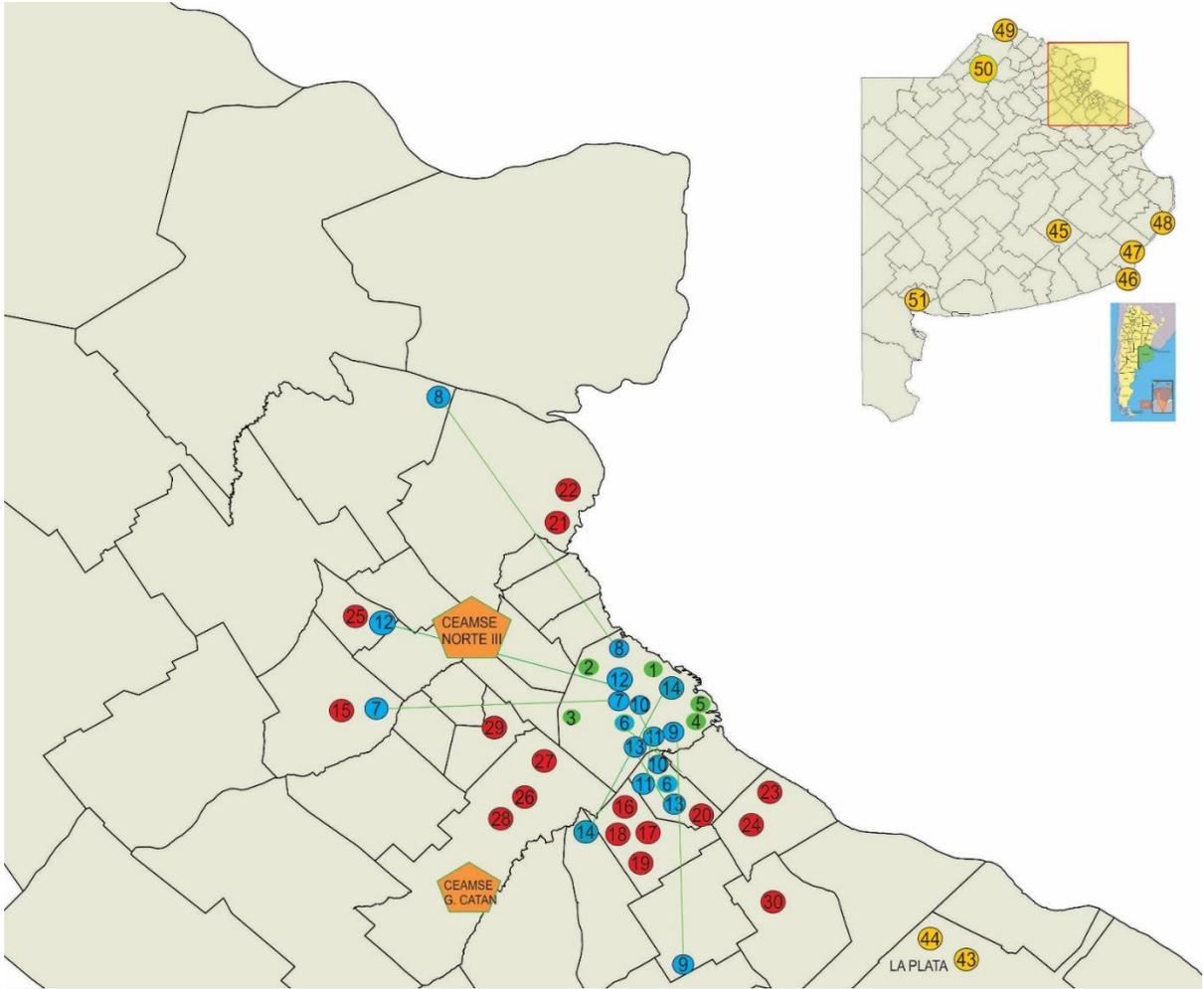
Descomprimir los casos puntuales sin atender la complejidad integral de los fenómenos es una cuestión generalizada de las políticas metropolitanas, que responden a múltiples entes

ejecutores nacionales, provinciales o municipales. En este despliegue se ha observado como las organizaciones de la economía popular argentina han logrado conquistar accesos estratégicos entre la Ciudad de Buenos Aires y el conurbano bonaerense, que son significativos en las circulaciones logísticas de materiales reciclables

Las políticas públicas metropolitanas se centran en la solución eficaz de los problemas territoriales, instalando institucionalidades de formas aisladas, priorizando mucho más las áreas de conflicto que los circuitos dinámicos donde fluyen innumerables fuerzas y materialidades. Atender a los flujos de residuos, a los flujos de fuerzas de trabajo y a los capitales invertidos en cada área nos devela con mayor claridad la complejidad de los fenómenos y las estrategias para poder mejorar las condiciones vitales urbanas.

Todavía no se ha unificado una representación política que aglutine a todas las cooperativas de la República Argentina, aunque desde la Confederación de Trabajadores de la Economía Popular, este creciendo paulatinamente la Federación de Cartoneros y Recicladores que agrupa múltiples experiencias de todo el país. Lograr la representación política para todo el sector seguramente los fortalecería frente a diferentes gestiones en los diferentes niveles de la política pública.

Figura 6. Cartografía de cooperativas de la Región Metropolitana Bonaerense y del “interior” bonaerense



Cooperativas de la Ciudad de Buenos Aires

- 1 El Ceibo (Centro Verde Retiro)
- 2 El Alamo (Centro Verde Villa Pueyrredon)
- 3 Del Oeste (Centro Verde Soldati)
- 4 El Trebol (Barracas)
- 5- El Correcamino (Barracas)

Organizaciones metropolitanas de cartoneros (Area Metropolitana de Buenos Aires)

- 6- El Amanecer de los Cartoneros (Centro Verde Barracas-Pque Patricios/Lanús)
- 7- Recuperadores Urbanos del Oeste (Caballito- Centro Verde Varela/Moreno)
- 8- Madreselvas- (Centro Verde Nuñez/Zarate)
- 9- Cartonera del Sur (Centro Verde Soldati/P.Perón)
- 10- Obreros del Cartón (Balvanera- Lanús)
- 11- Reciclando Trabajo y Dignidad (Villa Soldati/Lanus)
- 12- Anuillan (Chacarita/Jose C. Paz)
- 13- Baires Cero (Pompeya- Lanús)
- 14- Plaza Lavalle (Microcentro- E. Echeverria)

Cooperativas y Asociaciones Civiles en la Plantas Sociales del CEAMSE

- 31- Progreso de la Independencia
- 32- Renacer Lanzone
- 33- Bella Flor
- 34- Sueño y Progreso
- 35- Tren Blanco
- 36- Tres de Mayo
- 37- SOCTRACON
- 38- Viaje al Sol
- 39- Río Reconquista
- 40- Juntos al pie de la montaña
- 41- Esperanza del Rey
- 42- Todos Recicladados

Cooperativas distritales del Conurbano

- 15- Ayelen (Moreno)
- 16- Estrella Sur (Lomas de Zamora)
- 17- Ecopunto (Lomas de Zamora)
- 18- Nuevo Rumbo (Lomas de Zamora)
- 19- Jóvenes en Progreso (Lomas de Zamora)
- 20- Cartón y Justicia (Lanús)
- 21- MTE Tigre
- 22- Creando Conciencia (Tigre)
- 23- Asociación Civil Villa Itati (Quilmes)
- 24- Cooperativa Villa Itati (Quilmes)
- 25- Nuestro Ambiente Limpio (José C. Paz)
- 26- Reciclando Sueños (La Matanza)
- 27- FURA (La Matanza)
- 28- Carreros de La Matanza
- 29- NuevaMente (Morón)
- 30- CIRUJA (Florencio Varela)

Cooperativas del "interior bonaerense"

- 43- MTE La Plata
- 44- La Esperanza y Recuperadores Urbanos San Pío (La Plata)
- 45- MTE Tandil
- 46- Cura (Mar del Plata)
- 47- Recolectores del Basural (Mar del Plata)
- 48- Reciclando Conciencia (Pinamar)
- 49- Cartoneros, Carreros y Recicladores de San Nicolas
- 50- Nuestro Ambiente Limpio (Rojas)
- 51- Carreros y Cartoneros (Bahía Blanca)

Fuente: Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores faccyr.org.ar (30-3-2019)
Asociación Civil Abuela Naturaleza
Recicloscopio Comps

Elaboración propia 2019

Conclusión comparativa entre el Estado de São Paulo y la Provincia de Buenos Aires

Observamos que los cartoneros independientes en su mayoría nucleados en movimientos sociales del Área Metropolitana de Buenos Aires (MTE, RUO; Madreselvas), en los años 2007-2019, han logrado tomar rienda de sus propias necesidades, sin demasiadas políticas públicas que respalden sus prácticas. Al contrario, fueron las políticas públicas las que han respondido a sus demandas. Este hecho es significativo, ya que no se han consolidado una política integral de GIRSU, tan solo esas respuestas sirvieron ocasionalmente para desanudar cuestiones que pueden ser consideradas como “conflictivas”. En esta dinámica “movimentista”, lograron “recuperar” los ferrocarriles metropolitanos, los puentes estratégicos, conquistar un servicio logístico de camiones, y así también un reconocimiento monetario a sus servicios. Pero paradójicamente el poder público de la Ciudad de Buenos Aires no ha estado a la altura de las necesidades de este sector, y a pesar de tantas conquistas, los cartoneros de los movimientos sociales de la R.M.B.A continúan realizando una insalubre recolección callejera sin políticas de recolección diferenciada que dignifiquen su trabajo. Tan solo reciben en los puntos verdes los materiales reciclables cedidos de los grandes generadores. En ese despliegue de trabajo y reivindicación política, han logrado recuperar 1.500 toneladas diarias de materiales reciclables, un 11% de los materiales reciclables generados en la Región Metropolitana de Buenos Aires. Evitando a que lleguen a los rellenos sanitarios que se hayan colapsados (Ruggerio *et al.*, 2015).

Las experiencias del conurbano todavía se hayan aislados en sus propios contextos distritales y no se avizoran estrategias de comercialización conjunta. Tan solo se encuentran para capacitarse en recursos administrativos para operar con los grandes generadores del conurbano. Algunas experiencias que nacieron de esos flujos metropolitanos hacia la ciudad capital se están estableciendo en sus propios distritos, logrando políticas públicas focalizadas para sus intereses en los municipios de Lanús y Lomas de Zamora.

En el caso de la Región Metropolitana de São Paulo, los 40.000 catadores independientes no han logrado nuclearse masivamente, y las experiencias cooperativas que existen, en su mayoría, no han logrado consolidar un convenio con los estados municipales que puedan reconocer su trabajo. Y eso explica que esas cooperativas tan solo recuperan un 1% de los materiales reciclables que se generan en la colosal metrópoli paulista de 20 millones de habitantes. El caso de las metrópolis menores del estado de São Paulo, es bien diferente, tanto

en Sorocaba, como en Campinas, y así también la naciente metrópoli de Ribeirão Preto, se han logrado consolidar redes de comercialización, que apoyadas por organizaciones territoriales vinculadas a universidades, iglesias e institutos de economía social, han conseguido respaldar a las cooperativas de catadores, con alcances de recuperación aceptables para la cantidad de trabajadores nucleados. En el caso estudiado de las pequeñas ciudades del oeste paulista, se observa que pocos catadores se hayan por fuera de los procesos de cooperativización motivados por los trabajadores de las cooperativas de COOPERCOP. En este caso observamos que los 360 trabajadores han logrado impactar sustancialmente en el flujo de los materiales reciclables de su región para el provecho de su reproducción vital. Este proceso nos permite evidenciar que las formulaciones de GIRSU, pensadas en ciudades intermedias mediadas con instituciones representativas en el territorio, pueden dar frutos rápidos en la Gestión Integral de Residuos Sólidos Urbanos. En estos últimos casos se han aprovechado las formulaciones jurídicas que abordan de forma integral las problemáticas de los residuos (Política Nacional de Residuos Sólidos, 2012); se han implementado políticas federales que han potenciado tecnológica y logísticamente a las cooperativas, (programa CATAFORTE), y amplios espacios de la sociedad civil han logrado respaldar dichas experiencias.

Referencias

ALVAREZ; Raul; “El derecho a la recuperación de basura, desde una perspectiva crítica” en Recicloscopio II Miradas sobre recuperadores, políticas públicas y subjetividades en América Latina; CICCUS, Buenos Aires;; 2011 - “José León Suarez, capital de la basura. La política de residuos sólidos urbanos enfocada desde un caso local”; en Recicloscopio IV: Miradas sobre dinámicas de gestión de residuos y organización de recuperadores; Los Polvorines; Universidad Nacional de General Sarmiento, 2015

BURGOS, Rosalina. “Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico”. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008

CARRE, M. N., “Institucionalización de la recuperación de residuos en la Ciudad de Buenos Aires, en Recicloscopio IV: Miradas sobre dinámicas de gestión de residuos y organización de recuperadores; Los Polvorines; Universidad Nacional de General Sarmiento, 2015 Recicloscopio IV, 2015.

CICOLELLA, Pablo; Transformaciones Macroeconómicas en la Argentina y reestructuración territorial en la Región Metropolitana de Buenos Aires”, en De Mattos, Carlos; Hiernaux; Nicolas, Daniel y Restrepo Botero, Darío (comps). Globalización y Territorio: Impactos y perspectivas, Pontificia Universidad Católica de Chile, Instituto de Estudios Urbanos y Fondo de Cultura Económica

CICCOLELLA; Pablo; BAER, Luis; VECSLIR, Lorena; “Cambios y permanencias en la Región Metropolitana de Buenos Aires”(1990-2010) en Argentina e Brasil: territórios em redefinição”; IIGEO- FFYL- UBA/ Faculdade de Ciências Humanas- USP/ editorial Consequencia; Rio de Janeiro; Año: 2016; p. 61-83

CLICHEVSKY, Nora, “Pobreza y políticas urbano-ambientales en la Argentina” CEPAL, Serie Medio Ambiente y Desarrollo, n.º 49. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe; 2002

CORAGGIO, José Luis; “Una perspectiva alternativa para la Economía Social, de la Economía popular a la Economía del Trabajo”; extraído de los capítulos II y IV de José L. Coraggio, Política social y economía del trabajo. Alternativas a la política neoliberal para la ciudad, UNGS/Miño y Dávila Editores, Buenos Aires, 1999. - -“¿ Es posible otra economía sin (otra) política” ponencia presentada en el panel “ Cuestión social y políticas sociales: ¿políticas de emergencia o construcción de políticas estratégicas de carácter socioeconómico?”; II Congreso Nacional de Sociología, VI Jornadas de Sociología de la UBA, Pre Alas 2005, Buenos Aires 22 de octubre de 2004. -“La Economía Social y Desarrollo Local”. Observaciones finales del Encuentro Nacional de Políticas socio-productivas para el Desarrollo Local; 2005 -“La economía social y solidaria, y el papel de la economía popular en la estructura económica”; en La economía Popular y Solidaria El Ser Humano Sobre el Capital 2007 – 2013; Instituto Nacional de Economía Popular y Solidaria, Quito, 2014

CUTINA, Magali, “Las organizaciones cartoneras y el gobierno de la Ciudad de Buenos Aires. Encuentros y desencuentros en la definición de una política socio-ambiental”; en Recicloscopio II: Miradas sobre recuperadores, políticas públicas y subjetividades en América; Editorial CICCUS; UNGS Los Polvorines; UNLA, Lanus; 2011.

DEFENSOR DEL PUEBLO DE LA NACIÓN; Informe anual 2015,

DIMARCO, S. Y LANDAU, M., “La cuestión cartonera en Buenos Aires”, en *Recicloscopio II: Miradas sobre recuperadores, políticas públicas y subjetividades en América*; Editorial CICCUS; UNGS Los Polvorines; UNLA, Lanus, 2011. FERNANDEZ, Juan Pablo; “La implementación del Programa Ingreso Social con Trabajo” en ámbitos subnacionales; Documento de trabajo 9; CIPPEC, octubre de 2012.

GRASSI; Luis Sebastián; “Inserción de los recuperadores urbanos en el ámbito de la ley Nro 1854 y su decreto reglamentario nro 639/07 en la Ciudad de Buenos Aires; en *Recicloscopio II: Miradas sobre recuperadores, políticas públicas y subjetividades en América*; Editorial CICCUS; UNGS Los Polvorines; UNLA, Lanús; 2011

GUTIERREZ, RICARDO e ISUANI, FERNANDO (2014) “La emergencia del Ambientalismo estatal y social en Argentina” *Revista de Administración Pública - RAP*, vol. 48, núm. 2, marzo-abril, 2014, pp. 295-322 *Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas Rio de Janeiro, Brasil*

GUTIERREZ, Andrea y BLANCO, Jorge; “Urbanización, movilidades y segregación socioterritorial. Indagaciones en contextos periféricos de la Región Metropolitana de Buenos Aires”, en *Argentina e Brasil: territórios em redefinição*; IIGEO- FFYL- UBA/ Faculdade de Ciencias Humanas- USP/ editorial Consequencia; Rio de Janeiro; Año: 2016; p. 61-83

JACOBI; Pedro Roberto y BASSEN, Gina Rispah; “Gestão de Resíduos Sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade”; *Estudos Avançados*. Vol 25 no 71 São Paulo Jan/Apr 2011)

MEDEIROS MARQUEZ, Marta Inez, “Reciclagem e Gestão do Ambiente Urbano: O trabalho dos catadores de resíduos sólidos na metropole paulistana em tempos de políticas neoliberais”; em “Deslocamentos populacionais, conflitos e ressignificação dos espaços urbanos”, 3 de agosto de 2012 no Centro Cultural Banco do Brasil, em São Paulo,

PAIVA, Verónica; *Cartoneros y cooperativas de recuperadores. Una mirada sobre la recolección informal de residuos. Área Metropolitana de Buenos Aires, 1999-2007*; Ciudad de Buenos Aires; Prometeo, 2008

PONTE, Pablo; “El reciclado de residuos convertido en programa social” en *Revista Futuro Sustentable*, 7 de abril de 2015.

PORTUGHEIS; Alexander; “Las institucionalidades emergentes de tres cooperativas de reciclado del Cono Sur (2010, 2015)” (Coop. Coocassis de Brasil, Coop. NuevaMente y Coop. Nuestro Ambiente Limpio de Argentina) Tesis de Maestría Políticas Ambientales y Territoriales FFYL-UBA, 2020 http://repositorio.filo.uba.ar/bitstream/handle/filodigital/11878/uba_ffyl_t_2020_36745.pdf?sequence=1&isAllowed=y

PORTUGHEIS, Alexander; “Procesos de investigación-acción participativa utilizando metodologías audiovisuales con cooperativas de cartoneros/recuperadores/recicladores (2007-2013); *Miradas sobre dinámicas de gestión de residuos y organización de recuperadores*; Los Polvorines; Universidad Nacional de General Sarmiento, 2015

PORTUGHEIS, Alexander; *Buenos Aires, Metròpoli de despojos y de desposeídos*; en *Abordajes Teóricos Metodológicos sobre los Conflictos socio-ambientales*; Ed. UNLU 2019

PROGRAMA DE PESQUISA EM SAÚDE E SANEAMENTO; Programas Municipais de Coleta Seletiva de Lixo como fator de sustentabilidade dos sistemas públicos de saneamento ambiental na Região Metropolitana de São Paulo - Universidade de São Paulo e Procam; São Paulo (2006).

RODRIGUEZ, Mónica Viviana; Recuperación y reciclado de hierro en la Región Metropolitana de Buenos Aires (RMBA) en Recicloscopio III; Miradas sobre recuperadores urbanos, formas organizativas y circuitos de valorización de residuos en America Latina; CICCUS, Buenos Aires; UNGS, Los Polvorines; UNLA; Remedios de Escalada; 2011

SAVIO, A. y TEIXEIRA, B. “Descrição e análise do processo de formação de uma rede de cooperativas de catadores de materiais recicláveis: Caso da Rede Anastácia, Estado de São Paulo; en Revista Nacional de Gerenciamento das cidades; v. 4, n. 24; 2016, p. 57-72.

SCHAMBER; Pablo J.; “Después de los cartoneros: Depósitos, recorteros e industrias en el circuito del reciclaje de papeles y cartones en conurbano bonaerense en Recicloscopio III; Miradas sobre recuperadores urbanos, formas organizativas y circuitos de valorización de 187 residuos en América Latina; ; CICCUS, Buenos Aires; UNGS, Los Polvorines; UNLA; Remedios de Escalada; 2011

SCHAMBER P.J Y SUAREZ F.M; “ Lo social: la integralidad pendiente en la gestión de los residuos” en Recicloscopio IV: Miradas sobre dinámicas de gestión de residuos y organización de recuperadores; Los Polvorines; Universidad Nacional de General Sarmiento, 2015

SHAMMAH, Cinthia; Basuropolis; en Recicloscopio IV: Miradas sobre dinámicas de gestión de residuos y organización de recuperadores; Los Polvorines; Universidad Nacional de General Sarmiento, 2015

SUAREZ, Francisco Martin,” La Reina del Plata; Buenos Aires, sociedad y residuos” Ediciones UNGS (Universidad Nacional de General Sarmiento), Los Polvorines, 2016.

VILLANOVA, Nicolas; Los cartoneros y la estatización de su condición como población sobrante para el capital por intermedio de las cooperativas de la Ciudad de Buenos Aires, 2001-2012; n. 23, Invierno 2014, Santiago del Estero, Argentina ISSN 1514-6871 – www.unse.edu.ar/trabajosociedad

Recebido em 30/11/2023 | Aceito em 10/06/2024



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Atores da Reciclagem e Dinâmicas Urbanas

V 13 | n 24 | jan-jun 2024

A reciclagem e seus atores: aproximações entre Brasil e Uruguai

Sonia Gau Angelo; Esther Rossi



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

ANGELO, Sonia Gau; ROSSI, Esther. A reciclagem e seus atores: aproximações entre Brasil e Uruguai. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 13, n. 24, p. 198-222, jan-jun 2024. Semestral.

© NAUI

A reciclagem e seus atores: aproximações entre Brasil e Uruguai

Sonia Gau Angelo¹
Esther Rossi²

Resumo

Este trabalho se baseia em dados etnográficos provenientes de entrevistas com diferentes atores que compõem a cadeia de reciclagem de plásticos na cidade de Las Piedras, no departamento de Canelones, Uruguai. Bem como fotografias e dados estatísticos sobre a reciclagem na cidade de Porto Alegre, no Brasil. Com uma visão interdisciplinar, pretende tornar visíveis as particularidades e complexidades deste processo de reciclagem, seus desafios e oportunidades.

Palavras-chave: reciclagem, recicladores, catadores.

El reciclaje y sus actores: acercamientos entre Brasil y Uruguay

Resumen

Este trabajo se basa en datos etnográficos provenientes de entrevistas a diferentes actores que conforman la cadena de reciclaje de plástico en la ciudad de Las Piedras, en el departamento de Canelones, Uruguay. Además de fotografías y datos estadísticos sobre el reciclaje en la ciudad de Porto Alegre, em Brasil. Con una visión interdisciplinaria, se busca visibilizar las particularidades y complejidades de este proceso (reciclaje), así como sus desafíos y oportunidades.

Palabras clave: reciclaje, recicladores, recolectores.

Recycling and its actors: approaches between Brazil and Uruguay

Abstract

This work is based on ethnographic data from interviews with different actors that make up the plastic recycling chain in the city of Las Piedras, in the department of Canelones, Uruguay. As well as photographs and statistical data on recycling in the city of Porto Alegre, in Brazil. With

¹ Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação. Udelar. Uruguai. E-mail: angelosgau@gmail.com
ORCID: 0000-0003-0906-6930

² Universidade Federal de Santa Catarina, Laboratório de Migração, Migração e História Ambiental. E-mail: estherzrossi@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5373-7976>

an interdisciplinary vision, the aim is to make visible the particularities and complexities of this process (recycling), as well as its challenges and opportunities.

Keywords: recycling, recyclers, collectors.

Introdução

Este trabalho baseia-se em dados etnográficos provenientes de entrevistas com diferentes atores que compõem a cadeia de reciclagem de plásticos na cidade de Las Piedras, no departamento de Canelones, Uruguai. Bem como fotografias e dados estatísticos sobre a reciclagem na cidade de Porto Alegre, no Brasil. Com uma visão interdisciplinar, pretende tornar visíveis as particularidades e complexidades deste processo (reciclagem), bem como os seus desafios e oportunidades. Partimos, especificamente, da Antropologia e da História Ambiental, que nos permitem analisar estas diferentes dimensões do processo de reciclagem.

Para isso, foram consideradas observações em diferentes contextos relacionados à cadeia de reciclagem. Foram também realizadas visitas a locais específicos (depósitos de recicláveis), espaços públicos, lojas, empresas de transformação, ONG, contextualizando cada local conforme a sua particularidade. No caso de Porto Alegre, priorizamos as fotos e relatos disponibilizados pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana. Quanto às entrevistas, a metodologia de entrevistas abertas e não dirigidas permitiram tecer um diálogo de comunicação confidencial e espontânea. A pesquisa de campo no Uruguai foi realizada por Sonia Gau, uruguaia e residente na cidade de Las Piedras, ela estabeleceu relação com os atores sociais envolvidos para investigar o que estava acontecendo naquele mercado de trabalho da reciclagem. Esta investigação é resultado de seu Trabalho de Conclusão de Curso. A pesquisa em Porto Alegre foi realizada por Esther Rossi e fez parte de sua tese de doutorado. A escolha desta cidade se deu, pois Porto Alegre teve instalada em 1989 uma das primeiras coletas seletivas do País. Desta forma, tornou-se a primeira capital latino-americana a sediar, no ano de 2000, o grupo de trabalho de resíduos sólidos, pelo Programa de Gestão Urbana da Organização das Nações Unidas e pelo Instituto de Promoção de Economia Social (IPES). Estas características, em meio às discussões internacionais, como o primeiro Fórum Social Mundial, em 2001, destacaram a cidade como uma das referências nacionais no tratamento dos resíduos

sólidos. A partir do encontro de reflexões acerca dos resíduos e da reciclagem, discutimos e investigamos intersecções entre estas localidades, sendo a reflexão realizada coletivamente.

Este trabalho se baseia no discurso de atores sociais que se relacionam com a questão da reciclagem a partir de seus diferentes locais, para contribuir para a compreensão da dinâmica sociocultural, econômica e ambiental da questão, e que nos remetem ao Antropoceno³.

Partimos da ideia de Antropoceno, mas o problematizamos a partir do conceito de Wasteoceno. Pois bem, na nossa sociedade de consumo são comuns os discursos sobre reciclagem e redução da geração de resíduos nas redes sociais, nas escolas e nas propagandas de produtos ecológicos. Parte de uma viragem ecológica que remonta há décadas e que se intensificou na década de 2000 com o surgimento da crise climática e a divulgação massiva do tema na imprensa. Dessa forma, é recorrente a construção de uma prerrogativa do “nós” como humanidade. Marcas interessadas em participar das discussões atuais realizam o que se chama de “greenwashing”⁴ (De Freitas Netto *et al.*, 2020). A maioria exalta as iniciativas e responsabilidades individuais que você deve optar por assumir. Uma espiral de desejo e culpa pelo consumo, que exclui o próprio mecanismo do capitalismo do seu papel na degradação ambiental.

Não se pode deixar de mencionar as transformações nos processos produtivos que realmente fazem diferença para o meio ambiente como experiências ricas que devem ser

³ “Desde os anos 80, alguns pesquisadores começaram a definir o termo Antropoceno como uma época em que a humanidade estaria afetando globalmente nosso planeta. O prêmio Nobel de Química (1995) Paul Crutzen auxiliou na popularização do termo nos anos 2000, por meio de uma série de publicações discutindo o que seria essa nova era geológica da Terra (Crutzen, 2002), na qual a influência humana se mostra presente em algumas áreas, em parceria com as influências geológicas. A humanidade emerge como uma força significativa globalmente, capaz de interferir em processos críticos de nosso planeta, como a composição da atmosfera e outras propriedades.” ARTAXO, Paulo. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno?, *Revista Usp*, n. 103, p. 13-24, 2014. Para saber mais: CRUTZEN, P. J.; STEFFEN, W. How long have we been in the Anthropocene era? *Climatic Change*, [S. l.], n. 61, p. 251-257, 2003. P. Crutzen *et al.*, “The Anthropocene: Conceptual and Historical Perspectives”, *Philosophical Transactions of the Royal Society*, n. 369, 2011. LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. *Revista de Antropologia*, v. 57 n. 1, São Paulo, USP, 2014; WATERS, Colin N. *et al.*, The Anthropocene is functionally and stratigraphically distinct from the Holocene. *Science*, 8 jan. 2016, v. 351, n. 6269.

⁴ “O greenwashing pode ser praticado por governos, organizações não governamentais, empresas e corporações, de iniciativas públicas ou privadas, ou, ainda, por pessoas que visam obter vantagens a partir de práticas ambientais que não correspondam com a realidade. Para a correta compreensão do termo, por primeiro, devemos ter um cuidado na leitura semântica da expressão. Assim, tem-se que greenwashing é um neologismo, oriundo da língua inglesa: green (verde) + washing (lavando), em tradução livre: lavagem verde. Além disso, o termo está diretamente associado às ações de marketing feitas por governos, empresas ou organizações corporativas para enfatizar suas atividades com boas práticas ambientais, minimizando os impactos ambientais negativos da linha de produção ou valorizando indevidamente o produto ou mercadoria. Cria-se um modelo falso, que deturpa a realidade, promove o exagero, tudo para angariar benefícios ambientais de um produto.” DE SOUZA, Fernando Vidal. Uma abordagem crítica sobre o greenwashing na atualidade. *Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo*, v. 3, n. 2, p. 148-172, 2017.

incentivadas. Esta produção não pode ser individualizada ou comparada com parâmetros idênticos, uma vez que a produção de resíduos está relacionada com os tipos de produtos consumidos e, mais do que isso, com as indústrias localizadas em cada território. Afinal, muitas das prerrogativas ecológicas seguidas pelos países europeus não são cumpridas pelas suas empresas em territórios fora da zona do Euro, o que podemos chamar de colonialismo ambiental. Nesse sentido, consideramos importante o conceito de Wasteoceno ou Lixoceno em português, uma vez que é resultado de discussões sobre justiça ambiental e não está deslocado dos contextos particulares de diferentes grupos sociais (Armiero y De Angelis, 2017, p. 2). Os resíduos, como parte da sociedade, não estão separados dela e de todos os seus processos de eliminação que incluem locais e animais humanos e não humanos. Segundo Armiero, a prática colonial inerente às nossas relações é a do “outro” ou a produção do outro, que ocorre no choque entre o “estrangeiro” e o “nós” (Armiero e De Angelis, 2017, p. 2). O Lixoceno é uma forma radical e crítica de realizar o debate sobre o Antropoceno, tendo em conta que a “Era do Homem” tem resíduos em todas as áreas. Segundo Armiero, o desperdício é a essência do Antropoceno, por isso ele e Massimo De Angelis propuseram este termo. Além dos dados quantitativos, o ponto de vista do Wasteoceno abrange os resíduos e não apenas o objeto desperdiçado (Armiero y De Angelis, 2017, p. 11).

A dicotomia do capitalismo manifesta-se em todos os processos, incluindo o nosso corpo, o metabolismo sociológico do sistema é intrinsecamente tóxico. A cena residual é, portanto, inerentemente histórica porque envolve a persistência de resíduos, desde animais humanos e não humanos até lugares. Nesse sentido, essa compreensão recoloca os conceitos de desperdício no campo da materialidade, sem deixar de vislumbrar seus significados subjetivos.

Aproximações teóricas dos resíduos

Como argumenta Miller (2001), o estudo do consumo e da mercadoria tem sido um fato transformador da antropologia. Para este autor, a partir da visão antropológica, o consumo de coisas materiais se reflete na manutenção das relações e da cultura. O consumo está embutido nas relações sociais. Douglas e Isherwood (1979) já haviam expressado: “Os bens são necessários para tornar visíveis e estáveis as categorias de uma cultura... ao mesmo tempo, as mercadorias têm outro uso importante: servem para estabelecer e manter relações sociais” (p. 74-75).

Para Michael Thompson, a decisão do que é ou não lixo está principalmente nas mãos de quem tem mais poder. Nesta definição, há a distinção entre três categorias de objetos, os duráveis, os transitórios e os sem valor, sendo esta última a categoria do lixo. Esses objetos sem valor são aqueles que não se enquadram na nossa visão de mundo e, por isso, são rejeitados (Rial, 2016, p. 19).

Segundo Luiz Marques, a natureza não produz lixo, mas produz metamorfose e nutrientes. Na era industrial, as secreções dos animais humanos apresentam escala e ritmo intensos, além de serem quimicamente estáveis. Isso produziu uma mudança nos ciclos do ecossistema. A indústria química e petroquímica e as novas tecnologias potencializam a produção de resíduos, com sua forma de expansão e apropriação dos ecossistemas, produzindo uma quantidade de resíduos nunca vista, ou seja, como aponta o autor, uma interação tóxica e ativa (Marques, 2015).

Um exercício interessante é analisar todo o processo de um objeto como uma biografia, percebendo assim que, na maioria das vezes, os objetos são predominantemente identificados como lixo. O tempo de utilização do objeto como produto não é comparado ao tempo até a sua degradação total. A importância de uma abordagem biográfica dos objetos reside na possibilidade de questionar a sua utilidade, duração e marcadores culturais.

Um fato muito importante para compreender como os resíduos são uma parte abissal da administração municipal é o tamanho do orçamento gasto na coleta e eliminação de resíduos. Nos países de baixo rendimento, os municípios gastam entre 20 e 50% do seu orçamento na gestão de resíduos (Marques, 2015). Quando esta informação se soma ao fato de o serviço ser oferecido a menos da metade da população mundial, a contradição e os questionamentos aumentam.

Na verdade, os resíduos são, de certa forma, uma questão da cidade, embora não esteja focada no ambiente urbano. É neste espaço que se produz um dos maiores volumes. É claro que as consequências do descarte inadequado, bem como do aumento da produção, afetam todo o planeta. Geralmente, o foco da discussão desse dilema global está no ambiente urbano, mas vale ressaltar os processos problemáticos encontrados nas áreas rurais, nos oceanos e até nas unidades de conservação. Exemplos chocantes do progresso do acúmulo de resíduos no planeta são recorrentes na mídia, por exemplo, a situação da Antártica e do Monte Everest, locais considerados distantes de qualquer sujeira, que anualmente recebem expedições para coletar toneladas de resíduos (Rial, 2016, p. 15).

Outro exemplo são os chamados “continentes lixo”, que se encontram em todos os oceanos e são formados por correntes marinhas que condensam todo tipo de resíduo. São inúmeras as campanhas de conscientização sobre o lixo, principalmente aquelas que promovem a reciclagem e o correto acondicionamento e descarte, as quais são, sem dúvida, importantes. Contudo, muitas vezes temos a falsa impressão de que podemos continuar consumindo no mesmo nível. Assim, além de entender o que nos leva a jogar fora determinados objetos, é preciso repensar nossa atitude como consumidores.

O consumo pode ser mais bem compreendido se for colocado em perspectiva, uma vez que existem diferenças entre os resíduos produzidos nos países pós-industriais, industriais e agrários (Rial, 2016, p. 14). Existem também sociedades onde a modernidade está presente seletivamente, ou seja, apenas se vivenciam alguns aspectos da modernidade, sejam eles mais ou menos tangíveis. Estas diferenças de consumo influenciam os tipos e volumes de resíduos gerados (Rial, 2016, p. 14). Além das discrepâncias entre os países, podemos perceber que a quantidade de geração de resíduos per capita depende muito das diferenças entre os espaços do ambiente urbano e de suas peculiaridades.

O pós-modernismo e o pós-industrialismo estão relacionados. Na transição da “sociedade tradicional” para a modernidade, os indivíduos perderam as âncoras fixas que posicionavam o seu lugar na sociedade. Estas âncoras poderiam consistir, por exemplo, em relações de parentesco, em unidades territoriais (como uma aldeia) ou em classes sociais. Na modernidade, quando as âncoras tradicionais perderam a sua força, a posição social das pessoas tornou-se incerta. Portanto, a quebra destas cadeias resultou tanto em incerteza como em liberdade (Rial, 2016, p. 15).

A partir desse momento, a liberdade também exigiu a tomada de decisões individuais, e as escolhas do consumidor são uma das formas de se estabelecer na sociedade moderna. No ambiente urbano, existem diferenças entre os resíduos domésticos produzidos em bairros considerados de alto poder aquisitivo e aqueles de baixo poder aquisitivo. O “lixo pobre e o lixo rico” são disputados pelos catadores e pelas unidades de triagem. São memórias de desigualdades.

Marques elenca três fatores de um possível colapso ambiental do capitalismo e a questão do desperdício. A primeira é a obsolescência planejada. A segunda é a neofilia, consumismo compulsivo estimulado por desejos que, quando se concretizam, aparecem e exigem novas “experiências” de compras. Estes desejos, estimulados e concretizados de imediato, são

acompanhados pelo terceiro fator, o aparecimento do crédito ao consumo. Grande parte dos resíduos produzidos provém de resíduos pré-consumo, ou seja, resíduos de embalagens, provenientes da ornamentação associada à exibição da marca, numa espécie de fetiche. Desta forma, o fetiche das mercadorias não está mais na esfera da produção, mas na esfera do consumo. Atualmente, exercer a cidadania é sinônimo de fazer parte do mercado de consumo e ter acesso a bens de consumo, o que pressupõe ter acesso ao crédito (Marques, 2015).

Os resíduos também são um traço dos índices e características do consumo global, sua circulação não se dá apenas na cadeia de produção, consumo e descarte, mas nas iniciativas de exportação e importação de resíduos. Existe um mercado ilegal em todo o mundo e, nele, resíduos recicláveis ou não recicláveis, estes em geral muito perigosos, são depositados em países em desenvolvimento. Existe uma rede de incentivos financeiros para os países desenvolvidos transferirem as suas empresas mais poluentes para os países em desenvolvimento (Marques, 2015).

Portanto, estudar o lixo, a reciclagem de resíduos e os elementos que fazem parte do consumo de bens, a partir da ciência antropológica interdisciplinarmente, é um meio eficaz de investigar questões fundamentais sobre o que é o ser humano na diversidade da cultura, e contribui para dar novo potencial para a disciplina.

O lixo é um conceito que adquire multidimensões, apresenta uma complexa rede de relações que conecta detritos heterogêneos de consumo com os insumos demandados pelas grandes empresas que os reciclam. Acrescentemos, como indica Drackner (2005), que da disciplina antropológica o que constitui lixo (lixo/lixo) é uma noção puramente subjetiva, pois pode ser visto como um risco à saúde, ser antiestético, como um contágio social, ou ser benefício econômico e fonte de renda. Estas percepções podem afetar os sistemas de gestão de resíduos. Sendo uma questão que está no centro de todas as cidades do mundo, a gestão de resíduos, se antes era da responsabilidade das administrações e das empresas, tornou-se agora uma questão de todos porque a sua responsabilidade foi transferida para a cidadania: classificar, recuperar, reciclar. Esta atenção dada aos resíduos e ao seu destino tem destacado atores menos visíveis que desempenham um papel importante na sua valorização, os classificadores, que com a sua atividade libertam a cidade dos seus resíduos.

Entre a marginalização e o reconhecimento, entre a exclusão e a integração, os recicladores são os primeiros elos nos sistemas de gestão ambiental em mudança das cidades. Esses resíduos se tornam recursos lucrativos, afetando a sua valorização, intervindo nas leis que

regulam as atividades de recuperação. E isto está relacionado com o consumo das chamadas sociedades modernas, com os volumes e tipos de resíduos produzidos.

Bauman (2005) conceituou o termo modernidade líquida para dar a definição de uma sociedade baseada no modo de produção e consumo, onde valores e percepções mudam constantemente. Uma sociedade que cultua o consumo pelo consumo e pela eliminação do desperdício. É assim que a economia continua funcionando nele. O desperdício é, ao mesmo tempo, o problema mais preocupante e o segredo mais bem guardado dos nossos tempos.

A grande maioria dos produtos que consumimos e possuímos agora foram concebidos fora da economia circular. Por isso, propõe-se que a nossa atitude seja dupla: reciclar o que já existe no mercado e redesenhar o futuro. A reciclagem cumpre importantes funções sociais e ambientais, ao reduzir o volume de resíduos que vai para aterros e gera valor monetário através da venda do que é recuperado (reciclável) para indústrias transformadoras. A reciclagem permite que materiais que foram utilizados sejam devolvidos ao círculo de consumo. Evita a extração de recursos finitos da natureza e barateia os novos produtos gerados no processo.

Atores da cadeia de reciclagem no Uruguai

Em relação ao Uruguai, a pesquisa etnográfica foi realizada principalmente a partir da observação nas ruas e bairros, sendo posteriormente ampliada para a cidade de Las Piedras, com o tema plástico. A partir do momento em que você sai de casa com o saco plástico e encontra uma lixeira transbordando, com resíduos espalhados pela rua, você pode se perguntar como funciona todo o sistema. Esta etapa dos caminhos que o lixo percorre é a mais próxima de nós e, portanto, a mais questionada. Partimos desse ponto até encontrarmos os atores que trabalham e reciclam principalmente os resíduos plásticos.

No caso dos produtores de resíduos, foram levantados vizinhos e empresas. Procuramos contextualizá-los a partir de sua particularidade, buscando opiniões sobre o lixo, a gestão dele, as responsabilidades, o uso dos contêineres, o conhecimento dos serviços oferecidos pelo órgão responsável pela gestão dos resíduos e como fazer isto. Em relação a quem recicla, procuramos conhecer e compreender as características desta atividade; suas práticas; o significado que internalizam do lixo que determina a sua inserção no campo da valorização de resíduos; a precariedade do trabalho; sujeição a esta forma de trabalho como recurso vital; a presença do entrelaçado binômio saúde/doença e a estigmatização velada. Na perspectiva dos gestores, as

percepções de fora do bairro, as práticas, políticas, efeitos, condições de trabalho e regulamentações que operam, a partir deles.

O registro foi realizado por meio de caderno no local e, posteriormente, diário de campo. Conversas informais foram mantidas com os classificadores enquanto eles realizavam seus trabalhos, registrando-os no local ou posteriormente. Uma ginástica do olhar no espaço delimitado do bairro tornou possível, naquele tempo etnográfico, observar a circulação destes seres humanos e a ligação com outras dimensões das suas vidas. Embora as entrevistas tenham ocorrido em espaço e tempo específicos e tenham sido gravadas em gravador, conforme protocolos de pesquisa, alguns nomes dos sujeitos participantes foram alterados para preservar suas identidades.

Os moradores ocupam os cantos para colocar os resíduos próximos ao contêiner, modificando o espaço, ao mesmo tempo em que o contaminam, gerando práticas na má gestão dos resíduos e determinando a formação de microdepósitos de lixo ao seu redor.

Figura 1. Canto com lixo.



Fonte: Acervo pessoal de Sonia Gau Angelo.

Figura 2. Contêiner com resíduos ao redor.



Fonte: Acervo pessoal de Sonia Gau Angelo.

Na figura 1, vemos uma rua pavimentada com as calçadas ausentes e grama crescendo em seu lugar, podemos ver postes próximos aos muros dos prédios ao fundo, parece que a rua é arborizada. Bem ao lado de uma árvore, há um contêiner de lixo azul desbotado, sacos pretos e brancos transbordando do contêiner e alguns resíduos maiores no chão, aguardando pela coleta. Na figura 2, também em uma esquina, ou em frente a ela, vemos ruas pavimentadas, sem calçadas, mas com grama, uma estufa de água com muros baixos e outras construções ao fundo. Centralizado na imagem está o contêiner azul, também desbotado. Observa-se que está em mau estado, sem cobertura, torto e quase no meio da rua. Não está transbordando, mas aparentemente todos os resíduos estão no chão, abandonados à espera do próximo passo em suas trajetórias. Vemos um sofá vermelho virado de cabeça para baixo, sob o que parece ser a moldura de uma televisão, sacolas brancas com materiais grandes e restos de podas de árvores.

Essas fotos são exemplos do que você encontra ao caminhar pelas ruas da cidade e apontam o problema do desperdício. São, de certa forma, um ponto de passagem entre os diferentes intervenientes, desde a produção até o destino dos resíduos.

Esses resíduos não estão nesses espaços por magia e não desaparecem por magia; há uma série de políticas públicas que, ao longo do tempo, modificam as formas de coleta desses resíduos. Se nos referirmos especificamente aos plásticos, são vários os atores envolvidos neste trabalho. A seguir, analisaremos as funções de alguns deles.

Os catadores, também chamados de recicladores, constituem um grupo de trabalhadores informais que coletam, por conta própria, resíduos plásticos do circuito urbano ou comercial, utilizando carroça puxada por cavalo, carroça de bicicleta, ciclomotor ou carroça puxada à mão. Depois da coleta dos resíduos, eles os classificam por tipo de material em suas residências. Frequentemente, descartam sobras de materiais nas margens dos cursos d'água. Por fim, o produto do seu trabalho é vendido para armazéns do bairro. Existem também grupos de classificadores formalizados em projetos complementares de classificação de embalagens primárias pós-consumo e comerciais (com circuitos limpos, porta a porta e pontos de entrega voluntária), que desempenham a sua tarefa numa central de valorização complementar ao circuito comercial. Estima-se que existam cerca de cinco mil classificadores no Uruguai (Baráibar e Andrada, 2017). A esse respeito, Jorge diz:

A organização das classificadoras baseou-se na lei de embalagens (2004) e, em 2007, tornaram-se cooperativas. Continuamos acompanhando três grupos de classificadores, dois em Las Piedras e um em Barros Blancos, todos os três em Canelones. Primeiro, nós os treinamos, mas foi um grande problema porque eles começaram a recusar, e alguns atores que iam ficar na coordenação, por exemplo, o Mides [Ministério do Desenvolvimento] e o Ministério da Habitação, saíram, só nós fomos à esquerda, o Município de Canelones e a Câmara das Indústrias, sendo quem fornece, conforme estabelece a lei, o dinheiro, e é o ator mais forte com o Município e agora foi adicionado o Ministério do Meio Ambiente. Há interesse nisso, que eles não se formem, que não cresçam, que se dediquem a classificar, isso é uma grande questão.

Júlio coletava papel, papelão e plástico para vender no armazém do bairro, coletava em contêineres públicos da região, às vezes passa pela minha casa. Agora, ao mudar o sistema de recolha de resíduos para contentores domésticos, a sua recolha ficou reduzida a alguns vizinhos que o recolhem e, quando passa, chegam até ele. Antes, puxava o carrinho manualmente, agora acrescentou uma bicicleta “e está melhor”, diz ele:

Felizmente consegui uma pensão, porque antes trabalhava em fazendas, colhendo frutas, e estive em um quartel quando era jovem, em Lavaljeja. O que ganho com o que vendo também me ajuda, embora paguem pouco. No papel e no papelão pagam muito pouco, e tenho que arrecadar muito para ter lucro, no plástico, um pouco mais.

Tudo é sacrificado por nós que reunimos, mas tenho orgulho de ser o que sou, por algo que as pessoas reúnem e me dão, e eu vendo.

Nunca conseguiu concordar em ser formalizado, embora diga que o inscreveram no censo dos classificadores, talvez “porque já era velho” e precisavam de gente mais jovem, faz uma dedução “mas agora com isto e o que eu tiro da aposentadoria a gente mexe com a patroa, ela trabalha na casa da família”, e ele tem duas netas pequenas que ele e a esposa estão criando.

Os classificadores constituem o elo fundamental para a reciclagem do plástico no Uruguai, por serem eles que se dedicam a coletar os resíduos descartados pelos vizinhos. Na verdade, a quantidade de embalagens descartadas diariamente pela população é elevada, principalmente quando surgem embalagens descartáveis. Eles vendem os plásticos para armazéns que os exportam (no caso do PET) ou os vendem para indústrias de reciclagem. Assim como Júlio, eles expressam orgulho em dedicar seu tempo à coleta e classificação de materiais recicláveis, pois, caso contrário, esses materiais iriam parar na terra e, assim, poderão devolvê-los ao mercado. É um trabalho digno e procuram fazê-lo não só pelo seu valor econômico, mas também pelo valor ambiental que proporcionam.

No caso dos classificadores organizados em cooperativa, acompanhados pela CUI (Centro Uruguay Independiente), já estão formalizados, embora valha esclarecer que o mecanismo para conseguir esta situação é burocrático e lento. Jorge faz parte da CUI e a questão que se apresenta é que “os classificadores não são donos de nada”, as empresas não querem comprar diretamente dos trabalhadores, “terceirizam tudo, até porque não existe uma autoridade nacional na questão dos resíduos” (Jorge, CUI).

Vale a pena considerar os dados fornecidos pela imprensa uruguaia sobre plásticos, considerando a questão da reciclagem e a visão que o país dá a esta questão. Segundo o semanário *Busqueda* (2022), mais de 200 mil toneladas de resíduos plásticos chegam anualmente aos locais de eliminação final. Destes, 80 mil são recipientes, dos quais as fábricas reciclam 4%. Isso influencia na precariedade e instabilidade dos classificadores que atuam nos centros de coleta.

Quanto à formalização dos classificadores, os anos passam e muitos não conseguem, enquanto outros não se interessam. O panorama em torno desta questão é complexo. De uma população entre 5.000 e 10.000 classificadores, os formalizados atingem apenas cerca de trezentos (entre 3% e 6%).

Continuando com os atores da reciclagem de plástico, encontramos os depósitos de bairro. Geralmente, são classificadores que conseguem escalar sua atividade, possuem meio de transporte de carga, possivelmente uma prensa, e compram materiais no bairro e seu entorno. Eles são intermediários entre classificadores e grandes armazéns. Frequentemente, são organizações informais que podem ter alguma especialização por tipo de materiais.

Perto de minha casa (casa de Sonia Gau), existe um armazém para compra de materiais recicláveis, inclusive de plástico. Antônio é o gerente. Ele diz que não dá recibo de compra, porque ninguém pede. Ele paga e todos concordam. Vende em Montevideu para um armazém que vem buscar a mercadoria e é o que paga melhor. “Eu vendo para quem paga melhor.” Cada material tem um preço que corresponde a 1kg de material. O classificador traz o material, ele é pesado na balança que o negócio tem e “eles pagam o que é justo”, diz. Como o objetivo do negócio é a coleta de materiais, ele, com um funcionário, é responsável por classificá-los e embalá-los em fardos para melhor comercializá-los.

As empresas que se dedicam a receber, separar, enfardar e acondicionar diversos tipos de materiais pós-consumo ou pós-industriais são os grandes armazéns. Os fornecedores dos tanques são grandes geradores, empresas, indústrias e tanques de bairro. São, em muitos casos, os principais fornecedores da indústria de reciclagem. Esses grandes armazéns oferecem serviços de compra e venda, tratando materiais recicláveis em suas fábricas e enviando-os para empresas nacionais e internacionais. Quando o país não oferece a solução necessária para gerir estes materiais, estes armazéns são responsáveis pela sua exportação. Em geral, procuram incluir o máximo possível de seus resíduos no circuito de reciclagem. É o caso da sucata plástica, resíduo ou matéria-prima rejeitada no processo industrial, que tem valor econômico sendo gerenciada por essas empresas. Dessa forma, consegue abastecer indústrias que os utilizam como matéria-prima em qualquer lugar do mundo. Rotondaro (papel e papelão) e Pedernal (resíduos diversos) são as grandes jazidas, localizadas em Montevideu. No caso do Pedernal, compra e vende diversas sobras de plástico para abastecer as indústrias, nacionais ou estrangeiras, que as utilizam como matéria-prima.

Os atores da cadeia de reciclagem de plásticos que atuam são formalmente as empresas recicladoras. No Uruguai, existem 23 empresas que processam diversos materiais plásticos, principalmente PEBD (poliestireno de baixa densidade), PEAD (poliestireno de alta densidade) e PET (tereftalato de polietileno). Para saber mais sobre a reciclagem de plástico nas geradoras,

vou até a Atma, empresa que fica a aproximadamente dois quilômetros de distância da minha casa.

Esta empresa opera no Uruguai desde 1948 e, desde 1982, sua planta industrial está localizada na cidade de La Paz, próximo de Las Piedras. Lá, entrei em contato com a Leticia (gerente de qualidade), que aceitou me dar informações sobre como a Atma aborda a questão da reciclagem. No início, uma frase publicitária da empresa resumia: “O plástico não é só matéria, é também espírito”. No começo, a fábrica estava especialmente focada em gavetas e produtos para o lar; atualmente, existe uma hibridização focada no desenvolvimento de produtos e design.

Figura 3. Publicidade antiga da Atma.



Fonte: www.atma.com.uy.

Leticia conta que a empresa tem apostado fortemente na questão da reciclagem. Tanto que em 2020, com as Fábricas Nacionales de Cerveja (FNC), desenvolveram uma nova linha de trabalho. “Este projeto com as Fábricas Nacionales de Cerveja surgiu como parte de fornecer uma solução ao cliente, o que fazer com as gavetas quebradas ou fora de uso. É assim que ele traz e incorpora no processo e elas são recicladas novamente e reincorporadas ao mercado” (Leticia). As empresas trabalham juntas há anos e este projeto ajudou a impulsionar a indústria do plástico na área da reciclagem.

Leticia conta que os técnicos da empresa trabalharam no desenvolvimento do molde e no design das peças, que tinham que ser compatíveis com a estrutura do armário FNC e deveriam ser sustentáveis. “Tanto que, para que ele fosse cem por cento reciclado, foi preciso

revisar o molde e a máquina que faz o armário.” O processo de design demorou quase um ano, entre o desenvolvimento da matriz e o teste de funcionamento, “além disso, foram realizados diversos testes de materiais para ver qual porcentagem de material reciclado poderia ser alcançada”. Depois de vários testes, um produto 100% reciclado foi validado através da reutilização de armários quebrados que seriam destruídos. Além disso, quando esses armários quebram novamente, eles voltam ao ciclo de reciclagem. Assim, este projeto evita a utilização de plástico virgem, substituindo-o por plástico reciclado. Quase 50 mil armários reciclados foram feitos, usando cerca de 52.500 originais.

Para saber quais outros produtos são feitos através da reciclagem, Letícia explica: “Hoje a maioria das gavetas está sendo reciclada e existe uma linha de baldes de tinta com material reciclado incorporado, mas estão tentando incrementar os produtos com esse processo”. Ela esclarece que embalagens de alimentos não podem ser incorporadas ao processo com material reciclado, pois não é possível garantir a limpeza do produto. Existem regulamentações que impedem a incorporação de material reciclado pós-consumo em embalagens que estarão em contato com os alimentos. “O que a Atma faz é reciclar produtos para diversas indústrias que não têm contato direto com alimentos.” Relativamente aos polímeros que a fábrica utiliza para produzir, “tudo o que tem a ver com gavetas e cacifos é de polietileno de alta densidade e os baldes de tinta são de polipropileno. A empresa não fabrica nada em PET.”

Sobre como obtêm a matéria-prima para reciclagem, Letícia explica que a maioria é trazida pelos clientes. Em relação ao custo, o item reciclado é mais barato. A matéria-prima é adquirida do cliente, é moída, lavada e depois seca para posteriormente ser incorporada ao processo. Letícia afirma que “os clientes estão exigindo, e é a linha que deve ser seguida, a reciclagem do plástico, temos que começar a tomar consciência de que o plástico pode ser reaproveitado, reciclado”. Ela acrescenta que “na realidade não é o plástico que é mau, mas sim as más práticas do ser humano, na realidade o material pode ser reciclado muitas vezes”.

A empresa tem apostado fortemente na sustentabilidade do plástico através da reciclagem. Entre as estratégias que implementa, não só visa à economia circular, como também participa em campanhas de reciclagem com clientes e parceiros estratégicos com quem trabalha.

Outros atores envolvidos na reciclagem de plástico são as empresas. Por meio das embalagens dos produtos, o plástico que eles geram vai para coletores, armazéns, classificadores formais ou informais e indústrias de transformação. Para saber disso, fui ao supermercado onde faço compras. Aí Silvana, filha do dono, me conta:

Sim, tira-se muito náilon das capas, das caixas, das mercadorias, então claro que se monta uma embalagem importante e tem que ter um espaço físico para ela, dedicado a ela, ao longo do dia ela é montada. Vem um homem levantar, um vizinho, se ele não viesse, a gente teria que ter vários contêineres para tudo que a gente tira durante o dia.

Um dia, quando estava saindo do supermercado, vi a vizinha arrumando em um caminhão o papelão e o náilon que estavam no contêiner e outra pilha espalhada pelo chão. Perguntei onde os vendia e ela respondeu: “Onde me pagam mais” e continuou com sua tarefa de armazená-los.

Embora existam programas de coleta para recuperação de plástico, não existem instrumentos suficientes de sensibilização e comunicação. Há iniciativas departamentais, mas às vezes os programas não funcionam porque não há apoio suficiente dos municípios. Em geral, isso acontece porque o preço baixo compromete a venda dos materiais. “Sua embalagem serve” (TENS) é um sistema de gestão de embalagens que busca a recuperação e reciclagem conforme estabelecido na Lei de Embalagens e no decreto regulamentador. Atualmente, envolve a participação do setor privado através da Câmara de Indústrias do Uruguai (CIU) e do setor estatal através do Ministério do Meio Ambiente e dos municípios departamentais. Além disso, uma ONG, a CUI, participa em Montevideu e Canelones. O programa conta com centrais de classificação, estratégias coexistentes de circuitos limpos, porta a porta ou em contentores e um sistema de pontos de entrega voluntária.

Estes pontos de recolha voluntária ou ilhas de reciclagem foram instalados em alguns supermercados para os residentes poderem trazer as suas embalagens para a reciclagem, garrafas de plástico de todos os tipos, sacos de plástico limpos, entre outros materiais. Este programa de valorização de resíduos foi implementado no âmbito da Lei de Utilização de Contentores Não Reutilizáveis. Esta lei estabeleceu que qualquer empresa que utilize embalagens não retornáveis para comercializar os seus produtos em território nacional deve contribuir com planos de recuperação de embalagens para reciclagem, em conjunto com os municípios, promovendo circuitos de recolha limpos e incorporando na tarefa classificadores de resíduos.

Em Montevideu, o programa Montevideu Mais Verde e o projeto Ecocentro Itinerante consistem em uma rede de centros de recepção de resíduos, por meio de um módulo de recebimento de materiais recicláveis, que fica instalado durante uma semana em cada bairro de

Montevideu. Plásticos PET, garrafas de refrigerantes, água, iogurte, produtos de limpeza, recipientes de xampu, hipoclorito e tambores podem ser depositados ali.

Quando visitei a Atma, Letícia me contou sobre esse programa. Antigamente, os recipientes eram levados para reciclagem, sendo necessário que fossem bem lavados (lavagem tripla).

Numa altura em que participei na roda de reciclagem de tambores para produtos agroquímicos, triplicando a lavagem dos recipientes de agroquímicos, certificando-nos de que não restavam vestígios de produtos tóxicos, entregamos os recipientes para vender. Mas o que havia de errado conosco, aquela lavagem tripla não funcionou bem. Para nós, significava um risco para o operador que ali trabalhava. Se nos garantirem que estão bem lavados, sim, nós os recebemos. O programa se chama Campo Limpo, o próprio produtor rural fazia a lavagem, a empresa recolhia e levava para a usina. Esse programa ainda existe. Disseram-me que com aquela lavagem tripla, se fizessem bem, estava tudo bem.

A reciclagem no Brasil e em Porto Alegre

Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), entre 2010 e 2019 a geração de resíduos no Brasil aumentou 15,64% (de 66.695.720 para 79.069.585 em milhões de toneladas/ano). Assim como a geração individual subiu 8,15% (de 348,3 para 379,2 kg/ano/habitante). Em relação à coleta, os resíduos sólidos urbanos, cresceram de 59 para 72,7 milhões de toneladas e a cobertura da coleta avançou de 88 para 92%. Os materiais recicláveis secos ampliaram sua participação no total de resíduos sólidos urbanos (de 31,7% – em 2012 – para 33,6%, em 2021), a porção orgânica permanece dominando como principal elemento, com 45,3%, pouco mais de 37 milhões de toneladas/ano. Os resíduos recicláveis secos são compostos principalmente por: plásticos (16,8%, com 13,8 milhões de toneladas anuais), papel e papelão (10,4%, ou 8,57 milhões de toneladas anuais), vidros (2,7%), metais (2,3%) e embalagens multicamadas (1,4%). Em mais de 74% dos municípios brasileiros foram averiguadas iniciativas de coleta seletiva, quase 1.500 municípios não contam com nenhuma iniciativa de coleta seletiva. A perda em 2019 com recicláveis que são aterrados chegou a R\$ 14 bilhões anuais (ABRELPE, 2022).

Em Porto Alegre, em 1989, foi instalada uma das primeiras coletas seletivas do País. Desta forma, tornou-se a primeira capital latino-americana a sediar no ano de 2000 o grupo de trabalho de resíduos sólidos, pelo Programa de Gestão Urbana da Organização das Nações

Unidas e pelo Instituto de Promoção de Economia Social (IPES). Estas características, em meio às discussões internacionais, como o primeiro Fórum Social Mundial, em 2001, destacaram a cidade como uma das referências nacionais no tratamento dos resíduos sólidos. Porto Alegre possui, considerando a Região Metropolitana, 3,6 milhões de habitantes que produzem diariamente cerca de 1,27 kg/hab./dia de resíduos sólidos urbanos domésticos (Departamento Municipal de Limpeza Urbana, Porto Alegre, 2016). A destinação destes resíduos no Sistema de Gerenciamento e Tratamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos conta com 18 Unidades de Triagem com cooperação entre associações de catadores.

O recolhimento dos resíduos nas residências é apenas um dos primeiros passos no Sistema Integrado. A etapa que consideramos o ponto central é a separação dos resíduos secos nas Unidades de Triagem. Geralmente, estas unidades são galpões instalados em locais onde anteriormente já havia recicladores e recicladoras, lixões, e as associações. O projeto é socioambiental, unindo ambiente e sociedade na resolução de problemas da urbanidade. Assim, visava organizar as comunidades, sejam já trabalhadores e trabalhadoras “papeleiros e catadores”, ou não, e, dessa forma, a construção dos galpões era uma parte importante do processo. Nesse aspecto, o DMLU, solicitou que técnicos pensassem em um projeto para que os custos da construção, bem como a facilidade do trabalho, permitisse diminuir o desgaste físico dos trabalhadores. Durante a implantação do projeto, a administração popular organizou, inicialmente, oito unidades de reciclagem.

A Associação da Ilha Dos Marinheiros é apontada por diferentes fontes como a primeira associação de recicladores organizada. Começou com as mulheres organizadas na paróquia do bairro. Tanto que o galpão da Ilha dos Marinheiros já possuía uma estrutura anterior da associação para triagem de resíduos. Depois da entrada da Associação no Sistema Integrado, começam a não comportar a quantidade de resíduos secos que era trazida pela prefeitura. Na figura 4, pode-se perceber o entorno da unidade de reciclagem da Ilha dos Marinheiros, bairro Arquipélago, em Porto Alegre, composto de diversas ilhas sobre o lago Guaíba. É a área com o menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da região metropolitana, conforme o Programa das Nações Unidas (Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios). Os materiais são separados e colocados em fardos para posterior encaminhamento. Percebe-se organização no espaço e a estrutura do galpão, a frente parece ser de madeira, tendo sido fechada.

Figura 4. Associação Ambiental Ilha dos Marinheiros



Fonte: Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre.

Esses galpões eram do poder público, a manutenção e a administração eram das associações. Cada unidade de triagem tem sua dinâmica e depende muito da organização da associação que a administra (Da Silva; Do Nascimento, 2017). O itinerário de cada veículo consistia tanto no caminho que ele iria percorrer no bairro para fazer a coleta do material, mas também no destino desse material, ou seja, onde esse caminhão específico iria descarregar o resíduo recolhido. As premissas utilizadas para indicar quais caminhões iriam para determinados galpões eram basicamente a relação entre o número de trabalhadores do galpão, aliada à sua capacidade produtiva. Logo que o serviço começava em um bairro, o volume de resíduos era bastante pequeno, porém, nas semanas seguintes, à medida que o serviço era divulgado e a população se familiarizava com ele, esse volume aumentava até alcançar um ponto de estabilidade. Essa curva de crescimento inicial implicava o replanejamento dos veículos e seus trajetos (Da Silva; Do Nascimento, 2017, p. 5). Este percurso dos caminhões da coleta seletiva é um ponto-chave no funcionamento do Programa de Gerenciamento na totalidade. É a ligação do dia a dia das pessoas com a política pública. Dispor na rua o lixo

reciclável de maneira adequada, no horário e dia certos, parece ser um empecilho maior para a população do que propriamente separar o lixo. Ao percorrer estes caminhos, os caminhões ligam as casas de todos os bairros às unidades de triagem. A organização e a construção destes lugares não estão no centro urbano ou nos bairros de alta renda. São lugares que pretendem transformar vidas e espaços por meio dos mesmos recursos que antes faziam parte da toxicidade do lugar. São lixões e vilas com acúmulo de lixo e grupos de catadores que a partir desse momento constroem em conjunto com a política pública. Nas fotografias a seguir, vemos detalhes do interior dos galpões e da organização espacial do lugar. As figuras a seguir mostram a unidade de triagem da Restinga, um cooperativado nas instalações, realizando as ações de separação.

Figura 5. Unidade de Triagem da Restinga.



Fonte: Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre.

Figura 6. Unidade de Triagem da Restinga.



Fonte: Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre.

Na figura 6, na unidade, com data de 15 de julho de 1997, com os cooperativados no trabalho de separação dos resíduos recicláveis. Percebem-se muitas mulheres, assim como nas demais fotografias de galpões. Como vimos anteriormente, a Associação de Mulheres Papeleiras e Catadoras, que a partir de 1990 possui três grupos, é em sua maioria integrada por mulheres. As intersecções do espaço ocupado pelos galpões e os bairros, o gênero e a discriminação de cunho racial têm nesse local um ponto de encontro, transpassado pelos resíduos de outros bairros que ali chegam. É a cidade abrangendo lugares esquecidos pelas administrações de modo geral. O parque industrial da Restinga para materiais plásticos foi instalado em 2000, as condições de trabalho nas oito unidades de reciclagem, com um custo de 287,3 mil, gera 30 empregos diretos. Neste ano, 300 pessoas viviam da atividade e o DMLU depositava 60 toneladas de lixo nos galpões de reciclagem. A capacidade da usina era de 600 metros, com possibilidade de processar 400 ton./mês de plástico. Essa usina foi importante para o desenvolvimento econômico e social da Porto Alegre e da região metropolitana. A viabilidade da construção se deu por um convênio entre o DMLU e a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio.

Conclusões

No Uruguai e no Brasil, ainda há um longo caminho a percorrer com relação à coleta e separação dos resíduos. Parte disso tem a ver com a falta de incentivos e regulamentações eficazes que promovam o uso de matérias-primas recicladas para a produção de novos produtos. Também não existe uma regulamentação clara para a responsabilidade alargada do produtor. Por outro lado, faltam campanhas de sensibilização dirigidas ao consumidor. Deve ser promovida a economia circular dos plásticos, implicando um modelo de sistema fechado que promova a reutilização de produtos plásticos, gere valor a partir dos resíduos e evite o envio de plásticos para os aterros. Como não é possível um mundo sem plásticos, a chave é o consumo responsável e a consciência de que devemos gerir corretamente os resíduos plásticos para não terem impacto no ambiente, nos oceanos e nos continentes. Além disso, devemos colocar o ambiental e o social antes do econômico, porque não podemos deixar tudo de graça para aquela esfera onde o lucro é feito em detrimento do outro.

Em ambos os casos estudados, percebemos uma falta de conexão entre os recicladores, as empresas, poder público e os cidadãos. Por mais que políticas públicas e projetos sejam desenvolvidos com boas intenções e sejam inovadores e importantes, acabam sempre esbarrando na estagnação da separação de resíduos (possivelmente por falta de uma educação ambiental eficiente), no crescimento do consumo e na falha em incorporar os recicladores. Além disto, os setores dominantes da economia da reciclagem, sendo os exploradores comerciais dos resíduos do mercado, criam como forma de controle a dualidade dos classificadores formais e informais que lutam diariamente pela sua subsistência. Os recicladores são ambientalistas populares que buscam um interesse material no meio ambiente como fonte de condição e sustento.

Ao concluir este artigo, é fundamental destacar a importância de tornar visíveis as particularidades e complexidades do processo de reciclagem. Ao fazer isso, estamos contribuindo para uma compreensão mais profunda dos desafios e das oportunidades que enfrentamos nessa área crucial para a sustentabilidade ambiental.

Ao destacar as particularidades, como as diferentes técnicas de reciclagem para materiais diversos, os desafios logísticos e econômicos envolvidos na coleta e no processamento de resíduos, e as complexidades das cadeias de suprimento globais, podemos criar uma base sólida para abordar essas questões eficazmente.

Além disso, ao reconhecer os desafios, como a falta de infraestrutura adequada, a contaminação de materiais recicláveis e a necessidade de educar o público sobre a importância da reciclagem, podemos identificar oportunidades para inovação e melhoria. Isso inclui investir em tecnologias avançadas de reciclagem, desenvolver políticas públicas que incentivem práticas sustentáveis e promover uma mudança cultural em direção a um estilo de vida mais consciente.

Portanto, ao finalizar este artigo, instigamos os leitores a se envolverem ativamente na promoção da reciclagem, reconhecendo tanto seus desafios quanto suas oportunidades, trabalhando juntos para construir um futuro mais sustentável para as gerações presentes e futuras.

Referências

Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios. Disponível em: www.undp.org/pt/brazil/atlas-dosmunic%C3%ADpios#:~:text=O%20Atlas%20Brasil%20%C3%A9%20um,dos%20munic%C3%AADpios%20e%20es+tados%20brasileiros. Acesso em: junho de 2017.

ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil. Disponível em: <http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2015.pdf>. Acesso em: junho de 2017.

ARMIERO, M.; DE ANGELIS, M. 2017. “Anthropocene: victims, narrators, and revolutionaries.” *South Atlantic Quarterly*, 116(2): 345-362. Acesso em: junho de 2017.

ATILES-OSORIA, J. M. 2013. “Colonialismo ambiental, criminalización y resistencias: Las movilizaciones puertorriqueñas por la justicia ambiental en el siglo XXI”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 100: 131-152. Acesso em: junho de 2017.

Banco de Dados Virtual de Projetos de Leis, Políticas Públicas e Programas de Governo do PT. Disponível em: <http://www.pt.org.br>. Acesso em: junho de 2017.

BARÁIBAR, F.; ANDRADA, L. 2018. *Informe Diagnóstico Reciclado. Volúmenes de residuos plásticos industriales recuperados a nivel nacional*. CtPlas. <https://ctplas.com.uy/wp-content/uploads/2019/03/Informe-Pl%C3%A1sticos-ANDE-CTPLAS-2018-Final-Publicable.pdf>. Acesso em: junho de 2023.

BARÁIBAR, F.; ANDRADA, L. s. f. 2017 *Informe Diagnóstico Reciclado 2016-2017*. CtPlas. <https://ctplas.com.uy/wp-content/uploads/2020/10/Diagn%C3%B3stico-Reciclado-CTplas-Informe-publicable-Versi%C3%B3n-Final-03-10-2017-Revisado.pdf>. Acesso em: junho de 2023.

BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas. La modernidad y sus parias*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

BOUCHER, J.; BILLARD, G. 2019. “The challenges of measuring plastic pollution.” *Open Edition Journals Special*, 19: 68-75. <https://journals.openedition.org>. Acesso em: junho de 2023.

Cempre, C. E. 1998. *Manual de Gestión Integral de Resíduos Sólidos Urbanos*. Uruguay: CEMPRE. <https://cempre.org.uy/category/manual-girsu/>. Acesso em: junho de 2023.

CHARLES, Dominic; KIMMAN, Laurent. *Plastic Waste Makers Index*, 2023.

DA SILVA, Caroline Silva; DO NASCIMENTO, Luís Felipe Machado. 25 ANOS DA COLETA SELETIVA DE PORTO ALEGRE: HISTÓRIA E PERSPECTIVAS. *GESTÃO E DESENVOLVIMENTO*, v. 14, n. 2, 2017. Acesso em: junho de 2023.

DE FREITAS NETTO, S. V.; FALCÃO SOBRAL, M. F.; BEZERRA RIBEIRO, A. R.; DA LUZ SOARES, G. R. 2020. “Concepts and forms of greenwashing: A systematic review.” *Environmental Sciences Europe*, 32(1): 1-12. Acesso em: junho de 2023.

Departamento Municipal de Limpeza Urbana, Porto Alegre

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. *El mundo de los bienes. Hacia una antropología del consumo*. Consejo Nacional para la Cultura y las Artes. México: Grijalbo, 1979.

DRACKNER, M. 2005. “What is waste? To whom? An anthropological perspective on garbage.” *Sage Journal*, 23(3). <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15988938/#:~:text=Abstract-What%20is%20waste%3F,public%20health%20and%20the%20environment>. Acesso em: junho de 2023.

EEA, Highest recycling rates in Austria and Germany – but UK and Ireland show fastest increase. Publicado em 8 de março de 2013. Disponível em: <<https://www.eea.europa.eu/media/newsreleases/highest-recycling-rates-in-austria>>. Acessado em 2017.

ERIKSEN, M.; LEBRETON, L.; CARSON, H.; THIEL, M.; MOORE, C. J.; BORERRO, J., GALGANI, F.; RYAN, P.; REISSER, J. 2014. “Plastic Pollution in the World’s Oceans: More than 5 Trillion Plastic Pieces Weighing over 250.000 Tons Afloat at Sea”. *PLoS ONE*, 9(12): e111913. <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0111913>. Acesso em: junho de 2023.

KAZA, Silpa *et al.* What a waste 2.0: a global snapshot of solid waste management to 2050. World Bank Publications, 2018.

MARQUES, L. C. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: Unicamp, 2015.

MILLER, D. *Material cultures. Why some things matter*. London: UCL Press, 2001.

PITTALUGA, L.; PIRROCCO, D. 2021. “Análisis de la cadena de valor del plástico y el caucho en el Uruguay”. *Serie Estudios y Perspectivas*, 53. Cepal. www.cepal.org/es/. Acesso em: junho de 2023.

RIAL, C. (ed.). *O poder do lixo: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos*. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2016.

VELASCO, H.; DÍAZ DE RADA, A. *La lógica de la investigación etnográfica. Un modelo de trabajo para etnógrafos de escuela*. Madrid: Trotta, 2006.

Recebido em 30/11/2023 | Aceito em 18/10/2024



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Atores da Reciclagem e Dinâmicas Urbanas

V 13 | n 24 | jan-jun 2024

Gestión integral de residuos e inclusión social en el AMBA: Análisis sociotécnico de las tensiones y sinergias por los espacios de decisión estatal en el municipio de Quilmes

Sergio Daniel Ferraro



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

FERRARO, Sergio Daniel. Gestión integral de residuos e inclusión social en el AMBA: Análisis sociotécnico de las tensiones y sinergias por los espacios de decisión estatal en el municipio de Quilmes. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 13, n. 24, p. 224-245, jan-jun 2024. Semestral.

© NAUI

Gestión integral de residuos e inclusión social en el AMBA: Análisis sociotécnico de las tensiones y sinergias por los espacios de decisión estatal en el municipio de Quilmes

Sergio Daniel Ferraro¹

Resumen

Desde un enfoque sociotécnico, se reconstruyen tres etapas de la implementación de la GIRSU en el Municipio de Quilmes vinculadas a las últimas administraciones de gobierno y a las tensiones de los actores involucrados en este proceso. Focalizando en el modo en que intervienen actores no-humanos “caballos”, en este proceso, sobre los cuales se configuran disputas como su continuidad/reemplazo, dando cuenta de los límites y contornos de las políticas participativas en la gestión de reciclables.

Palabras Clave: Carro, Caballo, Cogestión.

Gestão abrangente de resíduos inclusão social na AMBA: Análise sociotécnica do tensões e sinergias por espaços estaduais de tomada de decisão no município de Quilmes

Resumo

A partir de uma abordagem sociotécnica, três etapas da implementação do ISWM no O Município de Quilmes é reconstruído, vinculado às últimas administrações governamentais e as tensões dos atores envolvidos neste processo. Concentrando-nos na forma como os seres não-humanos Neste processo intervêm atores “cavalos”, sobre os quais disputas como a sua se configuram continuidade/substituição, dando conta dos limites e contornos da participação políticas na gestão de recicláveis.

Palavras-chave: Carroça, Cavalo, Cogestão.

¹ Licenciado en Educación y Diploma de Posgrado en Diseño Estratégico de Tecnologías para el Desarrollo Inclusivo Sustentable por la Universidad Nacional de Quilmes. Becario Doctoral PICT-Agencia I+D+i por el Instituto de Estudios Sobre Ciencia y Tecnología (IEST-UNQ). Email: ferrarosergiodaniel@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0495-0036>

Comprehensive waste management social inclusion in the AMBA: Sociotechnical analysis of the tensions and synergies by state decision-making spaces in the municipality of Quilmes

Abstract

From a sociotechnical approach, three stages of the implementation of the ISWM in the Municipality of Quilmes are reconstructed, linked to the last government administrations and the tensions of the actors involved in this process. Focusing on the way in which non-human actors “horses” intervene in this process, on which disputes such as their continuity/replacement are configured, accounting for the limits and contours of participatory policies in the management of recyclables.

Keywords: Cart, Horse, Co-management.

Introducción

Los procesos territoriales urbanos del AMBA han sido ampliamente estudiados en las últimas décadas, siendo los que analizan las problemáticas socioambientales y la consolidación del rol de los cartoneros en la gestión de residuos uno de los más estudiados, por nombrar solo algunos: Careno y Sorroche (2021); D’hers y Shammah (2015); Saidón y Verrastro (2017), Careno y Fernández Álvarez (2011).

De esta manera, que a partir del año 2005 comenzaron a impulsarse a nivel nacional políticas públicas basadas en el modelo de Gestión Integral de Residuos Sólidos Urbanos (GIRSU) que busca promover tanto la minimización en la generación de residuos, como la valorización de residuos reciclables para su reutilización en procesos productivos y la formalización de los llamados “recicladores informales o cartoneros”, actores relevantes en los procesos de recolección diferenciada de materiales reciclables. Sin embargo, aunque se han concretado avances en estos puntos a lo largo de diferentes iniciativas distritales, las mismas aún no han logrado revertir o estabilizar transformaciones estructurales del sistema de gestión de residuos en el AMBA (Careno y Sorroche 2021).

El caso de Quilmes no resulta una excepción, siendo una de las jurisdicciones donde la implementación del sistema GIRSU permite evidenciar que lejos de tratarse de un proceso uniforme y lineal, responde tanto a condicionantes estructurales como coyunturales a nivel de

las políticas públicas en las que se enmarca, como de la orientación política de las administraciones de gobierno municipal que se sucedieron en las dos últimas décadas. De esta manera analizaré desde un enfoque socio-técnico las trayectorias y dinámicas de las políticas públicas y sus formas de materialización. Recuperando de este enfoque el concepto ampliado de “tecnología” (artefactos, normativa y organización) y el de Alianza Socio-técnica (AST) como herramienta analítica que permite precisar el funcionamiento, trayectorias e interacción entre las tecnologías (de producto, proceso y organización) y los actores implicados (Thomas et al, 2015).

A tales fines, se ha realizado una investigación de fuentes oficiales, periodísticas y las normativas vigentes en conjunto con entrevistas no directivas a diferentes actores sociales relevantes (ASR) (Pinch y Bijker 2008) con la idea de lograr mayor precisión sobre la construcción de los sentidos y elementos que conforman los diferentes problemas/soluciones e interpretar cómo operan las distintas políticas públicas.

“El modelo Buenos Aires”

El modelo de GIRSU tiene sus orígenes en los países industrializados como respuesta a la gran cantidad de residuos sólidos urbanos (RSU) producidos. Basado en el desarrollo sostenible, tiene como objetivo primordial la reducción de los residuos enviados a disposición final. A partir de los ’90 se fue extendiendo en varios países del sur global de América a partir de agencias internacionales de crédito como el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y a partir de la promoción de agencias locales para su promoción. Pero la implementación de este modelo no serían las mismas que en los países centrales, los procesos de transducción se manifiestan de forma diferente al de los países centrales (Carenzo y Sorroche 2021).

En Argentina, en una primera etapa, para 1999 se presenta el “Plan de GIRSU” (PGIRSU) a través de la Secretaría de Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible de la Nación. Pero será recién para el 2005, luego de aprobada la Estrategia Nacional de GIRSU (ENGIRSU), que el plan tendrá alcance nacional. La diferencia entre ambas iniciativas era que la primera planteaba lineamientos de diagnóstico para los municipios, entre ellos Quilmes, que por lo general presentaban un sistema de recolección deficiente y microbasurales. Por su parte, el plan nacional propone metas para el 2025, orientando su propuesta hacia la incorporación de criterios de planificación, centralización y regionalización. La diferencia se daría en el proceso de

adaptación socio-técnica de esta iniciativa, incluyendo una referencia previa que en un primer momento no estaba planteado como uno de los objetivos, “apoyar la inclusión social de los trabajadores informales de la basura y promover el reciclaje” (Carenzo y Sorroche 2021). Que esto sucediera no es casual, tras la crisis socio-económica del 2001 diversos movimientos sociales surgen buscando solucionar el problema de la desocupación, una de las iniciativas se plasmó en la proliferación de cooperativas de trabajo especializadas en distintos rubros. El aumento del número de personas que recolectaban y comercializaban materiales reciclables de los residuos depositados en la vía pública (papel, cartón, latas, vidrio) a partir de la crisis, llevó a la construcción a través de los medios de comunicación del término de “Cartoneros” y “Carreros” (Carenzo, 2014). Ante este escenario la implementación del sistema GIRSU y los numerosos reclamos sociales, es que estos trabajadores informales iniciaron su lucha para ser reconocidos como parte del sistema de recolección. Más allá de esta construcción identitaria de los recolectores contrapuesta a la etiqueta mediática de su labor de aquel entonces, a lo largo del tiempo se han ido construyendo y adaptando sus propias alianzas que los han posicionado como proveedores de servicios de carácter socio-ambiental dentro de la economía circular.

Particularmente en la CABA, las luchas por la reivindicación de los cartoneros y carreros representó un caso inédito para la región, impulsado desde la Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores (FACCyR) y el Movimiento de Trabajadores Excluidos (MTE) que luego de 10 años convirtió el modelo gestión de RSU de la ciudad en un modelo de cogestión (Carenzo y Sorroche, 2021). Lo que implicó incorporarlos al sistema público de recolección de residuos a estos actores, recibiendo un ingreso complementario aparte los ingresos obtenidos por la venta de reciclables. Será a partir de estas agrupaciones, que el llamado sistema “Buenos Aires” será impulsado a nivel local en el AMBA, entre ellos el municipio de Quilmes, a pesar de las presentes asimetrías de recursos entre ambos territorios.

Carro/caballo, la tecnología como mediadora

El carro es elemento central de recolección de los cartoneros. Se trata de su herramienta de trabajo y las características de este artefacto están relacionadas directamente con el tipo de materiales que recolectan, como así también la distancia y el volumen a abarcar. Tratándose no de un mediador “externo” en su práctica, sino una parte constitutiva de su labor cotidiana. La relación carro/cartonero no es escindible y se conjuga un elemento fundamental de su labor, el

tipo de materiales a recoger y los conocimientos y rutinas que realiza su usuario, es decir, va sufriendo ajustes en su forma y ergonomía contextualiza a su labor (Carenzo y Schamber, 2021). Los carros han ido tomando diferentes formas a lo largo del tiempo a partir de construcción y/o modificación de diseños adaptados a las tareas de sus usuarios. La creciente organización de los recicladores urbanos en los últimos 20 años no ha estado exenta de iniciativas que intentaron transformar la presencia de los carros, enfocándose principalmente en el reemplazo de los carros por otros vehículos. Es frecuente que estas propuestas estén alineadas con las iniciativas que buscan prohibir la tracción a sangre (TAS) a caballo de los centros urbanos (Carenzo y Schamber, 2021). Esta posición es la que sostienen asociaciones civiles y ONGs “animalistas” al presentarse como defensores de los caballos. Como señala Carman (2018), aunque el proteccionismo no es nuevo, es a partir de la mediatización² de la primera década del siglo XXI donde comienza a tomar fuerza este movimiento presionando a los gobiernos locales, presentando a los cartoneros como reproductores de violencia animal. Carenzo y Schamber (2021) recuperan lo trabajado por Carman (2018) resumiendo que esta construcción de la identidad del otro promueve una visión humanizada de los animales que encuentra correspondencia con una perspectiva biologizante de los humanos, que prodiga a unos (animales) los atributos que niega a otros (humanos), lo que despliega nuevas formas de estigmatización. No se trata de una determinación aséptica de las características de los actores (humanos y no humanos), sino de la capacidad de un sector (proteccionistas) de influir sobre otros (instituciones, medios, carreros). Esto se puede identificar a través de la construcción de un discurso unívoco de acciones de movilización masiva, reclamos judiciales, charlas de sensibilización en instituciones con la divulgación de material audiovisual “sensible” (Ver figura 1) o agrupándolos entre las distintas asociaciones civiles involucradas. En línea con esta construcción discursiva, Andrea Osório (2016) recuperando al recuperar Boltanski (1993) aporta una mirada más refinada sobre los proteccionistas y su construcción discursiva del sufrimiento, la cual exige un estilo discursivo emocional que ponga énfasis en la comunidad como testigos del sufrimiento; la afectación se filtra hacia los miembros de la comunidad ya

² Según Mónica Padilha (2020) las acciones de los grupos proteccionistas de animales se encuadran como parte de los movimientos sociales de “nuevo tipo”, surgidos a partir de la década de 1990. Este encuadre se debe, en primer lugar, a que sus intereses no se guían por cuestiones económicas, sino en la consecución de derechos universales y en segundo lugar, porque su fortalecimiento ha sido fomentado por las redes sociales. Los miembros del movimiento a menudo no se conocen, pero actúan juntos a través de Internet o se convocan para marchas. Como señala Padilha, estas nuevas configuraciones no implican una disminución en las luchas, sino nuevas formas de movilización social.

no solo es el sufrimiento del animal su elemento central, sino el sufrimiento del protector y su ardua tarea. Es en base a este proceso de sensibilización que lo que la asociación “Bs As SIN TAS” busca materializar desde su creación en el año 2020 a través de la afiliación conjunta entre varias organizaciones proteccionistas con el mismo objetivo, como expresa en su perfil oficial “eliminar el TAS de los municipios de la provincia”. En el caso Quilmes, la organización afiliada es “Caballos de Quilmes” (CQ) creada en 2012.

“[Bs As SIN TAS] tiene un modelo de ordenanza que se puede aplicar en los 135 municipios de la provincia. Con eso pueden identificar barrios populares y que la prohibición sea total. Sino los caballos se van a seguir muriendo porque se comen la basura que dejan los cartoneros. Ya está demostrado que los animales son seres sintientes no-humanos.” (Dir.de CQ)

“El trabajo de protección animal está así permeado por una situación multiagencial ligada a redes sociotécnicas (Latour, 1994) y comunicaciones digitales, consistentes en mayor o menor medida y de forma a menudo tensa, en agentes públicos encargados de prestar asistencia y control biopolítico de la población animal urbana, ahora situada en la posición de “híbridos” entre naturaleza y sociedad” (Lewgoya et al, 2015, pág. 81).

Lo expresado por la directora de CQ no busca cuestionar las problemáticas sociales de los carreros, por el contrario, se presenta como un único discurso solo dirigido a la situación de los caballos. La presentación de un modelo universal de ordenanza, se plantea como una construcción de tecnología normativa tendiente a ser replicada sin tener en cuenta el contexto de aplicación y las diferencias particulares de cada jurisdicción, es una interpretación normativa construida desde un sector que no otorga pasividad a réplica; todo esto sustentado en un animalismo que no se cuestiona la realidad del otro, sino que la plantea como estructuralmente deficitaria (Carman, 2018).

“No es casual que medio desfile tradicionalista de Solano sea de carreros, hay un arraigo gauchesco fuerte. El caballo para nuestros compañeros a ser parte de la unidad familiar, no es solo una herramienta de trabajo. Pueden tener casas precarias, pero el establo tiene un contrapiso alto para que no se llene de agua cuando llueve. Esta lógica es la que no entienden del otro lado.” (Referente MTE Quilmes)

A contrapelo de los proteccionistas, desde las entrevistas realizadas al referente del MTE se presenta la existencia de grupos de los carreros que tienen su propio caballo que no identifican al animal como una simple herramienta, sino vinculado como parte de su “unidad familiar” con cercanía y cuidado especial en este doble rol. Paralelamente, esta relación se

extiende con un fuerte arraigo a la cultura gauchesca, imprimiendo sentidos e imaginarios que no son cuestionados, al menos no extensamente. Al igual que el estudio Oliveira (2022) sobre los carreros en Bello Horizonte, su tarea es representada como obsoleta por el medio de transporte que utilizan y como “verdugos” del sufrimiento del animal, se ignorando la convivencia en el barrio o las construcciones de establos, la presencia de otros animales como gallinas o cerdos en las casas de sus barrios; como señala Oliveira, no se trata solo de un vínculo de asociación del carrero con su tarea, sino también de una convivencia cotidiana. Desde el análisis realizado por Carman (2018), la relación carro/caballo carrero/caballo se podría interpretar, al menos para este grupo, como inseparable para los sectores más reticentes a dejar la TAS. La inclusión del caballo como “parte de la familia” representa la construcción de su subjetividad como carrero desde el vínculo con el animal, para ellos no son simples animales, son sus compañeros de trabajo a lo largo de sus jornadas y se trata de una relación con lazos e historias construidas a lo largo del tiempo (Haraway, 2011 y 2009). En paralelo a esta mirada, Ingold (1995) sostiene que el vínculo que los humanos establecen con los animales depende de sus cosmovisiones, además las acciones que de los animales poseen un objetivo y pueden comunicarlas.³ Para Haraway (2010), existe la posibilidad de una cierta racionalidad de ciertos animales no humanos; por su parte Ingold (1995)³ remarca la necesidad de no ver la naturaleza y la cultura como opuestos, para el ser persona no es algo limitado al humano, ya que los animales pueden comunicar .

En consecuencia, más allá de las construcciones de sentidos sobre los no humanos, se plantea la disputa entre dos sectores que buscan instituirse como portador autorizado sobre la naturaleza y esgrimiendo las razones que creen válidas, de esta manera estos colectivos definen los sentidos y los límites del problema que construyen (Carman, 2011). Como afirma Oliveira (2022), el desmantelamiento del modo de vida del carrero sin cuestionarse otras posibilidades o pudiendo este participar en la elaboración de alternativas, genera mayor precariedad para los carreros y del caballo en su posesión, ya que no hay un avance en la mejora de la calidad de vida y de trabajo, se corta el circuito de ingresos que permite sostener a ambos.

³ Ingold (1995) plantea que los animales son definidos por los humanos en función de sus cosmovisiones y sus relaciones con los animales, aunque existe una dualidad de pertenencia a veces a la naturaleza y otras a lo social. Para Ingol, los antropólogos deben trascender esta dualidad antropocéntrica, que entiende Naturaleza y Cultura como elementos opuestos. Este autor destaca que ser persona no es algo restringido a los humanos, nada impide que los animales no humanos lo sean porque se comunican y sus acciones tienen un objetivo.

Figura 1- Charla Escolar de CQ



Fuente: Archivo propio 10/05/2023

Por su parte, los gobiernos locales han visto la posibilidad de reemplazar los carros por otro tipo de vehículos motorizados a lo largo de los años con el fin de resolver esta controversia, manteniendo así la actividad, pero desde nuevas herramientas de trabajo como los motocarros o bicicletas eléctricas. Los argumentos esgrimidos por las autoridades locales se concentran sobre la idea de “modernización” y “dignificación” como solución ante la eventual prohibición de la TAS. (Carenzo y Schamber, 2021) Sin embargo, ninguna de estas propuestas ha logrado consolidarse, siendo rechazadas por la gran mayoría de los usuarios, como señalan Carenzo y Schamber (2021) “esto es producto de la falta de adecuación socio-técnica de los nuevos vehículos a sus labores cotidianas (volumen, fallas, accidentes o robos), o bien por la aparición de costos ocultos o imprevistos (mantenimiento, seguro, elementos de seguridad).” (p.27) Estos autores comprenden que el problema presente en la mayoría de las propuestas de carros es el desarrollo originado por profesionales sin estudios previos sobre la realidad de los carreros en conjunto con la capacidad limitada de inversión de los municipios para su construcción y mantenimiento. Desde un enfoque sociotécnico, la distancia entre sofisticación y el contexto en que se van aplicar es una de las críticas más frecuentes en este tipo de iniciativas unilaterales carentes de un proceso de co-construcción con sus destinatarios. Al tratarse de un problema a resolver, el desarrollo tecnológico para el que se buscan soluciones no se trata entonces de una solución única y universal, sino que hay diversidad de interpretaciones en función de los actores

involucrados. (Thomas y Fressoli, 2009), Es decir, cualquier tecnología está sujeta a la flexibilidad interpretativa que involucra una dinámica problema/solución que no es única, sino distinta según los ASR que la interpretan (Pinch y Bijker, 2008). De esta manera, no es casual este rechazo de tecnologías producto de una transferencia lineal y asimétrica por parte de los usuarios; no se plantea un proceso de co-diseño que incluya a los usuarios. (Juárez et al., 2019)

GIRSU en Quilmes, acuerdos y diferendos

El abordaje del siguiente apartado se plantea desde la reconstrucción en tres fases de AST (Ver figura 2), comprendida como la construcción de procesos donde se reconocen diferentes alineaciones de actores, trayectorias y procesos tecnológicos entendidos desde el enfoque socio-técnico.

En una *primera etapa*, la GIRSU se aprueba en la provincia de Buenos Aires a partir de la sanción de la ley 13592/06. De este modo se establece formalmente la necesidad de planificar y diseñar estrategias desde el nuevo modelo otorgando un presupuesto mínimo a la municipalidad para los proyectos de GIRSU. En Quilmes, ese mismo año 2006 el sistema de recolección estaba privatizado, lo que reporta un pago mensual de 14 millones de pesos en canon por el servicio a la empresa prestadora, Covelia, generando un costo de casi el 30% del presupuesto mensual. La concesión incluía la recolección, el traslado a las plantas de transferencia del CEAMSE para su deposición final en rellenos sanitarios, implicando otro pago por el volumen de residuos procesados a esta otra empresa. Igualmente, este problema no era nuevo y estaba presente en gestiones anteriores. En lo que respecta a los cartoneros y carreros, su actividad se limitaba a un trabajo de recolección de residuos sólidos urbanos desde la informalidad. El reconocimiento social y su impacto en la recuperación de reciclables era escaso en ese momento. A pesar de esto, algunas cooperativas habían logrado conformarse, como es el caso de la Cooperativa de Villa Itatí en el año 2000, pionera en el municipio. Pero será recién en el 2009 que inicie la recolección diferenciada con el programa “Quilmes Recicla” que, si bien se mantiene en funcionamiento, atravesó cambios profundos a lo largo de los gobiernos. (Molina y Cipolla, 2015)

Alineado con la ley 13592/06, el gobierno provincial crea en 2007 el Organismo Provincial para el Desarrollo Sostenible (OPDS) bajo la órbita de la Jefatura de Gabinete y Gobierno provincial. Encargándose de regular y habilitar las instalaciones edilicias de las

cooperativas, avance central para la formalización de los recolectores del AMBA. Sin embargo, a nivel simbólico no se lograba con estas iniciativas el reconocimiento social superador de la visión miserabilista, lo que dificulta la formalización de su labor. A diferencia de CABA que había logrado tras años de lucha concretar la cogestión en la GIRSU para 2010 (Carenzo y Sorroche, 2021) en Quilmes los cartoneros mayoritariamente seguían al margen de las políticas locales. Mientras que los carreros con caballo, aunque estigmatizados socialmente, no veían cuestionada fuertemente su práctica, el carrero era algo naturalizado en gran parte del conurbano.

Sin embargo, la cogestión de CABA implicó un límite en los de cupos, lo que se tradujo en un cambio de rumbo de los cartoneros, volcando sus zonas de recolección a lugares cercanos a sus municipios de origen, generando como consecuencia, el tema entrara en discusión en varios municipios. Ante este nuevo escenario, las asimetrías presupuestarias y materiales implicarían un proceso situado según cual fuera el gobierno local y su coyuntura, en caso de Quilmes este proceso está lleno de complejidades, tensiones y superposición de normativas.

Para el año 2011 se sancionó la ley provincial 17273/11 de Grandes Generadores (GG), a través de la cual, y a partir de diversas disposiciones, los GG de residuos deberán contratar servicios sanitarios privados con certificación de la OPDS y presentar un plan de gestión de residuos. Meses después, a partir de la negociación de unas 25 cooperativas de la provincia de Bs As, la OPDS estableció nuevas disposiciones que le permitían a las cooperativas realizar la recolección de los GG siempre que cumplieran con los requisitos sanitarios y de tratamiento, al declararlas como destinos sustentables. (Carenzo y Schmukler, 2018) En este punto la nueva normativa genera las primeras configuraciones de la alianza sociotécnica de las cooperativas a nivel local, permitiendo a las que cumplieran los parámetros sanitarios, operar con certificación de destino sustentable.

Paralelamente, en 2011 la asociación civil CQ se constituye, obteniendo una mayor consolidación al año siguiente, logrando hacer escalar en la agenda municipal, a partir de movilizaciones, protestas y redes sociales, el tema de la TAS equina. Logrando hacer que se presentará un proyecto de ordenanza que no planteó ningún tipo de análisis o voz sobre la situación de la comunidad de carreros y que algunos sectores vieron como la oportunidad de eliminar al cartonero de las calles, redactando así una propuesta prohíbe TAS animal y humana. De esta manera el Concejo Deliberante de Quilmes aprueba la ordenanza de prohibición con número 11840/12. A pesar de esta disposición que limitaba la labor de los carreros, la misma

quedó como una declaración de intenciones, ya que no sería reglamentada, en parte tras la masiva movilización de carreros apoyada por las crecientes organizaciones sociales que nuclean su labor y, por otro lado, por el conflicto paralelo con los camioneros encargados de la recolección diaria. Aun así, implicaba un retroceso y reordenamiento de los carreros desde una posición con mayor vulnerabilidad frente a las autoridades, por lo que las organizaciones sociales denunciaron la arbitrariedad de la medida que, aún sin reglamentar, propone la invisibilización y desterritorialización de su trabajo. El gobierno local no había pensado en una instancia de diálogo que permitiera expresar su punto de vista y problemáticas, se había aprobado una normativa que no distinguía entre quienes llevaban su carro manual, con sus propias adaptaciones morfológicas y ergonómicas según su trayecto, cantidad y tipo de recolección (Carenzo y Schamber, 2021), y quienes utilizaban el carro a caballo con sus configuraciones. Resulta difícil pensar que se trató de una medida descontextualizada de los crecientes procesos de politización que se estaban gestando en el resto del conurbano a partir de la experiencia en CABA y su reciente replicación, con las asimetrías del caso, en otros territorios del conurbano como por ejemplo Lomas de Zamora, distrito que había logrado implementar programas tendientes a la cogestión de la GIRSU. (Carenzo y Sorroche, 2021)

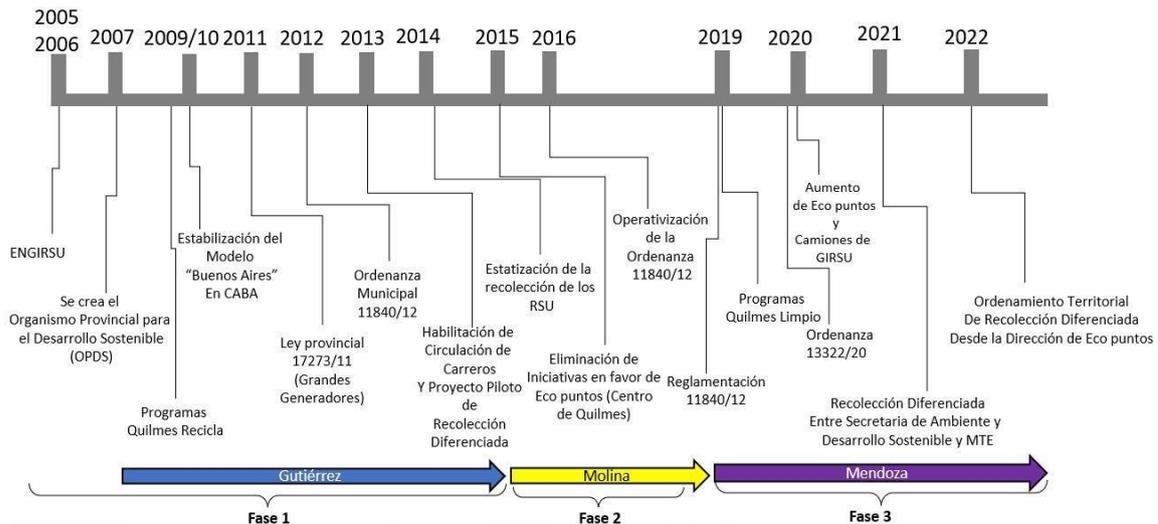
Dentro del contexto de análisis de la AST podemos recuperar la idea de posicionamiento como portavoz autorizado elaborada por Callon (1995) por parte de los proteccionistas, es decir, quienes hablarán en nombre de los caballos. Esta conceptualización implica no sólo la consolidación de una posición, sino la imposibilidad de réplica de los carreros y de un creciente proceso de desterritorialización con varios años de tensiones y disputas.

No obstante, ante la necesidad de reducir la carga presupuestaria, el intendente propone la estatización de la recolección lineal junto con varios otros intendentes del conurbano. Para fines de 2012, Gutiérrez llamó a una nueva licitación del servicio con un pago máximo de 6,2 millones de pesos mensuales, pero Covelia fue la única empresa oferente, solicitando 11 millones de pesos por mes. Ante la diferencia económica entre las partes el municipio consideró la licitación desierta, lo que propició las condiciones para avanzar con el proceso de estatización de la recolección. Con esta decisión, el gremio de camioneros, que nuclea a los recolectores de residuos, entró en disputa con la municipalidad de Quilmes y las intendencias que empezaron a seguir esta iniciativa por temor a la pérdida de puestos de trabajos, realizando paros prolongados y recolecciones intermitentes.

Para principios del 2013 el gobierno de Quilmes inició el camino de la municipalización, con el permiso del gobierno provincial y el apoyo de parte del Concejo Deliberante se tramitó un crédito del Banco Nación por 120 millones de pesos para comprar los primeros camiones. Paralelamente, ante la intermitencia del servicio, la intendencia busca una alternativa que ayude en la recolección mientras se consiguen los fondos necesarios para una flota propia. Es así que se aprueba el registro de carreros a caballo que se inicia en marzo de 2013 para la circulación en zonas aledañas al centro, presentado como un programa de formalización del trabajo carrero. La medida dejó en evidencia varias cosas. Primero que las políticas públicas sobre la GIRSU de esta primera etapa estaban inscriptas exclusivamente desde una definición top-down. Segundo, al igual que en Municipio de Lomas de Zamora, la prohibición de los carreros planteaba la centralidad de obtener el reconocimiento institucional por su labor (Carenzo y Sorroche, 2021). Y tercero, la ausencia de políticas públicas con soluciones de fondo que logren incluir al amplio espectro de recolectores urbanos más allá del programa Quilmes Recicla. En definitiva, la formalización de los carreros expone su relevancia como trabajadores de la economía popular a pesar de su carácter utilitario.

Figura 2- Línea de tiempo.

Trayectoria de Implementación del Modelo GIRSU en Quilmes



Fuente: Elaboración Propia.

Será recién a mediados del 2014 la recolección lineal pasó a manos del municipio que, lejos de estar ausente de tensiones, implicó un acuerdo de último minuto entre el gobierno local y el gremio de camioneros para garantizar los puestos de trabajo, transfiriendo los trabajadores a la órbita estatal.

La *segunda etapa* analizada inicia en 2015 ante el cambio de gobierno y de color político (Del Justicialismo a Cambiemos) asumiendo como intendente Martiniano Molina. Esta modificación de signo político condujo a una reconfiguración de las alianzas socio-técnicas con la eliminación de la formalización de los carreros a caballos y convirtiéndola en una persecución, el caballo pasa a ser una excusa para criminalizar a los carreros.

“No son un grupo improvisado, tienen contactos en los medios de comunicación y tienen intereses mucho más potentes que el uso de los caballos. Está legitimados con algunos sectores de la política.” (Referente MTE Quilmes)

En este marco, el nivel de incidencia y agenciamiento de CQ comenzó a aumentar. La realización de charlas en instituciones educativas y en diferentes medios mostrando material audiovisual con contenido sensible fue consolidando un lugar como portavoz local de los caballos. Las políticas de represión y los dispositivos de “rescate” coordinados con autoridades policiales de judicialización de estas acciones aumentó el nivel de conflictividad.

“Se pide un móvil policial, se solicita el secuestro y pedido de tenencia del animal mediante la fiscalía, nuestro abogado tramita la nulidad del Documento Único Equino si lo tienen, así deja de ser una cosa del carrero y dignificamos al caballo.” (Dir.de CQ)

Se vuelve interesantes analizar que la controversia plantea la eliminación de la TAS inscripta como la restitución de la “dignidad” del caballo desde el estado de “cosa” o “herramienta” a partir la construcción tecnológica de un dispositivo legal que rompa el vínculo carro/caballo en la vía pública con tan solo una llamada, ignorando el contexto y la realidad social del carrero y las particularidades del caso. (Carman, 2018) No es una instancia que permite diálogo, sino una desde la exclusión y desterritorialización de su labor con el caballo.

A partir de las entrevistas a referentes del MTE y testimonio de ex carreros de Quilmes se pudo reconstruir el proceso de desterritorialización. Para 2016, en el este de Quilmes en el barrio de Villa Luján, en Ezpeleta se inicia un proceso de persecución que termina con unos 20 caballos secuestrados por las autoridades locales, lo que obligó a muchos carreros a un cambio forzoso por carros manuales o vehículos motorizados. Al mismo tiempo, la población de

carreros de la ribera de Quilmes se vio imposibilitado de circular ya que los pasos por debajo de la autopista Bs As/La Plata, en Otamendi e Iriarte respectivamente, estaban controlados por las garitas de control de tránsito y la presencia de sectores proteccionistas, imposibilitando la circulación y creando una barrera geográfica de circulación. Por el lado oeste de Quilmes, la segunda barrera de circulación se dio en tres avenidas partes, Gral. Belgrano, Calchaquí y La Plata, ante controles policiales y denuncias de circulación con TAS, lo que redujo la cantidad de carreros a caballo conociendo el antecedente de Villa Lujan y la ribera. A pesar de la persecución, esto no eliminó la circulación de los carros que buscaban rutas alternas u orientadas ,en algunos casos, por municipios vecinos que no tuvieran reglamentaciones vigentes contra la TAS. Sin embargo, con estas barreras se construyó la imposibilidad de circulación de un extremo al otro del municipio.

El análisis de esta delimitación territorial pensada desde la construcción de AST puede ser entendida en clave de funcionamiento/no funcionamiento (Thomas 2012) como un proceso de desterritorialización/reterritorialización de los carreros y de continuidad/reemplazo del carro a caballo y de represión/inclusión de los carreros. El caballo se presenta como un elemento con capacidad de agencia a partir del cual se construyen estas barreras territoriales y operativiza normativas que regulan los espacios de circulación. Recuperando los aportes de Carman (2018), la relación carro/caballo se plantea desde la criminalización del carrero, los sentidos sobre lo no-humano no se ven interpelados por el reconocimiento de la realidad social del otro, sino que este otro se lo presenta como un reproductor de violencia que debe ser alcanzado por la ley.

Paralelamente, la nueva gestión de gobierno elimina la recolección diferenciada que se impulsaba desde el municipio en la zona Don Bosco. En su reemplazo se impulsa la colocación de contenedores y ecopuntos⁴ en la zona del centro de Quilmes que son administrados por el municipio. Desde un enfoque socio-técnico, este tipo de tecnología implica la centralización de los materiales reciclables, la reconfiguración del ordenamiento territorial y la limitación de la relación vecino/cartonero. Los ecopuntos se vuelven un punto de referencia informativo que no busca una solución, sino el impacto como obra visible; eliminando el vínculo pedagógico con los vecinos a la hora de brindar información sobre el trabajo de las cooperativas de reciclado.

⁴ Los ecopuntos, en el caso del municipio de Quilmes, son espacios fijos municipales donde se reciben y clasifican residuos reciclables limpios y secos. Cuentan con personal calificado que asesora a los vecinos y vecinas sobre la importancia de la separación en origen y el reciclado. Los materiales se clasifican en cartón, plástico, vidrio y metales.

A días de terminar su gestión, el Intendente Molina se ve obligado a reglamentar la ordenanza N°11840/12 por una presentación judicial que interpuso CQ, prohibiendo todo tipo de TAS y proponiendo la utilización de los motocarros en lugar de carros manuales y a caballos. Sin embargo, aunque no se concretó esta propuesta, es interesante analizarla, ya que se asume a priori que los cambios y mejoras de diseños resultan condición suficiente para transformar las condiciones laborales. (Thomas, 2008) Cuando simplemente se sostiene la sustitución de la TAS (humana y no humana) por una solución “estéticamente” más aceptada que ignora problemas derivados, como un volumen de carga, el tipo de materiales, la distancias que pueden recorrer, el mantenimiento, los permisos y patente, o el acotado presupuesto local que requiere su implementación. (Carenzo y Schamber, 2021)

La *tercera etapa* analizada inicia a finales del 2019 tras la asunción de la Intendenta Mayra Mendoza. En este nuevo período se impulsaron dos programas a través de las Secretarías de Ambiente y Desarrollo Sostenible y la de GIRSU. El primero es el programa “Quilmes Recicla”, que había iniciado en 2009 como programa de recolección diferenciada ampliando la cantidad de ecopuntos a 14 en todo Quilmes, y a su vez, retomando la iniciativa de recolección diferenciada puerta a puerta. El segundo programa, denominado “Quilmes Limpio”, está centrado en la mejora de la recolección lineal, ampliando la cantidad de camiones recolectores. En paralelo, gracias a un préstamo del BID se inicia la construcción de un “Complejo Socio Ambiental” que permita mejorar el tratamiento, reduciendo la cantidad trasladada al CEAMSE. El complejo tendrá dos zonas separadas, una de transferencia para deposición final y otra con tres secciones para la clasificación de material reciclable. Es a partir de estos proyectos que el gobierno municipal inicia una relación más cercana al MTE al negociar el control de los futuros galpones de reciclado, de los ecopuntos del centro de Quilmes y los contenedores a través de la Cooperativa “Recicladores de Quilmes”, agrupación que surge a partir de la coordinación del MTE. De esta manera, retoman la recolección diferenciada, logrando controlar el ordenamiento territorial y mejorar su capacidad de incidencia y enrolamiento sobre los carreros independientes.

La primera medida estratégica por parte del MTE tendiente a consolidar un proceso de cogestión, lo que implicó la inclusión en el circuito de recolección diferenciada y en parte de la gestión de los ecopuntos a las cooperativas y carreros de la ribera de Quilmes y del barrio Luján. La elección tuvo dos razones, la primera a modo de resarcir a los carreros más afectados por la

prohibición y segundo, por ser el sector de mayor cercanía geográfica para la puesta en marcha de la recolección diferenciada.

La segunda medida se centró en la planificación logística de la recolección diferenciada y la facilitación de carros y bolsones desarrollados por el MTE del sector “liberados”. El mismo se trata de un carro de transporte con una plataforma rectangular de 1x1,5 metros con 4 ruedas de plástico de alta densidad diseñado para la recolección en zonas pavimentadas, posee tres caños soldados formando un arco como manubrio desmontable de la plataforma, además de un gancho para ajustar una parte del bolsón en él. Ante la consulta del porqué en el origen del diseño, la respuesta fue que se trataba de modelos que ellos conocían de experiencias anteriores, sabían que por el territorio donde se iba a transitar, el tipo de materiales (cartón y plástico principalmente) los trayectos predefinidos para los cartoneros, su bajo costo de fabricación y la manera sencilla para colocar el bolsón atado del manubrio y desmonte sería suficiente para los barrios diagramados. Siguiendo la línea de Careno y Schamber (2021), es posible comprender que los aprendizajes acumulados de experiencias anteriores han posibilitado la replicación y de ser necesario, adaptados a estos nuevos espacios. Sin embargo, tras realizar un recorrido junto a ellos gracias a mi solicitud a la Dirección de ecopuntos, algunos carreros manifestaban posibles mejoras en los diseños que permitieran potenciar la firmeza del manubrio desmontable o un diseño distinto, basado en la experiencia de sus propios recorridos. Es decir, el carro como elemento indispensable de su labor, está configurado en torno a la necesidad situada de su usuario, al esfuerzo físico que realiza y relación con su actividad comercial, esto implica concebir las intervenciones sobre ciertos objetos de manera integral e inseparable de su contexto y actividad. (Careno y Schamber, 2021) El conocimiento acumulado funciona como punto de partida para estas adecuaciones.

Figura 3 - Diseño del MTE



Fuente - Archivo propio 11/12/2022

Teniendo en cuenta la importancia de la experiencia acumulada por las organizaciones de base, es claro que la formalización de un acuerdo con el MTE hacia la cogestión no fue casual. Las estrategias de posicionamiento político gracias a la capilaridad social y logística que poseen, aportan control territorial a través de acciones de enrolamiento. (Carenzo y Sorroche, 2021) Además, Recuperando el concepto de infiltración ciudadana de Zapata Campos y Zapata (2017), el cual plantea que a través de la incorporación de prácticas de negociación, colaboración y vinculación con representantes del gobierno local, los actores sociales van desarrollando vínculos políticos más amplios, permitiendo incluso en un punto formar parte del gobierno municipal, en este caso es posible dar cuenta cómo a través de varios procesos de negociación el MTE logró posicionarse como Director de Ecopuntos (dependiente de la Secretaría de ambiente y desarrollo sostenible) a un integrante de su movimiento, facilitando así no solo los procesos de negociación, sino también acelerar el procesos de consolidación de cogestión en la recolección diferenciada, afinar su planificación logística y colocar un portavoz directo con la intendencia. Pero para esto fue preciso materializar acciones que permitan dinamizar la recolección diferenciada, ampliar el nivel de incidencia y atender las condiciones laborales en favor de lograr una reconversión gradual de los carreros a caballo dentro de la lógica de la recolección diferenciada estén o no afiliados. De forma similar que en Lomas de Zamora y CABA, es posible ver cómo un modelo de cogestión se reelabora y resignifica en base a las particularidades locales. Siendo un andamiaje entre experiencias acumuladas y nuevas experiencias. (Carenzo y Sorroche, 2021) En el caso de Quilmes, para consolidar este proceso

el MTE negoció a un acuerdo con la municipalidad para sancionar la ordenanza N.º13322/20 que modifica la 11840/12 en su art. 1 prohibiendo solo la tracción animal, aclarando en su art. 3 que se faculta al municipio realizar convenios para un “reemplazo gradual a nuevos tipos de transportes”.

“Luego de la pandemia retomamos el diálogo con el municipio y para la eliminación gradual de la TAS, ya hay cuatro zonas prohibidas, en estas zonas el municipio puso recolección diferenciada con carros.” (Dir.de CQ)

“La solución de estos problemas no son lineales, ni tampoco creemos que la solución sea bajar a un tipo de un carro a caballo y darle uno manual.” (Referente MTE Quilmes)

Esta modificación de la normativa plantea el desafío al MTE entre la consolidación de la cogestión y una reconversión de los carreros a caballo a través del aumento y la mejora de los circuitos de recolección diferenciada. Actualmente, las barreras geográficas, aunque atenuadas (excepto en el centro de Quilmes) se han modificado por la reconversión de la actividad, debilitando, no eliminando, la circulación de la TAS.

Cabe aclarar, que no es la intención de este tomar postura sobre cómo deben realizar los carreros su actividad, sino evidenciar los procesos de reelaboración y negociación que realizan las organizaciones sociales para consolidar y alinear su posición. No se debe olvidar que el vínculo atravesado por la gubernamentalidad, en términos foucaultianos, implica el desarrollo de estrategias que permitan la continuidad de la labor cotidiana. (Carenzo y Fernández Álvarez, 2011)

Reflexiones finales

La experiencia ganada por el MTE desde el modelo Buenos Aires permite pensar la construcción de un proceso de cogestión y de adecuación socio-técnica de las normativas a las problemáticas de carreros y cartoneros que desde las luchas sociales logran desarrollar políticas alternativas down-top. Presentando un nuevo un marco general de políticas públicas donde la FACCyR y el MTE consolidan un lugar de representación que les permite replicar acciones posibilitan dinamizar la recolección atendiendo las interpretaciones de los diferentes ASR (Pinch y Bijker, 2008). De este modo, la elaboración de modelos tendientes a la cogestión de la GIRSU según las condiciones existentes en Quilmes permitió diseñar un recorrido más allá de los límites impuestos por el presupuesto municipal. Logrando resistir cambios técnicos y normativos a partir de la resignificación, negociación y rediseño de las políticas públicas

(Carenzo y Sorroche, 2021). Todo esto desde la construcción de modelos de gestión que se replican y a la vez se transforman para implementarse en nuevos espacios. Esta acumulación de conocimientos ha permitido la elaboración de soluciones desde un proceso de co-construcción que parte de los usuarios, teniendo en cuenta la negociación de recursos disponibles, los usos, costos operativos y áreas de recolección para la recolección diferenciada. (Carenzo y Schamber, 2021).

Los aportes de Carman nos permitieron ver cómo opera la construcción de sentidos en torno al caballo como elemento que genera agencia en clave de fuertes disputas entre sectores que buscan instituirse como portadores autorizados de las razones que creen válidas, definiendo los límites del problema que construyen y de las políticas públicas que tienen que velar por esos límites. (2011) El caballo se presenta como un pretexto para justificar desterritorialización, lo que ocurra luego con el carrero no se ve interpelado en primera instancia, sino que recién esto sucede con la consolidación de la cogestión.

Efectivamente, el aumento de incidencia a través de procesos de infiltración (Zapata Campos y Zapata, 2017) facilitó la creación de espacios de negociación. De esta manera, el MTE logra posicionarse gracias a su capilaridad social y conocimientos previos, ya no como simples receptores de políticas públicas, sino logrando resignificar y rediseñar políticas y espacios que les permitan mantener su labor y estabilizar su posición.

Creo haber evidenciado los límites y contornos de las políticas participativas en torno a la gestión de reciclables y como el valor de los conocimientos acumulados y la capacidad de negociación radica en el compromiso de una participación activa en el desarrollo comprometido de políticas públicas inclusivas y sustentables en el manejo de residuos. Eso sí, de ahora en más con los protagonistas sentados en la mesa de la cogestión.⁵

⁵ Agradezco a los revisores anónimos por hacer posible una mejor versión de este trabajo.

Referencias

BOLTANSKI, Luc. *La souffrance a distancia: moral humanitaria, media y política*. París: Métailie, 1993.

CALLON, Michel. Algunos elementos para una sociología de la traducción: la domesticación de las vieiras y los pescadores de la bahía de St. Briec. En *Sociología de la ciencia y la tecnología*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, CSIC, 1995. p.259-282.

CARENZO, Sebastián; SCHAMBER, Pablo Javier. *Reciclaje inclusivo y modelos de transferencia tecnológica en Argentina: Análisis sociotécnico de iniciativas de reemplazo de carros cartoneros*. 2021.

CARENZO, Sebastián; SORROCHE, Santiago. The politics of waste picking: reflections from the upscaling of a co-management model for recyclable waste in Buenos Aires (Argentina). *Géocarrefour*, 2021, vol.95, no95/1.

CARENZO, Sebastián; SCHMUKLER, María. Hacia una ontología política del diseño cartonero: reflexiones etnográficas a partir de la experiencia de la cooperativa Reciclando Sueños (La Matanza, Argentina). *Inmaterial. Diseño, Arte y Sociedad*, 2018, vol.3, no 5, p.53-80.

CARENZO, Sebastián. O que (não) contam as máquinas: a experiência sociotécnica como ferramenta econômica (e política) em uma cooperativa de catadores da grande BsAs. *Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología*, 2014, no18, p.109-135.

CARENZO, Sebastián; FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, María Inés. El asociativismo como ejercicio de gubernamentalidad: " cartoneros/as" en la metrópolis de Buenos Aires. *Argumentos (México, DF)*, 2011, vol. 24, no 65, p.171-193.

CARMAN, María. La animalidad en cuestión: derechos, ontologías, moralidades y políticas. *Revista del Museo de Antropología*, 2018, vol. 11, no 1, p.195-208.

CARMAN, María. *El caballito de Boedo y el cartonero sin nombre: un abordaje crítico de los derechos animales*. 2015.

CARMAN, María. *Las trampas de la naturaleza. Medio ambiente y segregación en Buenos Aires*, Fondo de Cultura Económica/CLACSO, 2011, Buenos Aires, no16, p.16.

CARREROS SE INSCRIBIERON EN REGISTRO COMUNAL DE QUILMES (2013, 15 de abril) *Diario Popular*. Recuperado de: <https://www.diariopopular.com.ar/quilmeno/carreros-se-inscribieron-registro-comunal-quilmes-n153304> (Acceso el 19/09/2023)

D'HERS, Victoria; SHAMMAH, Cinthia. Políticas y prácticas en torno a la gestión de los RSU. Un estudio de cinco ciudades de Argentina. *Recuperadores, Residuos Y Mediaciones. Análisis Desde Los Interiores de La Cotidianeidad, La Gestión y La Estructuración Social*, Buenos Aires: Estudios Sociológicos Editora, 2015. p.25-49.

GIL Camila y TEJEDOR Juan. (2021, 28 de febrero) **Los caballos seguirán galopando en Quilmes hasta que no se "facilite" otro medio a los carreros**. *Diario Clarín Digital*. Recuperado de:

https://www.clarin.com/zonales/quilmes-caballos-carreros-eje-disputa-judicial-municipio-ong_0_mcrPsCIII.html (Acceso el 19/09/2023)

HARAWAY, Donna. (2011). A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente. *Horizontes antropológicos*, 17, 27-64.

HARAWAY, D. & GANE, N. (2009). Se nós Nunca fomos Humanos, o que fazer? Entrevista com Donna Haraway. *Ponto Urbe, Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, São Paulo*, 6, 1-5.
INGOLD, Tim, (1995) Animalidad y Humanidad. *Revista Brasileña de Ciencias Sociales*, 28 de junio de 1995.

JUAREZ, Paula, et al. Puentes de praxis» entre investigación, formación, extensión e incidencia en políticas: Estudio de caso de la Red de Tecnologías para la Inclusión Social Argentina (2011-2019). Programa CREES-ICOTEA. Bernal: Ed. Universidad Nacional de Quilmes, 2019.

LEWGOY, Bernardo; SORDI, Caetano; PINTO, Leandra Oliveira. Domesticando o Humano: para uma antropologia moral da proteção animal. *Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis*, v. 17, n. 2, p. 075–100, 2015. DOI: 10.5007/2175-8034.2015v17n2p75. Disponible en: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2015v17n2p75>

LEY 14273 (2011) Grandes Generadores. Boletín Oficial. Provincia de Buenos Aires, Argentina, 18 de mayo de 2011. Recuperada de: <https://normas.gba.gob.ar/ar-b/ley/2011/14273/11541> (Acceso el 01/03/2023)

LEY 13592 (2006) Gestión Integral de Residuos Sólidos Urbanos. Boletín Oficial. Provincia de Buenos Aires. Buenos Aires, Argentina, 7 de diciembre de 2006. Recuperada de: <https://www.ambiente.gba.gob.ar/sites/default/files/Ley%2013592.pdf> (Acceso el 01/03/2023)

LOS MUNICIPIOS SE AHORRARÁN \$720 MILLONES ESTATIZANDO LA RECOLECCIÓN DE BASURA (2014, 20 de mayo) *Revista Digital iProfesional*. Recuperado de: <https://www.iprofesional.com/economia/187237-los-municipios-se-ahorran-720-millones-estatizando-la-recoleccion-de-basura> (Acceso el 10/05/2023)

MOLINA, Nadia. y CIPOLLA Anahí; Quilmes Recicla. Aspectos ambientales y sociales de una experiencia municipal de recolección selectiva. SUÁREZ, F.; SCHAMBER, P. *Recicloscopio IV. Miradas sobre dinámicas de gestión de residuos y organización de recuperadores*. 2015, p. 261-276

PADILHA, Mônica, S. B. “Apontamentos etnográficos da defesa animal e seus ativismos nas relações interespecies”, *Ponto Urbe* [Online], 26 | 2020, posto online no dia 28 julho 2020, consultado o 12 abril 2024. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/8193>; DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.8193>

PINCH, Trevor J.; BIJKER, Wiebe E. La construcción social de hechos y de artefactos: o acerca de cómo la sociología de la ciencia y la sociología de la tecnología pueden beneficiarse mutuamente. *Actos, actores y artefactos: sociología de la tecnología*, 2008, p. 19-62.

QUILMES FIRMÓ CON CAMIONEROS POR LA BASURA Y ESPERA AHORRO DEL 30% (2014, 5 de mayo) *Ambito.com*. Recuperado de: <https://www.ambito.com/politica/quilmes-firmo-camioneros-la-basura-y-espera-a-horro-del-30-n3839382> (Acceso el 09/03/2023)

ORDENANZA 13322 (2020) Boletín Oficial Edición N° 336. Quilmes, Provincia de Buenos Aires,

Argentina, 17 de julio de 2020. Recuperado de: <http://datos.quilmes.gov.ar/dataset/0257a32d-65f1-48fa-8d3c-80cb0d36f722/resource/ac645788-fc8e-4b45-9dbf-3586642661f9/download/boletin-336.pdf>

ORDENANZA 11840 (2012) Boletín Oficial Edición. Quilmes, Provincia de Buenos Aires, Argentina, 28 de mayo de 2012. Recuperado de: <http://www.anima.org.ar/wp-content/uploads/2016/05/Quilmes-Ord.11840-2012.pdf>

OSÓRIO, Andrea. *Compaixão, moral e sofrimento animal entre protetores de gatos de rua*. ILUMINURAS, Porto Alegre, v. 17, n. 42, 2016. DOI: 10.22456/1984-1191.69978. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/69978>.

SAIDÓN, Mariana. *Residuos Sólidos Urbanos y nuevas políticas en el territorio metropolitano de Buenos Aires: 2002-2015*. Estudios Socioterritoriales, 2017, vol. 22, p. 0-0.

SORROCHE, Santiago. *Vinculaciones entre gobiernos municipales y cooperativas de cartoneros. Análisis de dos casos del Gran Buenos Aires*. Recicloscopio V. Buenos Aires: UNQ/UNLa./Ediciones UNGS, 2018. p. 39-71.

THOMAS, Hernán; JUÁREZ, Paula; PICABEA, Facundo. *¿Qué son las tecnologías para la inclusión social?* Colección Tecnología y Desarrollo. Universidad Nacional de Quilmes, Bernal, 2015.

THOMAS, Hernán; FRESSOLI, Mariano; SANTOS, Guillermo. *Tecnología, desarrollo y democracia*. 2012.

THOMAS, Hernán; FRESSOLI, Mariano. *En búsqueda de una metodología para investigar tecnologías sociales*. Dagnino Renato, organizador, Tecnología Social. Ferramenta para construir outra sociedade, Editora Kaco, Campinas, 2009, p. 113-137.

UN MUNICIPIO SUMA LOS CARROS CON CABALLO PARA RECOLECTAR RESIDUOS (2013, 6 de marzo) Primera Fuente. Recuperado de: <https://www.primerafuente.com.ar/noticia/828816-un-municipio-suma-los-carros-con-caballo-para-recolectar-residuos> (Acceso el 11/05/2023)

ZAPATA CAMPOS, María José; ZAPATA, Patrik. *Infiltrating citizen-driven initiatives for sustainability*. Environmental Politics, 2017, vol. 26, no 6, p. 1055-1078.

Recebido em 30/10/2023 | Aceito em 18/04/2024



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Atores da Reciclagem e Dinâmicas Urbanas

V 13 | n 24 | jan-jun 2024

El reciclado rurbano. Apuntes latinoamericanos

Claudia Kenbel



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauui.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

KENBEL, Claudia. El reciclado rurbano. Apuntes latinoamericanos. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 13, n. 24, p. 247-267, jan-jun 2024. Semestral.

© NAUI

El reciclado rurbano. Apuntes latinoamericanos

Claudia Kenbel¹

Resumen

¿Cómo es el trabajo de los recicladores que usan carros y caballos para ganarse la vida? ¿Qué testimonian los carreros que cotidianamente recorren las ciudades para buscar aquello que otros desechan? Para dar respuestas a estos interrogantes partimos de un breve recorrido del concepto de rurbanidad, el cual nos permite comprender el cruce urbano -rural que vehiculiza la tracción a sangre en las urbes. Desde experiencias de investigación en Argentina y Brasil junto a los protagonistas, reconstruimos una caracterización que desafía los entendimientos urbano modernos.

Palavras-Chave: carreros; rebusques; caracterización; Argentina; Brasil.

Reciclagem rurbana. Notas latino-americanas

Resumo

Qual é o trabalho dos recicladores que usam carroças e cavalos para ganhar a vida? O que testemunham os carroceiros que diariamente percorrem as cidades em busca do que os outros jogam fora? Para responder a estas questões, partimos de uma breve visão geral do conceito de rurbanidade, que nos permite compreender a intersecção urbano-rural que impulsiona a tração sanguínea nas cidades. A partir de experiências de pesquisa na Argentina e no Brasil juntamente com os protagonistas, reconstruímos uma caracterização que desafia a compreensão urbana moderna

Palavras-chave: carroceiros; coletas; caracterização; Argentina; Brasil

¹ Dra. en Comunicación Social, Investigadora Adjunta del Instituto de Investigaciones Sociales, Territoriales y Educativas (ISTE), Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y la Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC). Directora del Doctorado em Ciencias Sociales (Facultad de Ciencias Humanas, UNRC). Miembro de la Asociación Latinoamericana de Investigadores em Comunicación (ALAIIC) y la Red de Investigación Acción sobre Residuos (RIAR). Contacto: claudiakenbel@yahoo.com.ar ORCID: 0000-0002-4930-0544

Rurban recycling. Latin American notes

Abstract

What is the work of recyclers who use carts and horses to make a living? What do the cart drivers who daily tour the cities to look for what others throw away testify? To answer these questions, we start with a brief overview of the concept of rurbanity, which allows us to understand the urban-rural intersection that drives blood traction in cities. From research experiences in Argentina and Brazil together with the protagonists, we reconstruct a characterization that challenges modern urban understandings

Keywords: carters; gleanings; characterization; Argentina; Brazil

¿Quién sufre maltrato?

En el año 2014 la justicia de una ciudad intermedia argentina sentó un antecedente controversial. Por primera vez condenó a un carrero por “maltrato animal” hacia su yegua color zaino, la que se desplomó en la vía pública mientras descargaba arena en un domicilio. En la acusación se indica que este “jornalero” “le habría infligido malos tratos consistentes en: no alimentar en calidad suficiente, azugarla para el trabajo, hacerla trabajar en jornada excesiva, y emplearla cuando no se halla en estado adecuado (...)” (FALLO JUDICIAL, 2013). Después del juicio, el carrero dio su propia versión de los hechos en una nota periodística y expresó:

Me parece totalmente mal. La yegua se cayó porque tenía cólicos, nada más que eso. En ningún momento le pegué; yo la usaba para darle de comer a mi familia. Dicen que haga un curso pero desde chico que cuido los caballos, nunca les pegué.
(La Voz del Interior, 10/12/2014)²

Carro y caballo forman parte de la estrategia de sobrevivencia del carrero, en la que salía a llevar arena, retirar escombros y/o basura a particulares o en la vía pública. La sentencia fue de 20 días de prisión en suspenso por el “maltrato” de su yegua. Además, lo obligaron a hacer un curso sobre el cuidado de animales. Al carrero no le devolvieron la

²<https://www.lavoz.com.ar/ciudadanos/condenan-20-dias-de-prision-carrero-por-maltratar-su-yegua/?login=facebook>

yegua ni el potrillo que tuvo poco después. También tuvo que mudarse del barrio donde vivía por sufrir malos tratos de sus vecinos. Si bien en un primer momento fue sobreseído con el argumento de que "no se debe criminalizar la pobreza", luego una organización protectora de animales apeló y llevó al protagonista a juicio oral y público, el primero que contra un carrero se recuerda en la provincia de Córdoba.

Según la página web de la Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores (FACCYR), en Argentina se contabilizan más de 18.000 trabajadores organizados en 145 cooperativas de reciclado³. De ese total, el 43% usa carros empujados por caballos⁴, casi el mismo porcentaje que quienes apelan a los carros a mano (41%). De acuerdo a Pellón, "la 'identidad carrera' parecía ganar centralidad más allá de Córdoba y, en cierto modo, puede entenderse que la nueva nominación de la "Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores" (FACCYR-UTEP) –que incorporó la palabra "Carreros" a principios del año 2017– era otro síntoma de la re-configuración del campo conflictual" (PELLON, 2021, p. 11, 12).

En la ciudad de Córdoba, se estiman en más de 3000 los recicladores y cerca de 1700 en Río Cuarto, escenario de buena parte de las investigaciones que aquí se presentan. En un trabajo anterior (KENBEL, 2022) decíamos que carro y caballo representa el ícono del concepto de rurbanidad en tanto manifiesta la presencia de elementos, saberes y procesos caracterizados como típicamente rurales en las urbes; tal es el caso de quienes utilizan la tracción a sangre para el desarrollo de sus estrategias de sobrevivencia. Nos referimos a trabajadores dedicados a la extracción de áridos de baja escala, a recuperadores de residuos o a changarines que se dedican a la venta ambulante de frutas y verduras, entre otras ocupaciones. Su presencia en las urbes tensiona las concepciones urbano modernas sostenidas en las políticas públicas que buscan su regulación o las que circulan vía medios de comunicación, a la vez que abre la discusión sobre el modelo de ciudad que debe primar, sus derivas y consecuencias para la integración social (GALIMBERTI et al., 2018). No se trata de

³ <https://faccyr.org.ar/> consultada el 1° de noviembre de 2023.

⁴ El informe menciona que un alto porcentaje lo hace con vehículo (50%), y que se incluyen las cooperativas de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA) que son reconocidas por el gobierno local y poseen un convenio modelo a nivel latinoamericano. Este porcentaje disminuye a un 29% si no tenemos en cuenta las cooperativas mencionadas. La mayoría de los vehículos con los que realizan la recolección son camionetas o camiones viejos.

un fenómeno sólo argentino, hemos advertido procesos similares en ciudades intermedias y capitales de países latinoamericanos como Colombia, Brasil, Chile y Perú.

El caso del carrero condenado con que iniciamos, nos acompañará las páginas siguientes en las que buscaremos dar cuenta de los siguientes interrogantes: ¿Cómo es el trabajo de los recicladores que usan carros y caballos para ganarse la vida? ¿Qué testimonian los carreros que cotidianamente recorren las ciudades para buscar aquello que otros desechan? En definitiva, ¿Qué se pone en debate socialmente? ¿el trabajo, la dignidad, el medio de movilidad, quien lo protagoniza?

Hemos organizado el escrito en tres apartados. En el primero, haremos referencia a la rurbanidad como categoría teórica, condición social y enfoque analítico para comprender el trabajo que realizan cotidianamente carreros y recicladores con carros tirados por caballos. En un segundo apartado, nos valdremos de testimonios de carreros de Argentina y Brasil en los que puede advertirse este entramado rurbano. Y, por último, unas reflexiones finales para seguir pensando.

La rurbanidad como categoría para pensar la América profunda⁵

Las ideas de “rurbanidad”, “rururbanidad” y “nueva ruralidad” postulan la emergencia de formas renovadas de articulación entre lo rural y lo urbano, dos categorías ampliamente discutidas y resignificadas en las ciencias sociales que engloban prácticas, rutinas y sentidos. Cada uno de los conceptos estuvo y está asociado a una serie de representaciones que los teóricos, gobernantes y ciudadanía comparten. Por ejemplo, “la ligazón de lo rural con lo atrasado y lo tradicional, lo urbano con la tecnología, lo moderno y el desarrollo” (KENBEL, 2006, p. 41). No obstante, las asociaciones que se construyeron sobre uno y otro concepto, en general omiten la “interfaz cotidiana” entre actores, procesos y espacios (CROVETTO, 2019) que resultan característica de nuestras “modernidades periféricas” y sus problemáticas sociales (SCHMIDT et ál., 2019). Las nociones de “periurbano”, “rururbanización” y

⁵ Este apartado es una revisión de dos textos publicados: 1) KENBEL, GALIMBERTI y DEMARCHI (2022) “Marcos de entendimiento en clave rurbana. Resultados de investigaciones situadas en el Gran Río Cuarto (Argentina) desde la comunicación y el desarrollo” En Pérez Martínez, E. y otros *Estudios del rururbano en América Latina*. Edit. Pontificia Universidad Javeriana. Colombia. ISBN (electrónico) 978-958-781-781-2 Y 2) KENBEL, GALIMBERTI y DEMARCHI (2020) *Iconos de la rurbanidad. Actores, prensa, tecnologías y políticas de reordenamiento en tiempos modernos*. UNIRIO Editora. Disponible en: <http://www.unirioeditora.com.ar/producto/iconos-la-rurbanidad/>. ISBN: 978-987-688-385-6.

“continuum urbano rural” (BERARDO, 2019), así como el concepto de rurbanidad que ha sido clave en nuestros estudios, habilitan lecturas atentas a las relaciones, tensiones y contradicciones a partir de considerar el entrecruce y la interpenetración. En el mismo sentido, Perez Martinez; Nates Cruz y Acosta Nates (2022) sostienen que el estudio de lo rururbano y sus impactos territoriales en América Latina es uno de los desafíos actuales que se presentan para explicar la forma en la que se configuran las ciudades y las metrópolis contemporáneas y su relación siempre vigente con las zonas rurales.

Si bien una vasta literatura se ha dedicado a problematizar particularmente los modos en que lo urbano avanza sobre lo rural⁶, desde los cruces propuestos podemos pensar en procesos emergentes que señalan el sentido contrario. Hablamos de la ruralización de lo urbano (CIMADEVILLA y CARNIGLIA, 2009), esto es, de un proceso en el cual se hacen visibles actores, experiencias y territorios cuyas lógicas comprenden saberes, valores, prácticas y dispositivos asociados a lo rural en el seno de ciudades.

El concepto de rurbanidad retoma una vieja preocupación expresada por Le Play en el siglo XIX y por Anderson o Guigou en los años '60 del siglo XX respecto de la tendencia a la "extinción de lo rural" y la total "artificialización del ambiente". El término fue propuesto originalmente por el sociólogo rural Charles Galpin⁷ en 1918 para identificar un movimiento de reforma social preocupado por las transformaciones industriales y el destino de los ambientes y actores rurales en los Estados Unidos. Trabajos contemporáneos (entre otros: Schneider, 2001; Graziano da Silva y Del Grossi, 2001; Vela y Otros, 2003 y Giarraca, 2003 citados en KENBEL, 2006) sostienen que se verifica cierta urbanización de lo rural con un crecimiento generalizado de las actividades no agrícolas en ese espacio. En tanto fenómeno, además de vincularse a la modernización de la agricultura, también se relaciona con alteraciones en las estructuras familiares, los perfiles de la demanda de empleo y el surgimiento de la pluriactividad como estrategia de sobrevivencia. Se postula así cierta

⁶ Entre otros autores, se ha destacado en particular José Graziano da Silva y su proyecto Caracterização do Novo Rural Brasileiro-Projeto Rurbano, disponible en home page www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano. Iniciativa de investigación del Instituto de Economía de la Universidad Estadual de Campinas (Brasil).

⁷ Este intelectual es considerado uno de los fundadores de la sociología rural y la economía agrícola en Estados Unidos. Durante la primera mitad del siglo XX ocupó en este país varias posiciones laborales, entre las cuales se destacan un cargo de profesor en la Universidad de Wisconsin y el posterior rol de organizador de la división de población campesina y vida rural del Departamento de Sociología Rural. Para conocer más sobre el concepto y su fundador recomendamos la lectura del artículo “Rurbanidad: de la innovadora intuición de C. Galpin a las diversas formas situadas” (CARNIGLIA, 2020).

inexorabilidad de la dominancia de lo urbano sobre lo rural -y todas las valoraciones asociadas- y por tanto de la urbanización como modalidad creciente y enfáticamente excluyente.

No obstante, la lectura de procesos de ruralización o des-urbanización de la ciudad desde un abordaje que considera la “interpenetración de contrarios” (GURVITCH, 1969 en CIMADEVILLA, 2005), permite una lectura bidireccional del proceso.

Lo que en la realidad es aparentemente heterogéneo o contrario, advierte Gurtvich, requiere de una lectura de implicación dialéctica, por cuanto los elementos y sectores conforman intersecciones, se delimitan, pero también se contienen y se interpenetran hasta cierto punto, o son parcialmente inmanentes los unos respecto a los otros (Gurtvich, 1969: 272). Desde esa perspectiva, postular la interpenetración de contrarios en la dicotomía urbano-rural, supone simplemente afirmar que la predominancia de un polo sobre el otro no inhibe el proceso contrario. Por esa razón, reconocidos los procesos de penetración de lo urbano sobre lo rural, incluso como hegemónicos, también se requiere observar sus procesos opuestos. O lo que puede designarse como ruralización de lo urbano. (CIMADEVILLA, 2005, p. 64)

La ruralización se manifiesta en la medida que en que se revalorizan culturas de la supervivencia sobre la base de saberes y valores rurales aún cuando sean aplicadas en la ciudad⁸. Este proceso se observa en las prácticas de actores que sobre la base de saberes y valores rurales modifican los espacios, los objetos y los significados urbanos, aún sin pretenderlo. Por ejemplo, quienes apelan a la tenencia y uso de carros tirados por caballos para resolver su existencia en el contexto de ciudades intermedias o incluso grandes urbes de Argentina y varios países latinoamericanos (Uruguay, Bolivia, Brasil, Colombia, entre otros). Con tales presunciones, puede sostenerse que, así como se urbaniza el campo, se ruraliza la ciudad en la medida que otros modos, estilos y lógicas de reproducción no siguen los parámetros de la razón dominante y se encarnan en los actores rurales que viven y/o trabajan en la ciudad. Estos actores y sus prácticas se mimetizan en el contexto urbano, tornándose “naturales”. La ruralización se manifiesta en las culturas del rebusque o en términos de Weller (1997), en las actividades de refugio como las que llevan a cabo “carreros, cartoneros, junta basuras, etc. quienes, movilizándose en carros tirados por caballos y sin pretenderlo,

⁸ Con abordajes que en muchos casos se complementan, autores como Gilberto Freyre (1982), Jesús Martín Barbero (1999, 2000, 2004), Néstor García Canclini (1990), J. Weller (1997), Gustavo CimaDEVILLA y Edgardo Carniglia (2003, 2005, 2007, 2009), Artemio Baigorri (1995) y Milton Santos (1997), resultan de especial interés para considerar la perspectiva. Para una lectura pormenorizada de los aportes mencionados, recomendamos el libro *Iconos de la rurbanidad. Actores, prensa, tecnologías y políticas de reordenamiento rurbano en tiempos modernos*. UNIRIO Editora, disponible en www.unirioeditora.com.ar

modificaron los paisajes, planos, estéticas y dignidades, y también regulaciones y convivencias urbanas” (CIMADEVILLA, 2005, p. 64).

Si la lectura de los contrarios nos permite construir enfoques comprensivos que trascienden las lecturas polares de lo que puede ser tradicional o moderno, rural o urbano, integrado o no, y pasar a concebir esas interpretaciones como parte de la dinámica de las existencias y sub-existencias de esta contemporaneidad tardía, la perspectiva de análisis que se postula importa porque abre una serie de interrogantes claves. La comunicación en su vínculo con la cultura nos permite ensayar algunas respuestas posibles desde una perspectiva atenta no sólo a la problemática de los medios de comunicación y su rol de “agendadores” de la realidad o “constructores” de las versiones creíbles, sino también a las mediaciones históricas y simbólicas que los diversos sectores sociales ponen en juego a la hora de configurarse como emisores o receptores válidos. Una entrada analítica que se interroga tanto por las estructuras y dinámicas de poder, pero también abierta a interpretar las rupturas y procesos emergentes (CIMADEVILLA, 2009). Esto es, de los procesos que crean los sentidos hegemónicos y de los procesos que parecen contradecirlos, enfrentarlos o ajustarse por diversas razones. En definitiva, de los variados modos en que a través de la historia y los presentes los actores en la configuración de ambientes, prácticas y manifestaciones participaron y participan en la puja por la creación y/o reproducción de sentidos que afirman o niegan el orden social resultante.

En síntesis, el proceso de ruralización de lo urbano no es excepcional, sino por el contrario resultante de una serie de condiciones que se reproducen en vastas geografías. Por caso, de la conjugación de procesos migratorios de pobladores rurales que se instalan en las ciudades, el consiguiente cultivo de sus prácticas arraigadas, de sus saberes identitarios, de sus modos “naturales” de resolver su existencia. Por tanto, de una forma de configurar sus vidas y trayectorias rurales en contextos urbanos dando lugar a nuevos híbridos. O si queremos plantearlo de otro modo, configurando una materialidad nueva, ni urbana ni rural, sino rurbana.

A través del uso del carro- caballo como ícono de la rurbanidad, hemos identificado un conjunto de prácticas de rebusque, entre las que ubicamos la recuperación informal de residuos. Tema que abordaremos en la próxima sección.

Características del reciclado rurbano

A partir de la convergencia entre la comunicación, el desarrollo y las problemáticas urbano-rurales (CIMADEVILLA y CARNIGLIA, 2004; CIMADEVILLA y CARNIGLIA, 2009), desde un enfoque comunicacional en clave sociocultural construido en la confluencia de antecedentes de la tradición latinoamericana de la comunicación, la comunicación para el desarrollo y la comunicación en el cambio social (KENBEL, 2020), hemos realizado procesos de investigación acción orientados a tres líneas: a) La visibilidad e invisibilidad social de la rurbanidad y el modo en que los medios de comunicación -especialmente la prensa- la tratan o excluyen de su agenda (DEMARCHI, 2014), como así también las lecturas que genera en la opinión pública; b) El interés por los marcos ideológicos con los que se encuadra a la rurbanidad, los parámetros con los que se la valora y los ángulos que se eligen para racionalizarla en su comprensión. Por caso con estudios vinculados a las políticas públicas que buscan regular la circulación de los carros tirados por caballos en las ciudades y, c) La dimensión significativa de los grupos rurbanos, lo que implica para sus protagonistas en tanto modo de vida y subsistencia y el conjunto amplio de significados que encierran sus ambientes y sistemas de objetos (CIMADEVILLA, 2020). Desde esta última línea, trabajamos en comprender las experiencias y vivencias cotidianas de los protagonistas, privilegiando estancias extensas en sus hogares y lugares de trabajo y acompañándolos en los distintos momentos⁹ de sus “actividades de rebusque” (KENBEL, 2006). A partir del carro caballo como ícono de la rurbanidad hemos identificado al menos tres prácticas en el interior argentino. A saber:

- La extracción y transporte de arena en zonas de ríos o arroyos con una estructura de hierro (rastrón) tirada por caballos. Los animales también se utilizan para el transporte del material extraído;
- La venta ambulante de frutas y verduras con carros tracción a sangre y
- La recolección de residuos en carros tirados por caballos.

La distinción es sólo analítica, ya que en la resolución cotidiana de la vida es común que un grupo familiar realice distintas actividades al mismo tiempo. Por eso es que en términos de identificación nos referimos a los “carreros”, para referirnos a todo lo que puede

⁹ En un capítulo reciente, damos cuenta de los principales aprendizajes que como equipo hemos identificado en dos décadas ininterrumpidas de investigación y vinculación con poblaciones rurbanas argentinas. Vease KENBEL y CIMADEVILLA, 2022 en <https://www.unirioeditora.com.ar/producto/experiencias-dialogicas-investigacion-social/>.

hacerse con la tracción animal. Reservamos el concepto de “cirujeo” o de “recuperación informal de residuos” para dar cuenta de la “actividad a través de la cual un individuo o varios –por ejemplo, miembros de un mismo grupo familiar que puede incluir a menores de edad- se dedican principalmente a la recolección de elementos de desecho comercializables o reutilizables o consumibles, destinados a satisfacer necesidades básicas” (CIMADEVILLA y CARNIGLIA, 2015, p. 2).

Ahora bien, ¿qué podemos decir de los recicladores del Gran Río Cuarto en el corazón de Argentina? En el año 2014, a través de un convenio entre la universidad y el municipio local, se realizó un relevamiento que arrojó un conjunto de datos distintivos¹⁰ que aquí resumimos:

Se relevaron 393 hogares, un total de 1692 personas que dependen directa o indirectamente del cirujeo o de la recuperación informal de residuos como estrategia de sobrevivencia. Del total de familias, un tercio lleva más de tres décadas cirujeando; el otro tercio, entre 15 y 29 años, y la última fracción comenzó después de 2001. El 55% de familias utiliza carros tirados por caballos para resolver la movilidad de los materiales. De ese porcentaje, el 85% solo tiene un equino para recorrer entre tres y seis horas diarias la ciudad. Una de cada dos familias está compuesta por más de cinco personas, lo que estadísticamente se considera de tipo “numerosa”. Muchas bocas para un ingreso promedio de menos de un dólar por semana por venta de materiales (cartón, vidrio, metales, cobre, chatarra y papel). Y largas colas para ir a una letrina; los que la poseen, porque relevamos a ciento veinte grupos familiares del total que no la tienen. En cuatro de cada diez hogares hay niños que salen a trabajar. La mitad de las familias tiene integrantes con problemas de salud que precisan medicación permanente. Una de cada diez personas que es miembro de estas 393 familias es analfabeto completo o funcional. En uno de cada tres hogares, hay alguien que no sabe leer de al menos 14 años.

A su vez en trabajos anteriores (KENBEL, 2006, 2013), identificamos un conjunto de características del trabajo cotidiano de recogida, clasificación y venta de materiales reciclados que complementa los datos presentados:

-La recolección se efectúa principalmente a través del uso extensivo de carros tirados por caballos que, o bien realizan circuitos por la vía pública observando lo que se expone en

¹⁰ El informe completo está disponible en www.comunicacionyurbanidad.org.

cestos y veredas para ubicar aquello que pueda ser vendido; o bien los recicladores ya tienen sitios pautados para retirar materiales. En este último caso, acuerdan previamente con comerciantes, porteros de edificios y/o vecinos particulares un horario para el retiro “exclusivo” de los residuos y otros elementos de interés.

-Una vez llevada a cabo la recolección de residuos - por ejemplo, de cartón, vidrio, plástico, aluminio, cobre o papel- los recicladores regresan a sus barrios, donde proceden a la clasificación.

-La “limpieza” de los residuos es un factor de diferenciación de precios que hace a la calidad del trabajo; factor que suele valorarse positivamente por quienes compran materiales al pagar un poco más.

Para la venta de los materiales, las opciones pueden ser al menos dos:

a) que los recicladores se trasladen hasta los centros de venta - desarmaderos o “chacaritas”, atravesadores en Brasil- donde se pesa lo recolectado y se paga en función del precio que tiene en ese momento el material en el mercado.

b) que los dueños de las chacaritas se trasladen hasta los domicilios particulares o los barrios donde viven los recicladores, sea a través de un camión, una camioneta o bien opten por colocarles un contenedor. Esto suele suceder con aquellos recuperadores que más tiempo tienen en el rubro, con los cuales las chacaritas desarrollan relaciones de confianza.

-Los materiales que no se comercializan vuelven al circuito de la basura, no obstante, también se aprovechan, por ejemplo, los residuos orgánicos como alimento para los animales. También hemos advertido que se reutilizan materiales, por ejemplo, para el acondicionamiento de los carros y con diversas utilidades en las viviendas de los recicladores. La premisa es que “todo (o casi todo) sirve”.

-El ingreso que los recuperadores reciben por sus trabajos- recolección, limpieza y separación de los residuos- depende de los precios que se operen en los centros de compra o chacaritas donde concurren y del caudal de residuos que logren juntar. Por ejemplo, a octubre de 2023, se pagan \$32 por un kilo de cartón; el kilo de papel blanco, \$35; el kilo de pet cristal a \$60 y el de color a \$55. Los valores no llegan ni a medio dólar. Así mismo, el cirujeo se presenta como el principal sustento económico de la familia o el que se mantiene a la par de otros trabajos eventuales y hasta en relación de dependencia.

- Finalmente, podemos decir que se trata de una actividad donde participa toda la familia con distintos grados de involucramiento. Hay una transmisión generacional de padres a hijos que se nota sobre todo en el cirujeo ya que los niños participan desde muy pequeños de los recorridos habituales de sus padres.

Si nos centramos en los saberes y experticias desarrollados en todo el circuito del reciclado, podemos sostener que:

- Las prácticas de rebusque se basan fundamentalmente en un tipo de conocimiento heredado, experiencial, transmitido generacionalmente. Se trata de actividades surgidas en los contextos familiares o de vecindad de sus protagonistas, requieren de la destreza física –para levantar fardos de residuos que pueden pesar 50 kilos, para aplastar materiales, trasladar bolsas de verduras para los animales- y del manejo de ciertos saberes. Esta información que se transmite de padres a hijos o entre vecinos se relaciona a los caballos como medios de vida (manutención, alimentación, salud, aptitudes para el trabajo, deportes y espacios de ocio asociados), lo referido a la actividad en sí de la recuperación de residuos (recorridos, clientela, separación de residuos, puntos de venta, precios de los materiales), como también es usual apelar a la crianza y manutención de animales de corral-como gallinas, ovejas, cerdos- para autoconsumo y/o venta.

- Se reconocen rutinas en las prácticas de rebusque, que giran en torno a la tenencia de los caballos (cuidados, alimentación y manutención), al desarrollo de la recuperación y reciclado de materiales (hay horarios para preparar el carro y los caballos, para los retiros de materiales de la vía pública o de lugares estipulados), tareas domésticas y de cuidados, así como la realización de otros trabajos que complementan el ingreso familiar. Sobre esto último, citamos como ejemplos, contratos eventuales para obras en construcción, la extracción de áridos, la carga/descarga de materiales pesados de vehículos de gran porte y tareas de parqueizado y jardinería.

A su vez, las rutinas pueden verse afectadas por al menos tres conjuntos de factores: a) *los ambientales*, ya que se trata de prácticas realizadas al aire libre, con una particular relación con el ambiente y, por tanto, sujetas a condiciones provenientes de las inclemencias del tiempo o los cambios estacionales. Por ejemplo, el viento que suele afectar el acopio de residuos tipo papeles o cartones o las lluvias que mojan los materiales. Estas condiciones climáticas también afectan los horarios de apertura y cierre de comercios que son puntos

centrales de retiros de residuos. Otro conjunto de factores se vincula a b) *las necesidades económicas familiares de los recicladores*. Esto es, en determinados períodos se hace necesario hacer más recorridos o anexar otras actividades para contribuir a la economía familiar. Estos factores dependen a su vez de la cantidad de miembros de cada familia, los gastos a afrontar, la alimentación de los caballos, si hay problemas de salud a asumir que demandan dineros “extras” o de posibles eventualidades para las cuales siempre es bueno tener un dinero por las dudas. Y c) un factor que incide significativamente en la trayectoria de los recicladores es la *aplicación de políticas públicas* que afectan –mediante la regulación o configuración urbana- sus prácticas y rutinas. Como ejemplos podemos citar aquellas direccionadas a regular la tracción a sangre, las que demarcan horarios y zonas para la recolección de materiales o las que regulan el acopio y su disposición final.

Acerca de las percepciones de los recicladores sobre las actividades de rebusque, mencionamos las más significativas:

-Valoran la independencia relativa en la realización de las actividades, ya que ellos organizan los tiempos y las rutinas. Reconocen que les agrada no tener que rendir cuentas a nadie más que a ellos mismos y sus familias. Entienden lo que tienen como parte de un esfuerzo propio, sin un patrón que pautе sus tiempos y sus ganancias.

- Las actividades requieren de la confianza entre los actores y aquellas personas con quienes traban relaciones comerciales. Esa confianza se logra con el tiempo y la constancia.

-El caballo aparece como elemento central en las actividades de rebusque. El origen de la relación actor/caballo data de los padres y los abuelos, con cierta salvedad para el caso de los recolectores informales. Se constituyen en parte del equipo de trabajo: Son integrantes de sus vidas, forman parte de la herencia que se transmite y resultan útiles para múltiples funciones: Por ejemplo, para trabajar, hacer changas (como transportar escombros, llevar arena a las obras, colocar champas de césped), realizar compras, conseguir el alimento para los caballos. Es un medio múltiple función, el medio de movilidad por excelencia. Es un medio económico. Los propios actores consiguen el alimento para los caballos en las verdulerías, o los barrios donde viven cuentan con amplios terrenos donde pueden pastar sin costo. En cuanto a los carros, se adquieren en los mismos barrios, a préstamo o con facilidades de pago, en el caso de compra. Otorgan, por otro lado, ciertas ventajas en la realización de las actividades: Los actores manifestaron que resultan muy útiles para

transportar importantes volúmenes de residuos o de arena en relación a otro tipo de movilidad, como el carro a mano que mencionamos anteriormente.

La densidad de estas actividades de rebusque, en especial, la de la recuperación informal de residuos como parte de un modo de ganarse la vida, se plasma en relatos y vivencias que entendemos resultan significativos para comprender ese modo de vida, a mitad de camino entre los semáforos y el carro caballo y que desafía entendimientos, regulaciones y sentidos urbanos.

Recicladores, carroceros y catadores, experiencias desde Argentina y Brasil

La historia del carrero con que dimos inicio es parte de una realidad más amplia: la de más de 1700 personas que en la ciudad de Río Cuarto, segunda en densidad poblacional de la provincia de Córdoba (Argentina), declara vivir directa o indirectamente de la recuperación informal de residuos. Los factores que explican la presencia de la recuperación de residuos por parte de estas familias se explica también por el perfil de desarrollo local. Algunos datos de Río Cuarto lo ejemplifican. Se trata de la cabecera de la región sur de Córdoba con aproximadamente 200.000 habitantes, es un núcleo urbano de importante crecimiento poblacional con una significativa capacidad captadora de migrantes de la región. La migración rural hacia la ciudad provino, en parte, de una disminución significativa de las unidades productivas agropecuarias de la región, lo que aconteció dentro de un proceso, aún en curso, de profundización del capitalismo en el campo cordobés y otros fenómenos, como, por ejemplo, la división por herencia. La contraparte urbana de esta modernización agraria excluyente hizo que alrededor del 80 % de la población regional hoy resida en la ciudad. Parte de esos migrantes son los actores de la rurbanidad referenciada, quienes integran las alarmantes cifras de trabajo informal local. Indicadores en materia de trabajo, vivienda, hábitat, educación e ingresos los ubican entre las más críticas manifestaciones de la pobreza y la consecuente desigualdad social de la ciudad (CARNIGLIA, 2016).

Sobre la recuperación de residuos y el uso del animal, el carrero condenado respondió que le habían prestado un caballo “porque al secuestrarle la yegua no tiene cómo trabajar, que salía todos los días a buscarle comida, que le buscaba verdura y a veces pan, que tenía varios negocios donde ‘limpiaba’, es decir de donde sacaba los restos de comida para alimentar a sus

caballos y que cuando tenía dinero le compraba fardo y maíz. Que además de vender arena, junta cartón y botellas” (FALLO JUDICIAL, 2013). El relato se replica en historias y vivencias similares. El carro caballo es el binomio por excelencia que acompaña la cotidianeidad rurbana:

Mi marido hacía changas y bueno empezamos a comprarno el cabaio y teníamos una motito la cambié por el cabaio, los regalaron un carro y así salimos a cirujiar en el carro. (S, julio de 2004)

La vida mía era estar entre medio de los animales, mi papá era herrero y hacía arneses, monturas, amansaba caballos, tenía muchas actividades metidas entre medio de los animales... (L, junio de 2004)

S sale a cirujear con su familia en un carro y un caballo que adquirieron por el trabajo de J en la extracción de la arena. Así fueron los inicios:

... nos habían prestado un carro, teníamos caballo pero nos prestaron un carro entonces agarramos, empezamos a llegar a las verdulerías y bueno, empezamos a conseguir gente que nos ayudara, ahora estoy en la limpieza de un comedor así que...me queda el comedor, la verdulería, la carnicería están todas ahí a la par...así que de ahí bueno sacás un poco más porque la verdura te la dan todos los días, la carne la sacás todos los días y lo del comedor me dan todos los días la mercadería así que...no tengo que comprar nada...(S, junio de 2004)

M vive junto a sus cuatro hijos y usa el carro para salir a recolectar. Sostiene a la familia con lo que obtiene de esta actividad y con el beneficio de una ayuda estatal. Sale en el carro desde muy chica: *y...desde que tengo uso de razón, salía con mi padre, después me junté, mi suegro me regaló el carro y el caballo y los chicos siempre arriba del carro...* (M, julio de 2004)

D: *Nosotros teníamos 9 hijos, y no alcanzaba lo que él trabajaba...él (marido) por más que trabajara de las 7 de la mañana hasta las 7 de la tarde no nos alcanzaba porque era una changuita que él hacía...él venía, cobraba y los remedios y no nos alcanzaba ni la luz, nada...porque a 9 hijos hay que calzarlos, vestirlos...por eso él se dedicó a la cirujeada...*

Investigadora: *¿Con cuántos caballos empezaron la cirujeada?*

D: *Con uno...*

Investigadora: *¿Y después...?*

D: *Fuimos comprando otro y bueno y cirujeábamos...y ahora cada uno de ellos (sus hijos) se compra su caballito...trabajan en la arena y se compran un caballito para el carro..." (D, julio de 2004)*

Como señalamos anteriormente, el factor hereditario es importante en este tipo de actividades de “rebusque”. Existe un manejo de determinadas habilidades –relacionadas a cómo cirujear, el cuidado de los caballos, la comercialización de las frutas y las verduras, la

adquisición de la clientela- obtenidas con los años de boca de la propia familia o del entorno próximo del barrio donde se habita. Siempre hay alguien que presta los elementos de trabajo (los rastrones, el carro, los caballos) y que está dispuesto a compartir lo que sabe. Ese conocimiento otorga ciertas seguridades y regularidades, una vida que gira entorno al trabajo, la vida en familia y el barrio. Saberes que mezclan lógicas diferentes a los empleos “típicamente urbanos”, con factores relacionados fuertemente a lo afectivo. Incluso la vida junto a los caballos se percibe como “normal” que hasta cuesta identificar el origen de tal relación o las razones por las cuales se lo emplea. El estilo de vida, la actividad de rebusque, la presencia de los caballos, la cría de chanchos u ovejas a cuadras del centro urbano de la ciudad se presenta, para ellos, como perfectamente compatible con este tiempo histórico.

Carroceros y catadores de Olinda (Brasil)

Durante el año 2015 realizamos una estancia pos doctoral en las ciudades de Olinda y Recife, en el nordeste brasileño¹¹ en la que, a partir de las experiencias de investigación con carroceros y recicladores en el interior argentino, buscamos replicar el estudio. En el transcurso de la estadía visitamos dependencias públicas vinculadas al trabajo con los residuos y con los catadores. Particularmente nos detuvimos en la experiencia del “Aterro de Aguazinha”, un basural a cielo abierto que cerró en el 2010. En el lugar se congregaban más de 200 catadores entre hombres, mujeres, niños y adolescentes que trabajaban y vivían allí mismo. Una disposición ministerial declaró el cierre del aterro, lo que produjo movilizar esfuerzos por parte de la prefectura para actuar directamente con las familias dedicadas al cateo de la basura. En el transcurso de reconstruir cómo había sido el proceso de cierre y el destino de las familias catadoras, dialogamos con catadores y encontramos el desarrollo de al menos tres ferias de carroceros, es decir, aquellos que utilizan la tracción a sangre para el desarrollo de sus prácticas de rebusque.

Solo a modo de caracterización general, diremos que Olinda es una ciudad que según el último censo de 2010 tiene una población de 377.779 habitantes. Está próxima a la ciudad de Recife, capital del estado de Pernambuco en el nordeste de Brasil. En términos económicos, se caracteriza por ser una ciudad volcada al sector de los servicios (72,2% del

¹¹ <https://www.conicet.gov.ar/recuperadores-informales-de-residuos-historias-de-rurbanidad/>

PIB municipal) Y le sigue el área industrial con un 15,8% de participación en el PIB. Según algunos relatos de personas que participan en la administración pública, es una ciudad “de servicios” y “sin industrias” que compite mucho en ese sentido con Recife. Conforme a los datos del censo del 2010, la tasa de extrema pobreza estaba en el orden del 23,41%, siendo la media nacional del 30,33% (al 2010). En relación a la educación, la tasa de analfabetismo de las personas de 10 años o más era del 6,7%. Siendo mayor la proporción en el área rural que urbana. Esta tasa de analfabetismo era menor a la tasa del país (9,4%) y del estado de Pernambuco (17,5%). Sobre las condiciones referidas al mercado de trabajo, el censo muestra que el porcentaje de personas desempleadas en domicilios particulares permanentes, es del 4,8%. Siendo la tasa de Brasil del orden del 3,0% y del estado de Pernambuco, del 4,2%. En relación a la población de 16 años o más en situación de informalidad, el porcentaje es del 18,6% distribuidos del siguiente modo: 1) 76,457 son empleados con contratos laborales (son el 50,5%); 2) le siguen los cuenta propistas que suman 31.354 personas (20,7%); 3) luego los empleados que no tienen contratos laborales (30.416; 20,1%); y 4) los empleados públicos tipo militares y empleados públicos que suman 1145 personas (6,2%).

En los intercambios producidos, mezcla torpe de portugués y español, pudimos advertir elementos en común con las vivencias argentinas. Vale aclarar que, a los fines de poder trabajar sobre los registros de entrevistas, las mismas fueron traducidas del portugués al español por una persona nativa, de allí que se reproducen los fragmentos tal como fueron traducidos:

*Nuestra vida es de mucho sacrificio, tenemos que despertar temprano, y en el invierno tenemos que trabajar en la lluvia. Ingresamos el agua del mar y hace mucho charco, criamos cerdo y caballo y queda todo choto, tenemos que arreglar la herradura del caballo siempre, las cuatro herraduras salen por cincuenta reales, eso si trabajamos los treinta días. Más el gasto con alimento que son de veinte y cinco reales a cada quince días. Quien no es carrero y no conoce cómo es esta vida, no entiende el cuidado que necesitamos tener, porque el carrero es dependiente del caballo, si enferma la pata, no puede trabajar y yo también, y no podemos buscar una arena, o unas sobras para los cerdos, y todo más. Él trabaja por él y yo trabajo por mi familia. Así que lo cuido y me queda para comprar un cigarrillo y otra cosa. ¿Su padre, abuelo tenían caballo también?
Sí, ya es de generación, de padre para hijo. Porque es eso mismo que podemos pasar para nuestros hijos, el trabajo de cada día. (A, mayo 2015)*

Algunos encuentros se produjeron en la calle, otros en el predio del basural cerrado en el cual algunas familias seguían viviendo. Como parte de los diálogos, compartimos relatos y fotografías de carreros de Río Cuarto.

una persona con un buen caballo y un carro no pasa hambre.. todos los días tenemos el pan, es útil para cualquier cosa, por ejemplo para la playa, es nuestro auto. (risas). Ni gasta nafta..

(risas) Sí, solo necesita alimentarlo...

Sí, solo necesita alimentarlo con una bolsa de alimento, o de maíz, si puede pasar un mes. Una bolsa de alimento para caballo cuesta unos veinte tres reales (A, junio 2015).

Acerca de la relación de los carreros o carroceros con la educación formal, A y S, madre e hija, decían que:

No tiene estudios, muchos trabajan desde sus diez años... Antes era peor porque el caballo era el hombre, pero en los días de hoy muchos ya tienen su caballito. Muchos son analfabetos porque faltaban a la escuela para trabajar, el tiempo pasa y pierde la oportunidad y después ya no quiere estudiar. Algunos saben hacer las cuentas, son buenos en matemática pero no saben la lectura y escritura. Yo tengo dos hijos que estudian y otros dos que no.

(...) sin tener el basural no sé qué sería de mi vida. Porque ya hablé con muchos para conseguirme un trabajo, cocino muy bien, de horno y hornalla no sé, pero cocino bien, comida para muchos, "feijoada", "jabá", o sea, podría estar empleada en un bar, pero muchas personas tienen miedo de que nosotras robemos, eso es por no tener oportunidad, porque gustar de trabajar nos gusta. Puedo limpiar casa de familia, lavar ropa, pero como no hay me voy al basural, porque lo importante es trabajar (A y S, mayo 2015)

En estos fragmentos del encuentro con F puede encontrarse el vínculo del carro y caballo a una cuestión generacional y a las valoraciones del trabajo con los residuos y otras prácticas de rebusque cuando se intentan buscar opciones en relación de dependencia o que desde el sentido común extendido se valoran como mejores alternativas.

me acuerdo de mi familia es de mi padre siempre trabajando con caballo y carreta, trabajaba cargando verdura en feria, pero ahora que tiene camión no quiere más trabajar con eso. En feria cargaba esos "garajá" de gallina, es como una "jaula para gallina", el cargaba todo y llevaba las gallinas. Yo vivo tranquilito, si aparece algo... voy viviendo despacito.

E: ¿Cuántos caballos tenés?

F: *Tengo 5 caballos, le doy "farelo" (alimento para caballo), "purina" (alimento para caballo), así queda alimentado y no va a salir en la calle y molestar a nadie, porque a muchos no les gusta.*

E: ¿Y tu padre?

F: *El ya falleció, falleció con 60 años, y él se jubiló trabajando de carrero, siempre trabajó en eso y mi abuelo tenía caballos. Le gustaba trabajar por su cuenta, sin jefe, y eso mi padre, mi abuelo y mi abuela, que tenía carreta, pues ella trabajaba cargando para un kiosko.*

En otro tramo del encuentro F se refiere a los cuidados proporcionados a los animales y a cómo es un día de trabajo.

también tiene que saber cuando el caballo se enferma, tiene que aplicar una inyección, por ejemplo, ese caballo que tengo se enfermó y casi que lo perdí. Un día ele comió una bolsa de la basura y quedó con problemas intestinales, y yo sufrí mucho y pasé todo el día cerca de él, y así él se quedó mejor después de un tiempo y está vivo hasta hoy. El tiene 6 años y llama Nino.

Un día de mi vida es alegre, porque yo trabajo de lunes a viernes, sábado si hay trabajo aun puedo hacer, pero en el domingo no salgo a trabajar para nadie. Domingo es el día de descansar, yo cuido de los caballos. Cuando llego a casa, antes de cuidar de mí, cuido de los caballos, dejo comida y me pongo a limpiarlos.

Yo puedo pasar toda la semana sin tener trabajo, pero prefiero mi carro. Porque en el trabajo sufro muchas críticas, porque no soy alfabetizado. Si vos me pedís para firmar mi nombre lo sé, pero leer y escribir no. Entonces no necesito de más críticas en mi vida y prefiero trabajar en mi carro ganando un poquito por día y a veces voy remándola sin me enojar con nada. (F, abril de 2015)

Desde la lectura que propone la rurbanidad, que pone en el centro el cruce urbano rural, los relatos cobran sentido para referenciar el modo en que los recicladores se ganan y reproducen la vida. Hay una lógica de vida y de trabajo, de por qué cuidar a los animales y a los clientes, el uso del tiempo y de una dignidad que no es fácilmente hallable en otro tipo de propuestas laborales.

Carreros, más que recicladores

En pocas palabras, ¿cómo podría definirse a los carreros? Ensayando posibilidades y a la luz de la caracterización brindada en este escrito podemos decir lo siguiente:

Dícese de quienes se ganan la vida con carros tirados por caballos en ciudades intermedias y capitales de Argentina y América Latina. Trilogía que involucra carro, caballo, carrero, que forman un “nosotros” de necesidad mutua, trabajo y cuidados. Carrero es quien vive de lo que hace, orgulloso de su condición de cuentapropista, de la autonomía relativa que significa tener un medio a través del cual puede disponer del propio tiempo y del ritmo de las ocupaciones. Carro-caballo se constituye en parte de la memoria familiar y grupal y admite múltiples funcionalidades: para changas varias (transportar escombros, champas de césped, llevar arena a las obras), realizar compras, conseguir el alimento para los animales, desfilas, llevar a la familia y todo lo que pueda reutilizarse en ese tránsito por las calles de las ciudades. Son por otro lado, medios económicos en virtud de su propia condición. Los carreros consiguen el alimento para los equinos en las verdulerías, o los barrios donde viven cuentan con amplios terrenos donde pueden pastar sin costo. En cuanto a los carros, los hay diversos. Se adquieren en los mismos barrios, a préstamo o con facilidades de pago, en el caso de compra. Los carreros se las ingenian para el diseño y construcción de los carros con lo que el rebusque ofrece en el devenir de los recorridos.

A mitad de camino, ni rurales, ni urbanos, los carreros rurbanos viven una vida de sacrificios, trabajan bajo la lluvia, con frío, con calores extremos porque quien no sale a buscar el mango, no come. Rebuscadores ciudadanos, escapan a la posibilidad de lo ilegal con el

carro caballo. Parte del entorno, miembro de la familia, necesidad y apego, carro caballo (y carrero) suele ser mal visto e incluso invisibilizado. Tapa de los diarios en relación a la pobreza, la exclusión y todo lo que nos cuesta reconocer como lo pretendidamente moderno. Los carreros constituyen una categoría social subordinada y vulnerable pero con una significativa capacidad de resiliencia en nuestras sociedades heterogéneas y crecientemente desiguales.

Aquel carrero condenado por “maltrato animal” dio su versión de los hechos según consta en los archivos judiciales:

(...) me llamó una señora (...) para que le lleve arena zarandada, fui, até el carro en mi casa y fui con los dos caballos, zarandé la arena, la cargué y se la llevé. Llego al domicilio, descargo y cuando me di vuelta para cobrar y venirme, se cae la yegua sola. Desaté la potranca y la puse a la orilla, pasó un muchacho y me ayudó a cortar los arneses para desatar a la yegua y ahí quedó tirada en el suelo hasta que llegó la policía. La policía me dijo que me iban a secuestrar la yegua por maltrato animal. A las tres horas vino un hombre que supuestamente era veterinario y miró al animal. La señora que me compró la arena firmó un acta de secuestro y le sacó una foto a la yegua, de cómo estaba. Esa yegua sufre de cólicos igual que la madre, su madre murió. Cada tanto, cinco o seis meses, le agarran cólicos, y se tira al suelo y se desvanece. Yo le pongo Dexametasona (un anti inflamatorio). También le compro antibióticos y para los parásitos. La yegua ha tenido dos crías, un potrillo que vendí y otro que va a cumplir un año (Texto Fallo Judicial, 2013).

Hace un tiempo atrás volvimos a cruzarnos con este carrero que al día de hoy cuenta con una motocarga, con algunos sitios para retirar materiales, y que paradójicamente vive al lado de los nuevos edificios de Tribunales de la ciudad de Río Cuarto. Nos seguimos preguntando: ¿Qué se pone en debate socialmente? ¿el trabajo, la dignidad, el medio de movilidad, quién lo protagoniza? No tenemos respuestas acabadas, pero sí una idea puede esclarecer un poco el camino a seguir: para pensar en la integración de los sectores más vulnerables socialmente, sean recicladores, carreros, carroceros, pepenadores, bagueros, es necesario comprender integralmente los marcos interpretativos que dan sentido a sus modos de ganarse la vida. La rurbanidad como categoría tiene esa humilde pretensión comprensiva, la que entendemos como un buen punto de partida para imaginar acciones públicas con horizontes de igualdad.

Referências

BERARDO, Martina. **Más allá de la dicotomía urbano-rural**. *QUID*, 16 (11), p. 316-324, 2019.

CARNIGLIA, Edgardo ¿Pobreza, exclusión, vulnerabilidad, desigualdad? Sobre la condición “ciruja” local”, In MALDONADO, Gabriela y otras (Comps.), **¿Qué investigamos en la Facultad de Ciencias Humanas?** Río Cuarto, UniRío, p. 444-462. Disponible em www.unrc.edu.ar/comunicación/editorial/repositorio.

CIMADEVILLA, Gustavo Rurbanidad: de la intuición del que observa al objeto de conocimiento In KENBEL, Claudia; GALIMBERTI, Silvina; DEMARCHI, Paola **Iconos de la rurbanidad. Actores, prensa, tecnología y políticas de reordenamiento rurbano en tiempos modernos**. UNIRIO Editora. Río Cuarto, p. 15-20, 2020.

CIMADEVILLA, Gustavo Contrapuntos con Lefebvre. Apuntes para una entrada comunicacional In CIMADEVILLA, Gustavo y CARNIGLIA, Edgardo (coords.). **Relatos sobre la rurbanidad**. UNIRIO Editora, Río Cuarto, p. 11-20, 2009.

CIMADEVILLA Gustavo y CARNIGLIA, Edgardo **Informe general del Relevamiento de familias con actividades cirujeo en la ciudad de Río Cuarto**. Universidad Nacional de Río Cuarto, 2015. Disponible en: www.comunicacionyurbanidad.org.

CIMADEVILLA, Gustavo y CARNIGLIA Edgardo La ruralización de la ciudad pampeana In: CIMADEVILLA, Gustavo y CARNIGLIA, Edgardo (coords.). **Relatos sobre la rurbanidad**. UNIRIO Editora, Río Cuarto, p. 75-94, 2009.

CIMADEVILLA, Gustavo y CARNIGLIA, Edgardo (Eds.) **Comunicación, ruralidad y desarrollo. Mitos, paradigmas y dispositivos del cambio**. INTA. Buenos Aires, 2004.

CROVETTO, Marcela **Espacios rurales y espacios urbanos en la teoría social clásica**. *QUID*, 16 (11), p. 15-31, 2019.

DEMARCHI Paola **El devenir de las construcciones periodísticas sobre la ciudad y las emergencias sociales (siglo XX): prensa, orden urbano y clima de época**. Tesis doctoral, Universidad Nacional de Rosario, Argentina, 2014. [Disponible en: http://hdl.handle.net/2133/8823](http://hdl.handle.net/2133/8823)

GALIMBERTI, Silvina, KENBEL, Claudia y DEMARCHI, Paola (2018) **El cirujeo en Río Cuarto: la rurbanidad que incomoda**. In SCHAMBER, Pablo y SUAREZ, Francisco (compls.), *Recicloscopio V*. Los Polvorines. Ediciones UNGS, p. 323-350, 2018.

KENBEL, Claudia **Circuitos culturales y tensiones de sentidos. La rurbanidad según las memorias sociales en la ciudad de Río Cuarto** [Tesis Doctoral]. Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, Universidad Nacional de Rosario, 2013. Disponible em <http://hdl.handle.net/2133/8507>

KENBEL, Claudia **A mitad de camino entre lo urbano y lo rural. Actores y actividades de rebusque** Trabajo Final de Licenciatura. Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Río Cuarto, 2006.

KENBEL, Claudia, DEMARCHI, Paola y GALIMBERTI, Silvina **Íconos de la rurbanidad. Actores, prensa, tecnología y políticas de reordenamiento urbano en tiempos modernos**. UniRío editora, 2020. Disponible em www.unirioeditora.com.ar

KENBEL, Claudia, GALIMBERTI, Silvina y DEMARCHI, Paola Marcos de entendimiento en clave rurbana. Resultados de investigaciones situadas en el Gran Río Cuarto (Argentina) desde la comunicación y el desarrollo. En Pérez Martínez, E. y otros **Estudios del rururbano en América Latina**. Edit. Pontificia Universidad Javeriana. Colombia, 2022.

PELLON, Ignacio. **Carreros de La Esperanza. Un estudio de caso sobre acción colectiva y estructuración social**. Tesis de Maestría en Trabajo Social. Universidad Nacional de Córdoba, 2022.

PEREZ MARTINEZ, Manuel; NATES CRUZ, Beatriz y ACOSTA NATES, Paola **Estudios del rururbano en América Latina**. Colombia. Edit. Pontificia Universidad Javeriana, p. 10-14, 2022.

SCHMIDT, Mariana, Wertheimer, Marina, Astelarra, Sofía y Ejarque, Mercedes (2019). **Presentación del Dossier #11: Desbordes de la dicotomía urbano-rural**. *QUID*, 16 (11), p. 1-14, 2019.

WELLER Jurgén **El empleo Rural no Agropecuario en el istmo Centroamericano**. *Revista de la Cepal*. (62), p. 75-90, 1997.

Recebido em 30/11/2023 | Aceito em 02/05/2024



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Atores da Reciclagem e Dinâmicas Urbanas

V 13 | n 24 | jan-jun 2024

Comida de santo: uma investigação sobre o uso de alimentos em um terreiro de umbanda na cidade de Florianópolis

Fernando César Limoeiro Muller; Claudia Hickenbick



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauui.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

HICKENBICK, Claudia; MULLER, Fernando César Limoeiro. Comida de santo: uma investigação sobre o uso de alimentos em um terreiro de umbanda na cidade de Florianópolis. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 13, n. 24, p. 269-298, jan-jun 2024. Semestral.

© NAUI

Comida de santo: uma investigação sobre o uso de alimentos em um terreiro de umbanda na cidade de Florianópolis

Fernando César Limoeiro Muller¹
Claudia Hickenbick²

Resumo

Este artigo analisa rituais alimentares em religiões afro-brasileiras, com foco em um estudo de caso realizado no terreiro Caboclo Guarani em Florianópolis. Foram utilizadas principalmente entrevistas abertas e observação não participante. Como resultados, o estudo apontou para transformações ligadas à tecnologia, no que se refere ao preparo dos alimentos, e ligadas à significados, no que se refere aos ingredientes. A transmissão de conhecimento permaneceu predominantemente oral. A liderança religiosa mostrou autonomia na condução do terreiro. Esses achados estão alinhados com a literatura especializada. No entanto, observou-se desinteresse em levar a prática da comida de santo para fora do terreiro, algo que o autor pressupunha ser algo positivo na valorização cultural.

Palavras-Chave: comida de santo; transformações; Florianópolis

Comida de santo: una investigación sobre el uso de alimentos en un terreiro de umbanda en la ciudad de Florianópolis

Resumen

Este artículo analiza los rituales alimentarios en las religiones afrobrasileñas, centrándose en un estudio de Caso realizado en el terreiro Caboclo Guarani de Florianópolis. Fueron utilizados principalmente entrevistas abiertas y observación no participante. Como resultados, el estudio señaló transformaciones vinculadas a la tecnología, en lo que respecta a la preparación de

¹ Especialista em Cultura e Sociobiodiversidade na Gastronomia pelo Instituto Federal de Santa Catarina; pesquisador no Grupo de Pesquisa em Patrimônio, Gastronomia e Cultura (PGC) do Instituto Federal de Santa Catarina - Campus Florianópolis-Continente. E-mail: fernandoelmuller@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9829-2653>

² Doutora em Geografia pela Universidade do Minho (Braga, Portugal); Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná; Professora da área de Ciências Humanas do Campus Florianópolis-Continente, IFSC, Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer. Pesquisadora nos Grupos de Pesquisa em Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Sustentabilidade e, Patrimônio, Gastronomia e Cultura (PGC), ambos do IFSC.. E-mail: claudia@ifsc.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3330-9608>

alimentos, y vinculadas a los significados, con respecto a los ingredientes. La transmisión de conocimiento permaneció predominantemente oral. El liderazgo religioso mostró autonomía en el manejo del terreiro. Estos hallazgos están en línea con la literatura especializada. Sin embargo, se observó falta de interés en llevar la práctica de la comida de santo fuera del terreiro, algo que el autor se suponía que sería algo positivo en términos de apreciación cultural.

Palabras clave: comida de santo; transformaciones; Florianópolis

Comida de Santo: an investigation into the use of food in a Umbanda terreiro in the city of Florianópolis

Abstract

This article analyzes food rituals in Afro-Brazilian religions, focusing on a case study conducted at the Caboclo Guarani terreiro in Florianópolis. The research primarily employed open interviews and non-participant observation. The findings indicate transformations related to technology in food preparation and shifts in meanings associated with ingredients. Knowledge transmission remained predominantly oral, and religious leadership demonstrated autonomy in terreiro management. These findings align with specialized literature. However, there was observed disinterest in extending the practice of "comida de santo" beyond the terreiro, something the author presumed to be positive for cultural appreciation.

Keywords: saint's food; transformations; Florianópolis.

INTRODUÇÃO

Os alimentos são elementos essenciais nos rituais das religiões de matriz africana, uma vez que representam a ligação entre orixás e homens, o povo terreno³. É por meio do alimento, oferecido em forma de sacrifícios ou oferendas, que se alcança o axé, a força que garante a vivência e a permanência de deuses e homens (CORREIA, 2009). Por isso, nos terreiros, onde são exercidas as religiões de matriz africana, a comida representa mais do que a alimentação biológica, representa a alimentação da alma, fazendo das cozinhas ambientes sagrados.

³ Povo terreno é uma expressão utilizada por Rosa Maria Silvy, sujeito participativo desta pesquisa, para se referir aos seres humanos em geral, encarnados e viventes do plano terrestre, não incluindo orixás ou desencarnados.

A cultura é viva, adaptativa e não estática, e as transformações culturais podem ser vistas como um processo de manutenção⁴ da cultura. Considerando-se a importância dos alimentos para as religiões afro-brasileiras, e que transformações são inerentes às culturas, este trabalho desenvolveu-se em torno da seguinte problematização: *Quais foram as principais transformações⁵ pelas quais passaram as comidas de santo durante o seu processo de elaboração, em um terreiro de umbanda na cidade de Florianópolis, e em que medida, tais mudanças estão contribuindo para a continuidade da prática cultural?*

A partir desta problematização, desenhou-se como objetivo geral *compreender os processos que envolvem alimentos em rituais de religiões de afro-brasileiras em um terreiro de umbanda na cidade de Florianópolis*, e como objetivos específicos, identificar os processos que envolvem as comidas de santo realizados nos dias atuais em um terreiro localizado na cidade de Florianópolis; caracterizar as formas atuais de transmissão dos conhecimentos das religiões afro-brasileiras, com foco nos rituais que envolvem alimentos; verificar se as transformações pelas quais passaram esses rituais estão contribuindo para a continuidade da prática cultural; investigar sobre a percepção da líder religiosa do terreiro em análise sobre a cultura da umbanda fora dos terreiros.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi analisado o Terreiro Caboclo Guarani, uma casa de umbanda localizada há mais de 40 anos no Bairro José Mendes, na cidade de Florianópolis, chefiada há mais de 15 anos por Rosa Maria Silvy⁶, conhecida na comunidade local como Mãe Rosa ou Mãe Dica, uma senhora de 75 anos, natural da cidade de Florianópolis, praticante de umbanda há mais de 55 anos, que desempenhou o papel de sujeito participante desta pesquisa.

Não foram encontradas referências teóricas específicas acerca das transformações que os rituais que envolvem alimentos na centros religiosos afro-brasileiros da cidade de Florianópolis; este aspecto, aliado à existência da atual valorização gastronômica da cultura

⁴ Entende-se neste trabalho que manutenção está relacionada ao sentido de continuidade da cultura, mesmo com as transformações, uma vez que cultura não é algo estático, ela não vai permanecer intacta com o desenvolvimento e evolução da sociedade, mas ela resiste.

⁵ Ao longo deste estudo, analisa-se as transformações vivenciadas pela a entrevistada durante os anos em que pratica as religiões afro-brasileiras, desde a sua introdução à religião até os dias atuais, enquanto atua como líder religiosa.

⁶ Apesar de ao longo este trabalho ser discutido sobre a preferência de Rosa Maria Silvy em manter o seu terreiro de forma não muito expositiva, a mesma aceitou participar como sujeito desta pesquisa e autorizou, através do TCLE, que seu nome e o nome de seu terreiro fossem divulgados nesta pesquisa.

negra no Brasil (LIMA, 2017), especificamente da comida de santo (OXALÀ, 2015), demonstram a pertinência do estudo. Entretanto, reconhecesse-se que é necessário buscar meios de satisfazer e solucionar os anseios e demandas das comunidades pesquisadas, portanto, este autor acredita que, ao pesquisar o povo de santo⁷ de um determinado terreiro na cidade de Florianópolis, passa-se a conhecer alguns de seus problemas e necessidades e, que a pesquisa é uma forma de buscar meios de sanar tais demandas.

OS NEGROS NO BRASIL E AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

Os negros⁸ no Brasil do século XIX criaram religiões afro-brasileiras, sincretizando conceitos africanos com elementos católicos ou cristãos. Essas religiões surgiram na periferia urbana, principalmente na Bahia, e se espalharam pelo país (JENSEN, 2001). Existem diversas religiões afro-brasileiras, como umbanda e candomblé, que são as mais conhecidas, cada uma com suas peculiaridades. A umbanda, mais sincrética que o candomblé, surgiu no início do século XX e incorpora elementos do candomblé, catolicismo, espiritismo kardecista e crenças indígenas (PRANDI, 2003). Na umbanda, acredita-se em um deus único, orixás, guias espirituais e a prática mediúcnica é fundamental (APARECIDO, 2015).

A umbanda, assim como as outras religiões afro-brasileiras, tem tradição oral, o que ajuda a resguardar a língua, já que os fundamentos são passados através da fala. Isto pode ser percebido em alguns termos africanos utilizados em alguns terreiros de religiões afro-brasileiras, mantendo e validando nos dias atuais conceitos e crenças milenares dos ancestrais africanos (CARNEIRO, 2019). Entende-se aqui que uma tradição oral envolve muito mais do que a transmissão por meio da fala, abarcando também elementos como músicas, roupas, danças e instrumentos musicais.

AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Quando aparecem os primeiros terreiros de candomblé na Bahia, na região do Desterro já havia as então chamadas *feitiçarias*, práticas não oficiais de medicina, de cunho religiosos,

⁷ Povo de Santo é uma expressão utilizada pelo sujeito participativo desta pesquisa, Rosa Maria Silvy, para se referir aos praticantes das religiões afro-brasileiras.

⁸ Os autores entendem que hoje em dia o termo mais aceito é “pessoa preta”, entretanto, neste texto, optou-se por utilizar o termo “negros” pois tal termo foi mais comumente encontrado nos textos utilizado como referencial teórico.

com plantas e ervas, recriminadas pelo Estado. Assim, é possível estabelecer como raiz das práticas religiosas afro-brasileiras na antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro as práticas alternativas de saúde, das benzedeiras, rezadeiras, curandeiros e feiticeiros, solicitada e realizada por pessoas pobres que não podiam sustentar os custos da medicina tradicional (TRAMONTE, 2001).

Entre 1940 e 1970, as religiões afro-brasileiras buscaram afirmação em Florianópolis, especialmente a umbanda, que conseguiu alcançar espaços públicos devido ao seu sincretismo com elementos católicos. O período de relativa visibilidade para as religiões afro-brasileiras em Florianópolis foi nos anos 1970, com a abertura do primeiro terreiro de candomblé, favorecendo uma significativa expansão das casas de religião afro-brasileira na cidade de Florianópolis que ocorreu entre as décadas de 1980 e 2000 (LEITE, 2017).

Das 109 casas registradas em Florianópolis em 2016 por Leite (2017), os bairros com maior incidência de casas de religiões de matriz africana foram Tapera, com 13 casas, Rio Vermelho e José Mendes, cada um com 11 casas. Em 2019, foi registrada a existência de 15 casas de religião afro-brasileira no bairro José Mendes (HICKENBICK, 2019).

Estes bairros onde estão concentradas a maior parte das casas de religiões afro-brasileira são caracterizados por se tratarem de regiões social e economicamente carentes, onde o apoio do Estado é mais requisitado para atender setores deficitários, como saúde e educação. Segundo Leite (2017), as casas de religião afro-brasileira se relacionam à trabalhos sociais e comunitários, e isso é refletido na região da Grande Florianópolis, onde 75% das casas mapeadas realizam este tipo de trabalho. Com isso, os terreiros assumem um pouco do papel de suprir as necessidades da comunidade.

Apesar de terem raízes semelhantes, as religiões afro-brasileiras são distintas e apresentam características próprias. Em Florianópolis e nos municípios vizinhos, foram registradas 70 nomeações de religiões de matriz africana, o que demonstra o quão rica é a cultura das religiões afro-brasileiras na região. Estas autodenominações escolhidas pelos líderes religiosos tendem a se apropriar de termos completos, a fim de deixar claro através do nome o sistema de crenças adotado (LEITE, 2017).

COMIDA DE SANTO

Nas religiões afro-brasileiras acredita-se em uma força vital, o *axé*, presente em todas as coisas. O *axé* precisa ser distribuído e mantido em equilíbrio, fazendo-se necessário ofertar alimentos para que seja feita a manutenção dessa força vital. O *axé* também está presente nos orixás e nas demais entidades nelas cultuadas, portanto também precisam ser *alimentados*. Surge assim o importante hábito de se ofertar para as entidades, o que no Brasil é conhecido como *Comida de Santo* (SILVA, 2005). Os santos alimentam-se para terem *axé*, para realizar os pedidos de seus protegidos; “O alimento é arriado para agradecer, pedir perdão ou, de forma mais geral, para fortalece-los, simbolicamente, de atenção, respeito, reconhecimento, amor e confiança” (RIBEIRO, 2009, p.4).

Os alimentos oferecidos aos orixás são de duas categorias: os alimentos sacrificiais e as comidas secas. Os alimentos sacrificiais envolvem os alimentos em que animais são sacrificados e seu sangue, conhecido pelos praticantes como *ejé*, é oferecido para a entidade junto com seus órgãos vitais. As comidas secas não envolvem sacrifício de animais, como o milho, o quiabo e o feijão. É importante destacar que parte destes alimentos são de origem africana e representam o que o orixá gostava de comer em sua vida terrena; entretanto, os negros que criaram as religiões afro-brasileiras se viram obrigados a adaptações, retirando dos rituais ingredientes africanos que não existiam no Brasil e acrescentando ingredientes americanos, como o milho e seus derivados (RIBEIRO, 2009).

Lody (1977) dá destaque ao Ajeum, um importante momento sócio religioso em que, em festas públicas nos terreiros, após as danças e rituais dos orixás, armam-se grandes mesas onde são servidas comidas pertencentes ao cardápio dos orixás e comidas comuns, chamadas comidas de branco, proporcionando a integração com o público.

Ribeiro (2009) salienta que a comida destinada as entidades devem ser preparadas por cozinheiras dos terreiros, mães da cozinha conhecidas como *iabassês*, que através de votos religiosos, se dedicam a preparar o cardápio do ritual, garantindo o caráter mágico e os sentidos funcionais dos alimentos. Logo, se faz necessário que a *iabassê* tenha bastante experiência, pertencendo a classe dos *ebômis*, terceira base hierárquica dos frequentadores do terreiro, que envolve os iniciados que já completaram sete anos de iniciação.

Cada orixá possui um elemento e uma personalidade, e isto reflete nos alimentos que devem ser oferecidos para cada um. Exu, por exemplo, que é o mensageiro entre os homens e

os deuses, é considerado atrevido e agressivo, tendo o fogo como seu elemento, e suas principais oferendas são o feijão, a farofa com dendê, o inhame, o mel e a aguardente. Já para o impaciente e obstinado Deus da guerra, do fogo e da tecnologia, Ogum, tem o inhame, a feijoada e o xinxim de galinha⁹ como principais oferendas; para Oxum, Deusa das águas doces, do ouro, do amor e fecundidade, são ofertados peixes de água doce, milho branco, xinxim de galinha e ovos; para Iemanjá, Mãe de todos os orixás e deusa dos mares e oceanos, são oferecidos peixes do mar, arroz, milho e camarão com coco (CAMPOLIM, 2016).

De acordo com Gonçalves (2014, p.1), há uma interdependência entre homens e deuses, um alimenta o outro,

[...] e o próprio homem não deve esquecer que sua cabeça (ori), sede do seu destino, também precisa ser alimentada num ritual chamado *bori* (dar de comer à cabeça). [...] os diversos pratos sendo preparados de acordo com a preferência dos orixás: acarajé para Iansã, omolocum¹⁰ para Oxum, feijoada para Ogum, axoxô¹¹ para Oxóssi etc.

Atualmente, muitos destes pratos estão presentes na culinária de algumas regiões brasileiras, o que demonstra que no cotidiano do brasileiro está presente as heranças e saberes africanos.

Correia (2020) destaca que as comidas de santo e a alimentação no ajeum das festas dos centros religiosos ultrapassaram as paredes dos terreiros e ganharam espaço nas ruas, bares, restaurantes e eventos públicos ou privados, passando a ter status de identidade cultural negra e sendo símbolo na luta por mais igualdade étnica e tolerância com as religiões afro-brasileiras. Este movimento de se usar a comida de santo como inspiração no cardápio dos restaurantes se intensificou quando integrantes das religiões afro-brasileiras começaram a frequentar cursos de qualificação em cozinha e gastronomia, incrementando assim as comidas do terreiro e criando releituras.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou a abordagem qualitativa, que busca a compreensão de um grupo social ou de uma organização de forma aprofundada, não se preocupando com a

⁹ Xinxim de galinha é um prato feito com carne de frango refogada com dendê, pimenta, gengibre e fundo negro, que é uma pasta feita a base de amendoim, castanha de caju e camarões secos batidos em proporções iguais.

¹⁰ Omolocum é um prato feito com feijão fradinho cozido, refogado com cebola, pó de camarão defumado e azeite de dendê.

¹¹ Axoxô é um prato feito com milho vermelho cozido coberto por melaço de cana e fatias finas de coco.

representatividade numérica, e destacando a preocupação essencial do investigador com o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida (GODOY, 1995; GERHARDT & SILVEIRA, 2009). As técnicas qualitativas surgiram para investigar sobre a componente social, ao operar com significados, conceitos, definições, características, metáforas, símbolos, e descrições dos elementos do mundo por parte dos sujeitos (LESSARD-HÉBERT, GOYETTE, & BOUTIN, 2012; HICKENBICK, 2022).

Foi analisado um caso particular, considerado representativo, sendo delimitada como unidade de análise (TOLEDO & SHIAISHI ;2009; SEVERINO, 2013) o terreiro *Caboclo Guarani*, localizado no bairro José Mendes há mais de 40 anos, um dos mais antigos do Bairro, e comandado pela entrevistada Rosa Maria Silvy, há mais de 15 anos. Também conhecido como terreiro da *Mãe Dica* ou da *Mãe Rosa*, o terreiro Caboclo Guarani é uma casa religiosa pequena, que conta com poucos participantes, por volta de 30 pessoas. Neste terreiro se segue uma linha da umbanda de raiz antiga, não renovada¹², e o processo de sucessão é familiar: Rosa, atual líder religiosa do lugar, era esposa do primeiro Babá do terreiro, e alguns de seus filhos e netos participam dos rituais religiosos da casa.

O bairro José Mendes está localizado na região centro-oeste de Florianópolis. Até a inauguração do Túnel Antonieta de Barros, em 2002, era a principal ligação entre o centro e o sul da Ilha de Santa Catarina, o que favoreceu o seu desenvolvimento e atraiu moradores e comerciantes. Trata-se de um bairro simples, cuja a população possui uma baixa média salarial, e por consequência um baixo poder aquisitivo (VALENTINI, 2018). Com forte apelo cultural e social, atualmente o bairro José Mendes conta com projetos sociais e comunitários que visam valorizar a cultura e tradições locais.

O sistema de registro dos dados foi de tipo aberto, sem categorias previamente definidas, e de abordagem narrativa. Trata-se de uma concepção com cunho social, que procura entender as transformações ocorridas durante o processo, através de dados subjetivos, muitas vezes não previstos no início da pesquisa, sem compromisso com modelos pré-determinados ou estudos replicáveis, não havendo uma verdade única a ser testada ou comprovada, sendo o narrador considerado o portador de saberes e práticas que geram decodificações diversas da realidade,

¹² Segundo Rosa, o seu terreiro não passa pelo processo de renovação ou atualização da “coroa”, onde o líder religioso passa novamente pelo processo que ele realizou para se tornar um babalorixá. A entrevistada afirma não haver necessidade de refazer esse processo e que ela prefere seguir os ensinamentos que aprendera quando virou babalorixá, que ela chama de umbanda de raiz antiga.

que devem, de maneira dialética e dialógica, combinar e conflitar com a percepção do pesquisador e com os sistemas teóricos (AGUIAR E FERREIRA, 2021).

A principal forma de coleta de dados deste estudo foi a entrevista, que segundo Minayo & Costa (2018) fornece informações sobre fatos que não podem ser obtidos por outras fontes, bem como a vivência individual dos entrevistados. Na história oral, há uma valorização da análise qualitativa e das experiências individuais, considerando que os depoimentos refletem gerações e aspectos da sociedade como um todo (AGUIAR E FERREIRA, 2021). Durante as entrevistas, capturam-se ideias relacionadas ao objeto de estudo e às interações sociais. Dessa forma, as falas individuais estão conectadas a uma coletividade (ALMEIDA, 2012, apud HICKENBICK, 2022).

Os procedimentos metodológicos da presente investigação foram a revisão bibliográfica e a pesquisa de campo. A pesquisa de campo realizou-se, principalmente, por meio de entrevistas abertas (BONI & QUARESMA, 2005; MINAYO E COSTA, 2018), utilizando-se da cápsula narrativa, segundo a qual, o que se obtém junto ao entrevistado, a partir de uma pergunta inicial e sem interferência do pesquisador, são os aspectos mais significativos (CALDAS, 1999). Compuseram a investigação em campo, ainda, a observação não participante e o registro fotográfico¹³ (KROEFF; GAVILLON; RAMM, 2020).

Os dados coletados sofreram análise de conteúdo, captando-se o conteúdo manifesto e latente (CAMPOS, 2004), em relação com os objetivos da pesquisa e tendo em consideração os significados atribuídos pelos sujeitos (MINAYO & COSTA, 2018); para tanto, foi realizada a categorização por desmembramento em unidades temáticas semelhantes, segundo o critério semântico (BARDIN, 2016). A entrevista de tipo aberta, que via de regra, suscita e necessidade de aprofundamento após a primeira operação de análise de dados, demandou uma volta ao campo.

¹³ Os registros fotográficos foram utilizados como uma forma de análise estática do momento analisado, como um meio de encontrar posteriormente algum detalhe despercebido durante a vivência em campo. As fotografias obtidas não estão publicadas o longo deste texto para garantir e respeitar o desejo de privacidade da entrevistada e dos seus *filhos* na religião.

COMIDAS DE SANTO: PROCESSOS, INGREDIENTES, MODO DE SERVIR E SIGNIFICADOS

Na primeira entrevista com Rosa, utilizando-se a técnica da cápsula narrativa, obteve-se da parte dela a descrição do principal prato ofertado para cada uma das 13 entidades, detalhando processos¹⁴, ingredientes, modo de servir e significados. Neste momento, ela também falou sobre como aprendeu e como transmite esses conhecimentos, citou algumas alterações pelas quais passaram algumas das comidas de santo e exaltou a autonomia que cada pai de santo tem para comandar o seu terreiro. Assim, foi possível entender que estes são tópicos importantes para Rosa quanto o assunto é comida de santo, por isso, eles foram posteriormente retomados durante o desenvolvimento desta pesquisa na expectativa de um aprofundamento, apresentado nos próximos parágrafos.

Durante a descrição dos preparos feitos por Rosa, alguns pontos chamam a atenção, como a utilização de areia da praia no preparo do Dabori¹⁵ para as Almas e para Oboluaye, o uso de algodão para cobrir a canjica ofertada para Oxalá, ou a utilização de *pemba*¹⁶ para cruzar o alimento. Isso demonstra que a comida de santo não tem por finalidade satisfazer o ser humano, mas sim a entidade. Este uso do algodão representa a pele do carneiro, utilizada para aquecer e cobrir o corpo humano, e isso significa que os elementos utilizados em cada uma das preparações não são meras casualidades, que cada elemento possui um significado, por mais difícil que seja para uma pessoa que não conheça a religião perceber.

Também podemos citar como exemplo a *pemba*, utilizada cruzar¹⁷ muitos dos pratos e representa o cal, que é considerado bento, uma vez que acredita-se que o espírito só se desprende da matéria ao desencarnar quando o corpo desce a sepultura e é jogada a primeira colher de cal; o uso do pão escondido entre as pipocas do dabori, que serviria para alimentar as almas ungidas por São Lázaro; a utilização de costela assada para ofertar para Ogum, fazendo referência a sua vida terrena, quando era soldado e se alimentava de carnes assadas na brasa, dentre muitas outras simbologias e significados.

¹⁴ Neste trabalho, o termo *processos* refere-se aos métodos de preparo.

¹⁵ Dabori é um prato feito à base de pipoca estourada com areia.

¹⁶ Pemba é um bastão cônico de giz, podendo ser branco ou colorido, utilizado para cruzar pratos e riscar pontos em rituais da umbanda.

¹⁷ Cruzar é o ato de traçar duas linhas cruzadas, formando uma cruz ou um “X” sobre a superfície.

A descrição de Rosa também torna possível notar que a comida de santo não precisa de muitos enfeites e adornos, ela deve ser realizada e servida de maneira simples, entretanto, ela deve seguir alguns passos e rituais essenciais para a sua execução, o que torna o preparo das comidas de santo algo complexo e que só pode ser realizado por pessoas que possuem o encargo, por exemplo, uma pessoa uborizada¹⁸ pode preparar a comida de santo, mas sempre com o auxílio e aprovação de um Babá¹⁹. Esta importância de se conhecer os processos da cozinha de santo, limitando a sua prática à determinadas pessoas, se relaciona a figura das Iabassês, as mães da cozinha, descrita por Ribeiro (2009) e Lody (1977). Isso se dá pelo fato de que a comida de santo não se resumir ao alimento em si, ela envolve outros elementos, tanto físicos quanto intangíveis, seja quanto ao recipiente onde é preparado e servido, seja quanto às intenções, devendo estar o alimento em condições corretas, não podendo estar queimado, em um ponto de cocção incorreto ou faltando algum elemento essencial.

O que descreve Rosa sobre a importância do preparo das comidas de santo, e por isso a importância de se conhecer seus processos, vai ao encontro com que afirma Dutra (2020), que destaca que os alimentos em rituais de oferenda e ocasiões festivas são de grande importância pois envolvem o conceito religioso de que tais alimentos alimentam o espírito e a vida, e que por isso, os iniciados encarregados de preparar os alimentos assumem uma grande responsabilidade para o terreiro, por essa razão, eles devem instruir-se da sua função, para que conheçam não só os processos de preparo das comidas de cada orixá, mas também as particularidades e histórias envolvidas naquele preparo, uma vez que é considerado uma grande ofensa, podendo acarretar em prejuízos para o terreiro e seus iniciados, preparar de maneira equivocada um alimento para um orixá.

Sobre o fato da ritualística da comida de santo envolver muito mais do que apenas o alimento em si, e que este esforço visa atender a entidade e não satisfazer necessariamente os gostos humanos dos fiéis que prepararam e ofertaram tais alimentos para as entidades, a descrição de Rosa também se relaciona com o pensamento de Silva (2016, p 19.), ao afirmar que:

¹⁸ Segundo Rosa Maria Silvy, uma pessoa uborizada é uma pessoa iniciada na umbanda e que alcance um determinado nível hierárquico de prática e conhecimento.

¹⁹ Babá ou Babalorixá é o sacerdote das religiões afro-brasileiras, também conhecido como Pai de Santo. O termo geralmente é utilizado para homens, sendo Ialorixá o seu equivalente feminino, entretanto, Rosa Maria Silvy, se apresenta como Babá.

São dispostas bebidas, água, sementes ou frutas, legumes, vegetal, velas coloridas e intenções, todos os pensamentos canalizados para as divindades. Muitas vezes pontos riscados com *pembas*, uma espécie de giz coloridos usados em afirmações, esses elementos se ligam a outras dimensões para a efetivação dos pedidos. [...] os alimentos escolhidos são tratados de maneira especial para que possam ser aceitas e convertidas em comidas sagradas.

Durante os relatos de Rosa, é possível perceber que há uma diferença entre comida seca e alimento sacrificial (RIBEIRO, 2009). Apesar de alguns pratos envolverem carne, os pratos descritos por Rosa se enquadram melhor na categoria de comida seca, pois ela não relata o sacrifício dos animais como processo de produção. Ela informa que em seu terreiro há sim o uso de alimento sacrificial, fruto de um processo que ela chama de *hora da matança*, ofertado para Exu. Ela não descreve esse processo nem o prato em si, mas conta que ele é feito em um espaço próprio para esse fim, localizado fora do espaço físico do terreiro, dando a impressão de que tais práticas são mais internas da religião e deve-se evitar o seu compartilhamento. Segundo Rosa, tal prática envolve momentos e elementos mais intensos, como a morte de um animal e o uso de seu sangue, o que poderia não ser bem aceito por pessoas não praticantes da religião. Ela também atribui parte do preconceito da população geral para com as religiões afro-brasileiras aos alimentos sacrificiais, devido ao fato de que alguns terreiros praticam o sacrifício em lugares públicos, como cachoeiras, deixando no ambiente resquícios da prática.

Este argumento apresentado por Rosa vai ao encontro com o que diz Gama (2015, p.196) ao descrever o ponto de vista de pessoas não praticantes de religiões afro-brasileiras, neste caso o candomblé, em relação aos rituais sacrificiais:

Além do preconceito para com o candomblé, por ser uma religião de maioria negra e economicamente desfavorecida, é também por fazer uso de rituais sacrificiais que o povo de santo é alvo de críticas por parte da sociedade envolvente, que associa o sacrifício animal à sujeira, a maus tratos aos animais e a um culto de “forças malignas”. Tais críticas não valorizam o sentido etimológico da palavra sacrifício, que quer dizer sacro ofício, trabalho sagrado. E ainda, não consideram que a carne, comprada em açougues e supermercados e consumida diariamente, é oriunda de animais abatidos em série, em verdadeiros matadouros. E no que concerne ao consumo, os animais sacrificados ritualmente nos terreiros são alimentos não apenas dos orixás, mas também são repartidos e ingeridos pelos adeptos do candomblé.

A ritualística é cercada de simbologias e significados, mas também de mistérios e segredos da religião. Por mais que Rosa tenha descrito com riqueza de detalhes a principal oferenda de cada uma das 13 entidades cultuadas em seu terreiro, sabe-se que alguns detalhes foram ocultados, incluindo uma recusa a um pedido para que este autor acompanhasse a rotina

na cozinha do terreiro em um dia de festividade, algo que é compreensível, uma vez que apenas as pessoas com encargo tem autorização para saber todos os segredos dos processos que envolvem o preparo da comida de santo, até mesmo os iniciados na religião tem acesso restrito a este ambiente e precisam da autorização e fiscalização de um Babá, conforme apontado por outros autores, como Katrib e Santos (2020) e Lody (1977).

A recusa da entrevistada em permitir o acompanhamento da rotina na cozinha durante um dia de festividade revela não apenas a complexidade dos processos ritualísticos, mas também destaca a importância da alteridade dos detentores desses conhecimentos. A negativa ressalta os limites impostos pela tradição, onde apenas aqueles investidos com encargos específicos têm a prerrogativa de desvendar os segredos intrincados dos rituais culinários. Essa restrição é intrinsicamente ligada à preservação da autenticidade e sacralidade das práticas, sendo um elemento central na transmissão intergeracional desses saberes. Nesse contexto, a ciência, muitas vezes, encontra barreiras ao tentar penetrar nos domínios sagrados, evidenciando a delicada relação entre o respeito à diversidade cultural e os limites impostos pela busca do conhecimento científico.

TRANSFORMAÇÕES NOS PROCESSOS E INGREDIENTES DAS COMIDAS DE SANTO

Durante a pesquisa, Rosa tentou deixar claro que a forma como ela trabalha em seu terreiro e os pratos e processos descritos por ela não são uma unanimidade em toda a religião, uma vez que cada terreiro tem suas características próprias e cada pai de santo possui autonomia para gerenciar sua casa e seus integrantes. Esta informação foi recorrente nas falas de Rosa, tanto que, durante as entrevistas, ela é mencionada ao menos 29 vezes, seja de maneira direta ou através de exemplos. Para Rosa, o seu jeito de comandar a sua casa se diferencia das outras por ela manter-se, como ela mesma diz, “tradicional”, seguindo a forma como aprendera no passado, assim como ela deixa claro ao afirmar que “cada um comanda a sua casa como aprendeu e como quer. Eu comando a minha casa da forma como eu aprendi, e eu aprendi com os orixás, eu não aprendi com ninguém lá fora”

As particularidades de cada terreiro são apontadas por Dutra (2020) e Barbosa (2008, p.18) que afirma que “embora haja nesta Umbanda uma metodologia e uma origem em comum,

cada grupo de terreiros parece tomar um destino próprio que expressa uma grande diversidade de papéis e divergências”.

Essa autonomia fica evidente ao compararmos os pratos descritos por Rosa com a descrição de autores como Oxalá (2013); Pezzo (2009) e Campolim (2016). Apesar de haver alguns pratos semelhantes, como os destinados a Oboluae, outros se apresentam de forma completamente distinta, como os pratos destinados a Xangô: Rosa oferece peito bovino ensopado e polenta, os outros autores oferecem o amalá, preparado com quiabo, camarão seco e dendê, e rabada com quiabo. Ogum é outra entidade que recebe pratos bem diferentes, pois enquanto de Rosa ele recebe Costela assada e farofa, decorada com cebola, tomate e batata, em outros terreiros, recebe inhame assado regado com mel, fradinho de Ogum – prato feito com feijão fradinho, azeite de dendê e farinha de mandioca – e cará assado, xinxim de galinha – prato feito com galinhas refogadas com pasta de camarão seco, amendoim e azeite de dendê - e feijoada.

Além dessas diferenças encontradas entre os terreiros ocasionada por uma autonomia de gestão de cada pai de santo, algumas outras transformações nas comidas de santo do próprio terreiro analisado também foram percebidas. Pode-se citar como exemplo, a utilização da carne de peito no preparo da oferenda para Xangô, pois segundo o relato da própria Rosa, inicialmente usava-se a rabada, mas foi trocado pela carne de peito por este ser um corte com mais carne, além do fato de que a rabada simboliza o rabo do boi, que ele usa para dar chicotada e ser uma parte que as pessoas *coroadas*²⁰ na religião, como Rosa, não podem consumir, o que faz com que essa alteração esteja ligada à significados, uma vez que a alteração do ingrediente está relacionada a simbologias intrínsecas em cada um dos alimentos.

Outro exemplo de mudança é a forma como o camarão e o feijão fradinho são processados para fazer o acarajé para Iansã. Como relata Rosa, inicialmente, quando ela aprendera, esses ingredientes eram moídos em pilão, mas agora são processados em liquidificador ou processador. Segundo ela, essa mudança relacionada à tecnologia não causa nenhuma alteração no princípio da ritualística, trata-se de uma transformação natural, uma evolução, uma vez que se tem acesso a meios e utensílios, que acabam sendo mais acessíveis e

²⁰ Segundo os preceitos da umbanda, uma pessoa coroada é o médium que já alcançou um determinado nível de seu desenvolvimento e evolução espiritual e mediúnica, e por isso passa por um ritual de consagração, onde é confirmada a sua coroa mediúnica e seu orixá de frente, tornando-o apto a participar de trabalhos que exigem um maior conhecimento e um melhor entrelaçamento com suas entidades espirituais. Entende-se coroa como uma região sagrada que envolve a cabeça dos seres humanos e que concentra a energia dada por Oxalá e seus orixás.

práticos, que facilitam os processos, não tem motivo para não usá-los, afinal de contas, é mais provável que se tenha em casa um liquidificador do que um pilão.

Sobre o uso de equipamentos tecnológicos dentro da cozinha dos terreiros, Alvarenga (2017, p.54) afirma que “ as tecnologias devem ser incorporadas sem a perda dos referenciais simbólicos e rituais importantes para a construção da identidade do povo de axé ou para o ideário africano construído pelo povo de axé”, obedecendo assim determinados princípios seletivos, como por exemplo a utilização do fogões a lenha ou a gás ao invés de utilizar micro-ondas ou *airfryer* para preparar a comida de santo, uma vez que estes equipamentos não geram chamas e o fogo é um elemento importante na transformação do alimento.

As oferendas das *ibejadas*, na Gira de Erê também são um exemplo de transformações, quando são oferecidos refrigerantes e doces industrializados, como balas, pirulitos e paçoquinhas. Rosa explica que antigamente, eram oferecidos aos Erês água com açúcar no lugar do refrigerante, e balas caseiras como caramelos, balas de banana, bala de coco, ao invés dos doces industrializados. Ela acredita que a introdução dos doces industrializados no ritual é fruto do desenvolvimento dos doces no povo terreno, proporcionados pelas melhorias e avanços tecnológicos. Assim, o povo terreno, ao entender os *Erês* como crianças, acredita que tais entidades gostariam de doces, por isso ofereciam para elas os doces com os quais eles tinham contato naquele determinado momento, apresentando assim as guloseimas industrializadas àquelas entidades.

Entretanto, apesar de, como já demonstrado aqui anteriormente, a comida de santo não ter a função de satisfazer os humanos e sim as entidades, alguns dos momentos que envolvem alimentos nos terreiros são abertos ao público, funcionando como festas, o que Correia (2020) e Lody (1977) denominam de *ajeum*. Ao longo dessa pesquisa, pode-se notar a introdução de alguns elementos não convencionais na ritualística da umbanda, com a finalidade de satisfazer o público ou os médiuns. São exemplos o uso de docinhos, do tipo brigadeiro, na Festa de Exu, e o consumo de pinhão na Feijoada de Preto Velho.

A autonomia na forma de comandar o terreiro está presente nos relatos de Rosa também no que se refere à evolução das entidades e dos médiuns, que para ela são uma prioridade. Desta forma, ela evita ou controla o uso de bebidas alcoólicas e cigarros em seus rituais, por acreditar que, por mais que esses elementos sejam símbolos importantes ligados a vida terrena das entidades, eles não levam à evolução.

Pode-se perceber então, que algumas transformações pelas quais passam os processos das comidas de santo no terreiro de Rosa estão ligadas a evolução tecnológica da sociedade e, que apesar de proporcionar um beneficiamento do processo, elas não são um fator tão influente na continuidade da tradição e na perpetuação da cultura, como pensado anteriormente no início deste projeto. Entretanto, as transformações proporcionadas pela autonomia de cada pai de santo pareceram a este autor ser algo mais influente na continuidade da tradição, uma vez que permite que o líder religioso desenvolva os rituais de modo que eles, sem desrespeitar os preceitos da religião, se enquadrem na realidade daquela comunidade. Mas vale ressaltar que Rosa procura manter-se fiel à forma como aprendera, buscando alterações que não modifiquem o que ela considera a essência da religião, buscando ensinar para os seus filhos na religião o que aprendera ao longo dos anos com as entidades.

TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO

A umbanda é um processo de graduação e evolução, onde o praticante começa a aprender as coisas mais básicas do funcionamento do terreiro e vai se desenvolvendo até alcançar os níveis mais elevados de conhecimento daquela religião. Esse processo de evolução destacou-se como preocupação constante de Rosa, que por mais de uma vez destacou a importância não só do médium, mas também das entidades.

A forma como os conhecimentos do terreiro são repassados é algo fundamental no processo para que se alcance tal desenvolvimento destacado e valorizado pela entrevistada. Rosa explicou que em seu terreiro, tal transmissão é feita de forma oral, através do diálogo, do exemplo, da demonstração e observação, sem o uso de livros ou manuais. A entrevistada, por mais de uma vez, valorizou essa forma de transmissão de conhecimento, alegando que fora assim como aprendera, sem o uso de livros, apenas observando e convivendo com praticantes mais experientes e principalmente com o diálogo com as entidades, como Pretos Velhos e Caboclos, durante incorporações. A importância que Rosa dá ao que aprendeu com as entidades pôde ser observada não apenas pelas palavras por ela proferidas durante as entrevistas, mas também pelas feições de carinho e apreço que ela demonstrava durante essas explicações.

Outro fator que Rosa exalta ao falar sobre o processo oral de transmissão de seus conhecimentos é a ligação criada entre ela e os outros membros do terreiro durante este processo, uma vez que ele permite uma troca de experiências, vivências e energia, além de

propiciar uma observação mais minuciosa de Rosa, enquanto Mãe de Santo, para o entendimento e real interesse dos demais praticantes que estão em seu contato para aprenderem e se desenvolverem na religião.

Esta característica da transmissão oral descrita por Rosa vai ao encontro com o que afirma Santos (2012, apud COSTA, 2022, p. 14), que alega que não só o conhecimento, mas também o axé, que é a força vital segundo os praticantes das religiões afro-brasileiras, passam de um ser para o outro através da transferência de um complexo código de símbolos, como gestos e a combinação entre palavras ditas e a expressão corporal, e que esta dinâmica é o mecanismo mais importante.

O processo de transmissão oral descrito por Rosa também se relaciona ao que afirmam Carneiro e Menezes (2021), que ressaltam que a transmissão oral favorece o sentimento de tradição, coletividade, memória, compartilhamento, percepção do sagrado e perpetuação da religião. Tais autoras também ressaltam que há uma diferenciação na percepção de tempo em uma tradição oral para a tradição escrita, uma vez que o tempo é linear na tradição escrita, enquanto na tradição oral o tempo é circular, não havendo uma percepção de forma sequencial do passado, presente e futuro.

Tal circularidade no tempo fica clara durante as entrevistas com Rosa por diversos momentos, principalmente no que se refere a presença das entidades e a relação delas com o passado, algumas vezes relacionado à sua vida terrena, e o presente, através da realidade que encontram durante as suas incorporações. Essa circularidade também pôde ser percebida em uma certa resistência de Rosa em alterar algumas coisas, tanto processos quanto métodos, alegando que fora daquela forma que aprendera há anos atrás, e que não há necessidade de se alterar tais coisas. Uma dessas resistências se relaciona justamente a forma de transmissão de conhecimento.

Percebe-se que nos últimos anos, outras formas de transmissão de conhecimento e cultura das religiões afro-brasileiras vem ganhando espaço, como a escrita, através de livros, artigos, dissertações. Moita (2019) ressalta que a utilização de escrita em terreiros não é apenas uma forma de transmitir conhecimento, mas também é uma forma de registro da cultura, mas que para isso, é necessário promover o letramento da população de terreiro, que historicamente possui um baixo índice de educação formal, algo que vem sendo alterado com o passar dos tempos.

A afirmação de Moita se relaciona com uma observação feita por este autor em campo. Apesar de Rosa preferir a transmissão oral de conhecimentos em relação a uma transmissão escrita, pelos motivos explanados anteriormente neste texto, pode-se entender que esta preferência também está relacionada à baixa escolaridade da entrevistada. Rosa se apresentou, em nossa primeira entrevista, como uma semianalfabeta, que não teve acesso à educação formal, e que, segundo a própria, o pouco que sabe a ler e escrever, aprendera já adulta, enquanto trabalhava em uma escola como merendeira. Rosa sempre demonstrou o quanto valoriza a educação formal, revelando inclusive a vontade de estudar e fazer um curso de ensino superior. Ela também relata que, por algumas vezes, não se sente à vontade em dar entrevistas, pois julga que a sua pronúncia não é a adequada devido à falta de estudos. Logo, a escolha pela transmissão oral dos conhecimentos em detrimento da transmissão escrita pode estar ligada à questão da escolaridade; pode ser uma forma de sentir-se mais à vontade para demonstrar e transmitir os seus ensinamentos.

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa foi possível perceber que Rosa se apresenta como uma figura segura em momentos marcados pela oralidade, como em conversas, demonstrações práticas e que para ela, o contato gerado pela oralidade é algo prazeroso. Entretanto, em alguns momentos que envolviam a escrita e a leitura, como por exemplo no aceite da textualização das entrevistas e leitura, era possível notar o surgimento de alguns traços de insegurança em Rosa. Sendo Rosa uma líder religiosa, a sua comunicação com os membros de seu terreiro deve ser de forma segura, por isso, faz sentido que a forma mais benéfica de transmissão de conhecimento, neste caso, seja por meio da oralidade.

Como já destacado neste texto, as formas de transmissão de conhecimento não orais, servem como forma de registro e divulgação da cultura. Talvez isso também explique o motivo de Rosa preferir a transmissão oral. Nas entrevistas, Rosa explicou por mais de uma vez que prefere não divulgar o seu terreiro. Ela relata que já foi vítima de muito preconceito e que evita que isso aconteça com o seu terreiro e com os seus praticantes, e manter-se discreta, sem grandes divulgações, talvez seja uma forma de proteger a si mesma, seu terreiro e seus *filhos* na religião. Além de, não divulgando o seu terreiro, Rosa evita um aumento no número de participantes, gerando assim mais demanda, passando a faltar tempo para que ela pudesse se dedicar ainda mais ao terreiro.

A CULTURA DA UMBANDA FORA DO TERREIRO

A umbanda, assim como outras manifestações culturais afro-brasileiras, sempre foi invisibilizada e, de certo modo, marginalizada por grande parte da população brasileira, por mais que alguns hábitos e costumes tradicionais estejam inconscientemente presentes nas tradições e no cotidiano dos brasileiros. Para Silva, “[...]a partir da centralidade da referência europeia que se apropria daquilo que já pertence à formação cultural brasileira, denotando a importância da invisibilidade da origem para a posterior aceitação e adoção do fenômeno no âmbito coletivo”. (Silva, 2019, p,48)

Entretanto, ao longo dos anos, pude notar, por meio da observação dos meios de comunicação e do comportamento de parte da população à qual estou inserido, que a cultura da umbanda, assim como a cultura afro-brasileira de uma maneira geral, vem ganhando visibilidade, aparecendo em programas de TV, estando presente em letras de músicas, descritas em livros, representadas em filmes e séries e discutidas em vídeos e *podcasts* divulgados na internet.

Em 2022, ano em que esta pesquisa começou a ser desenvolvida, a Escola de Samba Grande Rio se destacou nacionalmente ao receber seu primeiro título como campeã do Carnaval carioca ao levar para a Avenida um samba-enredo sobre Exu, com a finalidade de subverter a crença popular, oriunda da intolerância religiosa, que relaciona essa entidade à uma figura maligna. Em uma das visitas ao terreiro, a filha de Rosa, que também possui uma posição de liderança no terreiro, durante uma conversa, demonstrou-se favorável ao desfile apresentado pela Grande Rio, afirmando que o mesmo havia sido muito bonito e ressaltando a importância do mesmo, uma vez que ajudou a desmistificar a imagem de Exu e mostrou ao público em geral o verdadeiro significado das entidades das religiões de matriz africana.

Ao ser questionada sobre o que havia achado da representação de Exu no desfile de Carnaval, Rosa não se mostrou tão favorável quanto a sua filha. Ela explicou que entende a importância de a religião ser divulgada para o público em geral, entretanto, ela demonstrou acreditar que há certos elementos de sua religião que não são necessários serem levados à público, ela demonstrou entender a relação entre o carnaval, o samba e a religião, mas questionou se as outras religiões usam aquele espaço para demonstrar a sua cultura e demonstrou-se preocupada se tal exposição não poderia servir de motivo para críticas e intolerância.

Neste caso, pode-se perceber visões conflitantes entre duas gerações do terreiro. Rosa, enquanto uma senhora com mais de 70 anos, praticante da umbanda há mais de 55 anos, que presenciara diversos casos de preconceito e intolerância com a sua religião ao longo dos anos, adota um pensamento mais tradicional, demonstrando uma atitude mais discreta e cautelosa, enquanto a sua filha, que já presencia uma melhor aceitação da umbanda por parte da população, identifica a importância da expansão da cultura da umbanda. Compreende-se que, apesar de, neste caso, mãe e filha possuírem visões e abordagens divergentes, o objetivo das duas é o mesmo: o respeito pela sua crença e tradições.

Podemos assim associar essas diferenças nos pontos de vista entre as duas gerações e as transformações à evolução da sociedade. Sobre essa relação entre a evolução da sociedade e transformações religiosas, Barbosa (2008, p.17) afirma que:

Também no quadro das transformações religiosas, a história se processa por saltos, que liberam camadas de mudança com forma fortemente ligada a cada geração. Mesmo quando se confirmam tendências evolutivas já anteriormente definidas, não há uma continuidade necessária entre os atores que vêm representar os tão esperados papéis e seus antecedentes, que aparentemente já haviam fixado tais personagens.

Isso demonstra que, à medida que o tempo passa e a sociedade evolui, a umbanda passa por transformações, acompanhando a realidade do período vigente, o que resulta em alterações de alguns conceitos, práticas e elementos.

A comida é um importante elemento da cultura por atender fatores fisiológicos e carregar fatores simbólicos, como destacam Lima, Neto e Farias (2015). Mas entendo que é algo importante também por ser um elemento tangível e acessível de demonstração e divulgação de uma determinada cultura. E a comida de santo pode ser considerada uma importante forma de divulgação das culturas de religiões afro-brasileiras.

Não é de hoje que comemos alimentos presentes em rituais de religiões de matriz africana, basta observarmos o acarajé como exemplo. Entretanto, nos últimos anos, a comida de santo tem ganhado destaque, como pratos desejados e saboreados por nós, comensais humanos. Este movimento de saída das comidas de santo dos terreiros em direção aos pratos da população geral teve início com as *Tias*, que geralmente eram Ialorixás, mães de santo, ou Iabassês, que são as mães de santo que cozinham, peças essenciais na difusão dos sabores dos terreiros para a população em geral, ao levar, assim como as quituteiras, os seus tabuleiros para as ruas (PRATO CHEIO, 2021).

Atualmente, pode-se encontrar diversas releituras de comidas de santo voltadas ao comensal comum, atendendo diferentes públicos. São exemplos dessas releituras o cardápio criado pela chef Bel Coelho, chamado “Menu dos Orixás” (OXALÀ, 2015) e o restaurante sazonal chamado “De Comer com os Orixás”, que realiza jantares temáticos inspirados nas comidas dos terreiros de candomblé, feitos por filhos e filhas de santo com formação em gastronomia (OLIVEIRA, 2022). Este movimento de criar pratos para restaurantes através de releituras de comidas de santo também foi retratado no filme “Gosto se discute” (PELLENZ, 2017), que mostra um chef de cozinha que, para salvar o seu restaurante da falência, cria um cardápio baseado na comida de santo e tem que lidar com o receio em relação a opinião de seus clientes e dos críticos gastronômicos. Mas não só em restaurantes e em barracas de rua é possível consumir releituras das comidas de Santo, uma vez que também há a possibilidade do próprio comensal preparar o seu prato, através de receitas ensinadas em livros sobre o assunto, como propõem Ribeiro e Caetano (2018), e de vídeos divulgados nas redes sociais.

Para Rosa, “a comida do santo é uma coisa que é do santo”, com isso, ela demonstrou não entender a comida de santo enquanto agente difusor da cultura do terreiro, não que não possa ser consumida pelas pessoas, mas que deve-se tomar cuidado para que o seu fim não seja distorcido e para que a cultura do terreiro não seja explorada indevidamente. Cabe aqui ressaltar que os exemplos citados anteriormente envolvem ou tem a participação de praticantes de religiões afro-brasileira ou estudiosos no assunto, e que, assim como destaca Correia (2020), este movimento de utilização de alimentos baseados na comida de santo na gastronomia foi iniciado também por praticantes destas religiões. Rosa afirma que ela mesma poderia se aproveitar disso, vendendo comidas, gerando lucro e angariando fundos para o próprio terreiro, mas que não o faz por acreditar que “o seu terreiro não é casa de comércio. ”

Assim, a entrevistada se mostrou contrária a utilização da sua religião como fonte de renda, independente da forma, seja vendendo comidas ou realizando *trabalhos*, mesmo vislumbrando a oportunidade de ganhar muito dinheiro com isso. Segundo ela, isso não contribui para a evolução das entidades nem das pessoas envolvidas, além de poder ressaltar a visão negativa que parte da população tem para com a religião. Rosa afirma que o terreiro e a religião são lugares de amor e caridade, e relata a sua participação em trabalhos assistenciais, prática que Leite (2017) afirma ser comum em casas de religião afro-brasileira

Enquanto estudante de gastronomia, este autor acreditava, assim como Correia (2020), que este movimento traria uma importante visualização para as religiões afro-brasileiras, servindo como identidade cultural negra. Entretanto, essa pesquisa mostrou que, pelo menos para o terreiro aqui analisado, existem outras demandas e prioridades para aquela comunidade, como a manutenção física do terreiro, o que demanda custos financeiros, mas que, devido a forma de pensar de Rosa, não podem ser obtidos por meio da comercialização de elementos e práticas de sua religião, e a garantia de que seus praticantes evoluam na religião de forma que seus direitos e personalidades sejam respeitados. Tais demandas e prioridades necessitam ser entendidos, respeitados e solucionados.

A resistência de Rosa também se relaciona ao registro e divulgação das práticas do terreiro em redes sociais. Ela acredita que boa parte desta prática não tem o foco de desmistificar a religião e sim obter algum tipo de vantagem. Para ela, tais práticas são desnecessárias, e que deve-se fazer dentro do terreiro tudo da maneira mais correta, focando em ajudar as pessoas a evoluírem, pois isso atrairá mais pessoas que buscam o mesmo que ela prega em seu terreiro. Ela afirma evitar a divulgação para não atrair muitas pessoas para o terreiro, pois segundo a própria, ela já possui muitas funções, que vão além das práticas da religião e funções pertinentes ao seu cargo na hierarquia religiosa, mas também envolvem trabalhos sociais e comunitários, não sobrando tempo hábil para atender um grande número de pessoas. Trabalhos assistenciais, sociais e comunitários, como os prestados por Rosa em seu terreiro, são importantes para o bairro onde o terreiro está localizado, uma região simples da cidade, com baixo IDH e com aparentes disparidades sociais e econômicas (VALENTINI, 2018).

A resistência de Rosa quanto às práticas que remetam à religião fora do terreiro apresenta motivos diversos, mas um se destaca: a preocupação com o preconceito com a sua cultura. Não erroneamente, Rosa parece perceber que tais práticas realizadas fora do terreiro se tornam uma grande exposição, e assim como ela fez questão de ressaltar, ela não procura este tipo de atenção para o seu terreiro. Tal insegurança é compreensível, uma vez que Rosa sabe que vive em um Estado e cidade preconceituosos e religiosamente intolerantes, e que isso poderia afetar negativamente a sua vida e a dos frequentadores do seu terreiro. Por mais de uma vez, Rosa relatou ter sofrido preconceito ao longo de seus mais de 50 anos na umbanda, incluindo de pessoas de sua própria família.

Sobre a intolerância religiosa para com as religiões de matriz africana em Florianópolis, Pinheiro (2020, p.104) destaca:

[...] em Florianópolis as práticas ritualísticas presentes na religiosidade de matrizes africanas são historicamente negadas. A invisibilização de tais práticas possibilitou numa construção discursiva que se pautava na ausência de religiosidade afro e que resultou em identificações afastadas do que a diáspora africana proporcionou no contato com os africanos vindos de África.

Relatos de intolerância religiosa são constantes em Santa Catarina e em Florianópolis, onde templos são invadidos e depredados, praticantes das religiões afro-brasileira são verbal e fisicamente agredidos, práticas culturais são ridicularizadas e símbolos religiosos são vandalizados (MAYER & FARIAS, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se iniciar esta pesquisa, este autor tinha por pressupostos que a base das comidas de santo seria igual em todos os terreiros; que a forma de transmissão de conhecimento havia deixado de ser oral, que os rituais haviam sofrido transformações para se adaptarem as comodidades dos tempos atuais e para a perpetuação da cultura; acreditava, ainda, que era de interesse dos líderes religiosos o uso das comidas de santo na gastronomia, fora do terreiro.

Os resultados destacaram a singularidade de cada terreiro, e o fato de que cada pai ou mãe de santo tem autonomia para comandar a sua casa como ele entende ser conveniente, desde que respeitado os preceitos da religião. Esta autonomia se mostrou bastante presente e significativa.

Verificou-se que a ritualística que envolve alimentos no terreiro analisado passa por dois tipos de transformações: as ligadas à tecnologia, que se relacionam aos processos, e as ligadas à significados, que se relacionam aos ingredientes. As alterações ligadas à tecnologia se mostraram pouco presentes e com bem menos força e importância do que este autor acreditava que teriam, sendo uma alteração que acompanha a evolução tecnológica da sociedade. Portanto, é possível deduzir que uma das características que permitem a perpetuação da cultura não é a utilização de tecnologia como facilitador dos processos, mas sim a autonomia dos líderes religiosos.

Como cada terreiro é único, cada um sabe qual é a sua realidade. Ao pensarmos em como o terreiro estudado aqui mantém a oralidade como forma de transmissão de conhecimento, indo

na direção oposta ao movimento atual, onde outras formas de transmissão e registro tem se destacado, percebemos a força da figura de líder espiritual do terreiro na figura de Mãe Rosa, ou Mãe Dica, como ela é conhecida em sua comunidade, uma vez que esta manutenção da oralidade está relacionada a realidade da Mãe Rosa, que tem pouca instrução para leitura e escrita, mas também está relacionada à sua vontade de manter viva a forma como aprendera, vontade de valorizar a construção de memória coletiva construída através da oralidade, e o desejo de manter a comunidade de seu terreiro segura, evitando o preconceito vindo com a exposição que estas outras formas de transmissão e registro poderiam trazer.

Enquanto estudante de gastronomia, este autor acreditava que o presente trabalho poderia corroborar com a ideia de que a utilização de alimentos baseados nas comidas de santo em estabelecimentos gastronômicos, acompanhando um movimento que vem crescendo no país, favoreceria as religiões de matriz africana, e a cultura negra de forma geral, fortalecendo-as, minimizando preconceitos, trazendo visibilidade e geração de renda. Mas, o estudo deste caso específico apontou para outra direção, que utilizar a cultura das religiões afro-brasileiras como recurso gastronômico não favorece o povo de santo aqui analisado, nem a continuidade do terreiro estudado, uma vez que poderia trazer resultados contrários ao que prega a sua líder, como a não utilização da religião para gerar lucro e a exposição, que poderia trazer algum tipo de insegurança para aquela comunidade analisada neste estudo.

Vale aqui ressaltar que, assim como reforçado por Rosa durante as entrevistas, as comidas de santo possuem rituais, características e processos próprios que conferem ao alimento a essência de sagrado. Logo, ao utilizar-se de elementos dos terreiros para se construir releituras de pratos da comida de santo para serem comercializados em restaurantes, estes perdem a essência do sagrado, ou seja, deixam de ser comidas de santo, uma vez que não foram cumpridos os rituais necessários e houve uma alteração na finalidade.

O presente estudo apresentou a cultura do povo de santo do ponto de vista de uma de suas lideranças, a partir dos pressupostos das investigações qualitativas, sem pretensões de generalização para outros casos, mas com resultados a serem considerados em pesquisas de maior escopo, que se proponham a estudar a inserção da comida de santo em estabelecimentos gastronômicos, a partir do ponto de vista de gestores e consumidores.

Referências

AGUIAR, Thiago Borges de; FERREIRA, Luciana Haddad. **Paradigma Indiciário**: abordagem narrativa de investigação no contexto da formação docente. Dossiê: a dimensão biográfica como processo de formação e de compreensão de si e do mundo. Educar em Revista, Curitiba, v. 37, e74451, 2021

ALMEIDA, Magdalena Maria de. **História oral e formalidades metodológicas**. In: XI Encontro Nacional de História Oral. Memória, Democracia, Justiça, 2012, Rio de Janeiro. XI Encontro Nacional de História Oral. Memória, Democracia, Justiça. Rio de Janeiro: UFRJ IFCS IH, 2012. v. 1. p. 1. Disponível em: < https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1332442488_ARQUIVO_ABHOHistoriaoraleformalidadesmetodologicas.pdf>. Acesso em 22 abr 2022.

ALVARENGA, Marcos. **“Cozinha também é lugar de magia”**: alimentação, aprendizado e a cozinha de um terreiro de Candomblé. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Antropologia. Brasília. 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24936/2/2017_MarcosJuniorSantosdeAlvarenga.pdf>. Acesso em 09 nov 2022.

APARECIDO, Fernando. **Sacramentos e rituais de Umbanda**. 2015.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Da ‘Nbandla à Umbanda**: Transformações na cultura afro-brasileira. Universidade de São Paulo. Departamento de História. Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. v.1, n.1, p.7-19. 2008. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88720/91617>>. Acesso em 09 nov 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2016. Disponível em: < <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>>. Acesso em 06 mar 2022.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em ciências sociais. Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC. Vol.2 nº1 (3), jan-jul/2005, p.68-80. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/download/18027/16976/56348>>. Acesso em 06 mar 2022.

CALDAS, Alberto Lins. **A noção da cápsula narrativa**: a entrevista, o texto e o outro na hermenêutica do presente. Caderno de Criação. Ano VI, nº20, outubro – Porto Velho. 1999. Disponível em: < <http://www.albertolinscaldas.unir.br/capsula.html>>. Acesso em 06 mar 2022

CAMPOLIM, Silvia. **Candomblé no Brasil**: orixás, tradições, festas e costumes. Super interessante. 31 out 2016. Disponível em: < <http://super.abril.com.br/historia/candomble-no-brasil-orixas-tradicoes-festas-e-costumes/>>. Acesso em 12 jan 2022.

CAMPOS, C. **Método de análise de conteúdo**: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. Revista Brasileira de Enfermagem, 57(5), pp. 611-614. 2004. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/257>>. Acesso em 06 mar 2022.

CARNEIRO, Ana Clara Tomaz; MENEZES, Marilda Aparecida de. **Transmissão da tradição umbandista**: ou o Lampejo da Narração. Universidade Metodista de São Paulo. Portal Metodista de

HICKENBICK, Claudia. **Diálogo com a comunidade do Bairro José Mendes sobre a salvaguarda dos terreiros com patrimônio cultural de Santa Catarina, com fulcro no Decreto 2504/2004.** Relatório Final. Fundação Catarinense de Cultura – FCC. 2019.

_____. **Patrimonialização, processos identitários e turismo na Ilha de Santa Catarina.** Tese. Universidade do Minho. 2022 (prelo).

JENSEN, Tina Gudrun. **Discursos sobre as religiões afro-brasileiras: da desafricanização para a reafricanização.** Tradução de Maria Filomena Mecabô. Revista de Estudos da Religião. REVER. n.º1. p.1-21. 2001. Disponível em: < http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/ENSINORELIGIOSO/artigos/discursos_religioes_afro.pdf>. Acesso em 10 jan 2022.

KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim; SANTOS, Tadeu Pereira dos. **O aprender-ensinar na Umbanda: desconstruindo olhares, abrindo oportunidades.** Faculdade do Noroeste de Minas. Humanidades e Tecnologias (FINOM). Revista Multidisciplinar, v.27, n.1, p.20-34, 2020. Disponível em:< http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1422/1043>. Acesso em 09 nov 2022.

KROEFF, Renata Fischer da Silveira; GAVILLON, Póti Quartiero; RAMM, Laís Vargas. **Diário de campo e a relação do (a) pesquisador(a) com o campo-tema na pesquisa-intervenção.** Estudos e pesquisas em psicologia, v.20, n.º2, maio – agosto, p.464-480, Rio de Janeiro. 2020. Disponível em :< <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/52579>>. Acesso em 06 mar 2022.

LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade.** Letras Contemporâneas: Florianópolis. 1996. Disponível em: <<https://nuer.paginas.ufsc.br/files/2014/04/Negros-no-Sul-do-Brasil.Completo.pdf>>. Acesso em 22 dez 2021.

LEITE, Ilka Boaventura (coord.). **Territórios do Axé: Religiões de matriz africana em Florianópolis e municípios vizinhos.** NUER – Núcleo de estudos de identidades e relações interétnicas. Editora da UFSC: Florianópolis. 2017. Disponível em: < https://nuer.paginas.ufsc.br/files/2014/04/Terri%C3%B3rios-do-Ax%C3%A9-NUER_2017.pdf>. Acesso em 22 dez 2021.

LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel., & BOUTIN, Gérald. **Investigação qualitativa: fundamentos e práticas.** Lisboa: Instituto Piaget. 2012

LIMA, Romilda de Souza; NETO, José Ambrósio Ferreira; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. **Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade.** Demetra. Alimentação, Nutrição & Saúde. v.10, n.3. p.507-522. 2015. Disponível em:< <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/16072>>. Acesso em 08 nov 2022.

LIMA, Lohane Rianeale. **Africanidades à mesa: apontamentos sobre a formação e o processo de valorização da culinária afro-brasileira sob a ótica de um estudo de caso.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Nutrição Josué de Castro. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em:< <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/13350/1/LRdeLima-min.pdf>>. Acesso em 28 nov 2022.

LODY, Raul G. M. **Alimentação ritual.** Ci. & Tróp., Recife, Jan/Jun. 1977. Disponível em:< <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/viewFile/176/90>>. Acesso em 20 jan 2022.

MAYER, Sofia; FARIAS, Hassan. **Coletivo denuncia intolerância religiosa após adolescente umbandista ser agredida em escola de Joinville.** NSCTV Santa Catarina. G1. 28 mai 2022. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/04/28/coletivo-denuncia-intolerancia-religiosa-apos-adolescente-umbandista-ser-agredida-em-escola-de-joinville.g h t m l>>. Acesso em 27 nov 2022

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. **Fundamentos Teóricos da Técnicas de Investigação Qualitativa.** Revista Lusófona de Educação, 40, pp. 139-153. 2018. Disponível em: < <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439>>. Acesso em 06 mar 2022.

MOITA, Paula dos Reis. **Das leituras da vida para as vidas nas leituras:** oralidade e letramento no Terreiro de Umbanda. 2019. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, 2019. Disponível em: < <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/5430>>. Acesso em 17 set 2022.

OLIVEIRA, Isabel. **Restaurante De Comer com os Orixás faz releitura da comida de santo.** Portal A Tarde. Histórias & Sabores. 20 ago 2022. Disponível em: < <https://atarde.com.br/colonistas/historias-sabores/restaurante-de-comer-com-os-orixas-faz-releitura-da-comida-de-santo-1203853>>. Acesso em 08 nov 2022.

OXALÁ, Pai Paulo de. **As oferendas tradicionais dos Orixás.** Capa de religião e fé. Jornal Extra. 09 mai 2013. Disponível em : < <https://extra.globo.com/noticias/religiao-e-fe/pai-paulo-de-oxala/as-oferendas-tradicionais-dos-orixas-8337736.html>>. Acesso em 14 ago 2022.

_____. **A gastronomia inspirada nos Orixás.** Capa de religião e fé. Jornal Extra. 07 out 2015. Disponível em : < <https://extra.globo.com/noticias/religiao-e-fe/pai-paulo-de-oxala/a-gastronomia-inspirada-nos-orixas-17708048.html>>. Acesso em 08 nov 2022.

PRANDI, Reginaldo. **As religiões afro-brasileiras e seus seguidores.** Civitas, Porto Alegre, v.3, nº1, jun 2003. Disponível: < <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/civitas/article/view/108/104>>. Acesso em 10 jan 2022.

PEZZO, Léo Del (Pai Léo das Pedreiras). **Comida de Orixás.** Umbanda: o reino da paz. 14 dez 2009. Disponível em: < [Umbanda: O Reino da Paz: COMIDA DOS ORIXÁS \(umbandadejesus.blogspot.com\)](http://umbanda: O Reino da Paz: COMIDA DOS ORIXÁS (umbandadejesus.blogspot.com))>. Acesso em 14 ago 2022.

PINHEIRO, Hilton Fernando da Silva. **Ilha da Magia seletiva:** religiões de matrizes africanas e a intolerância religiosa em Florianópolis. Fronteiras: Revista Catarinense de História. Dossiê Direitos humanos, sensibilidades e resistências. N. 36. p. 91-109. 2020. Disponível em: < <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/11733/7587>>. Acesso em 08 nov 2022.

PRATO CHEIO: **Comida de santo, comida da gente.** Temporada 3, episódio 4. [narração de] Amanda Flora & Denise Mota. Entrevistados: Rita Santos; Doné Eleonora; Helia Januária Bispo; Rafael Camaratta; Luiz Antônio Simas. [S.l.]: O Joio e o Trigo. 27 abr 2021. Podcast . Disponível em: < <https://ojoioeotrigo.com.br/2021/04/comida-de-santo-comida-da-gente/>>. Acesso em 08 nov 2022.

RIBEIRO, Carlos; CAETANO, Vilson. **Comida de Santo que se come:** um banquete de sabor e fé. 2ª edição. Editora Arole Cultural. 2018.

RIBEIRO, Pedro Henrique Mendes. **Comida e religiosidade**: dos cultos afro-brasileiros para a história da alimentação brasileira. Departamento de História. UFRN. 2009. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT23/23.1.pdf>>. Acesso em 19 jan 2022.

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nãgô e a morte**: Pàdê, Àsèsè e o culto Égun na Bahia. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. Apoud: COSTA, Luana Corrêa. **Memória de ouvido**: produção partiçhada do conhecimento na umbanda. (Dissertação). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8161/tde-20092022-174146/publico/2022_LuanaCorreaCosta_VCorr.pdf>. Acesso em 17 set 2022.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ccaaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico__1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf>. Acesso em 17 fev 2022.

SILVA, André Vicente e. **Comida de Santo em Caicó**: Resistência e representação do sagrado pela culinária. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino Superior do Seridó. Departamento de História dos Ceres. Caicó. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/44294/3/TCC%20corrigido.pdf>>. Acesso em 09 nov 2022.

SILVA, Maurício Ribeiro da. **TROMPE-L'OEIL**: (in)visibilidade da Umbanda na cultura brasileira. Líbero. Revista eletrônica do programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Ano XXII, n.44, p.44-55. jul/dez 2019. Disponível em: <<https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1092>>. Acesso em 08 nov 2022.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e umbanda**: caminhos da devoção brasileira. Editora Selo Negro, 2005.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2006

TOLEDO, Luciano Augusto; SHIAISHI, Guilherme de Farias. **Estudo de caso em pesquisas exploratórias qualitativas**: um ensaio para a proposta de protocolo do estudo de caso. Rev. FAE, Curitiba, v.12, n.1, p.103-119, jan./jun. 2009.

TRAMONTE, Cristina. **Com a bandeira de Oxalá!** Trajetória, práticas e concepções das religiões afro-brasileiras na grande Florianópolis. Tese. Curso de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Orientadora: Profa. Dra. Ilse Scherer-Warren. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2001. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/81402>>. Acesso em 15 jan 2022.

VALENTINI, Jonathan Daniel. **SESC José Mendes**: Centro Cultural e terapêutico. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Trabalho de Conclusão de Curso (Orientador Ricardo Socas Wiese). Florianópolis: 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/202982/caderno%20pdfa.pdf?sequence=1>>. Acesso em 27 out 2022.

Recebido em 30/11/2023 | Aceito em 18/10/2024



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional